



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL**



***Os cadeados não se abriram de primeira: processos de construção
identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do
Andirá
(Município de Barreirinha – Amazonas)***

Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro

Manaus - Amazonas
2016

Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro

Os cadeados não se abriram de primeira: processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Rio Andirá (Município de Barreirinha – Amazonas)

Orientador: Professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

Co-orientadora: Professora Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino

Manaus – Amazonas
2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R185o Ranciaro, Maria Magela Mafra de Andrade
Os cadeados não se abriram de primeira : construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Rio Andirá (Município de Barreirinha - Amazonas) / Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro. 2016
233 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Alfredo Wagner Berno de Almeida
Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Quilombo. 2. Poder. 3. Etnicidade. 4. Barreirinha - AM. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MARIA MAGELA MAFRA DE ANDRADE RANCIARO

Os cadeados não se abriram de primeira: processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Rio Andirá (Município de Barreirinha – Amazonas)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas-PPGAS/UFAM como requisito final para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orientador)

Professora Dra. Ilka Boaventura Leite (Membro)

Professora Dra. Marilene Correa da Silva Freitas (Membro)

Professora Dra. Ana Carla dos Santos Bruno (Membro)

Professor Dr. Almir Diniz Carvalho Júnior (membro)

Manaus – AM, 2016

OFERECIMENTOS

A meus pais, Aurélio e Alice (*in memoriam*) pela eterna companhia expressa em cada letra que compõe o texto desta tese. Como em vigília secreta, a presença sempre ali tão marcante a encorajar-me diante do desafio inconfessável que se impunha às minhas limitações humanas.

Ao Gino, meu eterno companheiro, pela sorte intensa de sermos dois. Divididos entre a solidariedade, zelo e cuidado, isto não têm preço. O céu é o limite!

Ao nosso Gabriel, um misto de sentimento que a vida generosamente nos presenteou: amor sem fronteira; eterno e infinito!

À tia Lourdinha Mafra, aos manos Júlio e Antônio e às minhas manas: Paula Frassinette, Ivone, Georgina e Socorro por dividirmos o mesmo sangue num único tempero doméstico de força, determinação, coragem e paciência; tudo pulsa intensamente com eterna gratidão pela demonstração de afeto e companheirismo divididos. Estendo todo este carinho a Luzia, Rafaela, Dom Amorim, Marley e Sininho, por tornarem-se parte integrante de nossa família.

Aos meus sobrinhos: Carlinha, Cecília, Léo, Giulliano, Marcelo, Vitória, Júlia, Ana Alice e Lara, pelo profundo e eterno significado de amor; complementariedade de sangue e vida!

À Família Ranciaro, por tudo que juntos construímos, o mais rico tesouro se resume no companheirismo, na solidariedade e no imenso carinho que nos envolve a todos. Não poderia deixar de ressaltar a minha gratidão pela compreensão do longo tempo de ausência que a distância nos impõe.

E por fim, àquelas que mesmo ausentes, se fazem presentes em todo o meu caminhar

*Às manas, Fafá e Berna.
Força tão presente; infinita saudade!*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Alfredo Wagner, com quem aprendi que na fronteira do conhecimento, como uma arqueologia, o saber é uma ferramenta capaz de escavar profundo a realidade; de trazer à tona o ideal de liberdade materializado na relação de complementariedade que se constrói em parceria com o *outro*.

À minha co-orientadora, professora Márcia Regina Calderipe que me brindou com importante colaboração, pela disposição para discutir o trabalho, bem como por seus questionamentos e contribuições.

A todos os professores do PPGAS/UFAM, pela dedicação e beleza dos ensinamentos recebidos, guardarei em um porta-joias a minha eterna gratidão.

À professora Ilka Boaventura, pela orientação e oportunidade do aprendizado junto ao NUER/UFSC, somadas à convivência com os colegas Igor de Souza e Marino Leopoldo contribuíram profundamente para o meu crescimento humano e intelectual.

À Dra. Isabela Sales e aos Procuradores do MPF, Drs. Júlio José Araújo Júnior e Fernando Merloto Soave, pela fraterna atenção dispensada às demandas propostas pelo movimento organizativo dos quilombos do rio Andirá.

Aos colegas pesquisadores e bolsistas do PNCSA, em especial a Emmanuel Farias Júnior, pela parceria sem a qual certamente eu ficaria a dever aos quilombos do rio Andirá maiores compromissos assumidos e, mais que isso, pela fraterna atenção e dedicação a eles imputadas.

Às colegas das secretarias, Franceane Corrêa (PPGAS/UFAM), Joelma Silva (PNCSA) e Clicia Guimarães (DSS/UFAM), pela valiosa atenção e gentileza dispensadas às nossas demandas institucionais.

À Ivamar Moreira, pelo incentivo e sensibilidade em entender, naquele momento possível, que a Antropologia era um sonho guardado em mim.

À Irina Moss, Glória Juliana e Emilya Dulce; desde a convivência acadêmica, mais que amigas, tornaram-se minhas irmãs!

Ao querido casal amigo, Felix e Ilsa Valois, não teria palavra para expressar tão profunda e terna é a amizade e solidariedade plantadas no fértil terreno do companheirismo; por tudo, tornamo-nos a extensão de nossas famílias.

Aos colegas de PPGAS, Audirene Cordeiro, Consuelena Leitão, Denis Pereira, Genoveva Amorim, Valéria Melo, Socorro Batalha, Alvatir Silva e Conceição Sodré, com quem aprendi que o companheirismo e a solidariedade nos acompanhariam ao longo do curso; estendendo-se para além das salas de aula, nos tornamos *amigos de vida*.

Ao casal de amigos, Júlio Oliveira e Juliene Santos, pelo companheirismo, cordialidade e convivência partilhada ao longo dessas trilhas percorridas.

Aos amigos Marliete e Diego, através de quem estendo às suas famílias, Aguiar e Pacheco, a minha gratidão pela força da amizade e carinho demonstrados por todo esse tempo de convivência humanamente construída.

Ao amigo Wender Araújo, pela parceria fraternalmente dividida quando dos acertos, paciência e rigor da técnica utilizada por ocasião da formatação do texto.

Aos amigos Marcelo e Katia Vallina, Socorro Chaves, Márcia Perales, Simone Baçal, Cristiane Bomfim, Elenise Scherer, Iraildes Caldas e Yoshiko Sasaki pela fraterna demonstração de força, amizade e encorajamento nos momentos em que a parceria se transformou, como sempre, em laços de solidariedade.

Aos amigos por tornarem meu cotidiano uma relação alegre e singela: Érika Folhadela, Júlia Valério, Bruno Teixeira, Marlu Porfírio, Hugo Lins, Ana Claudia Santos, Gabriela Cannes, Paulo Maciel, Ana Cláudia Duarte, Lucinha Valois, Elba Brasil, Ivonete Cabral, Francisco Gaspar, Maria Rodriguez e Vera Mafra. Sou tão feliz com vocês!

Aos amigos José de Nazaré, João Siqueira, Armando Cajueiro, Clovis Pereira e Alex Ximango pela contribuição prestada. As parcerias firmadas durante a realização do trabalho de campo serviram-me de estímulo, reforçando a convicção de que problemas são superados quando se constrói uma corrente de solidariedade.

Ao engenheiro florestal, Afonso Aníbal Vieira, coordenador da equipe responsável por elaborar o RTID dos quilombos do rio Andirá, pela gentileza e informações obtidas junto ao INCRA com vistas a subsidiar dados relativos à minha pesquisa de campo.

Aos meus primos Raimundo Andrade (*in memoriam*), Nazaré Seixas, Gilvan, Fátima, Glenio, Melina, Josenaldo e Naldo pela recepção e convivência familiar sempre tão gentil com que me acolheram em Barreirinha durante meu trabalho de campo.

A FAPEAM, pela concessão de bolsa, cujo investimento reafirma o compromisso social assumido em face da produção científica.

Aos representantes do movimento organizativo dos quilombos do Rio Andirá com quem convivi ao longo desses quatro anos de pesquisa: Maria Amélia, Sebastião Douglas, Maria Cremilda, Azemir, Gláucio, Sidney, Elivaldo, Mizael, Gabriel, Benedito, Osmael, Francisco, Geferson, Luiz Carlos, Herberto, João Rufino, Elinei; ao Tarciso dos Santos Castro, presidente da FOQMB e aos membros da atual Diretoria Executiva da Federação, eleitos para o biênio 2016-2018. Estendo a todos o meu sentimento de gratidão por terem me feito entender que, dada a especificidade dos conflitos ali enfrentados, na luta o que conta verdadeiramente são os sentimentos de esperança e liberdade que acalentamos como demonstração de força social; de lutas envidadas em prol do reconhecimento identitário e da autonomia progressivamente conquistada em face de seus direitos étnicos.

Esse reconhecimento é extensivo aos membros da família “Rodrigues e Castro”, pelas lições que assimilei no contato com os herdeiros do território quilombola do Andirá. Em nome de Maria Amélia dos Santos Castro, estendo a todos a minha eterna gratidão pela convivência fraterna, por terem me acolhido e dividirem comigo seus momentos de vida, seus espaços domésticos; suas angústias, injustiças a que foram submetidos e pela alegria, por vezes, tão presente. Com vocês aprendi que o ideal de liberdade é um dos elementos propícios e necessários para construirmos utopias. Assim, me fizeram crer que sonhos podem se transformar em um dado real; de converter-se em experiência política objetivada no protagonismo construído com e a partir do sentimento de pertença ao *chão*, à *terra* em que vivem. Vista pelo prisma do coletivo quilombola, esta convicção por vocês formulada, me leva a crer se tratar de um território conquistado, pertencente, portanto, à linhagem de descendência de seu fundador, o ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa.

Justos, exercitamos e acumulamos um saber científico. Grata!

*A palavra deve vestir-se
como uma deusa, e erguer-
se como um pássaro. Em
cada palavra existe um
pouco do sangue do homem
e de sua essência. O sangue
é a seiva, fruto e flores são
as palavras, filhas do deus
escondido.*

Guimarães Rosa

RESUMO

Esta tese versa sobre os processos de construção identitária de comunidades quilombolas articulados à luta do movimento organizativo que se volta para a conquista de um território resultante de uma política de territorialidade. O *locus* da pesquisa são os quilombos de Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Ituquara, São Pedro e Trindade, localizados no Rio Andirá, Município de Barreirinha, no Baixo Amazonas. Busca situar os fatores que historicamente contribuíram para o processo de construção identitária e afirmação de uma identidade étnica. Identifica situações pertinentes ao controle da disputa de terras pelos agronegócios: madeireira, pecuária e a pesca profissional e caracteriza as ocorrências de conflitos agrários. Analisa com base nos marcos regulatórios os procedimentos de implementação do artigo 68/ADCT e do Decreto 4.887/2003, relativos a *autodefinição* dos agentes sociais, o *reconhecimento* dos quilombos, atualmente em processo de *titulação fundiária*. Interpreta os impactos políticos da luta do movimento mobilizatório em face da afirmação de uma identidade coletiva, objetivada nas pautas de reivindicação por direitos étnicos.

PALAVRAS-CHAVE

Quilombos, Etnicidade, Poder, Territorialidade

ABSTRACT

This thesis deals with the identity construction processes of quilombo communities articulated to the fight of the organizational movement that seeks to conquer a territory resulting from a territorial politics. The *locus* of the research are the quilombos of Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Ituquara, São Pedro and Trindade, located at Andirá river, city of Barreirinha, on the Baixo Amazonas. Seeks to situate the factors that historically contributed to the process of identity construction and affirmation of ethnic identity. Identify situations relevant to the control of the land dispute by agribusiness: wood, animal husbandry and professional fishing, featuring the occurrences of land conflicts. Analysis based on the regulatory framework procedures for implementing the article 68/ADCT and the decree 4.887/2003, related to the *self-definition* of the social agents, the *recognition* of quilombos, currently in the *land titling* process. Interprets the political impact of the struggle of mobilization movement in face of the affirmation of a collective identity, objectified in claim guidelines for ethnic rights.

KEYWORDS

Quilombos, Ethnicity, Power, Territoriality.

RESUMÉ

Cette thèse porte sur les processus de construction identitaire de communautés quilombos articulée à la lutte du mouvement d'organisation qui se tourne vers la conquête d'un territoire résultant d'une politique territoriale. Le lieu de la recherche sont les quilombo de Santa Tereza do Matupiri, de Boa Fé, Itaquara, São Pedro et Trindade, situé à Rio Andirá, municipalité de Barreirinha, dans le Baixo Amazonas. Cherche à situer les facteurs qui, historiquement, ont contribué au processus de construction de l'identité et l'affirmation d'une identité ethnique. Identifie les situations pertinents au contrôle de le conflit foncier par l'agro-industrie: bois, l'élevage et la pêche professionnelle, mettant en vedette les occurrences de conflits fonciers. Analyse basée sur les cadres réglementaires les procédures de mise en œuvre de l'article 68/ADCT et le décret 4.887/2003, concernant l'auto-définition des acteurs sociaux, la *reconnaissance* des quilombos, actuellement dans le processus d'attribution de *titres fonciers*. Interpréter l'impact politique de la lutte du mouvement de mobilisation face à la déclaration d'une identité collective, objectivée dans les lignes directrices sur les revendications pour les droits ethniques.

MOTS-CLÉS

Quilombos, Ethnicité, Pouvoir, Territorialité.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: Encerramento da Oficina de Mapas.....	51
Foto 2: Entrevistado: Benedito Pereira de Castro.....	58
Foto 3: Oficina de Mapas: elaboração dos croquis referente a área de demarcação do território quilombola.....	66
Foto 4: Vista aérea das praias e floresta do rio Andirá.....	72
Foto 5: Dia da Consciência Negra. Conclusão do Trabalho de Campo/RTID – Quilombo Santa Tereza do Matupiri	187
Foto 6: Apresentação do balanço das atividades do processo de regularização do território quilombola/Rio Andirá.....	197
Foto 7: Dia da Consciência: Maria Amélia agradece em memória de seus antepassados pelas conquistas do movimento quilombola.....	205
Foto 8: Elaboração de croquis a partir do conhecimento das comunidades quilombolas.....	216

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa do município de Barreirinha	35
Mapa 2: Comunidades Quilombolas do Rio Andirá: Santa Tereza do Matupiri, Trindade, São Pedro, Boa Fé e Itaquara	39
Mapa 3: Situação: Levantamento Território Quilombola	68
Mapa 4: Levantamento de dados – comunidades quilombolas – Barreirinha/AM.....	69
Mapa 5: Território Quilombola do rio Andirá – Barreirinha/AM	70
Mapa 6: Mapa do Perímetro do Território Quilombola do Andirá	193

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Território Quilombola do Rio Andirá	46
Figura 2: Mapa Genealógico da Família Rodrigues e Castro	61
Figura 3: Fascículo produzido a partir de Oficina de Mapas no rio Andirá/PNCSA/2014.....	169

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
APMC	Associação de Pais e Mestres e Comunitários
ARDA-SR	Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário - Superintendência Regional
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CIAT	Comissão de Implantação das Ações Territoriais
COOTEMPA	Cooperativa dos Técnicos e Multiprofissionais em Agropecuária
DFDA	Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário
DOU	Diário Oficial da União
EDUA	Editores da Universidade Federal do Amazonas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FCP	Fundação Cultural Palmares
FOQBM	Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha
FOPAAM	Fórum Permanente de Afrodescendentes do Estado do Amazonas
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GPS	Sistema de Posicionamento Global
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPF	Ministério Público Federal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PP	Procedimento Preparatório
PROEXTI	Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEPROR	Secretária de Produção Rural do Amazonas
SETRAB	Secretaria Estadual de Trabalho
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TD	Título Definitivo
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNISOL	Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I - DA PAGOIA À CABECEIRA DAS FORMIGAS: a configuração do território quilombola do Andirá.....	34
1.1 A delimitação do território quilombola sob a ótica dos agentes sociais	34
1.2 Conflito e resistência: a <i>chave</i> e processos de abertura dos <i>cadeados</i>	43
CAPÍTULO II - CONSTRUINDO IDENTIDADE: processos de formação dos quilombos do Andirá	57
2.1 A memória coletiva: marco de construção dos quilombos.....	57
2.2 A terra e o território: perspectivas do movimento quilombola.....	71
CAPÍTULO III - A TRILHA DOS QUILOMBOS: os espaços de vivência do território quilombola.....	90
3.1 Um percurso pelos quilombos: outras trilhas, novos desafios.....	90
CAPÍTULO IV - O COLETIVO QUILOMBOLA: entraves e desafios do projeto identitário	125
4.1 Construção do movimento quilombola: perspectivas, entraves e desafios	125
4.2 Quilombos e políticas públicas: reivindicações e entraves burocráticos.....	139
CAPÍTULO V - LUTA MOBILIZATÓRIA POR DIREITOS TERRITORIAIS: <i>agora os cadeados se romperam!</i>	147
5.1 Os quilombos: arena de conflito e o sentimento de pertença ao território	147
5.2 Conflito e resistência: <i>nós já chegamos até aqui, vamos em frente!</i>	159
5.3 A Comissão Executiva da FOQMB e eleições nos quilombos	166
5.4 A audiência pública reivindicada pela FOQMB e conduzida pelo MPF	173
5.5. O conflito agrário: construto do ideário de autonomia dos quilombos	177
5.6 A vila de São Paulo do Açu e o território: o milagre que não aconteceu	188
5.7 A luta pela consolidação do projeto identitário: balanço das atividades pela Presidente da FOQMB (2012-2016)	197
5.7.1 O território quilombola: conflitos e tensões	198
5.7.2 Superando dificuldades: reflorestar para plantar e plantar para viver	198
5.7.3 A luta do movimento organizativo dos quilombos: entraves e conquistas.....	199
5.7.4 O trabalho coletivo como forma de gerenciar o território	200
5.7.5 O <i>reconhecimento</i> dos quilombos e direitos étnicos conquistados pelo movimento mobilizatório.....	201
5.7.6 O <i>reconhecimento</i> como garantia do direito ambiental.....	202
5.7.7 Território e territorialidade: a construção representativa do sentimento de pertença....	203
5.7.8 Expressão política da consciência identitária: <i>Essa propriedade não é sua; é nossa!</i> ..	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS - RECONHECIMENTO E AUTONOMIA: uma conquista identitária ou gratidão adquirida.....	208
REFERÊNCIAS	228

INTRODUÇÃO

Mira... Veja: o que há de mais bonito no mundo é que as pessoas não estão acabadas; elas ainda não foram terminadas.

Guimarães Rosa

Localizadas às margens do rio Andirá – município de Barreirinha¹, no Baixo Amazonas – as unidades sociais designadas oficialmente como *comunidades remanescentes de quilombo* constituem o objeto para o qual este estudo se volta. O ponto de partida da observação são as circunstâncias sociais a ele inerentes. Dentre outras situações sociais percebidas, o conflito agrário se torna evidente, sobretudo com e a partir da luta do movimento político-organizativo pela conquista da terra. Os efeitos dos conflitos agrários se entrelaçam ao longo do processo de construção e afirmação da identidade quilombola.

O interesse por uma reaproximação com as comunidades do rio Andirá, decorre de preocupações acumuladas a partir de estudos que realizei no período de 1996 a 1999², quando da elaboração da dissertação de mestrado, defendida junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Trata-se de um trabalho que analisou, pelas memórias do cotidiano, as relações de trabalho, modos de vida e conteúdo do imaginário social nas comunidades de Freguesia do Andirá, Pirai e Santa Tereza do Matupiri³, localizadas no município de Barreirinha/AM.

Em Santa Tereza do Matupiri, embora se tratasse de uma comunidade remanescente de quilombos, os agentes sociais – invisibilizados como tal, portanto, privados da condição de possibilidade de sua autodefinição – não tinham seu reconhecimento identitário. Do ponto de

¹ O Município de Barreirinha está a 375 km de Manaus, em linha reta, e a 420 km, por via fluvial. Das 04 (quatro) Mesoregiões, o Município pertence à terceira *Mesoregião Centro Amazonense* formada por seis microrregiões e trinta municípios. A 6ª Microrregião de Parintins é composta pelos **Municípios de Barreirinha**, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatamã e Urucará. Manaus, a capital do Estado, está situada nesta mesoregião (cf. Programa de Expansão do Ensino Superior/MEC, coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização – PROEXTI/UFAM, 2005, quando da implantação das Unidades Acadêmicas nos municípios de Parintins, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Benjamin Constant - os grifos são meus).

² O trabalho foi publicado, conforme Catalogação na fonte: RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. “Andirá: memórias do cotidiano e representações sociais”. Manaus: EDUA, 2004 (Série Amazônia: a terra e o homem). O livro está prefaciado pela Professora Maria Carmelita Yazbek, do Programa de Pós-Graduados em Serviço Social – PUC/SP, de quem recebi orientação ao longo do mestrado.

³ Através do discurso oficial e das narrativas acerca do cotidiano dos ribeirinhos, naquele momento, a pesquisa analisou, simultaneamente, as estratégias políticas adotadas pelas esferas governamentais e, por meio das representações e práticas dos agentes sociais, foi possível evidenciar que as desigualdades e exclusão sociais resultam dos processos de subalternidade a que tais comunidades rurais foram historicamente submetidas no âmbito das esferas de poder.

vista jurídico, isto implicaria na impossibilidade de estes agentes sociais reivindicarem seus direitos étnicos.

Em permanente contato com essas comunidades, no início de 2010, informaram-me sobre a organização de um movimento quilombola no rio Andirá, encaminhado pela Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQMB, fundada em 2009. Objetivando reivindicar seus direitos territoriais, apresentavam-se como protagonistas dessa luta os moradores de Santa Tereza do Matupiri. Intrigou-me entender porque os agentes sociais, antes identificados segundo a categorização de *ribeirinhos*⁴, agora reivindicavam sua identidade quilombola. Além desta, outras quatro comunidades adjacentes: Boa Fé, São Pedro, Trindade e Ituquara, inserindo-se no movimento, também reivindicam direitos com base neste reconhecimento identitário.

Resultantes de situações objetivas, tais circunstâncias impuseram-me reflexões acerca da trajetória de agentes sociais em permanente processo de construção que, ao se reinventarem, produzem e *reproduzem-se* socialmente. Não obstante, voltar-se para aquela realidade e perceber sua caracterização como *ribeirinho*, posteriormente, do *identificar-se* quilombola; de compreender o processo de construção identitária politicamente encapsulado no projeto de etnicidade; bem como no desdobramento intrínseco a essa questão, quanto à conquista de um território resultante de uma política de territorialidade, constituíam-se num repertório de questionamentos que me foram colocados. Seria necessário identificar e enveredar por um esquema científico-investigativo para proceder à análise dessas construções e, assim, interpretá-las com a profundidade que o assunto requer.

Sem outras informações a respeito, no entanto, com o propósito de deslindar tais fatos, em 2012, com a minha inserção no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-PPGAS/UFAM, propus-me a estudar a questão *quilombola* com o projeto intitulado “*Os cadeados não se abriam de primeira: processos de construção identitária e a configuração do território quilombola do Rio Andirá - Município de Barreirinha/AM*”.

⁴ Durante a pesquisa realizada, observei que o termo *ribeirinho* tanto funciona como autodefinição, quanto funciona como classificação genérica. Essa designação articula-se com uma afirmação étnica atrelada a autodefinição dos agentes sociais aqui estudados como *quilombolas*. Para efeito de distinção, mantereí ambas as designações em itálico, enfatizando que a categoria *ribeirinho* é uma expressão genérica, enquanto que *quilombola* reflete uma forma político organizativa deste grupo étnico. Utilizarei as aspas referentes às citações no corpo do texto para identificar palavras e expressões de autores consultados e em negrito e/ou itálico para manter a originalidade das fontes bibliográficas a que se faz referência ao longo desta abordagem.

Para submeter ao PPGAS/UFAM o projeto de pesquisa, as informações previamente levantadas contribuíram para a formulação do objetivo central, que foi sendo progressiva e subsequentemente ampliado, qual seja: analisar o processo de construção da identidade étnica e os impactos da luta do movimento representativo dos quilombolas pela regularização fundiária e pleno reconhecimento de seus direitos territoriais.

As disciplinas e as fases iniciais do trabalho de campo possibilitaram formatar e qualificar o projeto de pesquisa. Adicionados ao exercício teórico, os relatos coletados e, portanto, o contato direto com situações pertinentes às comunidades quilombolas permitiram identificar o seguinte problema: dado o extraordinário potencial de recursos naturais – madeira, pescado, caça e locais de várzeas propícios para pastagem – as áreas do rio Andirá sempre estiveram sob a mira da especulação fundiária (Vide Mapa Social – Mapa 2).

As narrativas dos agentes sociais informam sobre o conflito entre quilombolas e donos de grandes empreendimentos que se agravou mais precisamente na década de 1980. O mapa social corrobora tais informações quando mostra que parte considerável do território se encontra ocupada por grandes empreendimentos do agronegócio. Na fala dos quilombolas, de que lançarei mão ao longo deste estudo, o conflito fica evidente: de um lado, o predomínio do comércio clandestino de madeira, via de regra, associado aos pecuaristas; de outro, a posse e controle de lagos e rios sob o domínio da pesca predatória. Em meio a conflitos e violências praticados pela disputa desses espaços estão as comunidades quilombolas que lutam incessantemente pela preservação de suas áreas de manejo.

Uma vez identificado o problema, o critério analítico da pesquisa requer sistematizá-la consoante seus objetivos específicos, quais sejam: situar os fatores que historicamente contribuíram para o processo de construção e afirmação de uma identidade étnica; identificar situações pertinentes ao controle da disputa de terras pelos agronegócios: madeireira, agropecuária e empresas de pesca profissional; e caracterizar as ocorrências de conflitos que incidem sobre as relações de vida e trabalho das comunidades quilombolas.

Para alcançar tais objetivos, o trabalho de campo contou com os seguintes instrumentos técnicos de observação direta: o diário de campo e as narrativas dos agentes sociais. Para além desse instrumental, a pesquisa privilegiou as informações constantes do arquivo documental da FOQMB, visto a inexistência de obras publicadas e outras fontes que façam referência à especificidade de temas relativos à realidade desses quilombos.

A experiência acumulada por via da observação, sistemática e direta, de estudos e reflexões, conduziu à formulação da seguinte hipótese: em meio aos conflitos agrários, ocasionados em detrimento do monopólio da terra pelos agronegócios, as estratégias de construção da autonomia pelo movimento organizativo – no contraponto à política de tutela⁵ – permitiriam consolidar o projeto hegemônico de identidade quilombola.

Com o propósito de dar conta de situações oriundas das relações estabelecidas entre os quilombolas e seus antagonistas, sejam eles vinculados às agências ou aos agentes externos, seria necessário enveredar por uma descrição etnográfica que tem como ponto de partida a compreensão sobre o porquê *os cadeados não se abriram de primeira*. A expressão é da presidente da FOQMB, Maria Amélia dos Santos Castro, entrevistada em 2016 quando faz alusão a dificuldades enfrentadas em decorrência dos entraves impostos aos quilombolas no âmbito das instâncias administrativas.

A formulação de conceitos a respeito de uma ordem de fatos imbricada ou que perpassa o sentido atribuído à metáfora do *cadeado*, bem como os dados da pesquisa relativos às comunidades empiricamente observadas, tais fatores apontam para as reflexões de Oliveira (2015, p. 43) a respeito do que ele designa de “situação etnográfica”. Para o autor, trata-se de uma noção “que se reporta ao conjunto de relações que o pesquisador, contemporaneamente à pesquisa, mantém com todos os atores sociais que de algum modo intervém no campo”. Sugere, com isso, “aproximar o exercício da etnografia com o universo da pesquisa em microfísica, em que o método de observação intervém nas propriedades manifestadas pelo objeto pesquisado⁶” (OLIVEIRA, *ibid.*).

⁵ Sobre o *paradoxo ideológico da tutela*, escreve Oliveira: “Em geral o aspecto mais destacado da tutela, aquele que a envolve de uma necessidade e que a pretende justificar, é a dimensão educativa, pedagógica de que se reveste a relação (suposta de aprendizado e proteção) entre o tutor e o tutelado (...) Assim, a tutela é fator de controle do grupo social sobre um conjunto de indivíduos (...) À diferença de outras formas mais explícitas e utilitárias de dominação *a relação da tutela se funda no reconhecimento de uma superioridade inquestionável* (...) São essas duas suposições básicas sobre as quais se assentam a necessidade desse mandato: 1) o tutelado não é plenamente capaz de se defender, expressar ou mesmo conhecer os seus reais interesses, havendo necessidade de alguém que atue ou decida em seu lugar para evitar que ele sofra ou seja lesado em consequência de atos que outros com ele concluíram; 2) o tutelado não domina plenamente os códigos da sociedade nacional, necessitando de alguém que o oriente, mostrando os modos corretos de perceber em cada situação, disciplinando os seus modos de manifestação e evitando que ele transgrida as normas e entre em choque com direitos, valores ou interesses alheios” (OLIVEIRA, 1988, p. 224-5 – os grifos são do autor).

⁶ Ao propor a noção de “situação etnográfica” a intenção do autor “é estimular o investigador a descrever a sua pesquisa como um sistema de relações sociais, não como um relato de incidentes de viagem nem como o aprofundamento de experiências individuais”. E, enfatiza: “O laboratório nas ciências humanas é exclusivamente uma construção analítica, produto de uma narração relativamente controlada, estabelecida por uma série de abstrações e procedimentos diversos” (OLIVEIRA, 2015, p.43).

Quanto às dificuldades relativas às fontes literárias e/ou documentais voltadas para a especificidade do objeto pesquisado, apropriei-me de narrativas orais ou registros em atas da Federação, que expressam e identificam situações de conflitos extremos e violentos imputados aos quilombolas. A esse respeito, Leite (2010, p. 17) acrescenta:

Daí porque, para falar em violência é preciso, antes de tudo, contextualizar, produzir referências, descrever percursos e experiências que foram guardadas nas memórias orais dos grupos, expor fatos que não se encontram no mundo dos papéis, em cartórios ou em bibliotecas.

Valendo-me das técnicas de observação direta com vistas a apreender e interpretar o objeto investigado, meus estudos se voltaram para o entendimento de duas questões, simultaneamente relacionadas entre si: no que diz respeito ao processo identitário, como historicamente os quilombos têm construído suas formas de existência material e de interação social; no tocante ao sentimento de pertença, quais as estratégias utilizadas pelos agentes sociais quanto à conquista de direitos territoriais?

Foi, aliás, debruçando-me sobre a necessidade de compreensão desses dois aspectos que os dados da pesquisa de campo permitiram evidenciar que a disputa, sobretudo pela posse do território, conduz ao agravamento de conflitos e tensões sociais com desdobramento imediato sobre os modos de vida e trabalho dessas comunidades quilombolas.

Diante de tais situações, foi possível identificar os fatores que potencializam o conflito e, por isso mesmo, incidem sobre as “situações de antagonismos e violências extremas”⁷ enfrentadas pelas comunidades remanescentes de quilombos. Como desdobramento desse processo este estudo analisa e interpreta a forma como os agentes sociais têm construído suas relações de autonomia que se voltam, entre outras lutas, para a delimitação, demarcação e titulação daquele espaço territorial.

Identificadas a partir dos objetivos da pesquisa, as categorias analíticas de *etnicidade*, *poder* e *territorialidade* – articuladas àquelas de instrumentalidade jurídica da política de identidade, isto é, a *autodefinição*, o *reconhecimento* e a *titulação fundiária* – permitiram aprofundar, identificar e compreender os impactos políticos da luta do movimento representativo dos quilombos dos Rio Andirá, que se volta para a afirmação de uma identidade coletiva objetivada em suas pautas de reivindicações por direitos étnicos.

⁷ Almeida (2011:78), usa essa expressão para sugerir que o método essencial pelo qual se constitui “a premissa da ruptura com a antiga definição de **quilombo**, refere-se às representações e práticas destes próprios agentes sociais que vivem e constituíram tais situações meio a antagonismos e violências extremas”.

Fez-se necessário, por isso mesmo, levar em conta a análise do repertório conceitual relativo aos marcos regulatórios. Isto é, das premissas que giram em torno de questões práticas reivindicadas pelos quilombolas ao longo das narrativas: a *autodefinição* dos agentes sociais; o *reconhecimento* dos quilombos; e a *titulação fundiária* do território quilombola.

A análise de acontecimentos nacionais por certo permitiu interpretá-las face à construção de processos em que estão em jogo vários elementos. No Brasil, os próprios fatos ocorridos informam sobre as conquistas populares engendradas em face da afirmação de direitos pactuados e que ganham destaque a partir da Constituição Federal de 1988. Exemplo disso, é a garantia de direitos territoriais aos chamados “remanescentes das comunidades de quilombos”, prevista em cumprimento ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da CF/88 (BRASIL, 1988).

Os mecanismos operacionais relativos à regulamentação e procedimentos administrativos do artigo em questão estariam por vir. Passados oito meses da assinatura da Constituição – datada em 5 de outubro de 1988 – em 27 de junho de 1989, através da Convenção 169, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), reúne-se em Genebra com o objetivo de estabelecer normas internacionais sobre povos indígenas e tribais. As proposições pactuadas na Convenção entram em vigor internacional em 05 de setembro de 1991.

Por meio do Decreto Legislativo Nº 143, de 20 de junho de 2002, o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção nº 169/OIT⁸, tendo o Governo brasileiro depositado o instrumento de ratificação junto ao Diretor da OIT, em 25 de julho de 2002. Com base nesses marcos regulatórios, o Governo brasileiro promulga o decreto 4.887, em 20 de novembro de 2003. Através deste instrumento jurídico-normativo ficam regulamentados os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, doravante prevê o art. 68 do ADCT/88: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Com aquele Decreto Legislativo, a Convenção passa a vigorar no Brasil a partir de 25 de julho de 2003, nos termos fixados no art. 38, do Decreto 5.051, de 19 de abril 2004, assinado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com este

⁸ Diário Oficial da União, Brasília-DF. Seção 1, p.1, de 20 de abril de 2004. Em 2005, o País apresentou seu primeiro relatório, comprometendo-se com a implementação integral deste instrumento internacional.

Decreto, o critério fundamental para identificar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção é a “consciência de sua identidade indígena ou tribal” (Parte 1- Política Geral: item 2 do art. 1º) (BRASIL, 2004).

A propósito do sentido atribuído aos termos: “consciência e identidade”; “povos indígenas e tribais”, tão prevalentes nas “teorias do pluralismo jurídico” (ALMEIDA, 2011, p. 111), registram-se os processos de rupturas que ganharam força com a Constituição de 1988, quando da proclamação do respeito à diferença como prerrogativa de direitos étnicos e territoriais. Concomitante às conquistas que daí resultam, Almeida chama atenção para o deslocamento de determinados significados que conferem proteção a diferentes expressões pertinentes à *política étnica*, enquanto *política de identidade*, capazes de reconhecer os fatores situacionais que influenciam uma consciência étnica.

Como desdobramento, a categoria “povos tradicionais” sofreu deslocamentos do seu significado desde a Constituição de 1988. Almeida enfatiza que à essa categoria, ao ser afastada das referenciais ao quadro natural, passa a ser acionada a de *agentes sociais*. O significado do termo faz referência a uma existência coletiva, incorporado pelo critério político-organizativo. Das diversidades de situações específicas que incorporam essa categoria, o autor inclui os quilombolas, dentre outras designações como as de seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, castanheiros e pescadores. Todavia, há uma ponderação exequível do autor quando assevera:

Entendo que o processo social de afirmação étnica e de territorialização, referido aos chamados quilombolas, não se desencadeia necessariamente a partir da Constituição de 1988 uma vez que ela própria é resultante de intensas mobilizações, acirrados conflitos e lutas sociais que impuseram as denominadas **terras de preto, mocambo, lugar de preto** e outras designações que consolidaram de certo modo diferentes modalidades de territorialização das comunidades remanescentes de quilombos. Neste sentido a Constituição consiste mais no resultado de um processo de conquista de direitos e é sob este prisma que se pode asseverar que a Constituição de 1988 estabelece uma clivagem na história dos movimentos sociais, sobretudo daqueles baseados em fatores étnicos (ALMEIDA, 2011, p. 113 – nota de rodapé, nº 122).

A respeito dos termos que foram deslocados pelo estabelecimento de uma nova relação entre o Estado e aqueles povos a que Almeida (2011, p. 111) chama atenção, reitera-se, aqui, a convicção de que para assegurar e garantir, na prática, o que determina o artigo 68 do ADCT é que as premissas que perpassam o texto aprovado na Convenção 169 precisam ser

analisadas, visto que as mesmas compõem a base sobre a qual se elevam os demais dispositivos legais previstos nos Decretos 4.887/2003 e 5.051/2004⁹.

Do ponto de vista das interpretações jurídicas e da implementação de dispositivos legais desta ordem, trata-se aqui de analisar expressões e temas a respeito dos pressupostos filosóficos que se entrelaçam, expressando um carregado sentido político: *a consciência da identidade*, considerada como critério fundamental para outro pressuposto que é o da *autoidentificação*. Este, por sua vez, converge ou encontra a sua consolidação no *reconhecimento* como o resultado ou produto da relação conjugada por via dos dois pressupostos que lhe antecedem: o de *conceber-se* como tal e o de *autodefinir-se* como pertencente a um grupo étnico. O que se segue será sempre a resposta *dada* a essa tríade de proposições, cujos significados e significância simbólica precisam ser devidamente interpretados.

O aspecto, a forma e o conteúdo que definem esse arcabouço jurídico estão impregnados de intenções que sugerem garantir, pelo discurso oficial, alguns critérios de verdade. Tais intenções e interesses políticos perpassam, permeiam e se entrelaçam na vida social, aqui analisada sob o aspecto do cotidiano vivenciado por comunidades quilombolas. Em decorrência da capilaridade e sutileza com que o poder se reveste e, “levando em conta que o poder é efetivamente expresso sob a forma jurídica ou que a linguagem do poder é o direito” (ALMEIDA, *ibid.*, p. 111-12), é que tais arranjos precisam ser criteriosamente analisados. De modo geral, os efeitos de dispositivos legais que incidem sobre questões relativas ao cotidiano constituem-se no resultado dos mecanismos de que o poder se utiliza para assegurar aos cidadãos, através de normas jurídicas, seus direitos individuais ou coletivos.

A distintividade e/ou articulação entre poder e direito, ambos mesclados à linguagem como expressão do discurso jurídico, ao que parece, Foucault apresenta uma dimensão interpretativa a tais mecanismos, identificando-a através de dois limites: um diz respeito às regras do direito que delimitam formalmente o poder; o outro faz referência aos efeitos de verdade que este poder transmite e que por sua vez reproduzem-na através do discurso. Tem-se aí um triângulo ou uma tríade: “poder, direito e verdade” (FOUCAULT, 1979, p. 179).

De acordo com o autor, ao invés de se formular questões complexas sobre essas relações deve-se partir de interrogações elementares. Por exemplo, deve-se perguntar: “[...] de

⁹ Adicione-se a esses marcos regulatórios, o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que: “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”.

que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade? “E a questão subsequente seria: “Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos? “ (FOUCAULT, 1979, p. 179).

Por essa via, tais questões podem ser identificadas para que se perceba a veracidade dos fatos implícita naquelas premissas anteriormente situadas sobre os pressupostos da OIT. Para tanto, compete compreender os arranjos que se entrelaçam nas relações de vida e trabalho das comunidades quilombolas no sentido de se proceder à junção dessa tríade: o *poder* interagindo no sentido de *identificar* o que para ele, cidadão, é óbvio: ter a *consciência de sua identidade*. Uma vez isso definido, não cabe ao indivíduo apenas entender-se conscientemente como tal, mas essa *identidade* deverá ser patenteada por via de dispositivos legais, ou seja, pelas normas do direito através das quais lhe será conferida a chancela da *autodefinição*. O terceiro arranjo é o produto desses dois desdobramentos que imprimem, através do discurso institucional, o critério de *verdade* plasmado na *política de reconhecimento*.

Frente ao que se determina por via dos marcos regulatórios e aos obstáculos, concretamente enfrentados pelos agentes sociais no tocante à titulação do território quilombola, ao longo da pesquisa as experiências apontam para a forma como os agentes sociais apropriam-se das *chaves* necessárias para a abertura dos *cadeados* rompidos à medida em que vão construindo seu protagonismo. Entram em cena os elementos da política de reconhecimento, articulados às normas jurídicas da autodefinição e do reconhecer-se quilombola.

Trata-se, pois, de identificar as ações mobilizatórias protagonizadas pelo movimento político-organizativo dos quilombolas engendradas por meio das seguintes estratégias operacionais: a) a fundação, em 2009, da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha – FOQMB; b) a reivindicação ao PNCSA, em 2013, para a realização da oficina de mapeamentos social e dos cursos de GPS e ao que tratou sobre a Convenção 169/OIT; c) ainda em 2013, a realização de assembleias gerais para proceder ao processo de autodefinição como identidade quilombola; d) a conquista das Certidões de Reconhecimento emitidas pela FCP, em 2013; e) as atividades relativas à realização de uma Audiência Pública conduzida pelo MPF, com o propósito de pactuar situações referentes a políticas públicas e direitos territoriais, no ano de 2014; f) as reivindicações ao INCRA/MDA, em 2014, sobre os trâmites relativos ao processo de titulação do território quilombola,

permitindo com isso a emissão da Ordem de Serviço que designa a equipe responsável pelos trabalhos do RTID; g) o I Encontro de Mobilização Quilombola Sobre Cidadania Direitos e Territorialidade, momento em que foi feito o balanço geral das atividades da FOQMB realizado no mês de novembro de 2015, em homenagem à Semana da Consciência Negra quando do último trabalho de campo do INCRA/MDA para a definitiva elaboração do RTID.

Trata-se de estratégias que no seu conjunto constituem novos arranjos cuja aplicabilidade operacional permite identificar e compreender os objetivos das lutas protagonizadas pelos agentes sociais e a forma como e a partir das quais, no bojo dos interesses confrontados com seus antagonistas, o movimento vai consolidando sua autonomia face às expectativas de construção do seu projeto de identidade quilombola.

Ao trilhar o caminho de construção desta pesquisa, surgiu a necessidade de voltar no tempo e percorrer um novo caminho, uma nova trilha, a dos quilombos, o que me levou, definitivamente ao reencontro com o campo.

E foi em função dessa exigência metodológica que, em 2013, passadas quase duas décadas do início de realização da pesquisa para o mestrado, retorno a Santa Tereza do Matupiri: a seta indica uma nova trajetória; novos caminhos a serem trilhados – novas águas a serem navegadas. O mesmo rio e a mesma forma de nele navegar, todavia, em condições bastante adversas.

Assim, levando em conta a pesquisa realizada nos anos de 1996-1999, o olhar renovado deve voltar-se para o processo de construção identitária dos quilombos. Sugere-se com isso que o campo seja observado empiricamente sob as lentes de novas formulações a serem reexaminadas historicamente face aos processos de formação e construção dos quilombos do Rio Andirá.

Agora, com a busca da visibilidade de um grupo que brava e aguerridamente em meio a conflitos e violências a eles imputados, continua lutando pela construção e reconhecimento de sua própria identidade étnica. Por via dessa luta, entram em cena novos conceitos, novas ressignificações desse cotidiano. Trata-se da mobilização do movimento organizativo, cuja dinâmica e organicidade passam a dar sentido às conquistas reais e efetivas dos agentes sociais. O pleno processo de construção identitária e a permanente busca por seus direitos territoriais era a condição precípua entre outras conquistas por eles abraçadas.

Precisava refletir profundamente e compreender os fatos com os quais me deparava; seus contornos e os aspectos humanísticos das singularidades e diferenças socioculturais,

subjacentes ao invólucro que resguarda a diversidade como condição inerente à política de identidade quilombola. Foi assim que, em 2012, a minha inserção no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social desponta como a concretização de um sonho por mim acalentado há tanto tempo. Era a efetivação de um processo que se consolidaria a partir da realização pessoal e do compromisso assumido com essa gente ao longo da minha trajetória acadêmica.

Isso me assaltou o espírito ao começar o planejamento do meu primeiro campo para a pesquisa do doutorado. As primeiras orientações recebidas na convivência com a professora Márcia Regina Calderipe, serviram de estímulo para redimensionar meu projeto de pesquisa, bem como de incentivo no momento inicial e ao longo da imersão na literatura clássica e/ou contemporânea da antropologia necessária para o aprofundamento do conteúdo subjacente às interpretações demandadas pela pesquisa e posterior detalhamento da tese.

Ademais, para além da importância do saber progressivamente acumulado por via do repertório discursivo repassado na convivência com meus professores, era preciso adicionar novos conhecimentos; conhecer com quem aprendeu a ensinar a partir das práticas de vivência. O percurso do caminho começa a ser redesenhado quando eu ainda, *meio que fora do lugar*,¹⁰ cursava disciplinas que julgava pudessem me ajudar a compreender os processos de organização identitária e temas relativos ao direito territorial de comunidades quilombolas.

As teorias me diziam muito, mas era como se algo me convidasse ao campo; a viver e experienciar, pela prática do cotidiano, os processos de construção de vida daquelas comunidades. Sabia que era preciso, imprescindível, voltar ao Andirá. No segundo semestre de 2013, o Programa ofertou a disciplina “História da Antropologia no Brasil”. Foi nessa convivência acadêmica com o professor Alfredo Wagner Berno de Almeida – antropólogo e pesquisador de questões que versam sobre etnicidade e territorialidade da Amazônia brasileira – que o desafio convergiu para o sentido da busca. Daquilo que para mim era quase intransponível porque supostamente inacessível.

O campo começava ali, e as formas de olhar, de percebê-lo foram sendo delineadas. Era preciso compreender e aprofundar questões que impuseram a sujeitos históricos à situação

¹⁰ Dada a especificidade dos aportes teórico-metodológicos do Serviço Social, a minha formação como Assistente Social não me permitia entender com clareza os rumos que deveria traçar frente às problemáticas que me inquietavam, embora, claro, seja inegável a sua importância em vários aspectos que demandam buscas e respostas a questões colocadas no âmbito das Ciências Humanas. Em face disso, me imbuía de uma certeza: as questões que me instigaram só poderiam ser respondidas no âmbito da Antropologia. Daí a sensação de estar *meio que fora do lugar*.

inventada de homens e mulheres invisíveis, inacessíveis. Era necessário, enfim, analisar e interpretar aquelas situações de invisibilidade a que foram relegados, sobretudo no que diz respeito às determinações da ordem jurídica, seja do ponto de vista do acesso às políticas públicas, seja com relação à política de apossamento ao território e à utilização de recursos naturais.

Foi, porém, a partir do mês de janeiro de 2013 que realizei as primeiras fases do trabalho de campo. Iniciados no quilombo de Santa Tereza do Matupiri, estes momentos foram determinantes no tocante aos objetivos propostos no projeto de pesquisa. Trata-se de dois trabalhos inicialmente desenvolvidos pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA. Vinculada a este Projeto, juntamente com o pesquisador Emmanuel Farias Júnior¹¹, assumi a coordenação dessas atividades. O primeiro trabalho foi a Oficina de Mapas, realizada simultaneamente ao Curso de GPS, no período de 14 a 19 de fevereiro de 2013. No segundo momento, participamos também como coordenadores do Curso que tratou sobre a Convenção 169/OIT, ministrado pela advogada, com formação em Direito Ambiental, Doutora Sheilla Borges Dourado, no período de 26 a 30 de setembro de 2013.

Já credenciada como pesquisadora pelo PNCSA, em parceria com o Emmanuel Farias Júnior, coordenamos outras atividades junto aos quilombos do Andirá. Desta feita, o ano de 2013 foi decisivo para a jornada de buscas e reflexões a respeito do desenrolar do trabalho de campo. Os objetivos do projeto de pesquisa eram a bússola norteadora dos meus propósitos a serem alcançados. Todavia, as perguntas que se punham à minha frente eram: A partir de novas lentes, como começar? Em que momento da observação o olhar estaria decisivamente preparado para perceber essa realidade? Tudo estava ali: sujeitos e objeto; o que mudaria mesmo era a nova forma de navegar, de caminhar, de enxergar. Apesar de delineados os passos para o enfrentamento desta trilha, tais questões permaneciam latentes sob o ponto de vista da grande aventura ou ousadia científica. Estava ali a resposta dada àquelas perguntas quanto ao início do percurso.

O terceiro retorno ao Andirá foi mais longo, pois ali fiquei no período de 11 a 30 de abril de 2014. Tal deslocamento tinha por objetivo realizar visitas “in loco” nas cinco comunidades quilombolas, interesse esse voltado exclusivamente para os objetivos delineados no meu Projeto de Pesquisa.

¹¹ Trata-se de um estudioso de temas que versam sobre a problemática quilombola. Das experiências acumuladas como pesquisador, vinculado ao PNCSA, dele sempre recebi incentivo ao longo do trabalho de campo.

A quarta ida a campo, realizada de 02 a 09 de maio de 2014, foi para atender ao convite a mim formulado pelo movimento organizativo dos quilombolas para compor a Comissão Eleitoral da eleição para o mandato da Presidência e Comissão Executiva da FOQMB, ocorrida no dia 04 de maio de 2014. Permaneci no Andirá até o dia 09 de maio para continuar as visitas aos quilombos, encerrando esta etapa com a visita nas casas dos moradores de Santa Tereza do Matupiri.

O quinto trabalho de campo aconteceu no período de 12 a 17 de agosto de 2015 em que, juntamente com o antropólogo, João Siqueira¹², participei do movimento quilombola e assessorei quanto à realização de uma Audiência Pública, organizada pela Comissão Executiva da FOQMB e conduzida pelo Ministério Público Federal – MPF, em Barreirinha.

De 17 a 22 de novembro de 2015, realizei o sexto campo. Trata-se da minha participação junto à equipe de coordenação do I Encontro de Mobilização Quilombola Sobre Cidadania, Direitos e Territorialidade, realizado pela FOQMB na comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Por se tratar de uma comunidade que agregou os primeiros remanescentes de quilombo, esta comunidade tornou-se o local de referência, motivo pelo qual os encontros, festas comemorativas, cursos ou grandes eventos sempre foram ou são ali realizados.

Cada momento dessa trilha percorrida está permeado de grandes surpresas: o impacto diante o “achado” da pesquisa, agora à minha frente; pelo encanto de ver e presenciar os gestos, atitudes e determinação de pessoas vinculadas ao movimento quilombola que pelo empenho vai ganhando força e concretude. Mais ainda, por presenciar o entusiasmo que brota a partir de críticas formuladas sobre suas conquistas adquiridas; das narrativas que fazem referência ao pedaço de chão a que foram segregados e “espremidos” no interior desse vasto território que outrora pertenceu aos seus antepassados, como sugere a fala do então Presidente da Comunidade de Boa Fé:

Nasci lá, no local chamado Inajazau [...]. Moro agora na comunidade de Boa Fé. Hoje, nós estamos aqui, quer dizer, oprimidos numa área que tem grande extensão de terra pra gente fazer uma roça, tirar um breu, cipó, tirar uma madeira pra fazer a nossa casa, pra fazer uma canoa pra andar por aí [...] Aí, dum certo tempo pra cá tudo começou a desandar sobre o problema de dificuldade de terra. Já tem outras denominações maiores que são os fazendeiros que vieram de fora [...] A gente foi perdendo o nosso espaço. Quer dizer que nós vamos ficando com um espaço curto, nós vamos ficando

¹² Trata-se do antropólogo vinculado à Delegacia Federal do Ministério Desenvolvimento Agrário no Amazonas-DFMDA/AM, responsável pela elaboração do Relatório Antropológico do RTID realizado nos quilombos do Rio Andirá.

espremidos. Hoje, nós estamos numa luta vendo se a gente consegue a nossa terra de volta (RODRIGUES, 2013).

O apelo do presidente do quilombo faz referência às ameaças enfrentadas em decorrência da ocupação do território pelos agronegócios. A invasão ao território, por certo, vem comprometendo as habituais formas de apossamento das áreas de manejo. Trata-se das dificuldades de acesso aos recursos naturais aos quais as comunidades quilombolas sempre recorreram, seja para a venda de produtos ou para a manutenção e sustento familiar.

Em face dos conflitos agrários, o movimento organizativo é a forma como o presidente do quilombo de Boa Fé se reporta para designar a ideia do coletivo: “nós estamos na luta para ver se a gente consegue a nossa terra de volta”. Os relatos extraídos da convivência com os agentes sociais fornecem elementos essenciais para descrever, refletir e interpretar o porquê “os cadeados não se abriram de primeira”, consoante expressão utilizada pela presidente da FOQMB.

A propósito da metáfora expressa pelo termo *cadeado*, como imagem empregada para designar a luta inicialmente engendrada ao longo do processo de construção da identidade étnica, Cardoso de Oliveira (2000, p.12) assevera:

[...] uma imagem só se explica – e se aplica – pelo fato de questionar sobre como melhor enxergar ou visualizar esse fenômeno sociocultural que denominamos identidade quando ele está escondido, escamoteado [...] cuja inteligibilidade requer contextualizá-lo no interior das sociedades que o abrigam.

Aduzir ao termo *identidade*, a expressão “abertura dos cadeados” certamente permitirá elucidar outros aspectos socioculturais da vida social dos quilombos a serem analisados “preferencialmente na relação com os processos de criação e de interpretação do imaginário coletivo social, ou seja, no sistema poético dos agrupamentos humanos” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p.14).

Foi em busca dessas memórias, na tentativa de compreender, historicamente, o que o tempo dos processos ofuscou, é que retornei à região de minha infância e me vi com os pés dentro do rio Andirá, como quem pede licença, busca forças e quer se sentir em casa.

Apesar da familiaridade estabelecida pelas relações de contato com essa região, o retorno ao Andirá implica ir ao mesmo lugar com a sensação de que se está indo a um novo local. Poderia ser supostamente mais fácil ir ao encontro de um novo território em busca de “novos assuntos para observar o mundo através de um olhar renovado e inocente, o que nem sempre é fácil de fazer quando regressamos a territórios familiares” (BARTH, 2003, p.19).

Para associar-me a essa cotidianidade vivenciada pelos quilombolas é que o pensamento prospera rumo à construção de um saber que permitiu, do ponto de vista epistemológico desvendar os nexos que se interligam à dinâmica das representações e dos significados sócio históricos; do sentido atribuído pelos quilombolas acerca das suas relações de vivência cotidiana reconstruídas pela memória coletiva; da construção de sua identidade, oriunda do conflito agrário, como elemento de possibilidade daquelas reivindicações de direitos territoriais progressivamente conquistados pelos quilombolas.

A referência ao espaço social diz respeito a conceitos de território e de territorialidade; às relações de poder e conflitos sociais inerentes à luta do movimento organizativo protagonizada pelos agentes sociais. Articuladas ao processo de construção da identidade quilombola do rio Andirá, em linhas gerais essas situações estão discutidas através dos capítulos conforme expostos a seguir.

No primeiro capítulo destaco o *lôcus* da pesquisa, identificado no mapa do Município de Barreirinha/AM. Situo as 486 famílias que totalizam o índice populacional de 2.430 habitantes dos cinco quilombos: Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Ituquara, Trindade e Boa Fé, e apresento os segmentos representativos dos quilombos e seus respectivos integrantes que compõem o movimento social representado pela Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQMB, Comunidades de Base, Associações Comunitárias e a Representação Distrital. Através do Mapa Social/PNCSA se tem a dimensão da área do território quilombola que vai do núcleo da Paga à Cabeceira das Formigas. Identifico as situações de conflito agrário, analisando as formas de resistência política do movimento organizativo na luta por seus direitos étnicos e territoriais.

O segundo capítulo trata da memória coletiva como marco de construção dos quilombos que tem como “mito de origem” o fundador do território, Benedito Rodrigues da Costa, o ex-escravo, identificado pelos agentes sociais como o primeiro quilombola a chegar nas áreas do Rio Andirá, nos fins do século XIX aos lustros do século XX. Para identificar a linhagem de parentesco do ex-escravo, apresento o Mapa Genealógico da “Família Rodrigues e Castro”, através do qual fica evidente que a ascendência confere aos quilombolas o direito de pertencimento e permanência à terra tradicionalmente ocupada. O quilombo de Santa Tereza do Matupiri é o local em que inicialmente aportaram os primeiros quilombolas, capitaneados por Benedito Rodrigues da Costa. Com base na genealogia da família descrevo a forma como o território vai sendo ampliado pela linhagem de descendência dos herdeiros que fundam, respectivamente, os quatro outros quilombos: Trindade, São Pedro, Boa Fé e

Ituquara. Há três mapas da Cartografia do INCRA, preliminarmente apresentados pela equipe responsável pela elaboração do RTID, datados do ano de 2015: o primeiro situa a área do território rio Andirá, destacando a localização dos cinco quilombos; o segundo se refere às famílias quilombolas até aquele momento cadastradas; e o terceiro identifica a área do território correspondente a 32.368,8 hectares. Por fim, analiso qual o significado atribuído à *terra* e ao território com base nas perspectivas do movimento quilombola.

Recorrendo aos históricos das comunidades quilombolas e adicionando a essas informações o meu trabalho de campo, analiso no terceiro capítulo os espaços sociais de vivência das cinco comunidades: os processos de fundação dos quilombos pela linhagem de parentesco, suas particularidades quanto às relações de interação social; as situações ou formas de organização do trabalho pelo acesso às áreas de manejo e uso de recursos naturais; e destaco as áreas de conflito agrário, bem como faço referências às estratégias políticas dos movimentos representativos dos quilombos de Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Ituquara, São Pedro e Trindade.

O quarto capítulo dedico à análise sobre o coletivo quilombola, destacando o processo de construção do movimento organizativo, ao tempo em que faço referência às estratégias operacionais protagonizadas em face do conflito agrário e identifico a forma como os agentes sociais frente a entraves e desafios elaboram criativamente seus ideais de autonomia política. Por se tratar de um momento em que a luta pela legalização do direito territorial se colocava de forma bastante incipiente, os objetivos se voltam para as reivindicações e implementações de políticas sociais. Quanto a isso, analiso as ações pertinentes aos seguintes programas sociais reivindicados pelos quilombolas: *Fome Zero*, *Minha Casa Minha Vida*, *Agricultura Familiar*, e *Programa Nacional Água de Primeira Qualidade*. Com base em informações registradas em atas da FOQMB, descrevo o processo eleitoral nos quilombos referente aos mandatos das presidentes da Federação: Maria Cremilda Rodrigues dos Santos e de Maria Amélia dos Santos Castro, eleitas respectivamente para os biênios: 2009-2011 e 2012-2014.

O quinto capítulo trata da luta mobilizatória por direitos territoriais. Descrevo o processo de organização do movimento quilombola, fazendo alusão à metáfora do *cadeado* que, segundo a presidente da Federação: “eles não se abriram de primeira”. Para a compreensão do processo de *abertura dos cadeados*, identifico e analiso as estratégias operacionais que contribuíram no tocante à emissão das Certidões de Autodefinição das cinco comunidades quilombolas, expedidas pela Fundação Cultural Palmares em 21 outubro de 2013 e publicadas no D.O.U em 25 de outubro do corrente ano. Posteriormente ao

reconhecimento dos quilombos, traço o percurso do movimento organizativo e suas reivindicações junto ao INCRA sobre os procedimentos a respeito do RTID, cuja Ordem de Serviço está datada de 25 de março de 2015. Descrevo as atividades da audiência pública realizada pelo INCRA no quilombo de Santa Tereza do Matupiri relativo ao último trabalho de campo da equipe responsável pela elaboração do RTID, que definiu, consoante mapa em anexo, o limite do território quilombola num perímetro correspondente a 27.816,1339 hectares. Registro, ainda, a entrevista feita com a então presidente da Federação, Maria Amélia dos Santos Castro, sobre o balanço das atividades realizadas nos quilombos ao longo de seus dois mandatos correspondentes aos biênios de 2012-2014 e 2014-2016.

CAPÍTULO I

DA PAGOÀ À CABECEIRA DAS FORMIGAS: a configuração do território quilombola do Andirá

[...] a história do Amazonas é menos um processo de ocupação territorial do que uma incorporação gradativa de mão de obra [...] A história de ocupação da Amazônia foi na verdade um processo por meio do qual a sociedade e a economia colonial constituíram como um recurso econômico – uma força de trabalho submetida a condições de controle e exploração basicamente similares a do escravo negro – outras regiões do país.

Oliveira Filho

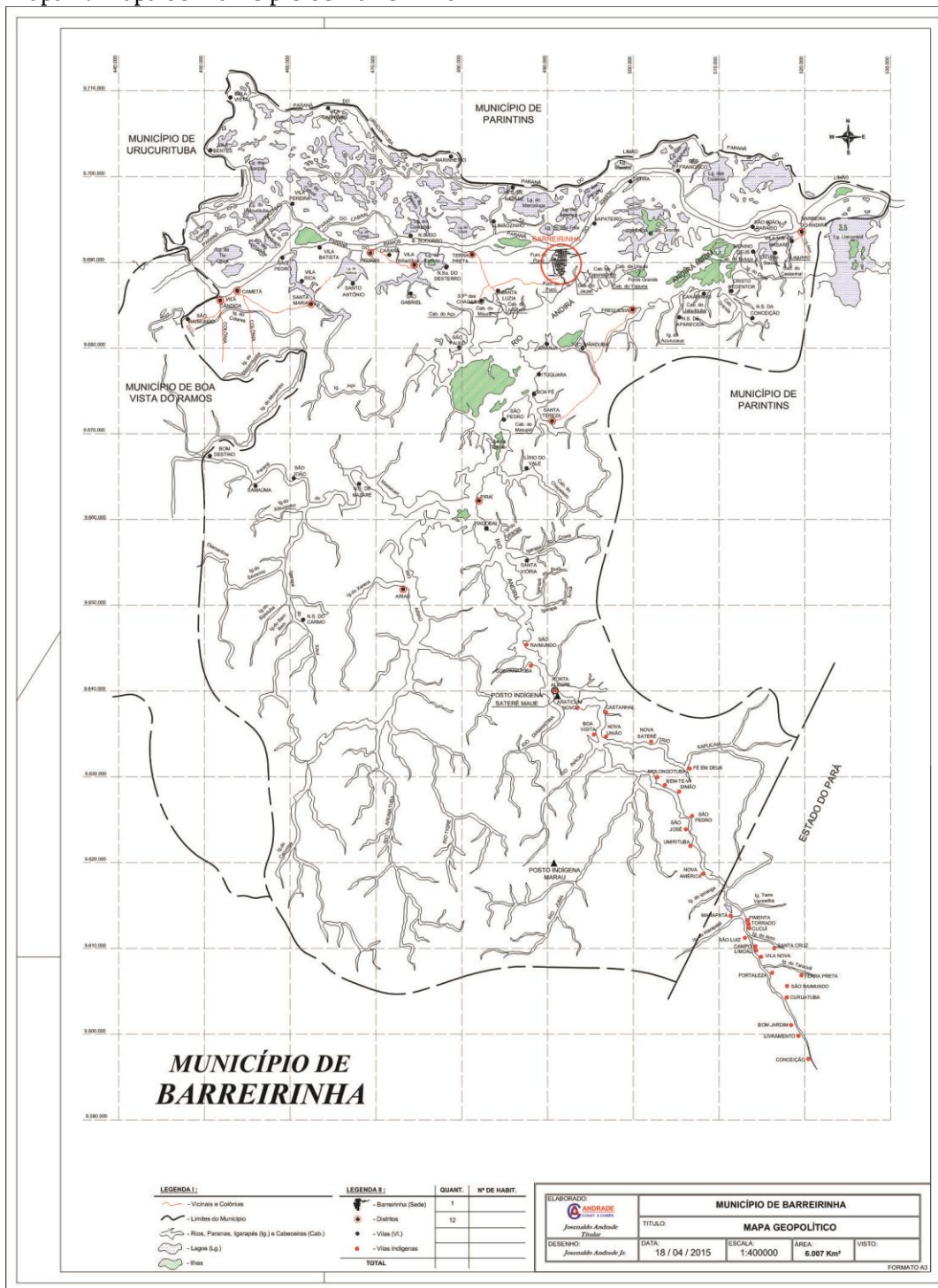
1.1 A delimitação do território quilombola sob a ótica dos agentes sociais

Distante, no espaço e no tempo, me vi, mais uma vez, em meio a paisagens conhecidas e reconhecidas que se mesclavam ao sabor de compromissos e dívida: o município de Barreirinha. A pequena cidade, localizada à margem direita do Paraná do Ramos – braço do Rio Amazonas – e do lado oposto, as paisagens envolventes do Rio Andirá.

Fundada em 1881, Barreirinha completou 135 anos, no dia 09 de junho de 2016. A região limita-se: ao Norte com o município de Parintins, a Leste com o estado do Pará. O índice populacional do município é de 27.326 habitantes, conforme dados oferecidos pelo IBGE/2010. Deste total, 12.422 são moradores da área urbana e 14.939 estão distribuídos nas áreas rurais¹³ que se estendem ao longo do Paraná do Ramos e do Rio Andirá.

¹³ É importante destacar que o uso recorrente da categoria “interior” sempre estará posta nas narrativas dos quilombolas com a mesma equivalência do significado atribuído à nomenclatura “campo”. Isto porque, na Amazônia, explica Paes Loureiro (1995, p. 202), “o mundo dos rios e da floresta é o *interior*”. Outro uso do termo é “para quem está na capital o mundo rural é todo o mundo do *interior*. Para quem está nas cidades do interior, o *interior* é propriamente a parte rural”.

Mapa 1: Mapa do município de Barreirinha



Fonte: Eng. Josenaldo Andrade, 2015.

Das vinte e três comunidades rurais que ficam às margens ou nas enseadas do rio Andirá, cinco são quilombolas: Ituquara, Boa Fé, Santa Tereza do Matupiri, São Pedro e Trindade. Trata-se de unidades sociais, cujas lutas mobilizatórias engendradas pelo

movimento organizativo implicou na configuração do espaço físico, designando-as como pertencentes a uma “territorialidade específica” (ALMEIDA, 2008)¹⁴.

Estima-se que há 486 (quatrocentos e oitenta e seis) famílias, totalizando 2.430 (dois mil, quatrocentos e trinta) habitantes do território quilombola. Somam-se aos moradores da região do rio Andirá, os indígenas da etnia Sateré-Mawé¹⁵.

Desse universo, com base no cálculo de cinco pessoas por família, o contingente habitacional dos quilombos está assim distribuído¹⁶: Santa Tereza do Matupiri: 225 famílias (1.125 habitantes); São Pedro: 63 famílias (315 habitantes); Ituquara: 45 famílias (225 habitantes); Trindade: 87 famílias (435 habitantes); e Boa Fé: 66 famílias (330 habitantes). Tal quantitativo certamente se ampliará consideravelmente, visto que há ainda três quilombos em processo de organização política para a obtenção de sua autodefinição, quais sejam: Pirai, São Paulo do Açu e Boas Novas.

Os quilombos se fazem representar por 04 (quatro) segmentos organizativos: a Representação Distrital; as Comunidades de Base, vinculadas à Igreja católica; as Associações Comunitárias dos cinco quilombos; e os 15 (quinze) membros que compõem a Comissão Executiva da Federação da Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha – FOQMB. Das quatro representações, apenas o Presidente Distrital não concorre a cargo eletivo, pois é indicado por membros do Conselho Municipal do Executivo local, tendo por responsabilidade articular demandas propostas pelos quilombos junto aos órgãos públicos, sejam eles estaduais e/ou municipais.

As informações prestadas pelos representantes desses segmentos são cruciais, sobretudo para proceder às análises no que se refere ao desdobramento das lutas e conquistas resultantes das pautas de reivindicação do movimento organizativo das comunidades de remanescentes de quilombos.

¹⁴ Para o autor, trata-se de uma noção prática nomeadamente empregada para delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados. As *territorialidades específicas* “podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território” (ALMEIDA, 2008, p. 29).

¹⁵ Nunes Pereira (1980, p. 685) explica que, segundo a tradição, teriam os mesmos Maué aportado ao sul da ilha de Tupinabarana (atual cidade de Parintins, no Médio Amazonas), desde 1669. Amparado na obra Curt Nimuendaju, explica o autor que há representantes dessa tribo em vários sítios, dentre os quais na área dos rios Andirá e Maués-Açu. A tribo pertence à nobre família Tupi. Entretanto, dos cinco clãs o mais importante dos Maué é o sateré cujo totem é denominado BICHO, pois é proibido pronunciar-lhe o nome. Os outros totens estão citados na obra, de acordo com o nome dos animais que os designam.

¹⁶ Dados fornecidos pelo INCRA, consoante levantamento cadastral das famílias, realizado no período de 19.09.2014 e 15.06.2015, para fins de elaboração do RTID.

Atualmente, 2016, são eles os agentes sociais com funções representativas junto ao movimento quilombola: Maria Amélia dos Santos Castro, Presidente da FOQMB; Gláucio Paixão da Silva é Presidente Comunitário Distrital, residente em Santa Tereza do Matupiri; Presidentes das Associações Comunitárias: Elivaldo Pinheiro da Silva (Boa Fé) e Gabriel Fernandes de Paula (Ituquara) que, respectivamente, respondem também como representantes da Comunidade de Base, Benedito Pereira de Souza (São Pedro), Geferson Dias Viana, Presidente da Comunidade e responde também pela Comunidade de Base (Trindade); Representantes da Comunidade de Base: João Xisto Castro Neto (Santa Tereza do Matupiri), e Francisco José da Silva (São Pedro).

Os três segmentos antecedem à fundação da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha - FOQMB, criada em 2009. Exceto as Comunidades de Base, essa estrutura organizativa tem sido bastante questionada em Assembleias Gerais da Federação, principalmente com relação à forma pela qual é escolhido o representante Distrital.

Outra discussão recorrentemente conduzida pela Comissão Executiva da Federação é sobre as Associações Comunitárias dos quilombos. Em várias reuniões de que participei as discussões estão sempre orientadas no sentido de que os representantes revejam os critérios de funcionamento das Associações, por vezes, ainda atreladas, subordinadas e engessadas politicamente por ações clientelistas advindas de negociações junto ao poder local. De acordo com a Presidente da FOQMB, isto tem dificultado a mobilização e avanço do movimento como um todo. Sobre a representação de Associações Comunitárias dos cinco quilombos, outro argumento se ampara no fato de que, pela força da representatividade política, a Federação já se faz representar em todos os quilombos.

Cumprindo as orientações do Estatuto da Federação, os quilombos elegem em assembleia setorial seus três representantes, cujos nomes são submetidos à assembleia geral que encaminha a eleição por via do voto secreto ou por aclamação. Os quinze membros compõem a estrutura organizacional da Federação, representada pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretários, Tesoureiros, membros da Coordenação Executiva e pelo Conselho Fiscal. Este assunto tratarei de forma detalhada quando da análise sobre as eleições ocorridas nos quilombos.

Relativo às situações enfrentadas pelo movimento quilombola, a metáfora do *cadeado*, expressa a intencionalidade dos agentes sociais no sentido de construir consenso a partir da

própria diversidade dos fatos; do conflito vivenciado que suscitou ou se converteu em objeto de discussão consolidado por via das pautas de reivindicações dos agentes sociais. Com a fundação da FOQMB, em 2009, entre outros objetivos, o movimento mantém, como finalidade precípua, a legalização jurídica do território quilombola.

Exemplo disso foi a deliberação em Assembleia Geral que encaminhou ofício, em 2013, ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia¹⁷, solicitando a realização da Oficina de Mapas. O objetivo seria identificar oficialmente o território quilombola; suas potencialidades quanto aos recursos naturais e, entre outras, as áreas de conflito agrário. Através de croquis elaborados pelos agentes sociais se tem a dimensão quanto à configuração do território quilombola representado através do mapeamento social.

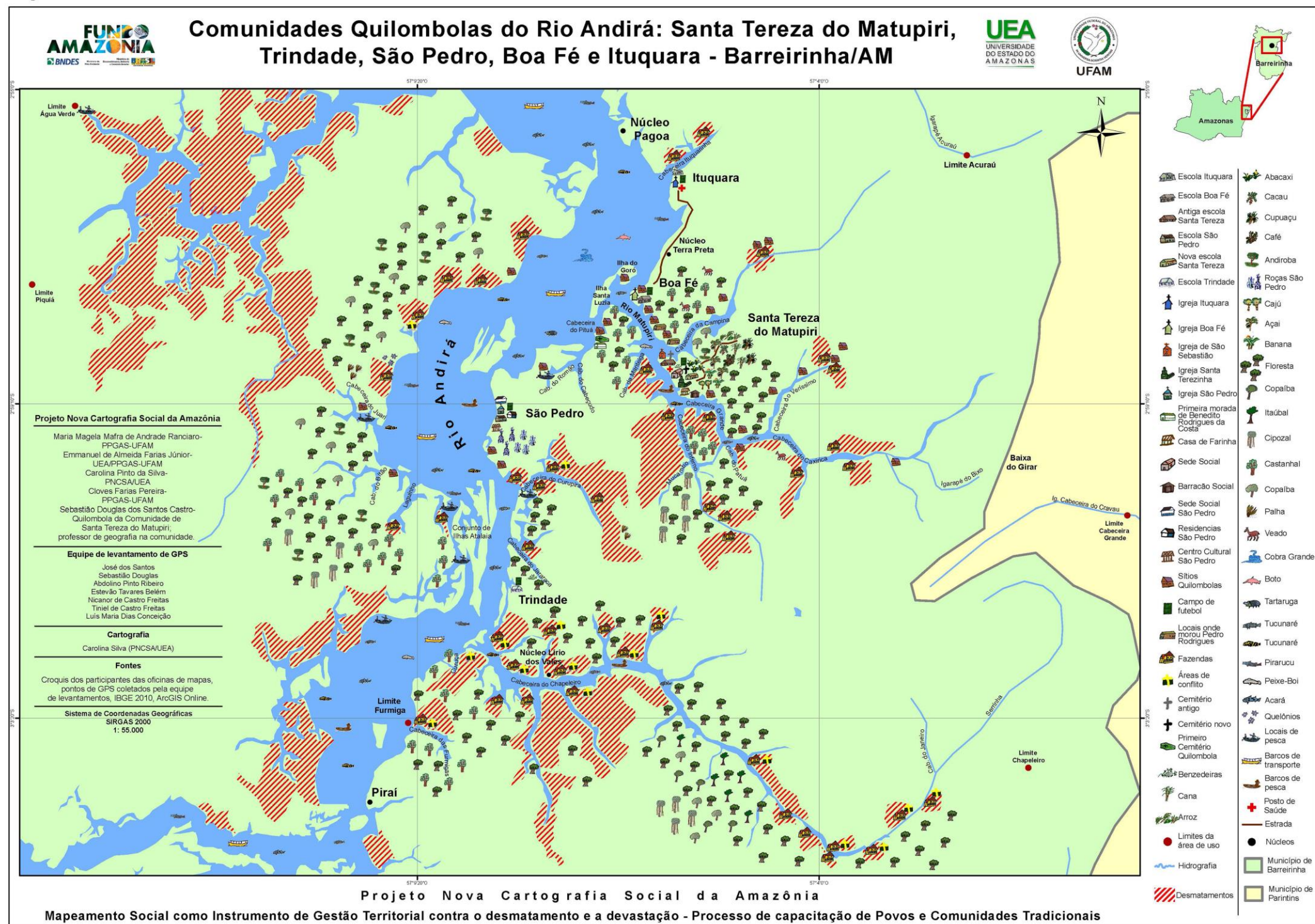
Simultaneamente à Oficina de Mapas, realizou-se o Curso de GPS através do qual foi possível habilitar uma equipe composta por representantes de cada unidade social designada como *quilombo*¹⁸ que ficou responsável por identificar, nos croquis, as áreas pertencentes ao território. Os pontos por eles “batidos” possibilitaram vislumbrar a área geográfica do território e a realidade social dos quilombos, conforme mapa adicionado ao Fascículo Nº 4, sob o título “Quilombolas do Rio Andirá – Barreirinha/AM (Vide: Mapa Social – Mapa 2).

O processo de organização dos quilombos do Rio Andirá tem como referência a memória coletiva que baliza e sustenta as reivindicações no que concerne o direito ao território originariamente identificado pelo seu fundador. Desta feita, a construção da identidade quilombola tem como referência o “mito de origem” representado pelo ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa. As atas da Federação e as narrativas orais sugerem se tratar do primeiro quilombola que, fins do século XIX e início do século XX, aportou em locais do rio Andirá. Não obstante, os fatos indicam que a comunidade de Santa Tereza do Matupiri foi fundada posteriormente à chegada de Benedito ao lago do Matupiri.

A memória resgata imagens do passado para reconstruir-se coletivamente no presente com perspectivas de projeções futuras. Amparados na reconstrução da memória, a partir de 2009, com a fundação da FOQMB, os laços fortaleceram-se, imprimindo aos agentes sociais novos caminhos a serem politicamente traçados.

¹⁷ O PNCSA tem como coordenador geral o professor Alfredo Wagner. Faz parte de uma das atividades do Projeto, o Mapeamento Social que tem como objetivo precípua promover cursos de capacitação de povos e comunidades tradicionais como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação.

¹⁸ Conforme consta do Mapa, participaram da equipe de levantamento de GPS: José dos Santos, Sebastião Douglas, Abdolino Pinto Ribeiro, Estevão Tavares Belém, Nicanor de Castro Freitas, Tiníel de Castro Freitas e Luiz Maria Dias Conceição.



Com o passar do tempo, o território é ampliado pela linhagem de descendência de seu fundador. Calculado em 32.368,68ha¹⁹, o perímetro estende-se do núcleo denominado de Pagoa até a Cabeceira das Formigas. Foi com base nesses dois pontos de referência, ao longo dos quais estão assentados os cinco quilombos, que os agentes sociais, responsáveis pelo levantamento de GPS, demarcaram a área do território, como se vê no mapa 2.

Para elucidação dos fatos incorporados nas relações sociais que se estabelecem no âmbito da vivência cotidiana dos quilombos, as áreas de manejo e de conflitos, bem como de outras situações ocorridas, o mapa social explicita 58 (cinquenta e oito) itens legendados, permitindo identificar toda a realidade da área que compõe o universo do território quilombola. O que implicaria, por motivos óbvios, no aproveitamento racional desse espaço, cuja organização da produção “agregando valor através de tecnologia simples constitui outro fator de agrupamento que deve ser considerado” (ALMEIDA, 2008, p.93).

Do ponto de vista da organização social dos quilombos, tem-se a dimensão da complexidade dos fatos identificados no referido mapa: dos sítios quilombolas, das áreas de manejo e de conflitos agrários; de outras relações sociais que se articulam nos espaços sociais compreendidos como: locais de moradia dos primeiros quilombolas a chegarem no Andirá; núcleos residenciais dos cinco quilombos e as residências de benzedeiros, bem como: as escolas, igrejas, barracões sociais, postos de saúde, cemitérios, centros culturais, campos de futebol, locais de roças e casas de farinha, tipos de transporte, entre outros, os barcos de pesca.

Os recursos naturais disponíveis foram identificados no Mapa Social, com destaque a várias espécies de plantações: abacaxi, cacau, cupuaçu, café, caju, açaí, banana, cana e arroz. A área de floresta em geral nativa abriga plantas medicinais, com destaque à copaíba e andiroba ou aquelas também de utilidade extrativista: cipozal, castanhal, palha, itaubal e o breu (resina semelhante ao pez negro). No tocante aos animais de caça: veado, anta, capivara, tatu; os de captura do pescado: tucunaré, pirarucu, acará; de quelônios: tartaruga e tracajá, entre outros: a cobra-grande e botos.

¹⁹ Em alusão ao perímetro, o território quilombola está calculado através do mapa elaborado pelo INCRA (Vide Mapa 5) e de informações repassadas à senhora Maria Amélia, presidente da FOQMB, por meio do Ofício/INCRA/SR (15)G Nº 128/2016, datado de 14.03.2016. Consta do documento: “... informamos previamente, que os estudos visando a elaboração do RTID e a discussão junto às comunidades da proposta de território foram concluídos no período de **16/11/2015 a 21/11/2015**. Sendo que com um perímetro do território de 32.368,68 hectares **foi** aprovado em assembleias setoriais nas comunidades e registrado em ata...” (Assinam: José Brito Braga Filho, Chefe da Div. Ord. Estrutura Fundiária; e Jorge Cláudio Serra Gonçalves, Superintendente Regional Substituto – os grifos são do original).

Nas áreas sinalizadas a partir da hidrografia, bem como de estradas e do limite da área de uso tem-se a dimensão do número de ilhas, dos lagos apropriados para a pesca e da floresta no entorno dos quilombos. Os pontos de conflito são sinalizados pelas fazendas e/ou madeiras, onde se percebem as áreas de grave desmatamento no entorno. Trata-se da instalação de 44 (quarenta e quatro) fazendas das quais 15 (quinze) estão identificadas como pontos de conflito agrário.

Há de se notar que tais fazendas se avizinham aos *sítios* quilombolas. Das extensas áreas desmatadas e ocupadas por fazendas, particularmente no quilombo de Trindade, registram-se 11 (onze) áreas de conflito. Trata-se de uma cabeceira, denominada de Chapeleiro, cujos locais – conforme interpretado nos relatos dos quilombolas –, por serem propícios para o pasto são frequentemente explorados por fazendeiros; fartos em lagos que comportam grande variedade de peixes, comumente comercializados por pescadores profissionais; ricos em floresta, em geral inativa e comercializada por madeiros.

Esse quantitativo de fazenda, todavia, não exclui ou reduz o conflito nos outros quilombos em que estão fixadas duas ou quatro fazendas. A exemplo de Trindade, os quilombos de São Pedro, Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé e Ituquara vêm sendo também gravemente penalizados, tanto pela pesca predatória quanto pela pecuária e ação de madeiras.

A impossibilidade de acesso às áreas de uso comum tem se dado em decorrência das limitações a eles impostas pelos agronegócios, estrategicamente localizados nas grandes cabeceiras, respectivamente denominadas: Jararaca, Curupira, Manteiga, Inferno, Cabeceira Grande e a Cabeceira do Ituquarinha. São regiões cortadas de lagos e densa vegetação, embora bastante prejudicadas pelo desmatamento, ainda comportam extensa floresta da qual os quilombolas se utilizavam para abertura de roçado e outras plantações ou para extração de recursos naturais para simples comercializações ou delas apropriavam-se para a demarcar suas áreas de uso comum.

Essa panorâmica permitiu à equipe responsável pela demarcação dos pontos batidos, posteriormente ao Curso de GPS: identificar e delimitar os espaços pertencentes ao território. Posteriormente, com base nesse trabalho, é que os agentes sociais através do movimento organizativo fundamentam sua discussão e deliberam suas pautas de reivindicação junto ao INCRA e MDA face a delimitação da área e de situações relativas ao processo de regularização fundiária do território quilombola do Andirá.

Em meio a conflitos agrários, a partir de 2011, o avanço relativo às lutas do movimento organizativo, quanto a reivindicar o território, as áreas em que estão localizadas as cinco comunidades quilombolas do rio Andirá passaram a ser concebidas e identificadas, sobretudo, pelos agentes sociais, sob o uso recorrente do termo “quilombo”. Todavia, o termo “comunidade”, enfaticamente aqui empregado, deve contrapor-se àquelas classificações que o relacionam contraditoriamente com o que se propalou entender por comunidade urbana.

Ao longo da história, tal interpretação liga-se imediatamente aos termos *campo* e *cidade*. Por isso mesmo, perfilam na literatura com fortes significados, como analisa Raymond Williams (1989, p. 11), para quem há duas formas que se convencionou analisá-las: por atitudes emocionais em que o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples e a cidade associou-se à ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz; por associações negativas: a cidade passou a ser vista como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação.

Pela dinâmica das relações de vida e trabalho dos quilombos do Rio Andirá as práticas dos agentes sociais têm demonstrado contraposições que perpassam as duas modalidades de compreensão. Ou seja, tanto àquela forma natural de vida ou daquela enfadonhamente marcada pelo atraso ou pela ausência de desenvolvimento tecnológico, o conceito de comunidade aqui empregado sugere entendê-la como espaço de conflito e de sociabilidade. Neste sentido, o uso recorrente do termo “comunidade” deve ser interpretado a partir de dois aspectos: como sentimentos comuns de sociabilidade dos quilombolas em face dos objetivos inerentes à construção das suas relações sociais; e como arena de enfrentamento em cujo espaço, impregnados de contradições sociais, perpassam relações de conflitos. Os fatos se evidenciam, sobretudo quando se trata de lutas enfrentadas pela garantia de direitos étnicos culturais e territoriais a serem adquiridos; conquistados pelos quilombolas.

Daí porque, contrário ao conceito de “comunidade” que sugere entendê-la como “grupo limitado e definido” (GUSFIELD, 1975, p. XVI), os conflitos se expressam e são identificados relacionalmente a partir de interesses que se conjugam ou se contrapõem aos reais objetivos dessas comunidades quilombolas. Na comunidade, enquanto espaço contraditório – de conflito e socialização –, os elementos intrínsecos nessa relação devem ser interpretados, entre outros, sob o ponto de vista de conquistas quanto ao apossamento e utilização das áreas de manejo. A contraditória luta engendrada pelos agentes sociais em

confronto com seus antagonistas e em prol de sua autonomia como identidade coletiva e de direitos territoriais se tornam evidentes.

Essas questões podem ser analisadas com base nos estudos de Gusfield (1975, p. XVI). Para este autor, deve-se levar em consideração o conceito de comunidade, interpretada no seu aspecto relacional que aponta para a qualidade ou o carácter das relações sociais. Jamais identificá-la como mera localização e voltar-se para as formas em que os membros do grupo estabelecem relações de cooperação e conflito: a existência ou ausência de vínculos de semelhança e simpatia, que une ou diferencia uma coletividade de pessoas. Por ser dinâmica, viva e pulsante a comunidade é “marcada por características peculiares e/ou conflituosas de alguns relacionamentos humanos e por isso mesmo não deve ser concebida como grupo limitado e definido” (GUSFIELD, 1975, p. XVI).

A partir dessas considerações trataremos de situações especificamente voltadas para os quilombos do rio Andirá. Esta análise se reportará ao território interpretando-o como instância complexa e contraditória que agrega unidades sociais²⁰ e informa sobre o sentimento de pertença. Os argumentos propostos se referem aos conflitos e à resistência de lutas do movimento organizativo. Trata-se das formas de uso e gerenciamento dos recursos básicos e/ou naturais e os interesses socioculturais e econômicos que emantam as complexas situações de vida e trabalho dos quilombos em face da evidência de situações profundamente contrastantes, como analisadas no tópico subsequente.

1.2 Conflito e resistência: a *chave* e processos de abertura dos *cadeados*

Duas situações compõem o quadro de agravamento subjacentes à luta pela conquista de direitos étnicos dos quilombos do Andirá: uma se refere ao agenciamento de concessão das políticas públicas; a outra se volta para os conflitos sociais oriundos da disputa pela posse da terra, ambos sob o controle de agências ou de agentes externos.

De maneira geral, é importante ter a compreensão sobre as formas de intervenção político-administrativa de que o poder se apropria e através de cujos mecanismos passa a controlar e gerenciar vários aspectos da vida humana. Como tais ações convergem para o âmbito da comunidade, convém ressaltar que:

²⁰ A dinâmica dessas relações é analisada por Almeida, tendo por base a definição da noção de *Povos e Comunidades Tradicionais*, constante do Decreto Nº 6.040/2007 (art.3). Infere o autor que, em termos analíticos, reportando-se ao uso comum de recursos básicos, o controle a essas ações se amparam em “normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas em vários grupos familiares, que compõem uma unidade social” (ALMEIDA, 2008, p. 28).

O Estado é uma agência de grande alcance, mas ainda assim uma agência. O Estado pode assumir, às vezes, forma absolutista ou “totalitária”, pretendendo controlar todos os aspectos da vida humana. Mesmo que essa pretensão se concretize *plenamente* – o que nunca seria o caso – o Estado não passaria a ser comunidade, mas uma associação a controlar a comunidade (MacIVER e PAGE, 1973, p. 117).

Assim entendido, a fronteira demarcada pelo fenômeno sociocultural de construção da identidade, o agravamento se desloca para a esfera do político onde repousam situações que sugerem dificuldades de acesso a direitos constitucionais: de um lado, a ausência de gerenciamento a planos, projetos e programas sociais; do outro, a falta de posicionamento institucional relativo à tramitação de demanda sobre a regularização fundiária do território. Todavia, ambos assim identificados, imprimiriam aos quilombolas, de forma determinante, a obstinada luta pela autonomia imputada ao direito de pertencer ao território; de firmar direitos étnicos. As narrativas apontam situações que explicitam a condução desses procedimentos pelas esferas administrativas.

Em ambos os casos, ou seja, tanto na esfera das políticas públicas quanto ao posicionamento estatal acerca de situações com implicações jurídico-administrativas que engendram a política de territorialidade, a narrativa da presidente da Federação é esclarecedora:

Na SEPROR nós reivindicávamos sobre as casas dos trabalhadores rurais, que haviam começado e, nunca foi terminado, como também não foi terminado o Programa “Agricultura Familiar”. A alimentação do Programa “Fome Zero”, a gente procurava a CONAB e o MDA; na FUNASA era pra resolver o problema dos poços artesianos que não temos nas comunidades até hoje [2015]. Fomos enganados, nos enganaram muito, muito mesmo! Então, tudo isso nós passamos para conseguir o que ficou tudo pela metade; pelo meio do caminho! (Maria Amélia dos Santos Castro, presidente da FOQMB, entrevista: 05.02.15).

No tocante aos direitos territoriais, Maria Amélia, se posiciona:

Então, foi assim, no mês de outubro de 2013 foram assinadas aquelas Certidões da nossa auto-identificação como da remanescente de quilombos, só que no ano de 2012, em dezembro, quando eu já era presidente da Federação, eu fui lá no INCRA e levei um Ofício que eu pedia que a Presidente, dona Maria do Socorro Marques Feitosa, retomasse um pedido que já estava lá e que falava sobre a demarcação do nosso território. Um processo nosso que foi “trancado” no INCRA e não deu continuidade, não sabemos por quê! Esperamos, nenhuma resposta chegou! Quando foi em março de 2013, eu pensei assim: Num vou mais só com um ofício assinado, agora eu vou levar mesmo é um documento que todos provem que são reconhecidos; são da remanescente e moradores dos quilombos, nossos parceiros, né? Reunimos, ao todo, 322 (trezentas e vinte e duas) assinaturas. Pensei: “Agora, eu não estou mais sozinha”. Porque ali tinha comigo, no papel, todos aqueles que assinaram! (Maria Amélia dos Santos Castro, presidente da FOQMB, entrevista: 05.02.15).

No âmbito de decisões do direito à terra, é evidente a urgência de atendimento às demandas constantes da pauta de reivindicações do movimento organizativo. Os locais a que tinham acesso foram transformados em pastos, da floresta ameaçada pela queimada ou da constante extração irregular de madeiras, além dos rios e lagos completamente comprometidos pelo predomínio da pesca predatória. São fatores que permitem aos quilombolas estabelecerem-se ou reconquistarem aqueles espaços que, em tempos pretéritos, pertenceram aos seus antepassados. Neste sentido, o passado é evocado como elemento da memória coletiva, vivamente impulsionada na esfera de decisões que o presente momento sugere. Como dado determinante das ações de resistência e mobilização em face do ideal de autonomia, tais propósitos estão materializados nas pautas de reivindicação debatidas em reuniões, encontros e assembleias do movimento organizativo dos quilombos.

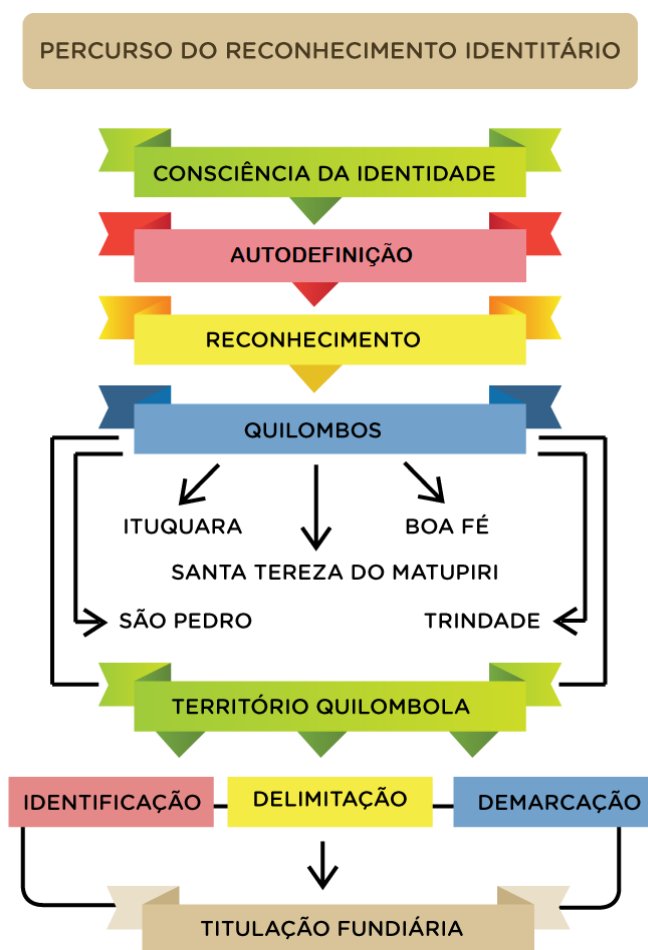
A luta pela conquista do território balizada pelo movimento das comunidades quilombolas é pactuada em prol das terras tradicionalmente ocupadas pelos seus antepassados. Segundo relato dos agentes sociais, o enfrentamento de interesses percorre períodos de graves conflitos agrários que datam mais precisamente desde a década de 1980. Conforme verificado no Mapa Social (Vide: Mapa 2) trata-se de parte considerável do território que foi ocupada pelos agronegócios: madeireiras, pecuária e pela pesca predatória.

Marcados por entraves e conquistas os fatos relatados ao longo do trabalho evidenciam os processos que se foram consolidando por via da luta do movimento quilombola. Isto leva a crer que a conquista dos quilombos como *territorialidade específica* permite nomear direitos por via da delimitação do espaço, indicando, com isso, as “unidades sociais que compõem os meandros dos territórios etnicamente configurados” (ALMEIDA, 2008, p. 29). Este processo é vislumbrado com a passagem que demarca a fundamentação da identidade étnica deslocada da categorização de *ribeirinho* para, assim, constituir-se no coletivo *quilombola*.

Anteriormente ao processo de autodefinição e reconhecimento como quilombolas que ocorreu em outubro de 2013, os quilombos de Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Ituquara, São Pedro e de Trindade, em período muito recente eram recorrentemente denominados de *comunidades ribeirinhas*. Atribuição que decorre por pertencerem a determinados povoados rurais, localizados às margens de rios, enseadas, lagos ou igarapé.

Com a *autodefinição* dos agentes sociais e posteriormente a emissão das *Certidões de Reconhecimento*, pela Fundação Cultural Palmares-FCP²¹, os fatos evidenciam e demonstram que politicamente os quilombos constituem uma constelação de unidades sociais (FIGURA 1), numa franca demonstração de que estão representados por uma identidade coletiva designada juridicamente como *comunidades de remanescentes de quilombos*. Sob o ponto de vista político-organizativo, isto diferencia do que os qualificava, segundo a caracterização e definição de *ribeirinho*, por simplesmente pertencerem a uma comunidade localizada à margem de um rio ou identificada como mero povoado rural.

Figura 1: Território Quilombola do Rio Andará



Fonte: Gabriel de Andrade Ranciaro, 2016

²¹ De acordo com o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, tendo por base o Art. 68/ADCT e, mediante à autodefinição dos remanescentes das comunidades dos quilombos, compete à Fundação Cultural Palmares registrar em Cadastro Geral as Atas de autodefinição da própria comunidade e expedir certidão respectiva na forma do regulamento (Art. 3º, § 4º).

Ultrapassando a suposta ideia de remanescente ou de tradição como resíduo ou do que sobrou de tempos remotos, esses espaços tradicionalmente ocupados pelos agentes sociais são por eles politicamente construídos e, hoje, concebidos como “comunidades remanescentes de quilombos” (Art. 68 do ADCT). Em alusão aos espaços ou às áreas nas quais perpassam suas relações de contato e as contraditórias formas de gerir sua existência material, isto é, em meio a conflitos e interações sociais, os agentes sociais, representados pelos seus movimentos mobilizatórios, colocam às claras a convicção de que “hoje se projetam no campo político através de uma identidade coletiva designada principalmente como **quilombolas**” (ALMEIDA, 2011, p. 7).

Ao longo desse processo de luta, os conceitos relacionados a território e territorialidade identificados paradoxalmente como algo que apenas congrega indivíduos; como locais definidos segundo classificação de critérios administrativos, seja através das categorias censitárias, denominadas pelo IBGE ou cadastral, conforme definidas pelo INCRA (ALMEIDA, 2011, p. 56), passaram a assumir outros significados. As denominações e as práticas de vivência estabelecidas entre os quilombos do rio Andirá demonstram que tais concepções se referem a um complexo espaço de lutas contraditórias. Do ponto de vista da moradia, ou seja, da autonomia de suas relações cotidianas o acesso às áreas de uso comum – extensivo ao consumo do que delas provém – sempre essa produção esteve vinculada, entre outras, às atividades extrativistas ou agrícolas.

Ao longo do processo de luta por conquista de direitos étnicos, em 2016, a avaliação da presidente da Federação faz referência a conquistas alcançadas, sejam elas adquiridas no âmbito das relações de contato, de sociabilidade ou de conflito. Implica perceber que nessa relação há uma legítima interlocução quanto aos ganhos adquiridos pela luta do movimento, ou seja, pelo acesso e apossamento de recursos naturais tão ameaçados devido à limitação de espaços a eles imposta. Apropriar-se do sentimento de pertença, pelo relato evidencia-se a noção ressignificada de *quilombo* articulada à condição de ser *quilombola*:

Então, ser quilombola é orgulho e felicidade; ninguém se envergonha mais de ser negro! Depois destas conquistas que nós conseguimos junto com todas as cinco comunidades, eu como presidente da Federação, para mim, muita coisa mudou, principalmente, a convivência; o olhar de cada quilombola se modificou! Hoje eles se sentem livres, comparando com o que eram. Hoje, eles não são mais aquelas pessoas que pensavam que estavam no fundo do poço. Hoje em dia, não pensam mais assim, hoje, eles estão libertos, andando com seus próprios pés, conhecendo e vendo aquilo que eles não enxergavam porque não conheciam (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da FOQMB, 13.01.2016).

Hoje, para além desse entendimento, os agentes sociais através do movimento representativo constroem seus esquemas de reivindicação, intervenção e mobilização política. A interpretação está tangenciada em suas relações cotidianas, atribuindo-lhes um novo significado aos seus espaços de vivência. Pertencer ao território e se autodefinir como quilombola fica evidente a partir das relações de contato, como os moradores do município de Barreirinha e outras realidades adjacentes reformulam sua concepção a partir de conquistas adquiridas pelos quilombolas. O espaço e os agentes sociais são politicamente ressignificados. Como pertencentes a uma “territorialidade específica” (ALMEIDA, 2008) e portadores de direitos étnicos, essas cinco unidades sociais em processo de construção permanente são atualmente percebidas e identificadas como uma organização étnica pertencente ao território quilombola do rio Andirá.

Ser quilombola ou pertencer ao quilombo, nas narrativas dos agentes sociais fica evidente o significado que os termos comportam quando tais expressões são por eles utilizadas para exprimir determinada autonomia política, ou seja, certo sentido de luta identitária e de pertencimento ao território. Trata-se, sobretudo, de procedimentos que se lançam para além das relações interpessoais, para constituir-se politicamente num coletivo. Na luta pela conquista de direitos étnicos, a intencionalidade e as ações dos agentes sociais têm demonstrado que o movimento organizativo “não dissocia lutas econômicas de afirmação identitária, nem tampouco território de identidade” (ALMEIDA, 2011, p.49).

Atualmente – contrário aos conceitos que os designavam como resquícios “arqueológicos”, identificando-os por fatores biológicos, ou do que se julgava como grupos isolados ou aqueles de população homogênea, e mais, como resultantes de movimentos insurrecionais ou “rebelados” –, os quilombos expressam um sentido interpretativo, identificando-se como “grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio” (O'DWYER, 2010, p. 42).

O *território* assim concebido, indica espacialidade; o local culturalmente construído a partir de lutas identitárias – emantadas no significado político-organizativo que o designa ou está encapsulado na concepção de *etnicidade* –, imprimindo ao território o conceito que se objetiva por via do sentimento de pertença. Nesta perspectiva, levando em conta o marco interpretativo, a categoria *territorialidade* deve ser entendida como processo que se desdobra na própria dinâmica da disputa política, através da qual o movimento mobilizatório coloca em prática tática e estratégias, acionadas

[...] a partir da correlação de forças e do grau de coerção exercidos pelos antagonistas. A fronteira étnica, neste sentido, consiste numa fronteira política materializada nos marcos ou no reavivamento de pedras de rumo e de limites naturais, cuja simbologia é acionada para fixar as diferenças. A dimensão histórica e arqueológica dos **quilombos** cede lugar a esta atualidade da mobilização política (ALMEIDA, 2011, p. 95).

A propósito dos processos de luta organizativa dos quilombos do rio Andirá, é possível asseverar que a identidade desses grupos é construída política e socialmente, como assevera Maria Amélia:

Então, isso foi pra gente de grande importância dentro das nossas comunidades, hoje se tratar de um território, um sonho que há muito tempo, muitas pessoas que já se foram sonhavam com isso. Com o que hoje em dia a gente está conquistando e concluindo a nossa palavra de dizer que eu tenho certeza que todas as comunidades que estão dentro da área quilombola sejam felizes, porque é o seguinte: feliz que eu digo é ter conquistado ser feliz dessa maneira; de hoje todo mundo se sentir liberto; de ter o direito de dizer “não” ou “sim, isso é nosso!”; de lutar pelo direito de zelar por essa propriedade que não é sua; é nossa! Então, a liberdade de todo mundo é se sentir feliz por dizer “isso é nosso”; se torna melhor do que dizer “isso é meu”. Não, não é seu! O que conquistamos pertence a um conjunto de pessoas, unidas e trabalhando por um só sentido! (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da FOQMB, 13.01.2016).

O que também não sugere se tratar do número ou da dimensão de espaços ocupados pelos agentes sociais, mas como produto de experiência vivida; de práticas compartilhadas ao longo de sua trajetória e, portanto, a sua continuidade enquanto grupos que se organizam e reivindicam certa autonomia política por via da concepção de que a luta é *pelo direito de zelar por essa propriedade que não é sua; é nossa!* Trata-se do sentido plural de conquista que encerra o conceito de *chão*, percebido como “tessitura complexa entre tempo e espaço de permanência em lugares, experiências, destinos e desejos” (LEITE, 2010, p. 29). Tangenciada pelo discernimento do que vem a ser o sentimento de pertença, a *propriedade* é vista sob a ótica de perspectivas do coletivo quilombola, consoante a presidente da Federação referindo-se aos seus parceiros admite que o território: *Não, não é seu! O que conquistamos pertence a um conjunto de pessoas, unidas e trabalhando por um só sentido!*

Por se tratar de lutas coletivas, fica evidente que a concepção de território, como sentimento de pertença ou espaço de ocupação desses grupos, está ela própria incorporada nas práticas coletivas, objetivadas nas decisões oriundas de deliberações em reuniões setoriais, audiências públicas, encontros locais e/ou nacionais ou nas Assembleias Gerais. Isto reforça a compreensão adotada e demonstra que a noção sobre o espaço supera a percepção do *meu*, convergindo-se para o entendimento do que vem a ser *nosso*. Aduz que, para os quilombolas,

os espaços não devem ser demarcados individualmente e, sim, pelo processo de utilidade coletiva; de uso comum da terra identificada pela noção prática que designa se tratar de uma “territorialidade específica” (ALMEIDA, 2008). Isto porque

A utilidade dessas áreas obedece a sazonalização das atividades sejam elas agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (O'DWYER, 2010, p. 42).

O significado de pertença ao território, fundado em laços de solidariedade se expressa na memória coletiva oriunda do “mito de origem” pautado na memória do ex-escravo, como o primeiro quilombola a chegar ao Andirá. A concepção de espaço na ótica dos quilombolas, ao preservar um passado vivo, está longe de ser o que poderia designar “refúgios naturais humanos” (HOBSBAWM, 1997, p. 16). Contrário a isso, por não resguardar aspectos isolados, isto é, por ser coletiva, a memória insere-se no processo de luta ideológica, incluindo-se, aí, por exemplo, a autodefinição étnica e/ou coletiva que designa os agentes sociais como quilombolas. Imprime-se a partir daí o inalienável reconhecimento dos quilombos como grupos politicamente organizados.

Quando Maria Amélia diz que “muita coisa mudou, principalmente, a convivência; o olhar de cada quilombola se modificou”, sugere a compreensão de que as inovações resultantes da capacidade de redesenhar ou redimensionar aspectos do cotidiano, as relações entre os quilombos vão se fixando por via de concepções e decisões politicamente construídas. Não obstante, por via das inovações dinamicamente construídas pelos quilombolas, o conceito de “tradicional”, como sinônimo daquilo que se tornou invariável, é questionado. Por consequência, os costumes atribuídos às comunidades ditas “tradicionais” passam a ser também refutados quando concebidos como algo estático, inflexível, perenes, corroborando-se com a ideia de repetição ou continuidade, supondo-se que a exigência de tais costumes deva “parecer compatível ou idêntico ao precedente” (HOBSBAWM, 1997, p. 10).

Em 2013, durante a Oficina de Mapas (Foto 1), a presidente da Federação, Maria Amélia, expunha sua impressão no que diz respeito às dificuldades enfrentadas naquele momento.

Foto 1: Encerramento da Oficina de Mapas



Fonte: Emmanuel de Almeida Farias Jr, 18/02/2013.

A narrativa da presidente da Federação é pertinente:

Estão vendo essas pessoas aqui? São sangue do meu sangue! São netos da minha tia, irmã do meu pai. Então, aqueles de Ituquara também precisam ser reconhecidos como quilombolas, são nosso sangue! Se alguém não sabia, agora estão sabendo: é um pedido do meu pai, neto de Benedito Rodrigues da Costa, meu bisavô, que hoje nos faz ser descendente de quilombo. Veio sozinho enfrentando as dificuldades com os portugueses. É por ele que hoje está essa bela semente aqui, contando essa história de quilombo. Porque queria que a gente tivesse a história dele! (Maria Amélia dos Santos Castro, presidente da FOQMB, 17.02.13).

A exemplo de uma teia, a memória vai sendo tecida e se projeta como elemento da atualidade e a constrói dinamicamente com perspectiva de um futuro de *tradições inventadas* por força da capacidade criativa dos agentes sociais. Do que se tornou invariável, “compatível ou idêntico ao precedente” trata-se, ao contrário, de construções advindas da memória coletiva que tem como referência a presença do ex-escravo, fundador do território. Para além de projetar uma adaptação de tradições passadas, a memória engendra processos construídos pelos quais os quilombolas criam e recriam suas condições de vida real.

Esse protagonismo como elemento ou força social, Hobsbawm (1997, p.16) vai identificá-lo como uma “invenção das tradições”, visto que, “a força e a adaptabilidade das tradições genuínas não deve ser confundida com a *invenção de tradições*” e, adverte: “Não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam”.

Nas especificidades das práticas de lutas dos quilombos, as evidências indicam se tratar de processos em construção permanente; de conquistas oriundas das reivindicações do

movimento organizativo que formatam e identificam a força motriz de suas invenções; de um processo que vai sendo construído a partir do que está dado e se projeta como conteúdo reflexivo de criação do fazer; do reinventar, construindo-se política e socialmente.

São práticas inventadas que superam os velhos costumes tradicionais tidos como eternos e imutáveis. Por exemplo, a caracterização de ser *ribeirinho* por morar num certo povoado rural, hoje se tornou recorrente no discurso dos agentes sociais reconhecerem-se quilombolas ou pertencerem a um quilombo como espaço de vivência e luta organizativa. Isto certamente implica um componente político, ideologicamente construído ou pelo que é “inventado” a partir do processo de criação.

Frente aos interesses antagônicos, a luta pela construção de uma identidade étnica ou por garantia de outros direitos se assenta em estratégias operacionais que compõem o conteúdo político das *tradições inventadas*. Como elemento indicador que recria a realidade social, conforme Hobsbawm (1997, p.21), podem se traduzir em coesão ao serem legitimadoras das ações e como cimento da coesão grupal ou, muitas vezes, elas se tornam o próprio símbolo do conflito. As *tradições inventadas* são, elas mesmas, “sintomas importantes e, portanto, indicadoras de problemas que, de outra forma, poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios” (HOBBSAWM, 1997, p.20).

Com intuito de identificar os conflitos agrários como elemento ou indícios de problemas que incidem sobre as relações de vida e trabalho das comunidades quilombolas é que se deve levar em conta a forma pela qual o movimento organizativo reinventa estratégias operacionais frente aos processos de construção étnica, articuladas aos impactos da luta em prol de seus direitos territoriais.

Foi no contato com os quilombos do rio Andirá, observando seus processos organizativos de vivência e de luta pela conquista de sua autonomia historicamente construída, que o olhar antropológico, observado sob as lentes das expectativas do trabalho de campo por certo permitiu desvendar questões que, de modo geral, emergem das conflituosas relações com seus antagonistas e, a partir daí, interpretar as particularidades dos processos de construção identitária dos quilombos do rio Andirá.

Em rebatimento aos interesses antagônicos, isto é, ao que pela cobiça de altos empreendimentos se expande ao longo do território em detrimento dos que se sentem “exprimidos”. A limitação de espaços e o conflito que daí resulta tem despertado o sentimento de pertença que aflora em face dos objetivos a serem conquistados, dentre os quais assevera o

Presidente da comunidade quilombola de Boa Fé: “estamos numa luta, vendo se a gente consegue nossa terra de volta”.

Trazer “de volta”, sugere por certo o entendimento quanto ao direito de propriedade sobre as terras que tradicionalmente ocupam; do criar condições objetivas de lutas mobilizatórias por via de movimentos organizativos, como, por exemplo, através das pautas de reivindicações acima identificadas, no que concerne a seus direitos, entre outros, pela conquista de autonomia ao direito territorial. Trata-se de práticas que vão sendo política e socialmente definidas; transformadas e aperfeiçoadas na própria dinâmica desse processo de criação ou de “invenções”, criativamente construídas pelos agentes sociais.

A respeito das lutas do movimento organizativo, dona Maria Amélia, então presidente da Federação, fala sobre situações enfrentadas no início de seu mandato, em 2012:

*Assim, na época que, logo que começaram os trabalhos, pelo uma parte eu digo, assim, das instituições, elas foram pra mim, quando eu comecei, muito difícil! Nós, com todos aqueles problemas, mesmo assim **as portas começaram a ser travadas porque os cadeados não se abriram de primeira.** Eu, pra mim, me sentia, assim, desamparada no começo porque eu não tinha como abrir o cadeado; porque eu não tinha a chave (...) Porque era difícil a gente se comunicar com eles, do INCRA! Olha, sobre as nossas terras quilombolas, **a primeira porteira que eu comecei a abrir pra nossa gestão**, pro nosso povo, foi quando entrei no INCRA e, pela primeira vez eu tive a coragem de perguntar: “O que tinha lá contra nós? O que estava acontecendo?”. Isso foi em 2012. Aí, depois disso, começou a nossa corrida pra resolver o problema das nossas terras, do nosso território quilombola (os grifo são nossos) (Maria Amélia dos Santos Castro, presidente da FOQMB, 05.02.15).*

Após enfrentar dificuldades de contato com o INCRA, há três momentos em que dona Maria Amélia, recorda-se como, de fato, iniciou o processo de luta do movimento organizativo que tinha por objetivo “destravar os cadeados” e voltar-se para providências sobre a regularização fundiária do território quilombola do Andirá.

O primeiro momento se deve a informações adquiridas sobre as atividades do MDA, em dezembro de 2012. Através de uma reunião, em Barreirinha, com o pároco daquela prelazia, um funcionário do Fórum e o Secretário Municipal de Produção Rural, diz Maria Amélia:

Foi assim que praticamente abriu os primeiros cadeados, quando lá em Barreirinha, o José de Nazaré, [funcionário do Fórum], o padre Vivaldo que era o pároco de Barreirinha, filho do seu Peixoto, que são de Barreirinha, e o José Roberto Teixeira, da Secretaria Municipal de Produção Rural me informaram que o caminho pra resolver isso era o MDA... Então, foi essas pessoas que me informaram que a MDA era a porta para começar a se

abrir; pra nós chegar onde nós temos chegando. Mas, tudo isso ainda era mesmo só começo! (Maria Amélia dos Santos Castro, presidente da FOQMB, 13.0116).

O segundo momento foi em 2013, quando da visita de funcionários do MDA em Barreirinha para tratar de assuntos fundiários. Na condição de presidente da Federação, Maria Amélia, foi convocada e compareceu à reunião:

Quando foi em 2013, a gente, através dum Encontro; uma conversa que nós tivemos em Barreirinha, assim, através do MDA, foi que apareceu os nossos contatos com a Fundação Palmares. Foi através do Clóvis Pereira²² que, na época, era o delegado do MDA, ele e o Lúcio Carril que também nós conhecemos lá. Isso, eles foram lá, em Barreirinha em 2013 fazer uma visita; conversar sobre o direito das terras dos agricultores. Como foi convidada a comunidade quilombola, eu, como Presidenta da Federação, fui e falei toda a verdade, como que estava a nossa vida; como é que estava o nosso problema dentro da área de quilombos. Aí eles disseram que era para mim aguardar, que ia chegar pra mim algum contato. Quero dizer que chegou, de fato, na comunidade de Santa Tereza do Matupiri um documento da Palmares, já com o endereço que eles tinham enviado. Nesse documento, a Palmares pedia que a gente fizesse um novo levantamento das Comunidades Quilombolas, porque a ata que tinha chegado por lá era uma ata que não tinha palavras para se encaixar, assim, para comprovar que a gente era quilombola. Era isso que dificultava. Então, como poderia a Palmares ajudar? Nessa época, ainda não tinha sido definido em Assembleia a nossa autodefinição da remanescência, por isso a Palmares não podia fazer nada. Acho que é essa ata que chegou pra lá foi da primeira gestão, do tempo da dona Cremilda, só que como ela não reconheceu em Cartório, ou não fez o levantamento; o cadastro dos moradores dos quilombos, e, por isso, a Palmares também não pode nos ajudar (Maria Amélia dos Santos Castro, presidente da FOQMB, 13.01.16).

Após esse contato, acontece o terceiro momento em que se discutiu o assunto sobre o processo de autodefinição dos quilombos. Em companhia de representantes da Comissão Executiva da Federação, Maria Amélia viaja a Manaus para tentar viabilizar aquelas orientações repassadas pela Fundação Cultural Palmares:

Então, aconteceu assim, a gente teve a oportunidade de conhecer, através do Clóvis Pereira [MDA], a Cartografia Social da Amazônia, onde o professor Alfredo Wagner é o Coordenador de lá. Fomos pra saber como a Cartografia poderia nos ajudar lá dentro dos quilombos. Conhecemos o Professor Emmanuel Farias Júnior, conhecemos a professora Magela Andrade, conhecemos a Carol [Carolina Silva] que explicaram sobre o trabalho deles. Voltei pra Comunidade de Santa Tereza do Matupiri e, quando foi no dia 11 de janeiro de 2013, realizamos uma Assembléia que aprovou o Ofício de pedido nosso pra ser realizada a Oficina de Mapeamento do nosso território e do Curso de GPS. Aí, tá... Levamos pra Cartografia esse nosso pedido e quando foi no dia 14 até o dia 19 de fevereiro de 2013 foi acontecendo esses dois trabalhos, com a presença de

²² Trata-se do doutorando em Antropologia Social, naquele momento, vinculado ao PPGAS/UFAM.

mais de sessenta pessoas de todas as cinco comunidades, onde compartilharam essas pessoas da Cartografia junto com a gente (Maria Amélia dos Santos Castro, presidente da FOQMB, 13.01.16).

Transcorridos três dias da realização de atividades da Oficina de Mapas e do Curso de GPS, Maria Amélia relata sobre as providências tomadas em parceria com um membro da Comissão Executiva da Federação, o professor Sebastião Douglas Castro:

Daí, terminando esses Cursos, três dias depois, no dia 22 de fevereiro de 2013, eu e o Douglas, meu sobrinho, fomos nas cinco comunidades; de comunidade em comunidade, passando fome. Tem uma parte que nós remávamos porque acabou a gasolina. Ele [o Douglas] é um rapaz que é muito esforçado, interessado... Ele coordenou a equipe dos quilombolas, de trabalho do GPS; de bater os pontos em todas as nossas terras. Aí, a ida em cada comunidade era pra orientar eles a fazer a sua Assembleia de Autodefinição. Nós fomos, eu e o Douglas, de comunidade em comunidade. Nós começamos pela comunidade de Trindade, viemos pela comunidade São Pedro. Aí fomos para o Itaquara em um dia de sábado e, quando foi no domingo de manhã nós fizemos a comunidade de Boa Fé, porque ia dá no período de sábado e Boa Fé não trabalha dia de sábado porque eles são da religião do Sétimo Dia, aí nós respeitamos, porque é esse o respeito que temos por eles! E, à tarde, do dia 27 de fevereiro de 2013, foi o fechamento dentro da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, onde foi feita a Assembleia Geral com mais de 300 (trezentas) assinaturas, daqueles que se reconheceram como remanescente de quilombo. Depois de tudo isso... Aí, quando nós terminamos com o nosso trabalho, eu fui correndo para Manaus, cheguei lá em Manaus e procurei a professora Magela e o professor Emmanuel para saber onde eles poderiam nos ajudar de novo. Foi aí que eles explicaram que a gente tinha que reconhecer aquelas atas como nós sendo da remanescente de quilombo (Maria Amélia dos Santos Castro, presidente da FOQMB, 13.01.16)

Sobre esse processo de reconhecimento dos quilombos do rio Andirá, Maria Amélia explica a forma pela qual as Certidões de Autodefinição foram expedidas pela Fundação Cultural Palmares:

E ainda temos uma história, onde para gente reconhecer as atas [de Autodefinição dos Quilombos] nós atravessamos a Eduardo Ribeiro correndo porque o Cartório já estava fechando, para ver se conseguia mandar esse documento no mesmo malote da Cartografia para Brasília. E, conseguimos! Voltamos na Cartografia e entregamos o documento e aí foi que aconteceu a história que hoje nós somos. Foi aí que, no dia 08 de agosto de 2013, nós enviamos todas elas [as atas] pra Palmares. Esperamos, esperamos. Aí, tá! Quero dizer também que em março de 2013 nós já tínhamos outro pedido de Ofício pra Cartografia. Foi logo em seguida do mapeamento, entramos com outro Ofício pedindo deles a Convenção, da Cartografia, né? E veio a Convenção, melhor dizendo, o Curso que falava sobre Convenção 169 [OIT]. A Cartografia me mandou para dentro de novo das comunidades quilombolas essa Convenção 169, e quando foi no de 26 a 30 de setembro de 2013 que aconteceu esse Curso, que foi todo orientado pela Dra. Sheilla Dourado, ela é advogada, do Direito Ambiental. Isso foi para nós sabermos os nossos direitos; saber qual o valor que nós

remanescentes de quilombos temos. Um pouquinho depois do Curso da Convenção 169, isto já em outubro de 2013, chegou as Certidões de Reconhecimento, em nossa mão, da Palmares já entregando (Maria Amélia dos Santos Castro, presidente da FOQMB, entrevista: 05.02.15).

As Certidões de Autodefinição dos quilombos a que Maria Amélia faz referência são a síntese da dinâmica estabelecida pela política de reconhecimento, conjugada a partir dos arranjos que a antecedem: a *identificação étnica* e a *autodefinição* dos agentes sociais. É por via desse entendimento que o marco regulatório imputa aos quilombolas o estatuto étnico de fazerem-se/tornarem-se indivíduos de direitos e, entre outros, territorializados juridicamente.

Todavia, a condição de *pertença* que nos interessa investigar vai para além da disputa pela posse do território quando aqui se pretende questionar a política de construção da autonomia como condição humana *lato sensu* dos direitos sociais adquiridos por via da liberdade amplamente conquistada pelos agentes sociais ao longo do processo de formação e construção dos quilombos.

Isso implica no que Barth (2003, p. 21) define como “ir mais além”. Nesta ampla perspectiva a fronteira étnica canaliza a vida social e a condição de *pertença* insere-se, portanto, numa complexa rede de relações sociais e comportamentais, entendendo-se como dado fundamental da equidade o princípio da autonomia que conjuga direito à igualdade como o pressuposto do respeito às diferenças.

A memória coletiva é o marco que baliza o *ter a consciência do identificar-se quilombola* e que tangencia, por assim dizer, o processo de formação e construção política do reconhecimento étnico dos quilombos do rio Andirá. Desta feita, o critério fundamental para identificação dos povos indígenas e tribais, como indicativo de acessibilidade aos tramites jurídicos, será examinado no próximo capítulo intitulado “Construindo identidade: processo de formação dos quilombos do rio Andirá”.

CAPÍTULO II

CONSTRUÍDO IDENTIDADE: processos de formação dos quilombos do Andirá

*Inventa.
Não há festa perdida
No fundo da memória
(Bachelard)*

2.1 A memória coletiva: marco de construção dos quilombos

A memória coletiva – marca incontestável do processo de construção identitária dos quilombos de Santa Tereza do Matupiri, Ituquara, Boa Fé, São Pedro e Trindade – está relacionada ao território que tem como fundador o ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa, identificado como o primeiro quilombola a chegar às áreas do Rio Andirá.

Em tempo muito recente, anterior ao reconhecimento dos quilombos que se deu em 2013, mesmo valendo-se da categorização de *ribeirinhos*, essa história sempre povoou o imaginário das crianças, jovens e adultos moradores dos quilombos. Na narrativa dos agentes sociais esta ênfase à lembrança de um passado que tem o ex-escravo como seu fundador é fato notório, irrefutável.

No que concerne à memória coletiva, *passado e presente* subjacentes a esta espécie de interpretação da própria narrativa, Aron adverte:

Ao invés de empregar a expressão *o passado tornou-se outro*, eu diria: o passado revela outro sentido aos olhos dos que dispõem de recuo no tempo, sem olvidar que a interpretação (...) tanto quanto a escolha dos fatos e dos conceitos comanda a reconstituição (ARON, 1986, p. 137).

A reconstituição do passado expressa no relato prestado, em 2013, por Benedito Pereira de Castro (Foto 2), 91 anos, neto de Benedito Rodrigues da Costa, é ilustrativa. Com a saúde já bastante debilitada, ali se expressa a memória de uma vida que o tempo não conseguiu apagar. Apesar de fisicamente fragilizado, a voz baixa e serena, as recordações se traduziam em histórias contadas. Testemunho vivo de quase um século estava ali à minha frente, pacientemente fornecendo explicações; verdadeira genealogia era montada como num jogo de quebra-cabeças.

Foto 2: Benedito Pereira de Castro



Fonte: Fascículo nº 4: Quilombolas do rio Andirá – Barreirinha – AM.

Contou-me ele que o pai, Pedro Rodrigues da Costa, filho do ex-escravo, ficou conhecido como Pedro Marinho, sobrenome dado pelo seu padrinho Geco Marinho. Naquela época, recorda-se, era comum que os afilhados adquirissem o sobrenome de seus padrinhos. Observava atentamente, ouvindo aquele relato, como se pela fala se desfiassem as linhas de um novelo que a memória vai tecendo para compor um quadro de acontecimentos. Com os gestos, parecia

procurar as pontas da linha para assim tecer a história resgatada nos recônditos mais profundos onde somente à alma é dado o direito de *passar*, de retornar. Prosseguiu dizendo:

Papai contava que meu avô, veio de Angola, da África, como escravo dos portugueses. Então, esse meu avô, por parte de pai, era Benedito Rodrigues da Costa que veio nos navios africanos pra servir os portugueses. Ele tinha três irmãos; uma irmã, a tia Maria e mais dois irmãos: o tio Francisco e tio João, tendo, estes três, partido para lugares ignorados, ninguém sabe pra onde. Nessa época, iam pro Pará e outros lugares; não sabemos pra onde eles foram (...). Essa fase já era a época da Abolição, estava acabando a força da escravidão, isso já tinha terminado. Então, sendo o primeiro negro a chegar e permanecer na comunidade do Matupiri, no Rio Andirá, vovô parou numa casa de festa e ali conheceu uma mulher indígena, viúva, e seu nome era Gerônima, filha da indígena Júlia Sateré. Benedito prometeu a ela que se um dia fosse liberto da escravidão, voltaria para casar com ela. Cumpriu a promessa, voltando tempos depois (Benedito Pereira de Castro, 91 anos, conhecido pelo apelido de “Ferro”²³ – 13/02/2013).

De acordo com o relato do nosso interlocutor, dessa união com Gerônima, mantendo o mesmo sobrenome *Rodrigues da Costa*, vieram cinco filhos: Manoel, Silvério, Pedro (pai de nosso interlocutor), Cristina e Francisco. O escravo, Benedito Rodrigues da Costa, também pai de Maria Tereza Albina de Castro, filha de Maria Albina de Castro, fruto desta união fora do casamento. Mais tarde, estes foram se casando e a família ficou assim dividida: Manoel casou-se com a Esmelindra, filha de um judeu que morava na comunidade de Freguesia do Andirá, com esta judia ele teve 7 (sete) filhos; Silvério e sua esposa Tertulina tiveram 9 (nove) filhos; Pedro teve 11 (onze) filhos, 10 (dez) com sua esposa Mariana, e Corina (irmã de Benedito, nosso entrevistado), fruto de uma união fora do casamento de Pedro, seu pai; Cristina com o esposo Gemiano foi mãe de 7 (sete) filhos; Maria Tereza e seu esposo

²³ Em Barreirinha, no 29 de abril de 2013, ou seja, no mesmo ano em que fiz essa entrevista, Benedito Pereira de Castro – conhecido pelo apelido de Ferro – veio a falecer. Mantendo-se a tradição, a pedido de Benedito, velório e sepultamento foram feitos na comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Em alusão a *Ferro*, Douglas Castro, neto de Benedito, providenciou uma placa contendo os seguintes dizeres “Ferro, negro, forte: síntese de memória, garra e resistência”.

Domingos Feitas tiveram 8 (oito) filhos; e Francisco não foi casado, morreu solteiro (Vide: Mapa Genealógico da Família Rodrigues e Castro, Figura 2).

Originariamente é essa história, vivamente representada na memória coletiva dos agentes sociais, que funda a identidade do grupo quilombola e demarca no perímetro territorial o espaço que foi sendo conquistado a partir de seu fundador.

Por isso, o processo de formação e construção dos quilombos do Andirá tem como tributo fundante de suas lutas sociais a memória coletiva. Pelo aspecto simbólico protagonizado a partir do ex-escravo que aportou na comunidade de Santa Tereza do Matupiri, a memória resguarda algo que ancora não apenas nas recordações referidas ao local que lhe serviu inicialmente de abrigo. Trata-se do desencadeamento de lutas dos agentes sociais, entre outras, de assegurar seus direitos jurídicos ao território que em tempos pretéritos pertenceu aos seus antepassados.

Nesse processo de construção, para além do sentimento que se volta para a especificidade de um passado historicamente recordado, a memória coletiva dos moradores da Santa Tereza do Matupiri e adjacências ganha concretude na luta dos movimentos organizativos ao reivindicarem sua identidade como remanescentes de quilombos. Tendo como objetivo irrefutável do movimento organizativo, a memória coletiva materializa-se na luta pela delimitação, demarcação e titulação do território, hoje em processo de legalização jurídico-fundiária.

Isso demonstra que a memória individual, ou seja, a do nosso interlocutor, não está perdida, apenas ficou no silêncio; deixou-se por algum tempo de torná-la pública e coletivamente divulgada. O propósito dos que se sentem ameaçados pelos efeitos de sua projeção, é relegá-la ao esquecimento para que no presente ela mesma não se desdobre num fato social, capaz de interpretar o passado como um dado político de reconstituição do que supostamente ficou no esquecimento.

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1996, p.426).

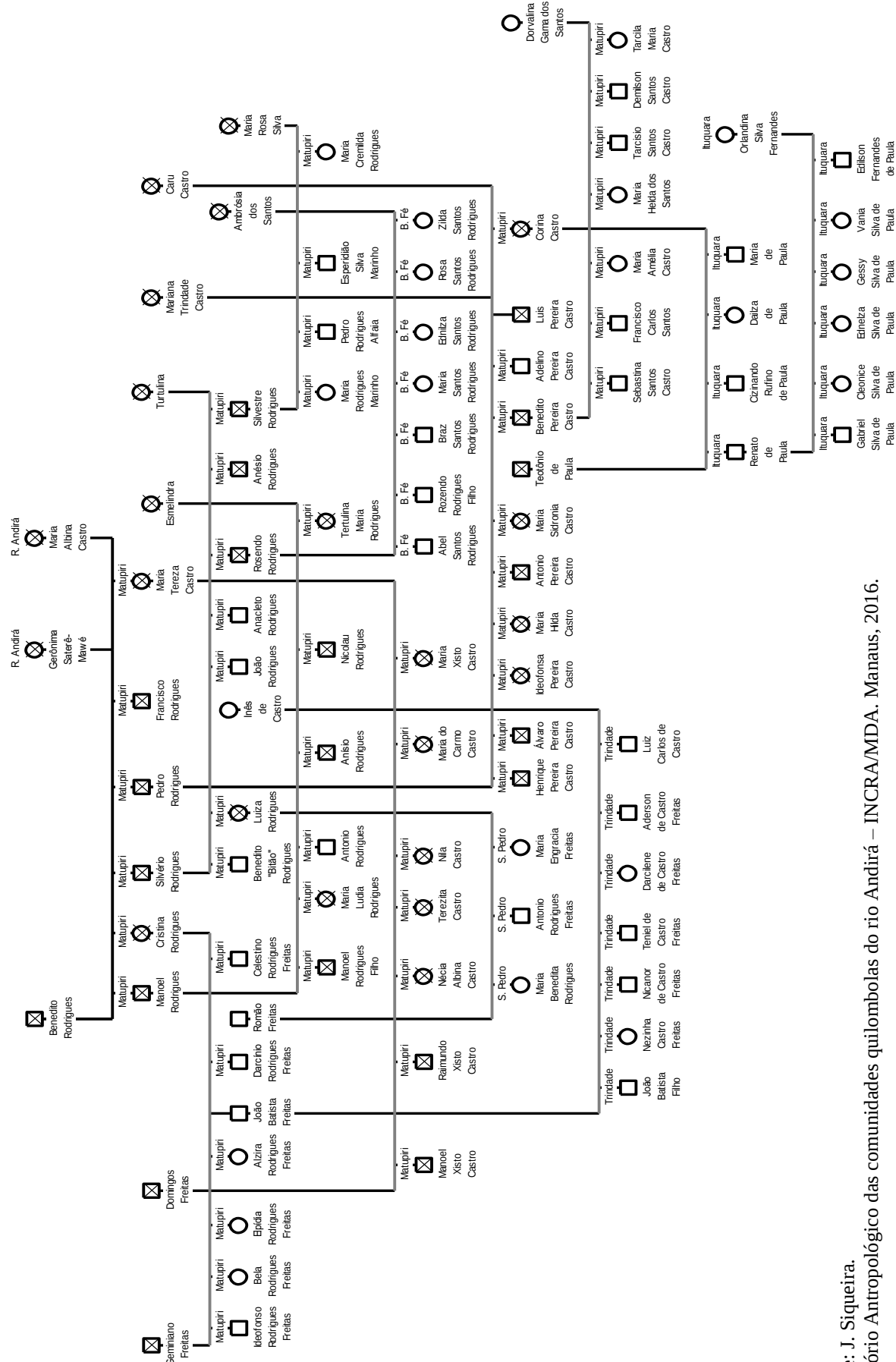
A memória coletiva perpassa as relações de contato estabelecidas entre os moradores de Santa Tereza do Matupiri e adjacências. A identidade do grupo, expressa-se nas atitudes de solidariedade e fortalece suas relações familiares. É comum, quando se trata de resolver

problemas da coletividade, os quilombolas se deslocaram a Barreirinha em número expressivo. Por manterem essa unidade, recordam-se que ao serem avistados, era recorrente a expressão: “chegaram os pretos do Andirá”. Ou seja, quando se tratava de identificá-los como moradores daquelas comunidades quilombolas, não se fazia qualquer menção ao espaço, ou seja, como pertencentes a um quilombo. Em tempos ainda recentes, jamais se ouviu pronunciar a palavra *quilombo* ou *território quilombola*. Por morarem às margens de rios, lagos ou enseadas, pertenciam, sim, a uma comunidade dita *ribeirinha*, entendendo-se por esse espaço como uma área do *interior* ou um povoado rural do rio Andirá.

Todavia, em 2013, com o reconhecimento dos quilombos do rio Andirá, conquistado pela luta identitária deflagrada pelo movimento organizativo, os agentes sociais são hoje identificados e reconhecidos por todos como pertencentes à etnia quilombola e, portanto, o território passa a ser concebido como algo que designa a condição de existência, de produção e reprodução social dos que “compartilham da mesma origem e elaboram uma unidade: ser *remanescente de quilombos*, com a qual estão identificados e são identificáveis por outros” (ACEVEDO MARIN e CASTRO, 1998, p. 33).

Atualmente, o território reivindicado obedece a um perímetro que se estende para além dos limites do quilombo de Santa Tereza do Matupiri, área de ocupação original de seu fundador, ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa. Reivindicada com base na linhagem de descendentes, a área que vai desde o Núcleo da Paga até o limite da Cabeceira das Formigas, incorpora os cinco quilombos como um todo. O parentesco e/ou a linhagem de descendentes do ex-escravo é, portanto, como o grupo se define enquanto pertencente ao território quilombola, consoante se verifica a seguir na Figura 2 do Mapa Genealógico das Famílias “Rodrigues e Castro”.

Figura 2: Mapa Genealógico da Família Rodrigues e Castro



Fonte: J. Siqueira.
Relatório Antropológico das comunidades quilombolas do rio Andriá – INCRA/MDA. Manaus, 2016.

No diagrama que registra a genealogia da Família Rodrigues e Castro (Vide: Figura 2), fica evidente que a descendência confere aos quilombolas o direito à terra. É a existência dos grupos ao longo do perímetro que lhes dá o direito de pertencimento e permanência à terra tradicionalmente ocupada. Fato que atribuiu à linhagem de descendentes a afirmação da identidade coletiva, com o estatuto da denominação histórica de *quilombola*.

Há um dado plausível: de seu fundador, se tem o sobrenome “Rodrigues” assinalado aos cinco filhos que nasceram da união com a indígena Gerônima. Por não ter o registro de um sobrenome, incorporou-se ao nome da indígena a terminologia de sua etnia “Sateré-Mawé”; o sobrenome “Castro” incorpora-se à família, como consta da narrativa do nosso interlocutor, acima registrada, visto que “o escravo, Benedito Rodrigues da Costa, também foi pai de Maria Tereza Albina de Castro, filha de Maria Albina de Castro, fruto desta união fora do casamento”.

Com base no regime consuetudinário, Lima (2012, p. 283) se reporta às terras ocupadas por populações rurais brasileiras nas quais se incluem os quilombos, cujo regime embora praticado por essas populações não está amplamente contemplado pela legislação.

A transmissão da terra entre as gerações, como a de outras heranças recebidas de centrais e legadas a descendentes, segue o modelo de herança instituído localmente. O mais comum é a herança cognática, transmitida pelas duas linhagens de ascendentes, a paterna e a materna (LIMA, 2012, p. 279).

O regime instituído, cujas cadeias somente se constroem na descrição oral do sistema de parentesco, serve ao propósito de “identificar cada geração e seus laços familiares” (ACEVEDO MARIN & CASTRO, 2004, p. 45). Isso pode ser verificado no quilombo de Santa Tereza do Matupiri, local originário de seu fundador, o ex-escravo. Ali se tem a predominância de um número de famílias bastante significativo, expressamente verificado no Mapa Genealógico da família “Rodrigues e Castro”.

Desta feita, como observam as autoras (2004, *ibid.*), a genealogia é importante para mostrar a ancianidade do grupo; as gerações que desenvolvem seu modo de vida e suas experiências. Por exemplo, há que perceber na genealogia da família que os Rodrigues e Castro, ao constituírem família, o território amplia-se. O espaço é definido pela linhagem de descendência, inicialmente expandida pelos laços familiares dos 6 (seis) filhos e, por extensão, com e a partir dos netos e tataranetos do ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa, que deliberadamente permanecem em Santa Tereza do Matupiri ou migram para quilombos adjacentes.

De acordo com a linhagem de descendência os herdeiros fundam, respectivamente, os quatro outros quilombos, a saber: Inês Rodrigues e João Batista (Trindade); Luíza Rodrigues e Romão Freitas (São Pedro); Rosendo Rodrigues e Ambrósia dos Santos (Boa Fé); e Corina Castro com Teotônio de Paula fundam o quilombo de Ituquara.

De modo geral, as atividades de acesso e uso da terra, comumente praticadas pelos quilombolas, podem ser entendidas pelo conceito ressignificado acerca do que hoje se designa como “ocupações especiais”, e que contemplaram as chamadas *terras de uso comum*. Explica Almeida (2011, p.50):

[...] que as chamadas “terras de uso comum, não correspondem “terras coletivas”, no sentido da intervenção deliberada de aparatos de poder, e tampouco correspondem a “terras comunais” no sentido emprestado da feudalidade. Correspondem, sim, uma constelação de situações de apropriação e combinações [...] diferenciadas entre o ‘uso privado’ e o ‘comum’, perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e de sucessão, por fatores históricos, político-organizativos e econômicos, consoante prática e sistema de representações próprios.

Outro fator que corresponde e garante o futuro de sucessão do grupo no limite do território é o amparo legal da inalienabilidade. Esta prerrogativa se constitui no fundamento do direito à herança, conforme estabelece o Art. 17, do Decreto 4.887/2003 (BRASIL, 2003):

A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo pró-indiviso às comunidades a que se refere o 2º **caput**, com obrigatória isenção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade (BRASIL, 2003).

Todavia, em tempos pretéritos, quando tais direitos não haviam sido prescritos, ou seja, em face da lacuna constitucional sobre o direito quilombola, Maria Amélia, recorda-se da primeira venda de terra do território pertencente aos seus antepassados:

Quando eu era menina, a primeira venda que me lembro, foi a terra vendida para o Dacinho Vilas Boas, quando chegaram com um papel na casa de meu pai pra ele assinar. Já tinha sido assinado pelo Rosendo, o Manoel Cabral; várias pessoas já tinham assinado esse documento. Só que ninguém sabia se era prá eles comprarem o Matupiri inteiro. Era uma ilha que era deles [dos quilombolas]. Aí essa ilha se transformou nesse imenso pedaço de terra que a gente chama de Queiroz [o fazendeiro], que é o dono dessas terras, o que comprou essa terra. É um imenso pedaço que os antigos venderam a preço de banana, de rancho, de gravador, a troco de rede. Por que? Porque se prevaleceram da ignorância, da bondade e da dignidade dessas pessoas” [que moravam aqui] (Maria Amélia dos Santos Castro, Presidente da FOQMB, 13.01.16).

A narrativa sugere uma reflexão profunda acerca do desrespeito à condição humana: do *estar e pertencer*, do *pensar e ser*; do *criar e fazer* dos indivíduos. Os reais significados do cotidiano quilombola forjam-se no interesse que parece ser de domínio exclusivo dos que

detém poder aquisitivo. No entanto, no imaginário coletivo, consoante a narrativa, o *prevalecer-se* da ignorância ou solidariedade, traduzida em *bondade* e *dignidade*, compõe, sim, um quadro de significantes simbólicos plausíveis de serem analisados. Ou seja, através da pesquisa empírica, tais fatos devem ser interpretados também pelos que dominam os significados das letras. Para tanto, denunciar é comprometer-se com fatos acerca de uma situação lograda pela usurpação de direitos; “ter a coragem intelectual em manter vivo e ativo esse instante do conhecimento nascente, em desenhar, com a história subjetiva (...) o modelo objetivo de uma vida melhor e mais clara” (BACHELARD, 2010, p. 12).

Hoje, as prerrogativas constitucionais garantem aos quilombolas o entendimento de território; via através da qual é possível, sim, recuperar perdas históricas, como no caso da área a que se refere a narrativa da presidente da Federação. Trata-se de uma ilha a perder de vista que foi transformada em campo de pastagem, a cujo local, segundo relatos, os quilombolas tinham acesso e dali extraíam recursos naturais, preservando-se o meio ambiente porque o entendiam como necessário para a reprodução da vida social dos quilombos.

Isso está demonstrado nas narrativas dos agentes sociais que afirmam se tratar de uma vasta área que abriga lagos propícios para o pescado; rica em madeira e apropriada para captura de animais como capivara, tatu, anta e veado. Grande parte desse espaço foi transformado em “campo aberto”, destruído por intensas queimadas e transformado em campo de pastagem ou devido a extração irregular de madeira.

O direito quilombola, assegurado no Decreto 4.887/2003, garante a titulação definitiva de terras como algo inalienável, imprescritível, impenhorável do território que vai sendo coletivamente conquistado pelo movimento representativo dos quilombos do Andirá. Fato que se verifica a partir dos relatos que expressam os objetivos do movimento verificados, seja pelas narrativas orais ou através de suas pautas de reivindicação.

Tais narrativas resultam da convivência com esses homens e mulheres. Em cada presença, em cada rosto está ali vincada a marca incontestada de suas histórias de vida; de seus sonhos ou dos desabafos e frustrações em meio a situações nas quais se encontram os quilombos. São memórias que resgatam um passado permeado de saudades por eles identificado como “época de *animação*, de muito trabalho e de grande fartura”; ou ainda das queixas ou indignação em face do que lhes foi arbitrariamente tirado: o chão, que de tão vasto, se reduziu à insuficiência de espaço; as áreas de manejo que de tão prósperas, foram

invadidas pela arrogância insaciável de grandes empresários: fazendeiros, madeireiros, proprietários de empresas processadoras do pescado.

Todavia, o limite que resguarda o território quilombola do rio Andirá, identificado e demarcado pelos agentes sociais, está associado ao perímetro original de sua fundação pelo ex-escravo; demarcação que tem como ponto inicial o núcleo denominado de Paga. Isto certamente implica em lutas concretizadas, no sentido de assegurar o futuro do grupo e de constituir o direito à herança da terra, cujo perímetro percorre até a Cabeceira das Formigas, incorporando, assim, os cinco quilombos.

Lima (2012, p. 286) associa a vinculação da identidade quilombola à inalienabilidade do dom [a terra recebida como herança] que guarda a relação entre a substância dos descendentes [a dádiva da herança] e o substrato da terra [o usufruto do que dela provém]. Assim, o caráter inalienável constitui-se no estatuto intrínseco à herança que fundamenta e garante para que a circulação do objeto *terra* esteja ligada aos relacionamentos que o próprio sistema de linhagem aduz. Para mostrar que na linhagem da descendência resguarda-se a dádiva da terra, originada de seu fundador – que é o criador do território e de sua linhagem – a autora reporta-se a Mauss para argumentar que “as obrigações presentes na circulação da dádiva são entendidas como derivadas do fato de que o objeto doado guarda a substância do doador” (LIMA, 2012, p. 286).

Referindo-se às trocas tradicionais nas sociedades em que situações resultam de relações pessoais, nas quais não existem contratos escritos e os compromissos são públicos, Godelier (2001, p. 140) diz que isso implica na impossibilidade de emancipação do doador com a coisa doada. Tem-se, aí, “uma propriedade inalienável e um direito de posse e uso” (*ibid.*). Trata-se do direito de acesso ao objeto como algo que lhes pertence; do que lhes fora doado. E o direito de uso deste objeto como objeto de dom, direito que lhe é cedido. Assim sendo:

[...] o objeto é ao mesmo tempo dado e mantido. O que é mantido é a propriedade do objeto; o que é dado é a posse [...] E esta presença indelével do proprietário da coisa na coisa que ele dá que é pensada como a presença permanente da pessoa na coisa [doada] (GODELIER, 2001, p. 140-1).

O período que marca o final do século XIX aos lustros do século XXI, as narrativas orais apontam para um pouco mais de dois séculos de permanência das famílias Rodrigues e Castro no limite do território quilombola no rio Andirá. Não obstante isso, opondo-se aos fundamentos do sistema de propriedade privada, a terra adquirida – dom repassado aos descendentes – resguarda nela mesma a essência de seu fundador, plasmada no objeto que

institui localmente um sistema de regras definido pela própria herança. Neste aspecto, há uma polaridade quanto à compreensão face a interesses antagônicos que merece ser revista: o parâmetro da propriedade privada designa o que deve ser deste ou daquele indivíduo; na outra extremidade, se tem o direito consuetudinário que contempla interesses da coletividade.

Este aspecto fica claro naquela narrativa de dona Maria Amélia, quando, referindo-se ao que foi conquistado coletivamente, diz: “essa propriedade não é sua, ela é nossa; dizer: isso é nosso, se torna melhor do que dizer: isso é meu”. A herança corresponde a esta percepção de mundo diferenciada do sentido atribuído à propriedade como ‘uso privado’ e daquela de acesso coletivo e, portanto, de ‘uso comum’. Consoante ao direito quilombola no contraponto aos registros oficiais que garantem e regulam a propriedade confiada particularmente aos indivíduos, reiteram as autoras Acevedo Marin e Castro:

Trata-se, ao contrário, do reconhecimento de um direito étnico que está ausente nos estatutos legais e que tem funcionado como defesa diante do perigo de expropriação dos domínios. Assim, os domínios podem significar espaço físico, objeto de um registro elaborado pelo grupo, ou adquirir novo significado enquanto território do grupo étnico, que é apreendido como parte de uma percepção diferente de mundo (ACEVEDO MARIN e CASTRO, 2004, p. 39).

O reconhecimento do direito étnico obedece aos parâmetros do processo de construção histórica dos quilombos. Tendo como referência o ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa, fundador do território, a memória coletiva converte-se em instrumento de luta do movimento

Foto 3: Oficina de Mapas. Elaboração dos croquis referente a área de demarcação do território quilombola.



Fonte: Fascículo nº 4: Quilombolas do rio Andirá – Barreirinha – AM.

quilombola. Foi com base nesse fundamento que os agentes sociais, ao memorizarem aquelas imagens cartográficas do território – fundado pelos seus antepassados – as reproduziram nos croquis elaborados ao longo da Oficina de Mapas/PNCSA (Foto 3). Esse mapa é que auxilia, define e garante ao movimento organizativo

reivindicar junto ao INCRA seus direitos étnicos, sejam eles culturais e/ou territoriais.

A formulação de identidades distintas é efeito, neste caso, não de um sistema cultural exclusivo, mas de imagens construídas em um contexto de referências interculturais em que os envolvidos encontram-se em complexas relações de poder e resistência (O'DWYER (Org.), 2002, p. 256).

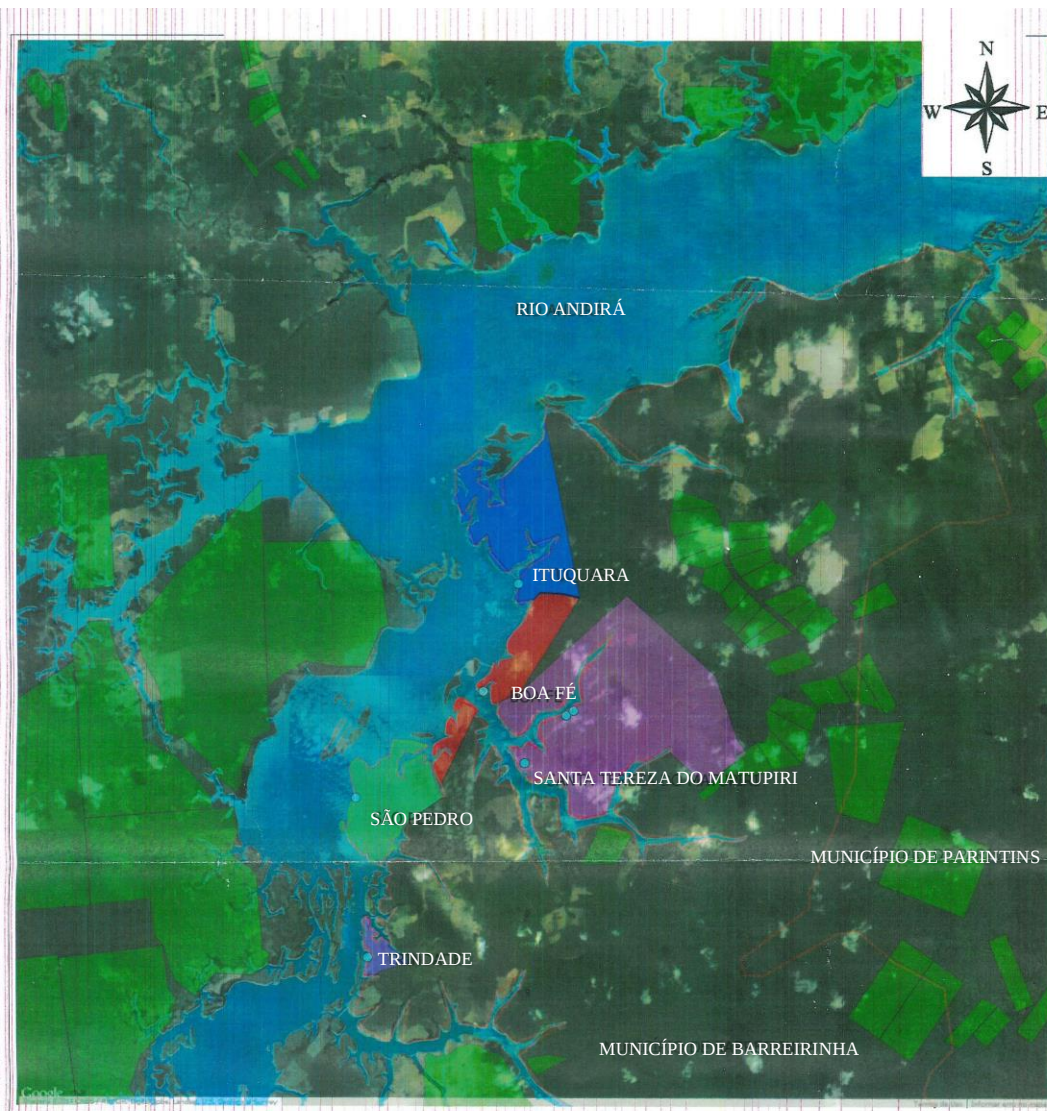
Se comparados os dois mapas elaborados pela Cartografia do INCRA, anexados abaixo (vide Mapas 3 e 4), há que perceber que o perímetro do território obedece àqueles pontos batidos pela equipe responsável pelo trabalho de GPS, sinalizados no mapa por eles construído (vide Mapa 2).

Há duas versões preliminarmente apresentadas nos mapas do INCRA. Uma (Mapa 3) expõe o perímetro territorial, destacando: a área estimada do território quilombola; os marcos georreferenciados do território quilombola como um todo; a plotagem (2 títulos definitivos/ITEAM); a hidrografia que se estende ao longo do território; e situa as áreas de uso comum do território pertencentes aos quilombos de Trindade, Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Itaquara e Boa Fé. A outra versão (Mapa 4) registra e identifica as 151 famílias que compõem os quilombos do rio Andirá, bem como situa geograficamente a posição limítrofe do município de Barreirinha com os demais municípios de Parintins, Urucurituba, Boa Vista do Ramos, Maués e o estado do Pará.

Ainda nesse mapa (Mapa 4), podem-se perceber outras referenciais que identificam e informam sobre o ordenamento e abrangência do território do rio Andirá, como:

- os pontos que sinalizam os locais de ocupação do território como um todo;
- a caracterização da área hidrográfica que se estende ao longo do território; os marcos georreferenciados que estabelecem, no seu conjunto, a abrangência dos limites territoriais dos cinco quilombos;
- os locais de uso comum de cada um dos cinco quilombos; as áreas prescritas com títulos definitivos emitidos pelo Governo do Estado do Amazonas;
- e as glebas sinalizadas como locais de jurisdição municipal, estadual e aquelas definidas como patrimônio da União.

Mapa 3: Situação: Levantamento Território Quilombola



ESCALA 1: 120.000

Legenda

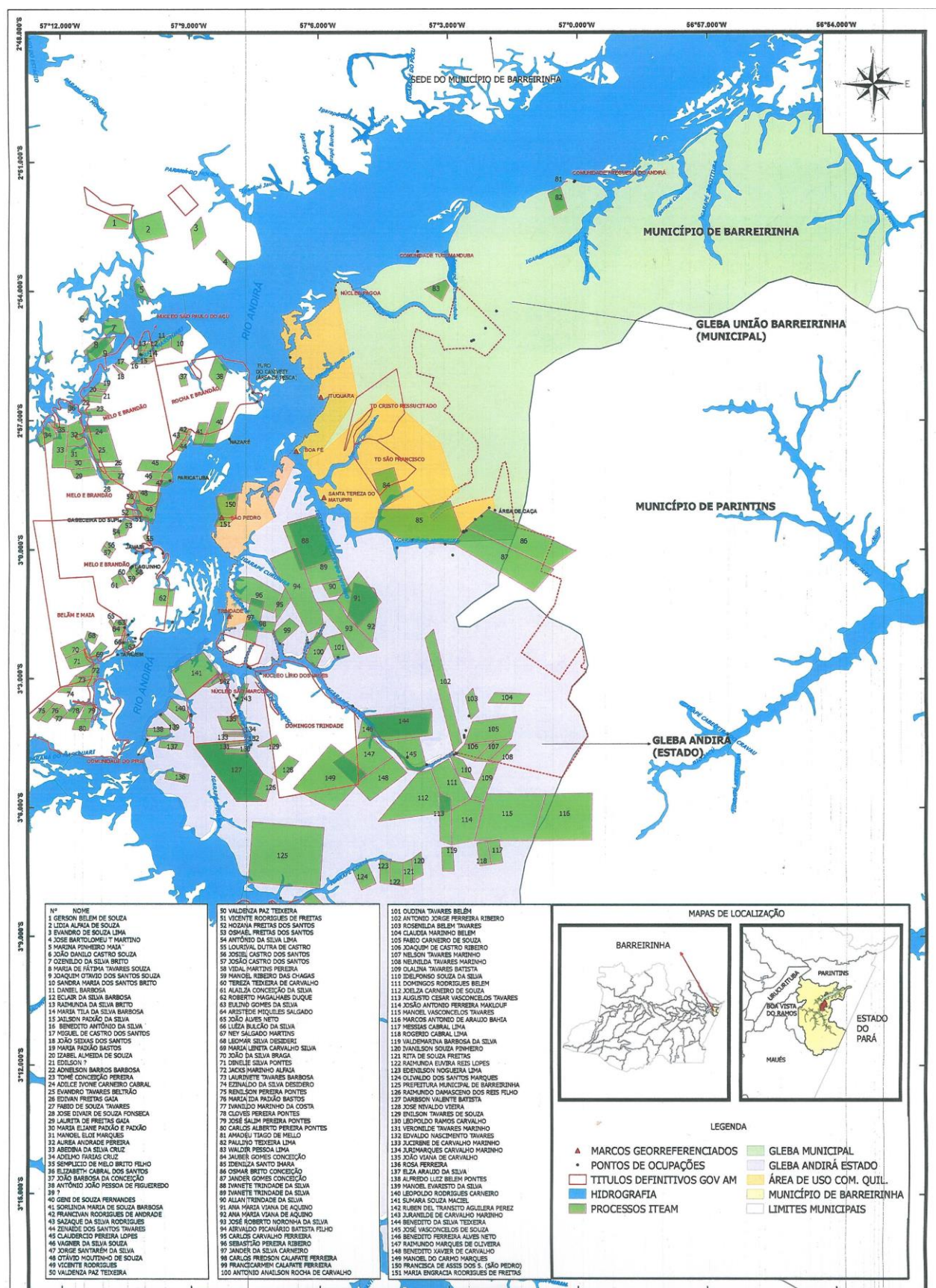
- AREA ESTIMADA TERRITÓRIO QUILOMBOLA
- MARCOS GEORREFERENCIADOS
- PLOTAGEM TD ITEAM 2
- HIDROGRAFIA
- USO TRINDADE
- USO STA TEREZA
- USO SAO PEDRO
- USO ITUQUARA
- ÁREA DE USO BOA FÉ
- LIMITES MUNICIPAIS
- TD ITEAM TECNOMAPAS



MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO AMAZONAS - SR(15)
DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - F
SETOR DE CARTOGRAFIA - F2

Fonte: Estudo preliminar do processo de delimitação e demarcação do território quilombola do Andirá/Barreirinha-AM. Equipe da cartografia do INCRA, 2015.

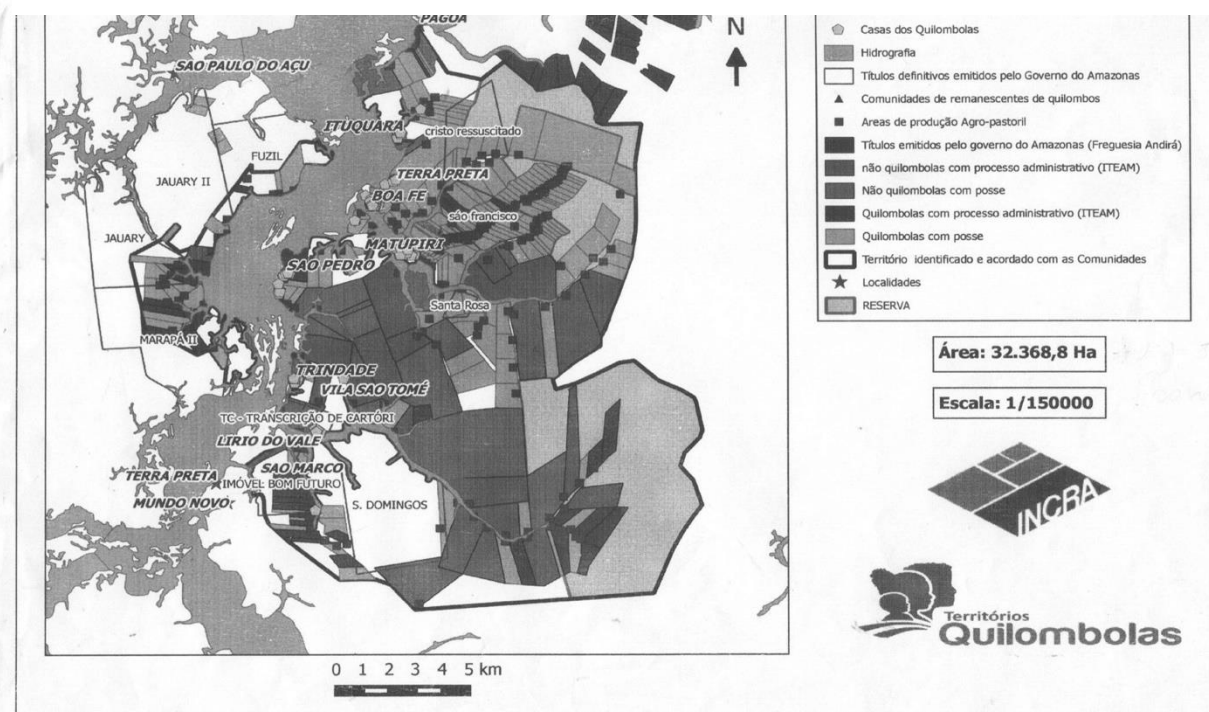
Mapa 4: Levantamento de dados – comunidades quilombolas – Barreirinha/AM



Fonte: Estudo preliminar do processo de delimitação e demarcação do território quilombola do Andirá/ Barreirinha-AM. Equipe da cartografia do INCRA, 2015.

Note-se que, em 2015, há no mapa (Mapa 4) o registro de 151 famílias. Com o novo cadastramento feito pelo INCRA em 2016, adicionaram-se ao levantamento 335 famílias, ampliando aquele número para o total de 486 famílias. Quanto ao perímetro territorial, atualmente, 2016, com a reelaboração do levantamento cadastral do INCRA, além da inserção dessas famílias o perímetro do território tende também a aumentar. Isto porque, com a inclusão da comunidade quilombola de São Paulo do Açu, proposta reivindicada em Assembleia Geral pelos agentes sociais – por entenderem que essa área está no perímetro do território quilombola –, estima-se que dos 32.368,68ha, conforme mapa a seguir (vide Mapa 5) o território ficará delimitado em 40.000 hectares. Todavia se trata ainda de estudos preliminares feitos pelo INCRA para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID²⁴, e posterior titulação o que garantirá aos quilombolas a consolidação de seus direitos territoriais.

Mapa 5: Território Quilombola do rio Andirá – Barreirinha/AM



Fonte: Estudo preliminar do processo de delimitação e demarcação do território quilombola do Andirá/ Barreirinha-AM. Equipe da cartografia do INCRA, 2015.

²⁴ De acordo com estudos preliminares do INCRA essa área do território quilombola que percorre desde a Paga até o limite da cabeceira de Formigas, está estimada: à direita em **2.678.97ha**; à esquerda em **24.465.83ha**, presumivelmente, com o acréscimo de **2.691.406ha**, totalizando **29.836.206 hectares**. No segundo mapa, pode ser verificado um estudo também preliminar relativo ao número de famílias quilombolas que habitam esse território (2015).

Disso se deduz que o processo de construção dos quilombos é resultado de lutas protagonizadas pelo movimento organizativo do rio Andirá. A luta por direitos étnicos, associa-se à reivindicação de áreas de manejo e às formas de mobilização política. O princípio fundante dessas lutas é a memória coletiva acionada como elemento de construção histórica do movimento organizativo e, portanto, representada e materializada pelo ex-escravo Benedito Rodrigues da Costa, o fundador do território quilombola.

Trata-se do sentimento de pertença à terra que, articulado à política de conquista do território, define as táticas da política de territorialização engendradas e através de cujas estratégias operacionais os quilombos vão sendo historicamente construídos pelos próprios agentes sociais, representados pelo movimento organizativo dos quilombos, conforme se vê no item a seguir.

2.2 A terra e o território: perspectivas do movimento quilombola

À terra, produto do trabalho humano, incorporam-se conceitos que a qualificam semanticamente. Sob a ótica de sua extensão geográfica se tem a designação de *território*; por outro lado, como elemento que funda a organização de grupos e seu ordenamento político, o *espaço terra* converte-se em “territorialidade específica”, dotada de coesão e conflitos sociais.

Neste aspecto, a dinamicidade que flui dessa relação, se lançada para o campo de compreensão acerca de delimitações de territórios etnicamente configurados, Almeida (2008, p.29), referindo-se às “territorialidades específicas”, assevera que as mesmas “podem ser consideradas como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que converge para um território”.

O território, emana-se de situações que, no seu conjunto, compõem um universo de fatores complexos e contraditórios dotados de relações de poder e resistência. O processo de construção dos quilombos por isso mesmo evoca reflexões acerca de uma intrincada rede de circunstâncias a ele inerente. Trata-se de perceber nas relações estabelecidas suas formas de vivência e identificar como os quilombos interagem socialmente e se organizam ao longo do processo de construção identitária.

Para resguardar e manter suas fronteiras, envoltas em conflitos sociais resultantes do valor historicamente atribuído à terra, ao sentimento de pertença, entrelaçado à política de “territorialidade específica” é que o processo de conquista referido ao território ameaçado será discutido ao longo deste tópico.

Sobre os conflitos resultantes de ações devastadoras ocorridas nos quilombos do Rio Andirá, o presidente da comunidade de São Pedro narra os fatos:

Foto 4: Vista aérea das praias e floresta do rio Andirá



Fonte: Drone/Jaime Severich.

No passado, agora 2012, nós fomos ameaçados, porque temos uma área de peixe e de quelônios, tivemos até de abrir mão porque senão ia ter morte. O pessoal de Barreirinha e de Parintins invadiram e hoje nós não temos onde pegar um peixe pros meninos. Como falou o João Rufino, no tempo do meu avô aquela área lá [apontando em direção ao rio] era muito farta [...] Mais uma coisa que quero dizer pra vocês, aqui, em torno do São Pedro, nesse lado daqui [identificando no croqui] já é zona dos holandeses. Aí também nós estamos ameaçados; eles querem a madeira. Ah! Dizem, também, que essa empresa era paraense, não, não é, ela é suíça,

ela é da suíça. Aí, tu trabalhas só na tua área, pois, lá naqueles hectares de terra é deles e, pronto. O resto é nosso! [...]. Eles estão aí há uns 12 anos [...] O nome dessa empresa mudou para Barreirinha Florestal. Antes era Andirá-Brasil-Holanda. O Geraldo, holandês, era o dono [...]. Aí, eu pergunto: Porque Brasil-Holanda? Porque ela está dentro do Brasil, situada no Amazonas. Então, eles colocaram o Brasil na Holanda e, aí, foi aquela coisa toda: Tira fulano daí com tudinho [...]. Disseram que eles iriam dar o Título das terras. Isso não aconteceu até hoje. Enfim, eu perdi minha área, eu saí de lá, fui embora. [Antônio Freitas Trindade, 47 anos – Comunidade de São Pedro, 18.02.2013].

Os acontecimentos narrados pelo nosso interlocutor coincidem com o registro dos fatos (RANCIARO, 2004, p. 81). Trata-se de denúncias feitas pelo poeta barreirinhense Thiago de Mello e publicadas no Jornal *O Estado de São Paulo*, dos dias 05 e 22 de abril de 1999, respectivamente sob os títulos: “Madeireiro terá pedido de prisão decretado”; “Poeta é ameaçado após denunciar madeireira”.

De acordo com a matéria divulgada, o IBAMA e o IPAAM constataram que a empresa, do holandês Gerardus Laurentius Joseph Bartels, iniciou a exploração da floresta sem licença ambiental. E enfatiza: “Os fiscais do IBAMA encontraram 03 mil toras de madeira submersas no Rio Andirá, que foram retiradas de uma área limite da reserva indígena Sateré-Mawé. A área devastada corresponde a 72.667 hectares (equivalente a 90 mil campos de futebol) (RANCIARO, *ibid.*).

Os relatos anteriormente registrados e as matérias jornalísticas dão a dimensão dos conflitos e tensões sociais vividas no dia a dia dos quilombos. Fazia-se necessário, imprescindível, criar formas de resistência no embate a questões circunstancialmente provocadas por fatores exógenos: a invasão do território pelos madeireiros, pecuaristas e pescadores profissionais que, segundo relato dos agentes sociais, intensificou-se a partir da década de 1980. A exemplo da reserva indígena Sateré-Mawé, a década de 1980 não pode prescindir de coincidências quanto à invasão do território quilombola do rio Andirá.

Pertinente à década de 1980, marco da invasão pelos agronegócios nas áreas do rio Andirá, Lorens (1992, p.69-70 e 97)²⁵, fornece dados e sustenta explicações significativas acerca de acontecimentos que corroboram com as narrativas dos quilombolas e informações aqui prestadas. Relativo à mobilização dos Sateré-Mawé pela legalização de suas terras, a autora enfatiza:

Em 1980, a possibilidade de uma rodovia cortar seu território de ponta a ponta, dividindo-o em dois pedaços, representou uma ameaça que marcou profundamente os Sateré-Mawé [...]. As reuniões de aldeia em aldeia, realizada naquele período, a mobilização junto à imprensa e sociedade civil manaua e nacional prepararam os Sateré-Mawé para o confronto nos anos de 1981 e 1982 com a Elf-Aquitaine, empresa francesa de petróleo com interesses nessa região [...] A cobrança dos Sateré-Mawé junto ao órgão tutor pela demarcação acelerou-se devido às duas invasões da Elf-Aquitaine. A portaria de demarcação foi liberada pela Funai em 06.05.82, como resultado desta pressão e homologada em 06.08.86, com 788.528ha, nos municípios de Barreirinha, Parintins, Itaituba e Aveiro (AM e PA) (LORENS, 1992, p.69-70).

No relato acima registrado, Antônio Freitas Trindade, da Comunidade de São Pedro, referindo-se à “chegada” dos holandeses nas áreas dos quilombos, expressa-se convictamente: “Aí também nós estamos ameaçados; eles querem a madeira (...) Aí, tu trabalhas só na tua área, pois, lá naqueles hectares de terra é deles e, pronto. O *resto* é nosso!”.

A forma difusa que ameaça, fragmenta e atinge sobremaneira a organização de vida e trabalho dos quilombos, implica ou sugere medidas de resistência cotidiana que acena intencionalmente em busca de reivindicações e mobilização política. Nessa narrativa, fica evidente, aliás, o divisor de fronteira, operando contraditoriamente entre o *nós* (o *resto* é *nosso*) e o *outro* (o que é *deles*). “A terra ou o território é certamente o primeiro desses

²⁵ Recorda-se a autora de que: “Em agosto de 1981, resguardada por um contrato de risco firmado com a Petrobrás, a empresa estatal francesa invadiu o território Sateré-Mawé, efetuando um levantamento sismográfico que visava descobrir lençóis petrolíferos. Para tanto, abriu 200Km de picada e clareiras para pouso de helicópteros na região do rio Andirá, derrubando indiscriminadamente a mata. As explosões com cargas de dinamite, enterradas nas picadas levou o pânico aos Sateré-Mawé, além de afugentar a caça da região” (LORENS, 1992. p. 69-70).

operadores, onde o *nós*, os filhos da terra, e os *outros* são os recém-chegados” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 6).

Na narrativa de Mizael de Castro Rodrigues, do quilombo de Boa Fé, ao se referir aos fazendeiros nas áreas do território quilombola, há indícios de uma reivindicação formulada que suscita a necessidade de organização coletiva. Fala de opressão quando se refere à impossibilidade do acesso a “uma área que tem grande extensão de terra” da qual os quilombolas se utilizavam para fazer roça ou extrair o breu, o cipó, ou da utilização da floresta para a fabricação de canoa, entre outras necessidades próprias do cotidiano dos quilombos. E reitera que, no confronto com os fazendeiros, impuseram-se dificuldades de acesso à terra: “A gente foi perdendo o nosso espaço. Quer dizer que nós vamos ficando com um espaço curto, nós vamos ficando *espremidos*”.

As narrativas dos agentes sociais expressam o sentimento de pertença caracterizado por conflitos permanentes. Via de regra, os interesses deixam de ser individuais e se voltam para denúncias que contemplam uma agenda de reivindicação política do movimento quilombola. Não se trata mais das proibições que afetam esta ou aquela família quilombola quanto à impossibilidade de acesso a um lago e proceder à captura do peixe para uma refeição, ou da dificuldade de extrair madeira para a construção de sua própria canoa ou casa.

Trata-se de um momento específico de experiências acumuladas ao longo de sete anos de luta que redundou no fortalecimento das mobilizações do movimento quilombola. Inicialmente ao real fortalecimento do movimento quilombola, a pressão dos impactos que recaia sobre os quilombos, tais conflitos de certa forma inibiam o avanço das pautas de reivindicação dos agentes sociais.

O início do processo de construção do movimento organizativo, as narrativas orais já expressam a percepção dos quilombolas visto que nelas há, de certa forma, indícios de compreensão e enfrentamento concernente à construção de um projeto que se volta para o coletivo quilombola. Embora ainda fragmentadas, tais ideias nos levam a crer que a “simples reconhecimento de algo não implica [todavia] em seu reconhecimento” (ALMEIDA, 2013, p.18). O reconhecer-se como pertencente a um certo *grupo* possui determinado sentido que extrapola, portanto, o plano individual para inserir-se numa perspectiva de ação coletiva.

É, porém, a partir do conflito ali vivenciado pelos quilombolas que o sentimento de pertença converte-se no construto de uma política de “territorialidade específica”. Esta reivindicação dos agentes sociais, ultrapassa aos interesses individuais para transformar-se em

um projeto de construção identitária. Significa transcender à mera realização de necessidade puramente individual e/ou biológica para se converter em uma luta política circunscrita sob a forma da produção social e, portanto, pelo reconhecimento real e efetivo dos quilombos.

Isso indica que “a luta pelo reconhecimento transcende a uma luta circunscrita à sobrevivência” (ALMEIDA, 2013, p. 18). Desta feita, a partir da oposição entre o *em si* (da necessidade individual) e o *para si* (da autoconsciência política) “ter-se-ia, portanto, a consciência da necessidade” (*ibid.*), concebida no âmbito da formulação crítica e materializada por via de reivindicações econômicas e mobilização política do movimento organizativo. Indica o protagonismo que vem sendo construído pelos quilombos no bojo da luta por reconhecimento étnico; no sentido amplo, engendrado com e a partir da autoconsciência, “configurando-se num reconhecimento recíproco e caracterizado por situações conflitantes” (ALMEIDA, 2013, p. 18).

O acirramento dos conflitos que incidem sobre o cotidiano dos quilombos leva a crer que o ideal apregoado pela Constituição Federal de 1988 – através do art. 68 do ADCT, que reconhece a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras –, tornou-se um desafio para os que lutam incessantemente por ver realizado esse preceito constitucional. Terra e território são concebidos segundo uma relação de reciprocidade mútua; da estrita vinculação histórica dos quilombolas com a terra, conferindo-lhes direitos de propriedade coletiva dotada de relações territoriais específicas.

Ianni (2009, p. 142) explica a especificidade da luta pela terra, apontando entraves e perspectivas do movimento camponês que ocorre mediante conflitos de interesses vinculados tanto à esfera do econômico quanto ao aspecto cultural, social e político, portanto, estendem-se para além de interesses meramente pessoais. Sob este aspecto: “A terra não é um fato da natureza, mas produto material e espiritual do trabalho humano” (IANNI, 2009, p. 142).

Por isso, tais dimensões compreendem um intercâmbio social complexo em face de singularidades que identificam interesses e objetivos intrínsecos ao projeto de identidade quilombola. A relação dos agentes sociais com a terra não se limita tão-somente à produção de bens necessários, sejam eles culturais e/ou econômicos, mas também à sua capacidade de articulação e lutas “decisivas, sem as quais seria impossível compreender a força das suas reivindicações econômicas e políticas” (IANNI, 2009, p. 142-3).

Nas narrativas aqui registradas, os quilombolas, agentes sociais considerados sujeitos da Constituição Federal de 1988, demonstram que há uma integração entre a terra (lugar de

convivência) e o território (espaço de luta e resistência). Assim, a política de territorialidade abarca dimensões que conferem aos quilombolas o reconhecimento de seus direitos étnicos conquistados por via da construção de movimentos representativos. No processo de construção dos quilombos, a expressão que identifica o interesse pela terra ganha materialidade a ser possível perceber que “o chão é tessitura complexa entre tempo e espaço de permanência em lugares, experiências, destino e desejos” (LEITE, 2010, p. 29).

A noção de terra que compreende o conceito de território faz referência a uma totalidade de situações que preveem as formas de uso da terra e dos recursos naturais assegurados pela política de territorialidade prevista no decreto Nº 4.887/2003. Por meio desse instrumento, ficam regulamentados, no art. 1º, os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As prerrogativas constitucionais materializam-se na prática. Consoante as reivindicações formuladas em assembleia geral e/ou setoriais ocorridas nos quilombos, o documento encaminhado pelo INCRA à Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha, aduz sobre os fatos:

[...] informamos previamente, que os estudos visando a elaboração do RTID e a discussão junto as comunidades da proposta de território foram concluídos no período de 16.11.2015 a 21.05.2016. Sendo que com um perímetro do território de 32.368,68 hectares foi aprovado em assembleias setoriais nas comunidades e registrado em ata. Com relação ao relatório agroambiental não será possível fornecê-lo, no momento, pois o mesmo ainda está em processo de elaboração” (OFÍCIO/INCRA/SR(15)G Nº.128/2016, encaminhado à Presidente da FOQMB, datado de 14 de março de 2016).

Isso aponta, demonstra e reitera aquela ideia aqui exposta anteriormente sobre o conceito atribuído a autoconsciência, no sentido *lato* da expressão e, portanto, como algo que extrapola o interesse de necessidades individuais para converter-se na expressão e significado de “experiências, destino e desejos” (LEITE, 2010, p. 29), subjacentes ao propósito das lutas engendradas em torno do coletivo quilombola.

A declaração da presidente da FOQMB acerca de situações que informam sobre as *comunidades remanescentes de quilombos*, isto é, do que vem a ser a “consciência da necessidade”, materializada no pertencimento de um território etnicamente conquistado, é ilustrativa: “Então, a liberdade de todo mundo é se sentir feliz em dizer: isso é nosso; se torna

melhor do que dizer: isso é meu. Não, não é seu! O que conquistamos pertence a um conjunto de pessoas, unidas e trabalhando por um só sentido!”

A narrativa sugere o entendimento político das prerrogativas do decreto 4887/2003, que identifica o conceito de *comunidade quilombola* ao tempo em que se faz referência ao processo de *autodefinição* e ao *território* a que pertencem:

Art. 2º. Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

A trajetória histórica de construção dos quilombos, no tocante aos “critérios com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas” será examinada com base na especificidade de ações políticas, sejam elas extraídas da história oral ou registradas nas atas da Federação. São, portanto, as estratégias operacionais do movimento organizativo que tornam evidente como os agentes sociais, por eles mesmos, constroem seus próprios espaços de vivência cotidiana.

Tais práticas apontam e indicam a forma pela qual o fator étnico – objetivado em movimento social – configura uma singularidade para nomear as delimitações físicas, por Almeida (2008) identificadas como “territorialidade específica”. Trata-se, portanto, “de uma situação social marcada concomitante por um processo de territorialização e por lutas identitárias, que não podem ser consideradas como distintas de lutas econômicas” (ALMEIDA, 2011, p. 51-2).

O processo de territorialização será examinado no próximo tópico, por meio do qual se verifica como os próprios agentes sociais transformam seus espaços de vivência em “territorialidades específicas”. Por via do compromisso politicamente assumido ao longo de ações implementadas pelos quilombolas é possível identificar os fatores étnicos que concorrem para a identificação e reconhecimento dos quilombos do rio Andirá, consoante se verifica a seguir.

2.3 Os agentes sociais: os quilombos construindo-se por eles mesmos

Por força do Decreto 4.887/2003, as prerrogativas que balizam os pressupostos subjacentes ao significado de *comunidades remanescentes de quilombos* criaram grande impacto na conjuntura político-social brasileira. Por extensão, influenciaram nas decisões acerca da organização do movimento quilombola em vários municípios do Estado brasileiro, dentre os quais no Amazonas.

De acordo com o Art. 2, supracitado, as referências a grupos *étnico-raciais*, aos critérios de *auto-atribuição*, à trajetória histórica de *relações territoriais específicas* que contemplam “ancestralidades negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, constituíram-se num fio condutor de reflexões e procedimentos a respeito desses fatos. No município de Barreirinha, documentos indicam que os agentes sociais moradores da comunidade de Santa Tereza do Matupiri sob a influência de tais acontecimentos, constituíram uma equipe que tinha por objetivo resgatar pelas narrativas orais, bem como registrar oficialmente o processo de formação identitária dos quilombos do Rio Andirá²⁶.

No quilombo de Santa Tereza do Matupiri, o forte apelo a um passado tão impregnado na memória coletiva que tem como fundador do território, Benedito Rodrigues da Costa, foi o ponto crucial de estímulo e incentivo expressos por uma equipe constituída pelos descendentes do ex-escravo: Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, Osmarina da Silva Alves, Mateus Cruz Rodrigues e Alberto Rodrigues Marinho. Com essa iniciativa, impulsionados pela vontade de coletar dados sobre a história dos negros que aportaram em locais à margem do lago de Matupiri, inicia-se em 2008 o primeiro trabalho de campo feito pelos próprios moradores dos quilombos do rio Andirá.

Embora de forma ainda bastante incipiente, naquele momento, tal pesquisa já tinha como desdobramento as possíveis articulações em torno do reconhecimento dos quilombos e de seus direitos territoriais reivindicados junto ao INCRA. Sobre esse procedimento, tive acesso a dois ofícios: um com data do ano de 2005 e outro de 2007. Não há, todavia, em período anterior a esse, documentos que apontem maiores detalhamentos a respeito do aspecto organizacional das referidas comunidades quilombolas. Daí a importância de informações sobre essa pesquisa a que tive acesso, consoante registros identificados sob o

²⁶ Trata-se de uma pesquisa realizada pelos quilombolas em 2008, cujo documento consta como apêndice ao Estatuto Social da FOQMB, registrado em Cartório, conforme Certidão expedida e anexada ao documento, datada de 05/05/2009.

título: “Histórico das Comunidades: o refúgio dos pioneiros negros chegados ao acesso Rio Matupiri–Andirá/Município de Barreirinha”.

Como desdobramento da pesquisa, anexo ao histórico está o Relatório I, intitulado “Comunidade dos Quilombos e Remanescentes na Luta por Reconhecimentos de Igualdade Social”, datado de 05 de maio de 2008, e assinado pelos quatro integrantes que participaram da referida pesquisa.

Compõe o histórico, outro documento que faz alusão ao Relatório II, sob o título “Relatório Preliminar das Comunidades de Trindade, São Pedro, Boa Fé e Matupiri – Amazonas”, datado de 29 de agosto de 2008. Trata-se do documento que foi elaborado e assinado pelo antropólogo João Siqueira – ARDA-SR/15. Tanto os registros em atas de reuniões quanto a esses relatórios, adquiridos através da FOQMB, tais informações permitem entender a dinâmica de todo o processo de formação e organização do movimento quilombola, associado às formas de construção dos quilombos no rio Andirá.

No Relatório II, o antropólogo faz referência a um documento datado 10 de dezembro de 2007, assinado pelos senhores João Jorge de Castro e Efraim de Castro, moradores das comunidades de São Pedro e Boa Fé, respectivamente. Esse documento foi encaminhado à Superintendência Regional do Amazonas-SR-15-AM, no qual, em 10 de dezembro de 2007 solicitavam ao INCRA providências quanto ao *reconhecimento* das comunidades de Trindade, São Pedro, Boa Fé e Matupiri²⁷.

Constam às páginas 3 do referido relatório informações sobre a documentação que fundamentou o pedido de reconhecimento dos quilombos, oferecendo teor à reclamação interposta ao INCRA. Nesse documento, explica o antropólogo que tais comunidades já tinham sido visitadas por uma equipe do próprio INCRA de 03 a 06 de dezembro de 2005, e que na ocasião foram ressaltadas dificuldades tanto de entendimento do próprio grupo quanto de ordem técnica para dar prosseguimento ao trabalho de campo. Nas Considerações Finais do relatório antropológico, registram-se as seguintes informações:

Com base nas observações *in loco* no período de 29 a 31 de agosto [2008], pode-se considerar que as comunidades de Trindade, São Pedro, Boa Fé e Santa Tereza do Matupiri apresentam-se interligadas do ponto de vista sócio-cultural e político. Nas referidas comunidades foi observado a prática de uso comum das terras, de autonomia relativa da pequena produção familiar e de articulação e mobilização política (...). Entre os principais propósitos apontados pelos agentes desse processo

²⁷ A comunidade de Ituquara foi posteriormente inserida ao Movimento, conforme Certidão de Reconhecimento emitida aos cinco quilombos pela FCP, datadas de 21 de outubro de 2013 e publicada através da Portaria Nº 176, de 24 de outubro de 2013 - Diário Oficial da União, Seção 1, Nº 208, sexta-feira, 25 de outubro de 2013.

organizativo, que também fora confirmado nas reuniões e discussões realizadas nas comunidades que me referi anteriormente, está o de solicitar da Fundação Palmares o reconhecimento do território como remanescente de comunidades quilombolas e, em seguida, requer do INCRA/SR-15 a sua respectiva identificação e delimitação. Este é o relato que tenho a fazer (Assina: João Siqueira – Antropólogo/ARDA-SR/15 – 29/08/2008).

No histórico resultante da pesquisa feita em 2008, pela equipe de moradores da comunidade de Santa Tereza do Matupiri e nos relatórios, sobretudo aquele por eles elaborado posteriormente ao trabalho de campo, pode ser identificado o germe de formação dos quilombos. Fica evidente que essa construção resulta de seu fundador, o ex-escravo, e da linhagem de descendência que confirma a existência de uma identidade coletiva. Fato a respeito do qual identifica-se que o território foi sendo construído com e a partir do protagonismo dos próprios agentes sociais. As evidências que balizam esse processo de formação e construção dos quilombos podem ser identificadas no próprio título dado ao documento da pesquisa de campo: “Histórico das Comunidades: o refúgio dos pioneiros negros chegados ao acesso Rio Matupiri–Andirá/Município de Barreirinha”.

A esse respeito, um dado merece registro. Note-se que o *quilombo*, naquele momento de aplicação da pesquisa, contrário do que pudesse ser interpretado como espaço de construção e conquistas, o sentido a ele atribuído está ainda identificado como “Refúgio dos pioneiros negros”. Há elementos constitutivos de conceituação do senso comum que sugere designá-lo como “o que estaria ‘fora’ do mundo do trabalho legalmente instituído” (ALMEIDA, 2011, 39). Por outro lado, o ‘refúgio’ pode ser interpretado como ‘fuga’ ou o esconder-se em “lugares ermos, despovoados e com domínio absoluto da natureza” (*ibid.*).

Posteriormente à aplicação da pesquisa, certamente com o olhar mais atento, agora visto pelo prisma da convicção política, tal designação do termo “refúgio” é ressignificado pelos agentes sociais. Há uma aproximação conceitual do significado político atribuído ao *quilombo* já expresso no próprio título “Relatório de Pesquisa I: Comunidade dos remanescentes de quilombos na luta por reconhecimento e igualdade social”.

Registros sobre os negros do rio Andirá, constantes da pesquisa encaminhada pelos referidos moradores da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, informam que aproximadamente em 1878, devido à trajetória de longas viagens um grupo de negros (escravos) fugira de um navio negreiro vindo da África para serem vendidos no Estado do Pará.

Quanto às fugas ocorridas no Baixo Amazonas referidas ao período Imperial, 1850-1888, Cavalcante (2011, p.44), em artigo publicado na coletânea *O fim do silêncio: presença*

negra na Amazônia, aborda situações de deslocamento de trabalhadores pela imensidão do vale amazônico. Tais estudos destacam que nesse período a Província do Pará sofria intensamente com uma epidemia de cólera. Nas áreas de jurisdição do Amazonas, as autoridades, temendo que epidemia se alastrasse pelas vilas e povoações, buscavam alternativas para conter o avanço do cólera que já havia se alastrado, dentre outras, pela vila de Serpa (atual município de Itacoatiara/AM) e Freguesia do Andirá (local onde inicialmente estava sediada a cidade de Barreirinha).

Em vários estados brasileiros, a relação entre senhores e escravos a exemplo das forças políticas que interagiam de forma perversa sobre o cotidiano da escravidão, o Amazonas não fugiu à regra: “Fugir não era tarefa fácil. Exigia estratégias de sobrevivência, condições de fuga e solidariedade para fugir” (CAVALCANTE, p. 2011):

Assim, as motivações para fugir foram variadas. Quer fossem pelas epidemias ou escassez de alimento e produtos no Baixo Amazonas, quer pelas perturbações políticas ou pelos laços afetivos em jogo (protegendo filhos, famílias e amores), homens e mulheres deslocavam-se pelos rios e matas cruzando suas experiências com índios, mulatos, desertores, africanos, marinheiros (CAVALCANTE, *ibid.*, p. 71).

Em, 1878, a fuga capitaneada pelo ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa, a pesquisa feita pelos quilombolas do Andirá informa que no Baixo Amazonas, em busca de liberdade, esses escravos chegaram à Vila Amazônia. Banhada pelo rio Amazonas, a vila pertence à área de jurisdição do município de Parintins. Tida como próspera pelo cultivo da juta, com destaque também à produção de algodão e cultivo de hortaliças e frutas, a vila abrigou número considerável de colonos. Os fatos parecem conferir com as explicações de Acevedo Marin e Castro (1998, p. 58):

Até o final do século XVIII a entrada de escravos no Baixo Amazonas, mesmo que pouco regular, havia sentado base da organização do trabalho escravo nas plantações, nas atividades domésticas e de serviços nas vilas. As reações à escravidão – e uma das formas adotadas foi a fuga de escravos para os quilombos – tornaram-se a forma mais expressiva das contradições da sociedade escravista. Este lapso foi decisivo à ruptura de uma parcela dos escravos com as relações escravistas e para a construção de um mundo de liberdade, em condições de relativo isolamento, garantindo por longos deslocamentos que os afastaram da ameaça de um novo cativo (ACEVEDO MARIN e CASTRO, 1998, p. 58).

Segundo consta do histórico da comunidade, os negros ali em Vila Amazônia, ainda traumatizados com os maus-tratos e com a vida humilhante a que eram submetidos, temiam que pudessem ser novamente capturados por seus donos. Os mais antigos informaram aos pesquisadores que aqueles escravos tinham em suas pernas, tangidas a ferro quente, algumas letras possivelmente com as iniciais do nome dos senhores aos quais foram vendidos.

Aos 108 anos de idade, dona Lúdia²⁸, neta do ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa, relata:

Os outros que contaram, já morreram tudo, contaram que apanhavam muito esses pretos; choravam, ficavam com a costa lapada de sangue; tudo isso eu soube desses negros (...). Num sei aí pra fora, mas eu sei que pra cá apanhavam, apanhavam muito... Depois a Isabel que libertou; a princesa Isabel, ela foi quem libertou os pretos. Era portuguesa; ela foi que libertou tudinho os pretos. Ah, se num fosse ela abaixo de Deus, sei lá como não era... Ela libertou tudo (Lúdia, 108 anos – Santa Tereza do Matupiri, 2008).

Em Vila Amazônia, na propriedade do senhor Ataíde, os negros trabalharam por vários anos, plantando algodão para fazer rede e renda. Nessa produção as mulheres em geral, negras ou não, usavam um instrumento chamado *fuso* que servia também para tecer. Além dessas atividades, produziam utensílios de barro e trabalhavam em serrarias, cortando e carregando toras de madeira que transformavam em tábuas, esteios, *cascos* de motor e canoas. “Era um trabalho pesado e cruel, muito embora essas pessoas sejam descritas pelos mais antigos como homens e mulheres fortes cujo físico era visto como apropriado para desenvolver esses trabalhos”, consoante relato registrado no Histórico da Pesquisa.

Com o tempo, os negros e outros moradores que ali trabalhavam foram dispensados por seo Ataíde. Os negros, liderados pelo ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa, subiram rio adentro e por fim chegaram a um lago conhecido como Matupiri, no rio Andirá. À margem construíram um pequeno tapiri, espécie de choupana feita de madeira; chão batido e coberta com palha. Ali passavam a noite, pois ao amanhecer, escondiam-se nas matas e cabeceiras retornando à noite para esse abrigo.

No relatório, registram-se fatos relativos às técnicas empregadas quanto ao acesso e utilização de recursos naturais, ao processo de “fuga” e “captura”, ou fazem referência aos espaços propícios ao “isolamento”. Para prepararem seus alimentos faziam fogo e, como não havia fósforo, utilizavam a técnica das pedras, batendo uma contra a outra. Nessa fricção saíam faíscas caindo sobre os gravetos para acender o fogo. Ao término do cozimento da refeição, imediatamente jogavam água para apagar o fogo, deixando apenas uma madeira acesa que queimava lentamente.

Esse graveto era por eles considerado como a “mãe do fogo”, pois, ao precisar de novos cozimentos ali já havia brasa que era utilizada e reaproveitada por vários dias. Havia sempre uma preocupação com o fogo, visto que, na condição de refugiados, temiam que a

²⁸ Trata-se de Lúdia Rodrigues de Andrade, filha de Hermelinda Rodrigues da Silva e de Manoel Rodrigues da Costa, filho do ex-escravo Benedito Rodrigues da Costa. Essa entrevista me foi concedida em maio de 2014, como parte do acervo autorizado pelos pesquisadores Emmanuel de Almeida Farias Júnior e Willas Costa.

fumaça funcionasse como sinalizador e, ao descobri-los, poderia acarretar em um novo processo de captura. Atentos a qualquer barulho, agiam com muita cautela; os homens faziam rodízio enquanto outros dormiam, vigiando-se uns aos outros.

Quanto aos termos “fuga”, “captura” e “isolamento” empregados ao longo dos registros constantes do referido histórico, tais situações devem ser revistas por se tratar de formas intrínsecas à organização social do espaço físico. Condição necessária para se reverem conceitos acerca de significados atribuídos ao isolamento; da fuga *para a mata* que sugere se tratar do esconderijo apenas para prevenir-se de possível captura. Ao contrário, trata-se da forma como os que ali se instalaram vão criativamente engendrando novas perspectivas de organização do trabalho. Disso se deduz que:

Nos lagos, cabeceira, afluentes, destacamentos, feitorias, vilas e matas, os escravos fugidos faziam circular suas experiências, suas formas de resistência. Estiveram atentos para aquilo que a natureza lhes ofertava, mas participavam das microeconomias através das trocas, das vendas, do simples comerciar com as populações ribeirinhas (CAVALCANTE, 2011, p.70).

São formas de inserção do grupo no tocante à ocupação de espaços específicos, adquiridos pelos esforços envidados; pela conquista em face das relações de convivência ali construídas e estabelecidas quanto ao acesso, apropriação e manejo no que diz respeito aos recursos naturais.

Mais do que o medo de que a fumaça permitisse encontrá-los, deve-se destacar a importância atribuída aos gravetos por eles considerado como a “mãe do fogo”. Faz parte do processo de criação a capacidade de reinventar novas estratégias. Os procedimentos interpretativos dessas ações e as peculiaridades que permeiam os interesses implícitos nesses atos, inovam criativamente o sentimento de pertença ao território e recriam hábitos, costumes e tradições.

Por essas vias, no próprio relatório está a afirmação de que “após vários anos, adaptaram-se à região”. Prosseguem as informações constantes do relatório, segundo as quais pondera-se que, tendo a certeza de que ninguém mais os importunaria, passaram a viver ali tranquilamente. Sentavam-se ao redor do fogo para se aquecer, visto que nessa comunidade que se instalaram costuma fazer bastante frio à noite.

Costumavam pescar, caçar, trabalhar na lavoura, principalmente no cultivo de mandioca. Passaram também a construir seus utensílios domésticos de barro: panela, torrador, pote, bilha, assadeira, fogareiro, fornos de barro. Utilizavam-se de recursos naturais, extraíndo cipó, talas de tipiti para fabricação de vassouras, peneiras, paneiros, cestas, abanos,

tupé, japá – um tipo de forro tecido de palha e utilizado nas canoas para proteger os alimentos ou como abrigo de proteção contra sol e chuva. Construíram suas casas de madeira, forradas de barro e cobertas de palha. Canoas e remos, instrumentos inseparáveis do cotidiano dos ribeirinhos, eram por eles feitos com bastante esmero.

De acordo com a opinião dos mais antigos é recorrente nas narrativas ou nos registros do relatório referências sobre as atitudes de solidariedade; algo marcante entre a vizinhança. Nessa convivência, havia sempre a divisão equitativa de alimentos, principalmente quando se tratava da pesca ou da caça de animais; artes essas, aliás, praticadas por essas famílias com grande esmero e aprimoramento. Os peixes eram divididos na mesma quantia para todos e a caça de grandes animais, quando assados ou cozidos, era sempre consumida num grande banquete. As sobras eram repassadas às famílias mais numerosas ou então a utilizavam como iscas para outras pescarias.

Presume-se, com isso, que eles desconheciam o sentimento de ganância ou, quem sabe, inusitadamente evitavam que o excedente promovesse certo poder de barganha entre eles. As regras de hospitalidade indicam que as convenções sobre essas divisões levam a uma partilha muito maior do que a mera “representação dos princípios de propriedade” (EVANS-PRITCHARD, 1999, p. 98).

Sabe-se que na região amazônica no período de inverno a volumosa cheia dos rios significa grandes calamidades, período entendido como o de escassez; ao contrário da abundância que acontece no verão, considerado pelos quilombolas como *tempo do peixe e de fartas colheitas*. Sobre escassez e abundância:

[...] esse hábito de partilhar, e, da mesma forma a partilha, é facilmente compreensiva dentro de uma comunidade onde é provável que todos se encontrem em dificuldades de tempos em tempos, pois é a escassez e não a abundância que torna as pessoas generosas, uma vez que todos ficam, assim, garantidos contra a fome (EVANS-PRITCHARD, 1999, p. 98).

As práticas do trabalho produtivo e as formas de reciprocidade, adicionadas ao sentimento de solidariedade, permitiram às pessoas que viviam nas proximidades juntarem-se a esse povoado que mais tarde passou à denominação Santa Tereza do Matupiri. Assim foram construindo famílias e com isso o povoado foi proporcionalmente ampliado. Com o crescimento do povoado, dona Tereza Albino de Castro, que adotava o catolicismo como religião, comprou uma imagem de Santa Tereza do Menino Jesus e em seguida construíram uma capela de palha para a prática de sua devoção.

Essa decisão jamais impediu que outros praticassem devoções a seus deuses, como o culto a Iemanjá e outros que dedicavam suas crenças religiosas aos santos e santas tomados como protetores. Alegres e festeiros dançavam e gostavam de festejar com fartas mesas. Havia bastante carne de caça, peixe, quelônio e bebida como o tarubá, manicuera (derivados da mandioca), do gengibre faziam a gengibirra e era comum o consumo de *sapó*, uma espécie de mistura feita do pó extraído do fruto do guaraná.

As atividades religiosas que mais se destacam são: os cultos dominicais (católico, pentecostal), a procissão fluvial e/ou terrestre e comemorações dos dias de São João, São Benedito, São Sebastião e Santíssima Trindade. O aspecto cultural se destacava pelas danças de quadrilha, gambá, lundu, onça te pega, marujo, capoeira, bailado das baianas, passos do maxixe e jogos de futebol. As brincadeiras folclóricas: jaçanã, boi bumbá e garcinha são as que até hoje se destacam.

Daqueles tempos, entre outras, preservam-se as atividades religiosas organizadas por essas comunidades com destaque, sobretudo, aquelas referidas a São Sebastião, à Santíssima Trindade e Santa Terezinha, atual padroeira da comunidade de Santa Tereza do Matupiri. São sentimentos que se objetivam através de cultos e ritos de devoção religiosa, cabendo distinguir tais práticas de acordo com a importância das intenções subjacentes aos rituais religiosos.

Sobre a intenção que perpassa as práticas dos ritos de devoção, Benedito Pereira de Castro²⁹, neto do ex-escravo, relata que havia uma casa grande no centro da qual se reuniam comunidades inteiras para rezar e dançar, comemorando do “Dia da Padroeira Santa Terezinha”. O primeiro dia era denominado de “Festa da Entrada”. Utilizavam-se enfeites feitos de bambu que, colocando um pavio, funcionavam como se fossem lampiões. Por onde os moradores passavam iam deixando essas luminárias.

À noite, o cortejo era feito no rio em homenagem ao dia São Sebastião. O barco que levava o andor do santo era acompanhado por fiéis que soltavam inúmeros barquinhos feitos de curuatá, ou seja, da casca que envolve os cachos de bacaba; todos iluminados pelos lampiões de bambu e por casca de mamão que, perfurada, também servia de lampião. Explica o senhor Benedito que havia plantação dessa fruta destinada a essa finalidade. Tiravam-se as sementes e, em formato de cuia, ou seja, cortado o mamão ao meio, os fiéis colocavam óleo e carvão; punham fogo e iam soltando esses objetos acesos, dando um estilo muito bonito à

²⁹ Especificamente sobre tal assunto, essas informações são parte de narrativas adquiridas por ocasião do trabalho de campo em 1998, quando da elaboração de minha dissertação de mestrado.

procissão dos pequenos barcos movidos a remo, cuja finalidade da crença era proteger os marítimos ou pescadores.

De acordo com os relatos de *seo* Benedito, nos quilombos era comum comemorar o Dia da Santíssima Trindade. A festa era sempre acompanhada por um grande tambor denominado de gambá, em formato de caixa, com forte ruído e ritmado som. O caixeiro, como era chamado o líder, responsável pela organização do evento, seguia cantando e martelando o bumbo. Na hora da reza, fazia-se um círculo, momento em que era coroada a pessoa, anteriormente escolhida para exercer a função de “imperador”. Esta festa acontecia comumente no Ituquara, cuja comunidade fica em terra alta e “lá em cima era realizada a festa”.

As práticas culturais dos antigos foram ampliadas e hoje se projetam no cotidiano dos quilombos. Por se tratar de um forte apelo cultural, nos dias de festa de santos ou em outras datas marcadamente comemorativas, é surpreendente e empolgante a habilidade dos quilombolas no lidar com seus instrumentos musicais. Com exceção do violão, tais instrumentos continuam sendo por eles próprios fabricados, dentre os quais se destacam: flauta, cavaquinho, bumbo, gambá, pandeiro, atabaque e o pau-de-chuva. Nos feriados ou finais de semana as noites nos barracões de festa, hoje comumente chamados de clube social, são comuns os ritmos frequentemente dançados de bolero, samba e baião.

São práticas muito presentes atualmente nas relações cotidianas dos quilombolas, pois a maioria deles tem um extraordinário potencial para as atividades artesanais, como: fabricação de paneiros, cesto, vassoura, tipiti, abano, chapéu, balaio, remo. Constroem eles próprios suas canoas; confeccionam enfeites: anéis feitos de caroços de frutos (pupunha ou tucumã); colares brincos e pulseiras que têm como matéria prima a grande variedade de sementes coloridas extraídas da floresta nativa. A cerâmica despontava como uma das mais requisitadas atividades em face da preferência pelos utensílios domésticos como: panela, pote, alguidar, torrador, prato, xícaras, fogareiro, churrasqueira, vaso-assadeira, entre outros.

Há grandes fornos para a torrefação da farinha, por eles fabricados artesanalmente e instalados em locais, comumente chamadas *casa de farinha*. Nesses locais se realiza a farinhada, designação que identifica as atividades finais de transformação e beneficiamento da mandioca, quando as famílias, trabalhando em forma de puxirum, produzem juntas a farinha e demais derivados.

Grande parte das atividades, seja artesanal ou para consumo familiar, é confeccionada comunitariamente. É o momento de sociabilidade, das conversas e conto de *causos* e da cooperação, quando a comunidade se reúne para a queima do roçado e do plantio da mandioca, da colheita e da torrefação da farinha.

É a arte do fazer, do falar e contar, estabelecendo-se ali uma relação entre vida e narrativa tecidas como resultado de experiências efetivamente vivenciadas no dia-a-dia dessas comunidades. O fazer e narrar compõem por isso mesmo “os movimentos precisos do artesanato, que respeita a matéria que transforma [...] participando assim da ligação secular entre a mão e a voz, entre o gesto e a palavra” (BENJAMIN, 1994, p. 11).

A agricultura se volta para além do cultivo das roças, com plantações de jerimum, cará, batata, banana, feijão, guaraná, cana de açúcar, cuja produção atualmente é utilizada para o próprio consumo das comunidades. No histórico da comunidade consta ainda que tempos atrás era comum a produção de açúcar, mel, rapadura e mascavo, por eles considerado como *açúcar moreno*.

Ressalta-se no texto do referido histórico que antigamente a extração de pau rosa era tão intensa que chegou a justificar economicamente a atuação de duas usinas instaladas na cabeceira do rio Matupiri. Adicionem-se a essa produção as antigas atividades extrativistas: castanha, palha, piaçava. Todavia, essas áreas nativas foram devastadas por ocupações que recentemente vão se intensificando em face dessa exploração predatória. Trata-se da ocupação pelos agronegócios nas áreas de manejo; invasão que tem causado intensos conflitos fundiários com projeções que incidem sobre as relações de vida e de trabalho das comunidades quilombolas.

Consta no Histórico da Comunidade informações sobre as áreas de manejo do território quilombola:

Hoje, devastado por ocupações recentes, já se anunciam os conflitos fundiários entre os atuais remanescentes dos quilombos do rio Andirá [pois] os negros, apesar de não terem reconhecimento formal, tinham conhecimento natural, por isso tiravam seus sustentos da terra explorando. [...] Mas, faziam tudo com cautela, com medo que [esses recursos naturais] viesse lhe faltar. Porém, não é assim que pensam os latifundiários; pensam apenas em ter mais, porque, para eles, a natureza não faz falta (Registrado no Histórico da Comunidade, anexo ao Estatuto da FOQMB, em 05/05/2008).

A importância da história oral “ao registrar o reconhecimento social desse costume de apropriação, permanente e comum do conjunto de recursos naturais imprescindíveis à existência das comunidades remanescentes de quilombo e do elenco de medidas

transmissíveis que disciplinam seu uso, concorre para definir e consolidar direitos” (ALMEIDA, 2006, p. 33).

Os registros dos quais lançamos mão, dão a justa dimensão do processo de luta do movimento organizativo pela consolidação de direitos étnicos, tendo tradicionalmente como referência histórica dessa construção a comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Local em que aportou pela primeira vez o ex-escravo, criador e fundador do território quilombola e de sua linhagem.

Importa, todavia, assinalar: não se trata de um espaço físico largamente fixado e/ou delimitado num perímetro territorial; geograficamente por si determinado. É a dinâmica das relações sociais ali estabelecidas que dá à terra a dimensão política dos interesses intrínsecos ao compromisso socialmente assumido em face do território conquistado.

Dessa forma, a compreensão que um determinado grupo tem de seu território, resulta de processos sociais dinâmicos, tais como disputas e/ou acordos conciliatórios, entre outros processos diferenciados de territorialização. Não é a origem geográfica que está, pois, em jogo, e não podemos aprisionar a identidade nela (...) Em outras palavras, a referência geográfica que descreve a “naturalidade” não é considerada relevante para os entrevistados. Isso não deslegitima a reivindicação dos agentes sociais enquanto direitos territoriais e de acesso aos recursos naturais (FARIAS JÚNIOR, 2011, p.150).

Autodefinição do grupo, reivindicada pela identidade étnica, é resultante do sistema de linhagem dos descendentes do ex-escravo, o fundador do território quilombola do rio Andirá. O sentimento de pertença converge, por isso mesmo, para uma territorialidade que se materializa concretamente. É, pois, a linhagem de parentesco que funda as bases do entendimento sobre a necessidade de conquistar novos espaços possíveis, permitindo-se com isso uma nova configuração do território quilombola. São essas novas trilhas percorridas pelos descendentes de Benedito Rodrigues da Costa que marcam espacialmente as normas de herança, as relações de vivência cotidiana; de acesso às áreas de manejo e ao uso dos recursos naturais.

Tais fatos aqui registrados, permitem evidenciar os passos do processo de conquista do espaço territorial, desdobrado ao longo do perímetro original de sua fundação. Informam, portanto, sobre a existência de uma identidade étnica, epítome da constelação formada pelas cinco unidades sociais: Santa Tereza do Matupiri, Ituquara, Boa Fé, São Pedro e Trindade.

Sobre as características que formatam a realidade dos quilombos, no capítulo posterior, serão examinadas com base na dinâmica das relações sociais, levando-se em consideração: o contorno geográfico, a fundação e construção das unidades sociais e as

práticas, peculiarmente configuradas nas situações de conflitos agrários. No confronto com seus antagonistas, as situações do dia-a-dia informam sobre as diversas configurações e circunstâncias de apropriação e combinações próprias daquele cotidiano quilombola.

CAPÍTULO III

A TRILHA DOS QUILOMBOS: os espaços de vivência do território quilombola

Uma cultura dinâmica, original e criativa, que revela, interpreta e cria sua realidade. Uma cultura que, através do imaginário, situa o homem numa grandeza proporcional e ultrapassadora da natureza que o circunda.

Paes Loureiro

3.1 Um percurso pelos quilombos: outras trilhas, novos desafios

Ao longo do processo de formação dos quilombos, a luta se desdobra pela obtenção inafiançável de ações que permitam garantir, afirmar e firmar uma política estabelecida de identidade subjacente ao estatuto da autonomia.

São desafios de enfrentamento no âmbito das relações com agentes externos e dos aparelhos de Estado. Por desdobramento, envolvem situações pertinentes ao espaço de moradia e de organização do trabalho em diferentes áreas de manejo, sejam elas extrativistas ou agrícolas. O território, sob o ponto de vista da organização de novas unidades sociais, vai sendo reconfigurado e amplamente conquistado pela linhagem de descendência do ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa.

Com destaque às atividades de roça, somadas à luta pelo acesso e utilização da floresta, dos lagos propícios à captura do pescado e, de forma geral, à organização das relações sociais, os quilombos, construindo-se por eles mesmos, ampliaram-se em função da criação de quatro novas unidades sociais, quais sejam: Ituquara, Boa Fé, São Pedro e Trindade. Além destas, outros núcleos quilombolas foram formados, como: Lírio dos Vales, São Marcos e São Paulo do Açu.

Em pesquisa realizada nas comunidades, tive acesso às atas de reuniões através das quais foi possível obter os históricos acerca do processo de fundação e construção de cada um dos quilombos acima citados. Narrativas adquiridas ao longo do trabalho de campo e, portanto, minhas análises sobre as relações de contato com os quilombos, mesclam-se às informações obtidas através de documentos da Federação. A partir de características tão peculiares por mim observadas e amparada na pesquisa documental é que passo a descrever o processo de expansão e configuração do território quilombola.

Quanto à necessidade de expansão dos quilombos em decorrência da constituição e organização familiar, o relato do nosso interlocutor, seo Benedito, é esclarecedor:

Então, o primeiro quilombola que chegou aqui no Matupiri foi meu avô, Benedito Rodrigues da Costa, ele está enterrado no Cemitério Mangá, que fica nesse lugar antigo, chamado de São Gerônimo. Hoje, são ao todo 44 netos de Benedito Rodrigues da Costa, e estes já somam um número muito grande de bisnetos, e até tataranetos. Fica só a saudade da minha infância que eu vivi na comunidade de Santa Tereza do Matupiri (Sr. Benedito Pereira de Castro, 91 anos – Comunidade de Santa Tereza do Matupiri, 15/02/2013).

O dado simbólico que povoa a memória coletiva sobre o primeiro escravo a chegar ao rio Andirá, das inúmeras narrativas, a filha de Benedito Pereira de Castro, Maria Amélia, atual presidente da FOQMB, também reproduz no seu discurso expressões que compõem certo apelo a recordações, resultantes de um passado hoje permeado de orgulho e vaidade.

Quero dizer que sou corajosa, que herdei a valentia de Benedito Rodrigues da Costa, meu bisavô, que hoje nos faz ser descendente de quilombo. Veio sozinho enfrentando as dificuldades com os portugueses. É por ele que hoje está essa bela semente aqui, contando essa história de quilombo. Porque queria que a gente tivesse a história dele. Nosso bisavô era angolano, ele veio de Angola, da África. Então, quem diria que aqui nesse Matupiri existiria essa família; que aqui teria angolanos. Só, que eles se foram e a gente não sabia da importância que hoje teria essa história pra nós (Maria Amélia dos Santos Castro, 53 anos – Comunidade de Santa Tereza do Matupiri – 18/02/2013).

Pai e filha resgatam uma memória que, em sendo sucessivamente reproduzida, tornou-se coletiva, expressando carregado sentido mítico e legendário: “Terra e origem constituem as forças decisivas de uma história elaborada e transmitida na originalidade do grupo” (Acevedo Marin e Castro, 2004, p.38). São aspectos que se referem à genealogia e, portanto, o mérito a um passado que não é o da história oficial, mas àquele que representa a memória coletiva: o escravo a respeito de quem nos dias atuais se deve o status de luta e resistência política dos quilombolas. Em homenagem a Maria Tereza Albino de Castro – mais conhecida como Terezita – a comunidade em que aportou o primeiro escravo, hoje recebe o nome de Santa Tereza do Matupiri, tornando-se por isso mesmo um ponto de referência histórica dos quilombos do rio Andirá.

Nessa relação, a memória coletiva exerce papel preponderante na vida dessas comunidades quilombolas; fato profundamente marcado ao longo daquela pesquisa feita pelos moradores sobre o Histórico da Comunidade que tem por base os relatos sobre os primeiros escravos a chegarem ao rio Andirá. Outros aspectos simbólicos podem ser percebidos por via

dos ritos religiosos, dos traços culturalmente por eles construídos que dão sentido e significado à vida cotidiana.

O entendimento acerca do conceito de *comunidade* aqui adotado sugere invocar autores cujas concepções identificam e permite verificar como a memória coletiva articula as relações da vida cotidiana. Cohen (1985), por exemplo, traz para o cenário das discussões questões instigantes acerca da concepção por ele formulada sobre o que vem a ser uma comunidade construída a partir de seus próprios símbolos.

Há ponderações factíveis sobre os temas abordados a respeito dos quais há sempre um questionamento, cujos itens formam verdadeira cadência de argumentos propostos pelo autor. São assuntos que fazem alusão às definições que gravitam em torno da autoconsciência do indivíduo; entendida como expressão e forma simbólica pela qual é possível preservar a diversidade interna, quer de comunidades étnicas quer de outras entidades sociais. Assim entendido, os símbolos que perpassam a vida da comunidade

[...] são construções mentais: eles fornecem às pessoas os meios de fazer sentido às coisas por via das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos e a comunidade a que pertencem. Ao fazê-lo, os símbolos também lhes fornecem os meios para expressar os significados particulares, que tem a comunidade para eles (COHEN, 1985, p.19).

A autoconsciência é um elemento chave para a compreensão do processo de construção simbólica da comunidade. O parâmetro são as fronteiras do simbolismo pelas quais ficam evidentes os traços de identificação conceitual da construção simbólica que perpassam as relações sociais estabelecidas no cotidiano dos quilombos.

Desta feita, o autor propõe reflexões acerca dos sentimentos de pertença, atribuindo conceitos às “comunidades de sentido”. Trata-se, portanto, de um conceito de “comunidade” que tem um papel simbólico fundamental na geração do sentido de pertença das pessoas, entendido a partir de dois ângulos relacionados entre si: que os membros de um grupo têm algo em comum uns com os outros; que a coisa realizada em comum os distingue de forma significativa a partir dos membros de outros grupos possíveis. Comunidade, portanto, implica simultaneamente semelhança e diferença. “É uma ideia *relacional*: a oposição de uma comunidade para os outros, ou para outras entidades sociais” (COHEN, 1985, p. 12).

Assim, *semelhança* e *diferença* constituem os polos de cujos parâmetros analíticos emerge o conceito de “fronteira”. O entendimento sobre os limites que perpassam os sentimentos de pertença é que: “Por definição, o limite [a fronteira] marca o início de uma comunidade”. A respeito desse limite, há uma explicação plausível atribuída pelo autor

quando expõe a questão: “Mas por que essa marcação é necessária?”. Ao que ele infere: “A resposta simples é que a fronteira encapsula a identidade da comunidade, assim como a identidade de um indivíduo é chamada à existência pelas exigências de interação social” (COHEN, 1985, p.12). Esta é a via pela qual se constrói a *comunidade de símbolos ou simbólica*.

Percorrido um longo período histórico no qual as comunidades quilombolas constroem pela força dos símbolos sua própria identidade, em face das mudanças historicamente engendradas, tal enfoque remete à compreensão de que a realidade da *comunidade* está na representação que seus membros elaboram acerca de suas relações. Isto significa que: "As pessoas constroem simbolicamente comunidade, isto é um recurso que a torna repositório de sentido, e uma referência de sua identidade" (COHEN, 1985, p. 118).

Isso implica verificar de que modo os membros dessas comunidades quilombolas são capazes de infundir/difundir a sua cultura com a devida vitalidade, e construir uma comunidade simbólica que forneça significado e lhes atribua identidade. A verificação *in loco* a respeito da construção simbólica da comunidade, sugere um percurso prático de acesso aos quilombos: proceder à travessia do rio Andirá. Há dois barcos cujos proprietários cobram por passageiro a importância de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos). É constante a travessia de moradores do Andirá para Barreirinha, visto que toda transação comercial ou serviços médicos e outros problemas que imediatamente se vinculam às políticas públicas têm como ponto de referência a sede do município. É comum também a utilização de motor de popa, conhecido por todos como *voadeira* ou *rabetinha*.

Há nessa travessia um constante movimento de ir e vir de pessoas, sejam elas crianças, jovens ou idosos. Na impossibilidade de adquirir a *rabetinha*, há trabalhadores que se arriscam a atravessar o rio de canoa, todavia, com a fabricação desses transportes de potência razoavelmente veloz, a utilização de canoas, continua a ter importante função para as famílias que praticam atividades de pesca, de coleta de frutos silvestre, dos que procuram as cabeceiras de rio, ou áreas propícias para caça de animais, ou seja, para viagem de curtas distâncias.

A outra se refere a uma região do rio Andirá, pois, além da dificuldade do tráfego, visto se tratar de um rio, por questões climáticas, ora ele está calmo, ora compulsivamente agitado. Para além disso, trata-se de uma área fora e afastada do rio Amazonas, portanto, geograficamente deslocada da rota comercial. Significa que toda e qualquer transação

comercial, entre outras, se tem acesso à cidade de Barreirinha, estrategicamente localizada à margem direita do Paraná do Ramos, braço do rio Amazonas.

A partir dessa breve introdução, passo a analisar as particularidades das relações de interação social, as situações ou formas de organização do trabalho pelo acesso às áreas de manejo e de uso dos recursos naturais, bem como as estratégias de organização e fundação dos quilombos do rio Andirá. Destacam-se os procedimentos face às estratégias políticas dos movimentos representativos das cinco comunidades quilombolas do rio Andirá³⁰, a saber: Santa Tereza do Matupiri, Ituquara, Boa Fé, São Pedro e Trindade.

Tomando por base a travessia do Andirá que liga imediatamente a saída de Barreirinha aos quilombos, após chegar à outra margem, percorrem-se ainda longas enseadas e lagos. Contornando inúmeras ilhas, avistam-se à margem direita do Andirá, no lago Matupiri, as três primeiras comunidades quilombolas.

A primeira comunidade é a de Ituquara que se avizinha à de Boa Fé. Percorrendo-se alguns minutos entre ambas, ao longo se vê a antiga Vila do Matupiri, imediatamente identificada pela *igrejinha verde*; local por todos conhecido como *Ponta da Vila*. Identifica-se, portanto, aquela ponta de praia onde se instalaram inicialmente os primeiros escravos que ali aportaram e construíram suas casas. Ao contorná-la, chega-se à comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Tomando por base este quilombo, as comunidades de São Pedro e Trindade ficam mais afastadas, levando, em média, 2 horas para lá chegar³¹.

Desta feita, imediatamente ao núcleo denominado de Paga – início do limite do território quilombola – se avista a **comunidade de Ituquara**. Esta comunidade foi fundada por iniciativa de Corina Castro. Ao casar-se com Teotônio de Paula, moraram inicialmente na Boca do Jauari. Dali mudaram-se para esse local, hoje denominado de comunidade de Ituquara. Tiveram seis filhos: Renato, Azenando, João Lúcio, Reinaldo, Dailza, Maria Luzia, todos eles bisnetos do ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa, dos quais a maioria até hoje permanece nesta comunidade.

³⁰ Tais informações foram extraídas das Atas de Assembleia das Comunidades nas quais estão registrados os referidos históricos, a mim repassados pelo senhor Sebastião Douglas dos Santos Castro, quilombola da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, professor de geografia na comunidade e membro do Conselho Diretor da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha – FOQMB, com mandato para o biênio de 2014-2016.

³¹ Esse tempo está calculado de acordo com a potência do “motor de popa – 5,1/2HP,” acoplado a uma canoa de alumínio, comumente chamada de *rabetinha*, que mede 7/1,5. Esse é o tipo de transporte que sempre utilizo para me locomover entre uma e outra comunidade quando da realização do meu trabalho de campo.

A comunidade de Ituquara foi fundada no ano de 1970. Além de Corina e seu esposo Teotônio, outras famílias que moravam nas proximidades do povoado fixaram residência em Ituquara, tendo também como primeiros moradores: Manoel Marinho, Paulo Ferreira, Vicente Ferreira, João Lourival, Renato de Paula, Lourenço Vieira, Domingos Casemiro, Abelardo de Souza, Raimundo Rosa e Maria Glória.

Por se tratar de uma comunidade fundada em período muito recente, ao longo das décadas de 1970-1980, Ituquara dependia de comunidades vizinhas e, pela aproximação, sempre recorreu aos serviços oferecidos pela comunidade de Santa Tereza do Matupiri, sobretudo no que diz respeito às ações educacionais, religiosas e de saúde. Todavia, em 2015, percorridos quarenta e cinco anos à sua fundação, os problemas permanecem sem soluções. Relata o líder comunitário:

A gente tá aqui, como muitos já disseram, também sofrendo. Estou aqui pra dizer que faço parte desse grupo, dos quilombolas. Moro em Ituquara desde que eu tinha 49 anos; com certa inteligência que eu tenho, não é preciso dizer: “fulano, faça isso”. Isso já é resultado da minha maturidade. De tudo que eu já vi e passei. Nos anos 70 foi uma enchente grande e agente morava numa ponta e a nossa casa foi pro fundo. Nos anos de 72 passamos para a Vila [do Matupiri]. A gente construiu uma barraquinha de palha. O compadre do papai disse: “Tua casa foi pro fundo, vou te ajudar”, e ajudou! Agora, não, a gente tem uma casinha coberta de telha e forrada de madeira. Mas é assim, estamos dentro de uma situação difícil, principalmente na saúde. Temos um posto médico, mas não funciona. Meu primo trabalhou como Agente de Saúde por dez anos, sem receber salário (...). Agora, é minha sobrinha que trabalha lá no Posto, mas não tem remédio. Se fez um Posto Médico em 1986, mas só funcionou dois anos. A única coisa que ela traz [de Barreirinha] é um vidro de dipirona. Mas, como dá para os doentes as gotas de dipirona, com treze famílias, se cada família tem de sete a treze pessoas? (Gabriel Fernandes de Paula, 59 anos – Presidente da Comunidade de Base/Ituquara, 07/02/2013).

Educação e serviços de infraestrutura são também motivos de preocupação:

A educação está precária. A professora convive com morcegos. Temos problema de água. Não temos água de qualidade, encanada. Graças a Deus, a esse Deus que é tão poderoso... Esse bem, Deus nos deu: taí esse rio! Mas é meio poluído. A administração esqueceu a nós por doze, dezesseis anos (...). Estamos aqui nesse beiradão sofrendo isso. Nós sobrevivemos porque Deus é bom e cuida de todos. Estamos aqui na margem do rio, esperando assistência de médica (Gabriel Fernandes de Paula, 59 anos – Presidente da Comunidade de Base/Ituquara, 07/02/2013).

As dificuldades de acesso às áreas de manejo são relatadas:

As coisas são difíceis quando você não vai atrás... A gente pesca com dificuldade, usa a malhadeira, o anzol, a zagaia que a gente pesca no verão. Tem esses meios pra gente capturar o peixe. Tenho recordações da minha avó, me lembro como um sonho, pois eu era criança, quando estava me

entendo ela já estava indo pra o “último lugar”, morrendo... Como disse, não temos história dos antepassados. De 2005 pra cá, já temos alguma coisa. Mas é uma história meio apagada. A gente tem pra lembrar mesmo é das ameaças que são grande. Sobre a área da comunidade, lá chegou as proibições. Houve uma demarcação de um cidadão que se fez dono lá dentro mesmo da mata. Não sabemos como, porque e quem mandou ele entrar. É uma terra firme bem grande que a gente usa pra caçar. Nela fizemos em demarcação em 1975 pelo ITERAM. Mas já estão dizendo que essa área tem dono, tem vinte lotes de terra demarcado. Isso faz extremo com o Paraná desta comunidade. Já estão dizendo que não podemos usar; tem dono, que é deles (Gabriel Fernandes de Paula, 59 anos – Presidente da Comunidade de Base/Itaquara, 07/02/2013).

Por fim, as reivindicações do Presidente da comunidade:

Então, o que a gente pede mais é apoio do governo. Pedimos que o governo nos ajude acima de tudo. Que faça a sua parte; que Deus faz por todos. Tem uma programação aí, na Globo, que diz que “O Brasil é de todos”; mas, não é de todos, não! Tem gente que não vive, está sobrevivendo por teimoso. Como meu pai falava: “Muitos sobrevivem de teimoso”. Mas, que o negócio não está fácil; não está, está difícil! (Gabriel Fernandes de Paula, 59 anos – Presidente da Comunidade de Base/Itaquara, 07/02/2013).

Numa observação menos atenta, observa-se que as políticas públicas praticamente inexistem; quando há são sempre precárias e residuais, realizadas, por vezes, como gesto de “camaradagem”, deste ou aquele vereador ou, em casos extremos, como resultado de ações compensatórias. Nos cinco quilombos, por via das narrativas dos agentes sociais, fica evidente que não há um programa e/ou planejamento que se proponha efetivá-las a partir de criteriosas ações regularmente implementadas pelo poder público junto aos quilombos.

Trata-se, no entanto, de um processo em construção cujas conquistas alcançadas, mais precisamente no período correspondente a 2011-2016, embora incipientes – dado o forte poder de barganha de seus opositores – têm sido adquiridas através das pautas de reivindicações do próprio movimento organizativo, discutidas e votadas em encontros, reuniões e Assembleia Geral da FOQMB. Fato que os distingue radicalmente daqueles períodos anteriores ao da luta e organização dos agentes sociais, convictamente representados e fortalecidos através de suas bases de mobilização do movimento quilombola.

A luta engendrada em função de conquistas pelo direito territorial tem também demarcado a fronteira, hoje, simbolicamente representada pela memória coletiva e identificada através do uso recorrente do termo *quilombo*, expressando com isso o sentimento de pertença. Daí o reconhecimento da sua condição de sujeitos historicamente construídos como remanescentes de quilombo, ou seja, atualmente identificados como portadores de uma identidade coletiva.

Quanto à fé, ao dogma, que se expressa nas narrativas é algo incontestável. Uma das primeiras iniciativas dos moradores de Ituquara foi fundar a Comunidade Cristã, em homenagem a Nossa Senhora do Carmo. Em seguida construíram um barracão no qual funcionavam além das atividades da escola, as celebrações do culto aos domingos. O primeiro encarregado pelos cultos foi o senhor Manoel Marinho.

Com a expansão da escola, Manoel Marinho incentivou o povoado quando da realização do Curso de Catequese, despertando nos comunitários o interesse em solicitar junto à Paróquia de Nossa Senhora do Bom Socorro – Padroeira do Município – um padre para rezar a primeira missa na comunidade que foi realizada no ano de 1974.

Com o tempo o povoado cresceu e foi elevado à categoria de comunidade, por Ato Legislativo da Câmara de vereadores de Barreirinha. O santo de devoção de Ituquara é Cristo Ressuscitado, com festa de celebração em homenagem ao padroeiro no período de 06 a 15 de junho.

Explica o professor que para ensinar as crianças, os pais contrataram um professor e os próprios comunitários pagavam seu trabalho. Com uma pesquisa realizada pela prefeitura nas comunidades da área rural do município, a professora Marcelina Silva foi contratada e ali trabalhou durante os anos de 1972 a 1993. Com o crescimento da comunidade, para atender a demanda de alunos o então prefeito, Esmeraldo Trindade, autorizou a construção de um prédio de alvenaria que recebeu o nome de Escola Professor Dídaco Sampaio.

Conforme registrado no Histórico da Comunidade a que tive acesso, esse prédio “hoje encontra-se esquecido pelo poder público”. A escola, desde sua fundação, contou com a contratação de doze professores. Em 1999, com a implantação do Sistema Multisseriado, o ensino segue a modalidade pedagógica da Escola Ativa. A professora Sídia Mara Leite de Paula que atende à demanda de alunos nasceu e mora na própria comunidade.

Culturalmente, a comunidade de Ituquara se destaca pelas danças de gambá, seguindo as tradições deixadas pelos seus antepassados. Quanto à base de produção e sustentação familiar, a comunidade não foge à realidade de outros quilombos, ampara-se no extrativismo vegetal: castanha, breu, cipó. Na agricultura, destaca-se o plantio da mandioca, cará, jerimum, abacaxi, maracujá. A caça e a pesca são determinantes por se tratar de “práticas rudimentares que há séculos serviram de sustento alimentar desde nossos antepassados. Mas tudo isso vem sendo praticado apenas para alimentar e não para a comercialização” (Histórico da Comunidade, 2008).

Em que pese todos os problemas, Ituquara, instalada num local geograficamente mais elevado, apresenta um aspecto muito bonito. Há plantas regionais que emprestam ao ambiente uma paisagem colorida e alegre. Os canteiros elevados nos quais cultivam para o próprio consumo a cebolinha, coentro, chicória e uma variedade de pimentas coloridas; mesmo próximo ao limite de algumas das casas, não se sabe ao certo a quem pertencem, pois são regados e cuidados pela comunidade em geral com muito esmero.

Não há cercas que imponham limite entre uma casa e outra. É como um grande quintal, bem cuidado e com muitas árvores frutíferas. Comumente chamado de *terreiro*, o quintal a todos pertence. Construída pelos próprios moradores, a cozinha comunitária, embora pequena, tem uma arquitetura criativa e bastante aconchegante. Ali é feita e servida a merenda escolar aos alunos. Em horários apropriados, geralmente ao final da tarde, o local sempre atrai os moradores que chegam da caça, pesca ou roçado, servindo como espaço de conversas; de sociabilidade entre os vizinhos.

Após alguns poucos minutos à saída de Ituquara, chega-se à **comunidade de Boa Fé**. O bisneto – do ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa – Rosendo Rodrigues, filho de Silvério Rodrigues da Costa e de Tertulina da Costa, foi o primeiro morador a chegar à comunidade de Boa Fé. Na condição de proprietário, cedeu seu terreno para o senhor Francisco de Lima Martins e, juntos, fundaram esta comunidade.

No dia 27 de maio de 1987, o senhor Francisco de Lima Martins, sua esposa Lucinda Pereira Martins e familiares chegaram ao Andirá e alojaram-se em um lugar por nome Boca do Matupiri. Havia poucas famílias nesse local. Escolhido pelos irmãos adventistas, Francisco tinha por propósito fundar a Igreja do Sétimo Dia. Para tanto, necessitaria de um local que oferecesse condições para colocar em prática a missão para a qual fora escolhido.

O senhor Francisco aceitou o convite e convocou uma reunião com todos os irmãos adventistas. Nessa reunião, além de planejarem os trabalhos para a construção de escola, posto médico e igreja da comunidade, os chefes de família que ali compareceram solicitaram que Lucinda Pereira Martins, esposa de Francisco, assumisse a função de professora da comunidade. Aceito ao convite a ela formulado, deu-se início à construção da escola. Feita com madeira roliça e coberta com palha, a parte externa da escola foi cercada com estacas para delimitar o local. Para cobri-la utilizaram palha, fechando as laterais com ripas de bambu e o piso era *chão batido*. Tudo feito com muita força de vontade e determinação.

No dia 13 de junho de 1988 estava pronta a escola. Dentre outros sugeridos, *Boa Fé* foi o nome escolhido; comunidade e escola receberam essa denominação. Era consenso entre os agentes sociais que, de acordo como seus princípios cristãos, a *fé* revelaria as grandes verdades bíblicas.

O primeiro presidente, o senhor Francisco de Lima Martins, presidiu os trabalhos da comunidade num período de dez anos. Durante sua gestão, formulou convite ao senhor Alberto Sampaio Tavares e sua esposa Lucinda Pereira para irem à Prefeitura Municipal de Barreirinha e marcar audiência com o então prefeito, o senhor Esmeraldo Trindade. Na pauta da reunião solicitava-se o reconhecimento legal da comunidade e a contratação de um professor para o início do calendário letivo da escola.

Com a mudança da família Martins para outra comunidade, o senhor Efraim de Castro Rodrigues assumiu por alguns anos o cargo de Presidente Distrital da comunidade. Com nova eleição foi escolhido como Presidente o senhor Mizael de Castro Rodrigues, para o período de 2013 a 2014. Responde atualmente por essa representatividade, o senhor Elivaldo Pinheiro da Silva com mandato para o período de 2015 a 2016. Com o passar do tempo o número de moradores aumentou e hoje a comunidade é composta por 66 famílias. Na comunidade há prédios de alvenaria: da Igreja Adventista do Sétimo Dia e o da Escola Municipal Boa Fé.

Localizada à margem direita do lago Matupiri, a comunidade tem como meio sustentável a pesca, a agricultura, *teçumes* e o artesanato. As dificuldades enfrentadas são aquelas caracterizadas pela ausência de políticas públicas, além de conviverem permanentemente em meio a conflitos por problemas de limitação do espaço, ocupado pelos agronegócios, sobretudo, a pecuária, madeireiras e a pesca predatória e, com isso, a dificuldade de acesso às áreas de manejo para prover o sustento da comunidade quilombola.

Na avaliação do então Presidente da Associação Comunitária, Mizael de Castro Rodrigues, os problemas sociais são analisados:

Na área da educação, a minha comunidade vai enfrentando um problema muito sério. Olha! Ano passado, as duas professoras terminaram o ano letivo debaixo de uma mangueira. Isso tudo porque? Porque falta um colégio. Tem, mas tá inacabado... Ai, as professoras chegaram comigo dizendo: “Olha, Mizael, agora vai ser diferente, se não houver um local eu não vou poder manter essas crianças debaixo de uma árvore, tem que ter um local, tem que ter um teto mais tranquilo, mais confortável pra essas crianças aí”. Outra coisa, não temos uma sede social onde possa receber as autoridades. Então, tudo isso aí é que vai dificultando a nossa carreira (Mizael de Castro Rodrigues, 35 anos – Presidente da Associação Comunitária de Boa Fé, 18/02/2013).

Outra dificuldade é a área da saúde. Aí, nós precisamos de que? Do apoio das autoridades competentes, porque nós não temos um transporte fluvial que fique aqui pra atender a cada comunidade. Somos cinco comunidades que então precisando de uma lancha fluvial para que ela possa atender o nosso polo, e ao nosso polo levar o atendimento às quatro comunidades. Precisamos de uma enfermeira, de um doutor a cada mês ou a cada quinzena (Mizael de Castro Rodrigues, 35 anos – Presidente da Associação Comunitária de Boa Fé, 18/02/2013).

Então, nós precisamos de tudo isso, porque estamos numa carência muito difícil. Temos os nossos “coroas”; na linguagem dos antigos, os nossos “velhinhos” que precisam muito da assistência médica e a qual a gente não tem. Por isso é preciso pegar o barco de linha às três horas da madrugada e, então, tudo isso aí é dificuldade embarcar embaixo do sereno, no meio da chuva... (Mizael de Castro Rodrigues, 35 anos – Presidente da Associação Comunitária de Boa Fé, 18/02/2013).

Os conflitos que balizam a disputa pelo acesso às áreas de manejo são evidentes:

É muito grande essas áreas devastadas. Então, as áreas, elas vão atingir um percentual quase a mais da metade já do outro local vizinho que é o Jará. É nessas áreas aí que a gente não pode nem tirar nem o que sobrou. Tem os caseiros, os vaqueiros que, na medida que a pessoa entrar, eles tão transitando de rabeta, de voadeira, e chegam no nosso casco [canoa: embarcação sem motor de popa]; pra onde a gente vai eles vão atrás seguindo a estrada. Chega lá com a pessoa e diz: “Olha, pode parar com o trabalho, pode sair daí porque aqui é do senhor fulano dos anzóis”. Aí, qual é a da pessoa? O jeito é a pessoa se humilhar e voltar! (Mizael de Castro Rodrigues, 35 anos – Presidente da Associação Comunitária de Boa Fé, 18/02/2013).

Quer dizer que isso aí faz nós termos o nosso espaço curto, estamos espremidos dentro de uma área, como aqui do Chapeleiro que tem uma área do Janero [madeireiro]. É aqui dentro do chapeleiro, são 800 hectares aí que tão no quadrante, no plano de manejo deles. Então, é uma empresa paraense, ela tá localizada lá, tá tudo mapeado, tudo esquadrejado, tudo no pico de 25m a cada 500m, com talhões tudinho; são as quadras [demarcando a propriedade]. Então quer dizer que a cada 500m, são 10 picos de 25m, ou seja, de 500m. Então, é de uma dificuldade porquê, dentro dessas áreas já tem vigia, ninguém pode mais entrar nessas áreas (Mizael de Castro Rodrigues, 35 anos – Presidente da Associação Comunitária de Boa Fé, 18/02/2013).

Em Boa Fé uma das características marcantes é o respeito devotado aos mais velhos. A eles é tributado grande respeito pela sabedoria que acumularam. Diante de problemas enfrentados, decisões são tomadas após passar por avaliações e ponderações entre as pessoas mais velhas.

É fato notório a fundamentação dos discursos propostos pelos quilombolas das cinco comunidades. A evidência desse aprendizado com os mais antigos pode ser verificada pelo nível de sustentação política com que os mais jovens expõem seus discursos, sustentam

politicamente suas opiniões e coordenam suas ações junto à comunidade e ao movimento organizativo dos quilombolas.

Quanto ao aspecto da área que circunscreve a comunidade, contrário a Itaquara que fica em terra bem mais elevada, Boa Fé, por estar numa área mais baixa o contato com o rio é imediato. Fato que permite ao local um aspecto exótico e ao mesmo tempo bucólico e sereno devido à proximidade com áreas de igarapé e igapó. A cozinha da casa de dona Valdomira Pinheiro da Silva, pela proximidade com o rio, o igarapé substitui o quintal. No período de cheia, canoas e pequenos barcos ancoram quase que no limite da cozinha. Neste local há uma grande mesa redonda que raramente fica desocupada, pois é comum os moradores reunirem-se para conversar e ouvir conselhos de dona Valdomira. Apesar do contato direto com o *chão batido*, tudo é muito limpo, seguindo padrões de higienização impecáveis. As painéis penduradas na extensão da parede de bambu causam uma impressão de espelhos a brilhar de tão areadas.

Essa é uma das características de quase todas as residências. No local há árvores longas espalhadas cuja sombra das ramagens serve de abrigo para os encontros e longas conversas entre os moradores. Predominantemente a comunidade é evangélica, todavia, há uma fraterna convivência entre seus seguidores e os que praticam o catolicismo ou aqueles que se dedicam a outros credos, como, por exemplo, o culto a Iemanjá. Neste aspecto, nos cinco quilombos há uma relação amistosa de muito respeito e solidariedade entre as comunidades quilombolas.

Avizinha-se à Itaquara e Boa Fé a comunidade quilombola de **Santa Tereza do Matupiri**, marco de referência e fundação dos demais quilombos. De acordo com o Histórico da Comunidade: “Em meados do ano de 1878, aproximadamente, o senhor Benedito Rodrigues da Costa, vindo como escravo de seus donos, os portugueses, chegou ao município de Barreirinha. Passando pelo o rio Andirá, num barco a vela, ao conhecer uma mulher se encantou com sua beleza, prometendo se fosse liberto da escravidão, voltaria para casar-se com ela”. Seguindo-se ao comentário, há o registro de que:

No dia 10 de Julho de 1884, o Governador Amazonense Theodoro Souto reúne a sociedade amazonense no largo de São Sebastião e, ao meio-dia em ponto, quando o sol não faz mais sombra, assinou um ato em que declarou ser em homenagem à Civilização e a Pátria, em nome do povo amazonense, que pela vontade soberana do mesmo povo e em virtude de suas leis, não mais existem escravos no território desta Província, ficando assim, e de hoje e para sempre, abolida a escravidão e

proclamada a *igualdade de direitos de todos os seus habitantes* (Márcio Souza – Escritor Amazonense³²).

Em 1884, conseguindo sua libertação, dada por Theodoreto Souto, Benedito voltou com seus três irmãos: Francisco, João e Maria. Não se adaptando à região, os três tomaram rumo ignorado. Apenas Benedito Rodrigues da Costa ficou no Município de Barreirinha, casando-se com Gerônima, filha da indígena Julia Sateré.

Benedito Rodrigues da Costa foi o primeiro a desbravar as cabeceiras do rio denominado de Matupiri. Morou primeiro na Cabeceira do Cabeçudo, lugar chamado de São Gerônimo, na *boca* do Romão. Depois se mudou para um lugar por ele próprio denominado de Pernambuco³³, onde viveu o resto de sua vida.

Em 1933, o povoamento inicia com a primeira moradora, filha de Benedito Rodrigues da Costa, a senhora Maria Tereza Albina de Castro. Local hoje conhecido como Ponta da Vila, onde se mantém a Igreja de São Sebastião, fundada por incentivo de Maria Tereza. Devido às fortes enchentes do rio Andirá, hoje as comunidades se dividem em dois locais: o antigo núcleo fundado por Maria Tereza e, nas proximidades, em terra mais elevada, o povoado de Santa Tereza do Matupiri, legalmente reconhecido em 1980 como *comunidade*, tornando-se efetivamente o polo das outras circunvizinhas.

Por agregar um número expressivo de alunos, as atividades ligadas à educação escolar são as que mais se destacam pela relevância do papel pedagógico desempenhado no quilombo. A Escola Municipal “Santa Tereza” foi fundada em 1960, conforme projeto apresentado pelo vereador Wilson Leovegildo Pontes, na gestão do então prefeito João Bezerra dos Santos. Seu primeiro prédio, construído em 1968 era de madeira, coberto com telhas de fibrocimento, com uma sala de aula e uma cantina. Tinha como educador o professor Luiz Casemiro Trindade, atuando com alunos de 1ª a 4ª séries. Com jurisdição da Secretaria de Educação e Desporto, a escola é reconhecida pelo decreto nº 010/55-GPMB, de 22 de fevereiro de 1995. A Escola recebeu esse nome em homenagem à padroeira da Comunidade “Santa Tereza”.

³² Transcrevo essa citação tal como consta no Histórico da Comunidade, registrado na Ata de Assembleia da Comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Outras informações adicionais, foram extraídas do relato adquirido através de Benedito Pereira de Castro, neto de Benedito Rodrigues da Costa, o primeiro ex-escravo a chegar e permanecer no rio Andirá.

³³ Onde hoje é uma área reservada ao agronegócio, com destaque à pecuária, cujo campo de pastagem é de propriedade do senhor Cornélio Mendes.

Desde a fundação da escola até o ano de 1986, são esses os professores³⁴ que prestaram serviço na referida escola: João Costa da Silva, Leoner Xisto, Isaura Brandão, Manoel Eugênio de Castro, Raimunda Cândida Pedreno Torres, Lúcio Alves, Elza Reis, Margarida Alves Vilas Boas, Edicléia de Souza Silva e Tereza Santarém de Souza.

Em 1970, na gestão do então prefeito de Coreolano Lindoso, foi construída uma escola de alvenaria. No ano de 1986, o Prefeito, Esmeraldo Trindade, constrói um novo prédio com três salas de aula, uma cantina, um pátio e banheiro fora do prédio. Essa estrutura feita em alvenaria, teto em PVC, ocupa uma área de aproximadamente 25m². Na época o serviço de energia funcionava com baterias solar. No período de 1987 a 2002 a Escola atendia alunos do curso Pré-Escolar, de 1ª a 4ª série e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) 1ª e 2ª seguimento.

A demanda que ingressou na escola era de aproximadamente de 80 alunos, tendo como primeiro coordenador o professor Edson Carlos Viana. O quadro funcional que atuou nesse período tinha como professores: Francisco Carlos dos Santos Castro, Maria Conceição dos Santos Pedreno, Marcia Pedreno Viana, Janete dos Santos, Sérgio Pedreno Viana, Juvenal Belém, Rosa Lolita Cabral Trindade, Maria Rossilene, Elita Trindade, Carmem Lucia de Castro, Ademar Belém da Silva, Maria da Penha da Silva, Márcio Nonato da Silva Castro, Telma Lúcia dos Santos Castro, e Gilvan da Silva Pedreno.

A partir do ano de 2003, na gestão do então prefeito, Gilvan Geraldo de Aquino Seixas, a escola passou por reformas de caráter físico e de ampliação do quadro funcional, tendo em vista a aposentadoria de parte significativa de professores e nomeação de outros servidores. O coordenador era o professor José Colares Marques, sendo professores na época: José Raimundo da Silva Pedreno, Gilvan da Silva Pedreno, Janete dos Santos e Sharlon Gonçalves.

Em 2005 a escola passou a atender novas turmas (5ª a 7ª série) e a demanda de alunos cresceu, proporcionando novas contratações no quadro docente. Nos anos de 2005 a 2006 atuou como coordenadora a professora Paula Regina Reis Gonçalves e como professores: Joracema Ramos Moreira, Luciane Maia, Sharlon Gonçalves e Gilvan Pedreno.

³⁴ De todas as ações que compõem o universo das políticas públicas, as atividades educacionais são as que mais se destacam em todas as comunidades. O reconhecimento e valorização da função pode ser o motivo pelo qual há sempre grande ênfase e até a necessidade expressa pelos quilombolas quanto a manter no registro o nome de todos os professores que se empenharam no cumprimento ao compromisso pedagógico. Diante desse propósito tão explícito, mantenho, na íntegra, tais registros, conforme constam nos Históricos das Comunidades aos quais tive acesso.

No mesmo ano, ou seja, em 2005, foi fundada a Associação de Pais e Mestres e Comunitários tendo como presidente a Professora Joracema Ramos Moreira. A escola também contribuiu com a comunidade, comparecendo e colaborando nas atividades de ação social, como: festa da padroeira, torneios, campeonatos esportivos. Contava ainda com duas turmas do “Reescrevendo o Futuro”, disciplina estas ministradas pelas professoras: Monalisa Beltrão e Maria da Penha da Silva. Passou a ter notória participação nas atividades escolares o projeto de extensão universitária da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, denominado de “Projeto Pé de Pincha” que tem por propósito o manejo sustentável com a proteção dos quelônios.

De 2006 a 2010 houve a necessidade de novas contratações de professores devido à demanda de alunos que crescia a cada ano. Com a ampliação do quadro funcional, a escola conta com os seguintes professores: Everton Pedreno Beltrão, Marcio Nonato da Silva Castro, Cezar Augusto Marinho da Silva, José Lazaro Rodrigues de Souza, José Antônio Parintins, Sérgio Pedreno Viana, Claudemir de Souza Alves, Elita Trindade Saavedra, Neucilara Henriques de Melo, José Juraci da Silva, Sharlon Gonçalves. Tem como coordenadora a senhora Maria da Penha da Silva e dois auxiliares de serviços gerais: Francivete Brandão e Keure Castro da Silva.

Na escola há duas salas, anexas ao prédio: sede comunitária, e o barracão da igreja, locais nos quais funcionam uma turma de 9º ano e a de 1º e 2º segmento do EJA. No mesmo período foi reativada a Associação de Pais e Mestres e Comunitários (APMC), tendo como Presidente o professor Everton Pedreno Beltrão.

Em 2009, a APMC em parceria com a escola foi contemplada com seu primeiro recurso liberado pelo Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, no valor de R\$ 6.725.00 (seis mil, setecentos e vinte e cinco). Recurso esse que foi utilizado na compra de materiais, para melhorias na escola e proporcionando condições para o aprendizado do educando.

Em 2011 novas mudanças aconteceram na referida escola como: a contratação das professoras Mileide Costa da Silva e Maria Marina Trindade Bezerra, e novos funcionários como: Sidinei Trindade Castro, Rosa Lolita Cabral Trindade, Maria do Carmo da Silva Andrade e Ambrosio Costa dos Santos. O quadro docente foi ampliado também com a nomeação do professor Everton Pedreno Beltrão para o cargo de coordenador da escola. No mesmo ano foi reeleito presidente da Associação de Pais, Mestres e Comunitários (APMC).

Inaugurada dia 22 de junho de 2012, a escola atendeu no ano de 2012 o total de 250 alunos matriculados, cujas aulas passaram a ser ministradas no novo prédio. Agora climatizado e composto de 04 salas de aula, laboratório de informática, secretaria, despensa, cozinha e banheiros.

Com as condições humanizadas dos serviços, a Escola Municipal Santa Tereza realiza suas atividades escolares junto aos alunos, contando atualmente com um expressivo quadro de professores, servidores, alunos e a colaboração dos comunitários em geral que certamente contribuem para o aperfeiçoamento e êxito das atividades escolares.

A primeira missa rezada na comunidade aconteceu no ano de 1958, pelo padre Izeu, da prelazia de Parintins. A partir de então Santa Tereza do Matupiri se tornou centro de grandes retiros espirituais (católicos) do Município. A Primeira igreja católica a ser construída foi a de São Sebastião, por iniciativa da comunidade e da família Cabral.

Dona Tereza Albina de Castro que era praticante do catolicismo comprou uma imagem de Santa Teresinha do menino Jesus e com a ajuda de todos do povoado foi construída uma capela para praticarem suas devoções, e desde então a Comunidade recebeu o nome oficial de Santa Tereza do Matupiri.

Por ser um povo alegre e festivo alguns costumes foram introduzidos na comunidade, assim como crenças e crendices populares. As festas que se destacam, são: a de São Sebastião comemorada de 10 a 20 de janeiro, festa da Santíssima Trindade de 05 a 08 de maio e festa de Santa Tereza do Menino Jesus, por ser a Padroeira oficial da Comunidade, comemorada de 05 a 15 de outubro.

A festa de São Sebastião segue as tradições negras e indígenas, como levantar o mastro no início das festividades e sua derrubada no encerramento, com músicas de gambá, leilão, novena, procissão, arraial e festa dançante ao povo em geral.

No aspecto cultural as quadrilhas, pastorinhas, garcinha, boi-bumbá, lundun, gambá, dança do maxixe, onça-te-pegas, jaçanã, valsa, bolero e marchinha são as que mais se destacam. Comumente utilizam-se nessas comemorações os instrumentos musicais: flauta, cavaquinho, violino, banjo, bombo, violão, maracá, pandeiro, gambá etc. Atualmente a comunidade de Santa Tereza do Matupiri realiza no dia 20 de novembro o Festival Quilombola do Rio Andirá com danças e comidas típicas. O Dia da Consciência Negra também passou a ter grande expressão para os quilombolas, com festejos organizados em Santa Tereza do Matupiri.

O artesanato desponta como grande apelo cultural com a fabricação de paneiros, vassouras, cestas, tipiti, colares, anéis de caroços principalmente de tucumã, tupés, abanos, chapéus, balaies, feitos com palhas da região. Utensílios feitos de barro também são fabricados artesanalmente: panelas, potes, alguidares, torradores, pratos, xícaras, fogareiros, vasos e assadeiras.

Em Santa Tereza do Matupiri, há quem se dedique de forma incipiente à criação de gado, sobretudo por se tratar de espaços arbitrariamente a eles limitados pela lógica da concorrência imposta pelos pecuaristas. Isto provavelmente estimule a prática da caça ainda bastante comum principalmente pela carne que, além de saborosa, adiciona proteínas necessárias à gastronomia regional, enriquecendo a alimentação que se baseia praticamente no consumo de peixes e farinha.

O couro dos animais de caças, uma vez curtido manualmente, é sempre reutilizado para fabricação de instrumentos musicais ou de objetos de uso pessoal. A pesca foi e continua sendo praticada na comunidade de maneira artesanal e rudimentar, respeitando-se, sobretudo, os períodos de defeso. Limitando-se a um espaço de acesso restrito que foi imposto pelos agronegócios, a comunidade conscientizou-se em preservar suas áreas de manejo, passando a estabelecer perfeita harmonia com as regras demandadas pela natureza. Não obstante, tais áreas estão sempre sob a mira dos pecuaristas, como observa a Presidente da Federação:

Aqui, em Santa Tereza do Matupiri, ontem mesmo eu recebi um recado que o senhor Jander, esse fazendeiro, que continua fazendo a derrubada da mata. Ele está abusando de nós. Eu já disse: “Diga a ele que não queremos derrubada na nossa área”. Que ele saiba que essa é a nossa terra. Eles perguntam por que nós queremos terra; pra criar tatu, pra criar isso e aquilo. Nós queremos terra porque queremos evitar a derrubada. Antigamente, a gente matava tatu aqui nessa beirada. Hoje, não se vê mais isso. Com as derrubadas, os animais também têm medo, eles vão embora. Denunciei pra pessoa responsável pelo meio ambiente. E, nada. Eu quero dizer que esse Jander Gomes está contra nós, ele está nos apertando cada dia mais. Outra coisa, de julho a agosto [2013] passou barcas cheia de madeira. Essa madrugada, agora, passou um barco cheio de madeira, do terreno do seu Jander. Perguntei de todo mundo, ninguém teve coragem de fazer nada. Será que ele faz isso porque ele tem dinheiro; porque “molha” a mão dos outros? (Maria Amélia dos Santos Castro, 53 anos – Comunidade de Santa Tereza do Matupiri, 18.02.2013).

No confronto com madeireiros ou fazendeiros, as ameaças de morte são constantes:

Diante de todo esse confronto, minha irmã me disse, quase chorando: “Mana, pra que tu se meteu nisso, tu tá ameaçada de morte, tenho medo quando tu vais pra Manaus, eles podem mandar um pistoleiro te matar, tu

podes morrer por lá”. Foi assim, uma pessoa não assinou o papel de posse do nosso território, porque ela não queria perder a vida. Mas, eu quero que saibam que eu não tenho medo, mas, sinceramente, se eu morrer lá por Manaus vou ficar muito feliz, porque estou defendendo o meu povo. Só quero que tragam meu corpo para ser enterrado aqui no meu cemitério. Quero dizer pra vocês que eu não tenho medo, mesmo que digam que estou trabalhando errado. Hoje está acontecendo essa oficina aqui, mas, sei que as pessoas não acreditaram, diziam que essas pessoas não iam se deslocar de Manaus pra cá e ficar aqui com a gente. Mas eles vieram e estão aqui. Quero dizer também que todo mês a gente faz reunião e assinam uma Ata (Maria Amélia dos Santos Castro, 53 anos. Presidente da FOQMB – Comunidade de Santa Tereza do Matupiri, 18/02/2013).

Em meio a conflitos agrários, agricultura e o extrativismo vegetal sempre foram praticados com características peculiares do processo produtivo e utilizado pelos quilombolas para o próprio consumo. Dependendo das circunstâncias, tais produtos tempos atrás eram comercializados pelo sistema de escambo, ou seja, trocavam-se produtos de acordo como a necessidade das famílias. Hoje tal prática guarda resquícios desse tipo de comércio, fortemente cambiado antigamente.

A economia atualmente é baseada no extrativismo vegetal, com a coleta da castanha da Amazônia, cipó, breu, jacitara e madeira, tudo realizado com muito respeito ao meio ambiente e sua preservação. Na agricultura, hoje, a comunidade dedica-se ao cultivo de guaraná, banana, pupunha, cupuaçu, cana de açúcar, feijão, milho, abacaxi. A mandioca desponta como principal produto de transação comercial entre outras comunidades, e por vezes, o produto é vendido nas feiras e comércios de Barreirinha. Periodicamente os agricultores participam de Cursos de Especialização, promovidos pela Secretaria de Produção Rural do Município para aperfeiçoamento das técnicas de fabricação e armazenamento dos derivados da mandioca.

No ano de 1950 foi formada a primeira diretoria representativa de Santa Tereza do Matupiri, objetivando a organização e o seu desenvolvimento, sendo nomeado presidente o senhor Manuel Rufino, vice-presidente o senhor Augustinho Lima da Silva e secretário Benedito Pereira de Castro, que contribuíram para a posterior consolidação do movimento representativo da comunidade.

Por iniciativa do Vereador Branco Baraúna, no dia 30 de abril de 2010, Santa Tereza do Matupiri, administrada pelo presidente Sidinei Trindade Castro, é elevada à categoria de Distrito pela Lei Municipal nº 096/2010, de sua autoria, e aprovada pelos Vereadores Lúcio Batista Filho, Lúcio Ricardo de Medeiros Martins, Antônio da Glória Lavareda e Branco Baraúna.

Do ponto de vista das atividades culturais, Santa Tereza do Matupiri é o importante local de referência dos quilombos do rio Andirá. Foi uma das primeiras comunidades a receber energia 24 horas e água potável, propiciando com isso a instalação de um poço artesiano. Todavia, os problemas enfrentados, agudizam-se em detrimento do descaso do poder público. A assistência médica é precária e na área da educação, mesmo levando em conta as reformas ocorridas no prédio da escola e ampliação do quadro funcional, a maioria dos seus educandos não consegue dar continuidade aos seus estudos por falta de incentivo e estímulos por parte do poder público.

O poço artesiano curiosamente foi construído em uma área que se limita ao Cemitério. Pela aproximação entre esses locais, em 2014 percebi que a expansão progressiva desta área, ou seja, pela ausência de qualquer planejamento urbanístico, o poço tende a ficar dentro do limite “destinado” ao Cemitério. Há relato de comunitários que revela o mau-cheiro da água e problemas de doenças como verminose, diarreia, vômito, febre, dores no corpo e outras reações que, segundo consta, são causadas pelo consumo da água.

A caixa d'água foi retirada, os esteios de madeira que a sustentavam com o tempo apodreceram. Sem o bombeamento, a água fica no limite subterrâneo, o que dificulta qualquer higienização do local. Sugere que há muito tempo não se tem fiscalização ou assistência sanitária que, submetendo a teste, poderia comprovar se essa água é ou não apropriada para o consumo. Não percebi o hábito de se ferver a água. Ao utilizar a água, jamais se dão conta dos perigos que ela possa acarretar. No inverno com as constantes chuvas, o poço transborda comprometendo mais ainda a qualidade da água. Crianças e idosos estão vulneravelmente mais expostos a contrair doenças nesse período.

Entre os cinco quilombos, Santa Tereza do Matupiri se destaca por ser um ponto de referência histórica. Há um fluxo constante de pessoas. Sem terem sido alteradas por qualquer planejamento urbano, as ruas resguardam aquelas características da fundação do quilombo; os acessos se dão, via de regra, pelos quintais da vizinhança. Há um tímido comércio, um clube social, o campo de futebol, a escola e a igrejinha. A grande atração de lazer é o futebol. O campo fica posicionado em frente à área da Igreja católica. Ali disputam campeonatos homens e mulheres, jovens ou adultos. Os torneios são frequentes, mas ganham destaque quando da realização de Assembleias Gerais, reuniões e eventos comemorativos, momento em que os cinco quilombos comparecem para a disputa de jogos de futebol.

A casa de dona Lourdes (Maria Amélia), Presidente da FOQMB, é o ponto de referência. Todos a visitam e o local vive em permanente movimento de pessoas, seja para uma simples conversa; para solicitar informações ou recorrer à ajuda em caso de doença e tantas outras necessidades. Não há local para funcionamento dos trabalhos da Federação, motivo pelo qual a casa serve como espaço para as reuniões eventuais com os representantes do movimento organizativo. Quando se trata de assembleias da comunidade, atividades culturais, festas comemorativas e outros eventos ampliados, tais encontros acontecem no Clube Social. Construído de madeira, coberto de telha de amianto, com um pequeno palco de madeira, esse local agrega número considerável de moradores dos quilombos.

Em Santa Tereza do Matupiri há grande interesse por parte dos quilombolas quanto a manter vivas determinadas tradições, segundo eles, herdadas de seus antepassados. Por ter estado neste quilombo, em abril de 2014, presenciei um dos ritos, comumente realizado no período de liturgias religiosas, neste aspecto, por ocasião da Sexta Feira Santa. Com base nisso é que passo a descrever sobre o rito, segundo informam os agentes sociais, em tempos pretéritos também praticado pelos seus antepassados e preservado ao longo da existência do quilombo.

O ritual é celebrado pelos mais antigos em homenagem aos mortos. Inicia-se à meia noite no cemitério, em seguida com rezas na igreja para *recomendar* os mortos. Poucas coisas daquele momento podem ser reveladas pelos participantes. Sabe-se, todavia, que a indumentária utilizada é feita com tecido preto que os cobre da cabeça aos pés. Aproximadamente à meia noite, ouvimos o tilintar de um sino, acompanhado de cantorias em ritmo de cortejo fúnebre e murmúrios ao estilo de mantra. É proibido qualquer contato nesse momento com os participantes do ritual. As casas mantêm-se fechadas, de preferência no escuro. Todos, indistintamente, se mantêm em silêncio; era quase impossível ouvir até a respiração dos que ali estavam comigo no mesmo ambiente.

Há relato entre os quilombolas de que alguém tentou desvirtuar as normas do ritual e foi, de alguma forma, atingido por um castigo. Os mais antigos contam que uma moradora ao abrir a janela foi “afetada” pelos mortos que, após essa atitude, sentiu forte dor de cabeça, tendo convulsões até perder os sentidos; ficou louca. Com medo, todos se distanciaram dela. Isolada num casebre, ali permaneceu até sua morte.

No dia posterior ao rito, outro episódio a mim descrito por um dos participantes do ritual é que alguém desconfiou da veracidade dos fatos. Por ter feito esse desabafo junto aos

moradores, no dia seguinte à realização do ritual, recebeu em sua janela como troca de sua incredulidade um coco envolto em papel. Ao abrir o fruto, certificou-se de que ali dentro havia um crânio humano. Perguntado sobre esse morador a resposta que obtive foi que ele havia se mudado imediatamente da comunidade. Nunca mais foi visto.

Presume-se que se a moça não tivesse enlouquecido e o morador permanecesse na comunidade, ambos prestariam seus esclarecimentos o que possivelmente implicaria no “enfraquecimento do mito”, que se mantém vivo no imaginário como existência real e concreta. A atitude de fé que se atribui à existência do ritual, nos exemplos citados, concorda-se que

[...] amparadas em crenças míticas tais culturas expressam seus costumes e tradições. Para esses povos o rito designa uma história cujo caráter sagrado a ele atribuído revela sempre uma realidade tomada como verdadeira. As crenças mitológicas estão, portanto, impregnadas de signos que as norteiam, justificam e fundamentam, assim, o momento de sua *criação* (RANCIARO, 2004, p.201).

Ao concluir a peregrinação os participantes retornam às casas; agora, abertas para recebê-los com muita animação e guloseimas naquele momento. Percebi nas conversas que todos os comentários giravam em torno dos parentes mortos. Uma espécie de recordação que se expressava a partir de histórias contadas sobre os grandes feitos *deixados* pelos que morreram, ou de coisas engraçadas que recordavam, por exemplo, do jeito de ser desta ou daquela pessoa a quem o ritual havia sido celebrado.

São traços de uma cultura que pela crença resguardam a lembrança do que restou para os quilombolas como memória de algo deixado pelos seus antepassados, pois, como afirma Proust (1997, p, 409) “a recordação de certa imagem não é senão saudade de certo instante”. O que para Baudelaire (1988, p. 155) significa que

[...] as ilusões, talvez sejam tão numerosas quanto as relações dos homens com as coisas. E quando a ilusão desaparece, ou seja, quando enxergamos o ser ou o fato tal como ele existe fora de nós, experimentamos um sentimento estranho, complicado em parte pela falta do fantasma desaparecido (BAUDELAIRE, 1988, p. 155).

A **comunidade de São Pedro**, o quarto quilombo, fica mais afastada daqueles três, avizinhandose a este a comunidade de Trindade. Fundado em 08 de janeiro de 1989, este quilombo inicia-se como um pequeno núcleo constituído inicialmente por duas famílias, a de dona Luiza Costa Rodrigues e do senhor Raimundo Antônio dos Santos.

Mais tarde chegaram três famílias, dentre as quais a do senhor Mateus Cruz Rodrigues que preocupado com a falta de escola para atender à demanda de crianças, organizou um

grupo de vizinhos para, junto a Prefeitura de Barreirinha, reivindicar professores para essa localidade. Em parceria com a Senhora Luíza Costa Rodrigues, o senhor Mateus Cruz Rodrigues conseguiu uma área de terra medindo 90 metros de frente por 300 de fundo. Nesse local reuniram-se as famílias de Agostinho Lima, Benedito Pereira Souza e de Antônio Pereira de Souza. Com o entusiasmo das famílias o quadro de professores foi sendo progressivamente ampliado. Contando com o apoio da professora Joracema Ramos Moreira a comunidade conseguiu construir uma escola com duas salas e uma cantina. Por se tratar de um terreno em área elevada, foi construída uma escada que fica em frente ao porto que dá acesso à comunidade.

Para atender a essa reivindicação o então prefeito, Esmeraldo Nogueira da Trindade, autorizou que o professor Francisco José da Silva procedesse à matrícula de vinte e cinco alunos com idade de 7 a 16 anos. Sendo morador da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, o referido professor foi contratado para assumir essa tarefa pedagógica, passando a lecionar no núcleo.

O núcleo passou por duas denominações, inicialmente recebeu o nome de Nogueira e depois ficou conhecido como São Benedito. Inicialmente os cultos religiosos eram realizados em baixo de uma mangueira. Tempos depois, com a construção de uma pequena capela feita em alvenaria os padres passaram a frequentar o núcleo com mais assiduidade. O Pe. Ornello foi designado para prestar serviços de catequese junto aos moradores, a quem coube, inclusive, a iniciativa de elevar o núcleo à categoria de Comunidade com a denominação de São Pedro do Andirá.

A respeito dos conflitos agrários, narra o morador do quilombo de São Pedro:

*É bom ouvir os filhos da terra porque são os nativos. Queria fazer assim uns pensamentos voltados para a criação da comunidade. Porque este povoado de São Pedro ele é muito recente, ele foi criado pelos próprios filhos daqui do Matupiri, de Santa Tereza do Matupiri, esses filhos se deslocaram e algumas famílias foram pra lá, se reuniram e fundaram essa comunidade onde agente hoje administra como Presidente, como líder da comunidade. São várias as circunstâncias que a gente vê, assim, que a comunidade passa. Por exemplo, a nossa área que nós moramos que é o São Pedro, que tem que fugir pro Jaurí ou Laguinho. Então, tanto o povo do Matupiri quanto do Trindade, Boa Fé a pescaria deles é só quase naquele reduto. Então, quando acontece esses conflitos hoje, atinge o povo todo que ainda sente essa grande dificuldade. Isso dificulta muito como alguém já falou ali, eu gostei da palavra daquele que disse: “apelar pra quem?” É por isso que nós estamos aqui acreditando nessa mapeação que nós estamos concluindo, que isso seja louvável pra nós e que traga bons êxitos pro futuro e, se nós não concretizarmos isso, nunca nos tornaremos um povo organizado, né? **Isto porque também nós somos, nós pertencemos a uma etnia e queremos***

também ser respeitados com certeza (Rui de Souza Santos – Presidente de Base da Comunidade de São Pedro, 48 anos, 18.02.13).

Sobre as práticas educativas, hoje (2014) a escola conta com o funcionamento da 1ª Série no turno matutino para atendimento às crianças sob a orientação pedagógica da professora Joracema Ramos Moreira e à noite funciona o EJA que atende à 1ª e 2ª séries relativas a uma demanda de adultos. Estas aulas são ministradas pelos professores Daniel de Freitas e Soraia Alves da Silva, respectivamente, moradores do quilombo. Outros professores passaram pela comunidade ministrando aulas no EJA, são eles: Raimundo Maia, Elizandra Xisto dos Santos, Jonia Carneiro, Adriana dos Santos e Marlise Souza Rosa.

Além das atividades de pesca, caça e torrefação da farinha de mandioca, base de sustentação alimentar das famílias, a comunidade de São Pedro dispõe de uma oficina de movelaria de propriedade do senhor Manoel Rodrigues de Freitas, 45 anos. Ali, com a ajuda da família e de alguns moradores fabricam-se barcos de pequeno porte, canoas, remos, cômodas, mesas, cadeiras, bancos e assoalhos para construção de casas.

Associado ao potencial artístico dos moradores de São Pedro e, por se tratar de uma área rica em madeiras de lei, as comumente utilizadas para o serviço artesanal são as de louro e de itaúba, entre outras usadas para a produção de objetos menores. Algumas peças são vendidas no comércio de Barreirinha ou tais objetos são produzidos a partir de encomendas, como também são colocados à venda para os moradores ou às pessoas que ali chegam. Os jovens praticam a arte de produção de quadros confeccionados na própria madeira; talhados em alto relevo com várias modalidades de imagens: de santos ou paisagens com rios, lagos, pássaros etc.

Há uma Cooperativa de Transporte Escolar que iniciou em 2012 com apoio das Secretarias SETRAB e SEMED. Os barcos que transportam os estudantes são construídos pelo proprietário da oficina em parceria com os moradores da comunidade. A cooperativa repassa para os donos dos barcos dois uniformes para a tripulação dos barcos, com slogan fazendo alusão às instituições parceiras e aquelas ações da cooperativa.

No dia 15 de abril de 2014, em trabalho de campo realizado junto a esta localidade fui recepcionada pelo Vice-Presidente da Comunidade, senhor Benedito Pereira de Souza, visto que naquele momento o Presidente Ozeias Rodrigues dos Santos havia saído para pescar. Visitei vários locais dentre os quais a Casa de Forno utilizada para assar pão. Trata-se de um forno de barro e argila, construído artesanalmente por Benedito e seu filho. Contando com uma população de 63 famílias, diariamente pela manhã é assada uma quantidade de pães

correspondente ao número de moradores que ali se dirige para a compra do produto que é consumido no café da manhã e no lanche da tarde.

Em conversa com o Agente de Saúde, Francisco José da Silva, me foram relatados inúmeros problemas dentre os quais a gravidez na adolescência e a grande incidência de alcoolismo entre jovens são fatores preocupantes. Por outro lado, demonstrou-me grande entusiasmo quanto à mobilização dos moradores quando se trata de ações coletivas. Há frequentemente mutirões de limpeza na comunidade, bem como reuniões por ele realizadas junto às famílias sobre palestra de conscientização com temas ligados à educação, saúde, lazer, alimentação, entre outros temas. Uma das únicas ações de lazer além dos campeonatos de futebol são as festas com arraial que acontecem em junho quando se comemora a semana dedicada a São Pedro, o padroeiro da comunidade.

Num local estratégico, ou seja, no centro da comunidade está uma igreja de alvenaria, em frente da qual há uma área de terra batida em cujo local acontecem todas as festas da comunidade. Por se tratar de uma área mais elevada, dali se tem uma bela visão panorâmica do rio Andirá e de uma variedade de ilhas, formando um arquipélago com suas nuances de diversificados verdes da floresta.

Trata-se de uma área que embora resguarde essa beleza panorâmica e por ser próspera em recursos naturais, serve de atrativo aos agronegócios cujos madeireiros e fazendeiros já ocuparam parte significativa dessas ilhas. Lagos que ficam nas proximidades de São Pedro, também oferecem grande variedade de peixes e por isso estão sempre sob à mira dos proprietários de grandes barcos que se dedicam ao comércio da pesca predatória. Isto atinge diretamente as condições de vida e trabalho de todos por se tratar de uma área de acesso que, em tempos pretéritos era frequentemente utilizada pelos moradores desses cinco quilombos.

De São Pedro, uns trinta minutos percorridos de *rabetinha* chega-se à **comunidade de Trindade**. O surgimento e fundação deste quilombo se devem ao permanente conflito causado por fazendeiros e madeireiros na disputa pelas terras do Chapeleiro, anteriormente ocupadas pelos quilombolas. Cristina Rodrigues, filha do ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa, morava no igarapé do rio Matupiri. Um de seus filhos, João Batista de Freitas casou-se com Inês de Castro em 1953. O casal foi morar na cabeceira de um igarapé, local esse denominado de Chapeleiro. Trata-se de uma vasta extensão de terra bastante visada pelos agronegócios por se tratar de uma área próspera para pasto, lagos com grande variedade de peixe e um extraordinário potencial oferecido pela floresta como madeiras de lei, cipó, breu,

jacitara, entre outros. Ali tiveram seus filhos: Nicanor de Castro Freitas, Luiz Carlos Rodrigues de Castro, Nezinha de Castro Freitas, Tiniel de Castro Freitas, João de Castro Freitas, Dulce de Castro Freitas e Aderson de Castro Freitas.

A família morou nesta localidade a maior parte de sua vida. Todavia, sobrevivendo permanentemente às pressões de fazendeiros, madeireiros e pescadores ali permaneceram até a morte de Inês, em 2006. Vítimas de acirradas pressões na área do Chapeleiro, imediatamente ao sepultamento de Inês, João Batista de Freitas providenciou a venda de suas terras e com os filhos fixam-se em um terreno que deu origem à comunidade de Trindade.

Em Trindade, Nicanor de Castro Freitas, o quarto filho do casal, visando constituir família, comprou de seu irmão Luiz Carlos Rodrigues de Castro uma área de terra correspondente a 200 metros de frente por 200m de fundo, totalizando quatro hectares. Ali demarcou seu loteamento e construiu sua casa, cedendo o restante das terras para as pessoas que se deslocavam para esta comunidade.

Disso resultou que os primeiros moradores do povoado de Trindade, além de João Batista de Freitas e os sete filhos, em parceria com os senhores José Castro dos Santos e Alberto Sampaio Tavares, juntos e, na condição de líderes, organizaram a comunidade. Inicialmente abasteciam as famílias com alimentos: farinha, peixe, carne de caça e frutos silvestres. Preocupados com a ampliação gradativa do povoado, essas lideranças reuniram-se para ver qual a possibilidade de reconhecer oficialmente a comunidade.

Por solicitação dos moradores de Trindade, no dia 25 de outubro às 8h30mim do ano de 2007, os senhores Adel Assunção Marino de Almeida e Antônio Andrade Barbosa, funcionários da Prefeitura Municipal de Barreirinha, chegaram ao povoado para organizar e coordenar a Assembleia de Fundação da Comunidade de Trindade. Após definir algumas estratégias de infraestrutura para comunidade, os participantes indicaram como presidente da comissão organizadora da eleição para a diretoria da Associação Comunitária o senhor Nicanor Rodrigues de Castro e como vice-presidente a senhora Esmeraldina Vieira Tavares, responsáveis por coordenar o processo eleitoral para a escolha da diretoria da Associação Comunitária.

Às 9h, do dia 05 de novembro de 2007, os representantes da Comissão convocaram reunião para a eleição. Após o senhor Nicanor proferir a abertura dos trabalhos, a senhora Esmeraldina explicou sobre a importância que teria para os moradores em lavrar a Ata de eleição para a escolha de seus representantes, num claro propósito de que os representantes da

Prefeitura do Município jamais poderiam tomar para si o comando e controle do processo de organização do movimento que ora despontava.

A condução deste trabalho com base nos procedimentos adotados, certamente demarcaria definitivamente a gênese do processo de surgimento da comunidade sob o comando dos próprios quilombolas. Foi eleita como presidente a senhora Esmeraldina Vieira Tavares e o senhor Herbert dos Santos Tavares que, na condição de eleito a Vice-Presidente, declinou em favor do senhor Luiz Carlos Rodrigues de Castro, por este ter sido, inicialmente, o grande idealizador de todo o processo organizativo. Assumiu o cargo de secretária a senhora Áquila dos Santos Tavares Reis, vice-secretária a senhora Marinete Lopes Tavares, de tesoureiro e vice os senhores Nicanor de Castro Freitas e Rui de Souza Santos, respectivamente.

No dia 19 de novembro às 8h do ano de 2007 a presidente da comunidade deu início aos trabalhos, convocando um mutirão. As tarefas ficaram sob o comando de duas equipes: uma ficou responsável pela limpeza da área e a outra para a construção do barracão da comunidade. A senhora Nezinha de Castro Freitas doou 100 metros de tecido de caraná para forrar o barracão e o senhor João de Castro Freitas doou 02 quilos de prego.

Em trabalho de campo realizado em abril de 2014, além de tais informações a que tive acesso através do que se denomina como Histórico da Comunidade, registrado na Ata de Fundação da Comunidade de Trindade, percebi uma explícita vontade por parte dos quilombolas de que tais informações fossem identificadas a partir de suas relações de sociabilidade. Trata-se, segundo os interlocutores, de uma memória que perpassa todo o esforço de construção deste quilombo, motivo pelo qual registra-se aqui a contribuição prestada por cada morador quanto aos mantimentos adquiridos para a realização do almoço e merenda fornecidos naquele momento. Consta do registro em ata do quilombo:

Nicanor de Castro Freitas contribuiu com 10 quilos de carne de boi; Luiz Carlos Rodrigues de Castro cedeu 04 quilos de arroz e 3 litros de óleo de cozinha; Vidal Martins Pereira, 03 quilos de peixe e 02 dúzia de beiju; Maria Júlia Conceição da Silva, 01 quilo de açúcar; Esmeraldina Vieira Tavares, 10 litros de farinha, 04 quilos de açúcar, 300 gramas de café; Tiniel de Castro Freitas, 06 litros de farinha e 100 gramas de café e 06 quilos de peixe; Alberto Sampaio Tavares, 04 litros de farinha 01 quilo de peixe; Raimundo Sarmento Martins, 02 litros de farinha; Francisco Rodrigues Souza, 08 quilos de peixe. Conforme consta na Ata lavrada em 19 de novembro de 2007: “Às 11 horas, com uma pausa para o almoço, os trabalhos reiniciaram às 13 horas. Agradecendo pela presença de todos os comunitários, a Presidente deu por encerrado o encontro às 16 horas (Ata de reunião da Comunidade de Trindade, datada de 19.11.2017).

Prosseguindo ao registro da Ata de fundação da comunidade, no dia 5 de janeiro do ano de 2010, às 8 horas, a presidente da comunidade, juntamente com os participantes, preocupados com as 22 crianças e jovens da comunidade sem acesso à escola, fizeram uma reunião para prestar esclarecimentos e solicitar da Secretaria de Educação do Município a contratação de professores para atender a essa demanda. Segundo consta da Ata de Reunião, os moradores de Trindade obtiveram do então Secretário a resposta de que ele não teria compromisso com esses alunos e, por não estarem no planejamento orçamentário da Prefeitura, não teria condições de ter aula na comunidade.

A presidente convocou nova reunião e repassou as informações obtidas junto ao secretário. Não satisfeita com a situação, propôs aos moradores conseguir um professor ou professora da própria comunidade que tivesse condições pedagógicas de assumir tais turmas de alunos, nem que para isso dependesse do esforço dos pais para pagá-la. A senhora Àquila dos Santos Reis, comprometeu-se de exercer essa função, ficando combinado junto à comunidade que cada aluno pagaria a importância de R\$5,00 (cinco reais) mensalmente para que o pagamento fosse efetuado à professora.

No dia 1 de março de 2010, iniciaram as aulas. Dos 22 alunos, apenas 11 puderam pagar a taxa estipulada. São eles: Luís Tavares de Castro, Hélio Tavares de Castro, Andressa Tavares Freitas, Albert Travares Freitas, Ageu Tavares Freitas, Lucrécia Castro dos Santos, Ageu Castro dos Santos, Genilza Castro dos Santos, Salomão Castro dos Santos, Clediane Lacerda Freitas, e Maria Tavares Freitas.

A luta da Associação continuou. Contrapondo-se à determinação da Prefeitura, visto que, por falta de recurso financeiro, outras crianças continuavam fora da escola. Por pressão da comunidade, o Governo Municipal, no dia 18 de maio de 2010, autorizou o Secretário de Educação a enviar os professores Alfredo Pontes e Hosana Souza para que ambos procedessem a um levantamento sobre a demanda de alunos quanto à reivindicação dos moradores no que diz respeito ao transporte fluvial para atender aos que moram nas adjacências.

Segundo informações registradas na Ata de reunião da comunidade, os dois professores ao chegarem à Trindade certificaram-se, de que a professora Áquila estaria cometendo duas irregularidades: primeiro, ela jamais deveria receber qualquer importância dos alunos, visto que essa atividade deveria ser de responsabilidade do poder público; segundo, por não ter o curso de Magistério a professora estaria impossibilitada de ser

contratada pela Prefeitura e, portanto, não poderia permanecer ou dar prosseguimento às atividades escolares.

Perguntado se havia algum professor ou professora na comunidade habilitado e disponível para a tal função, os participantes informaram que a senhora Denise Freire Guimarães concluíra o Magistério. Seguindo orientações dos representantes da Secretaria de Educação, a presidente da comunidade em companhia da senhora Zenaide dos Santos Tavares e da pessoa indicada compareceram à Prefeitura de Barreirinha para formalizar junto ao Secretário de Educação a contratação da professora Denise Freire Guimarães. No dia 01 de junho de 2010, em cumprimento ao período letivo iniciaram-se as aulas para os alunos da educação infantil.

Todavia, somente no dia 10 de julho de 2011 é que foi contratado o professor Alberto Rodrigues Marinho, responsável por ministrar as aulas para os 22 alunos matriculados no Programa de Educação Para Jovens e Adultos – EJA. A escola foi erguida pelos próprios moradores. É uma pequena casa, com um único espaço, coberta de palha e cercada com ripas de madeira. Avizinha-se à escola outra casa com as mesmas características cujo espaço é reservado para os encontros, assembleias e/ou reuniões dos moradores.

Trindade destaca-se nas danças típicas como: “jaçanã”, “copeira”, “dança de gambá”, “quadrilha”, desfile e escolha da rainha quilombola. Parte dos quilombolas frequenta a igreja católica e outra pratica o protestantismo. Alguns ainda se dedicam aos orixás, cultuando seus *santos de terreiros*. O padroeiro da comunidade é São João Batista, cujas comemorações iniciam-se no dia 15 junho, e o encerramento do arraial se dá no dia 24 com procissão em homenagem ao santo.

A caça e pesca são atividades artesanais, cotidianamente praticadas pelos moradores de Trindade; ambas idealizadas, tendo por base “o cuidado que se deve ter ao equilíbrio natural do meio ambiente”, conforme registro em ata de reunião da comunidade. Agricultura e o extrativismo vegetal são praticados como meio de garantir a existência dos quilombos e são também comercializados pelo sistema de escambo. Os registros no Histórico da Comunidade, sustentam que tais produtos são trocados, conforme a necessidade das famílias. O extrativismo se volta para a coleta da castanha da Amazônia, cipó, breu, madeira e jacitara (espécie de palmeira da qual são extraídas talas para atividades artesanais). A agricultura destaca-se pelo cultivo de banana, pupunha, cana de açúcar, feijão, milho, abacaxi. A mandioca tem dupla utilidade, pois, além do próprio consumo também é levada para ser

comercializada na sede do Município. Há também um tímido ou incipiente negócio que se volta para a criação de gado.

Na avaliação de Luiz Carlos Rodrigues de Castro, então presidente de Base da Comunidade de Trindade:

Moramos aqui no Chapeleiro [apontando para o croqui]. Meus pais foram para o Chapeleiro, eu era criança. Houve um conflito muito grande no Chapeleiro, isso aconteceu mesmo. Aí começou a chegar os fazendeiros. Papai brigava e se defendia. Um dia meu pai resolveu sair desse lugar. Vendeu aquilo por pouco, pra se livrar daquele conflito. Mas as lutas continuavam. Meu pai sempre pra Barreirinha procurar os direitos dele. Papai resolveu sair um pouco de lá, fomos pra fora. Quando foi um dia, nos anos 97, minha mãe morreu, aí meu pai resolveu ir pra Boca do Ramos. O velho perdeu a cabeça! Ficou desorientado. As lutas continuavam. E nós continuamos a plantar banana. Aqui no povoado de Trindade. Aí, ouvi falar no movimento quilombola. Pensei: “Será que isso mesmo está acontecendo”. E papai disse: “Está sim, há uma lei que ampara”. Aí, o povo acreditou em nós, e foi assim. Fizemos um barracão para as reuniões. Isso foi tarefa nossa e nós fizemos. Colocaram a minha esposa como Presidente. E as coisas foram acontecendo, até que houve uma invasão de gado na minha plantação. Fui lá e perguntei de quem era aquele gado. A confusão continuava. Aí, a confusão foi tão grande que mataram duas reses. Nós fomos bater na Delegacia de Polícia. O mesmo sujeito acabou com dois hectares nosso. Ele já queria botar outras reses e outras coisas dentro do nosso terreno. Mas houve uma melhora depois que o gado morreu. Fui pra Maués porque o gado acabou com tudo. Passou o tempo, um belo dia voltei pro Chapeleiro. Fiquei meio espantado com as derrubadas. O campo que derrubaram é de 900 hectares. Esse campo foi fundado em 1970-1975. Sendo que é uma área que vai da Cabeceira do Venâncio até mais lá na frente. Tem um detalhe, eu não gostei dos fazendeiros; eles têm malhadeira, vendem madeira e pegam o peixe. Põe pra acabar com o rio; o que não comem, não vendem, dão pra cachorro, porco, enfim. E madeira eles tiram de barçaça mesmo. Mas é muita malhadeira mesmo (Luiz Carlos Rodrigues de Castro, 46 anos – Presidente de Base da Comunidade de Trindade, 18.02.13).

Segundo consta da ata de reunião, datada de dezembro de 2014, o termo “comunidade”, recorrentemente utilizado ao longo da descrição de atividades aqui registradas, agora é claramente identificada como um dado do processo de construção da identidade quilombola:

A comunidade de Trindade hoje tem muito orgulho de ser uma comunidade de remanescentes quilombolas, conservando suas raízes, mesmo sofrendo com pressões de quem tinge nossa cultura pela ação do poder dos brancos sobre nossas madeiras; nossos rios e lagos e pela ocupação das nossas terras pelos fazendeiros (Ata de Reunião da Comunidade de Trindade, dezembro/2014).

Atualmente, a comunidade se faz representar pelo Presidente Distrital, o senhor Geferson Viana Dias, eleito para o mandato de 2014 a 2016. Durante o trabalho de campo

realizado no dia 14 de abril de 2014, em companhia do presidente distrital, da presidente da Federação, Maria Amélia, e de outros moradores, ao caminhar por vários locais esta visita permitiu verificar que o quilombo por não ter poço artesiano enfrenta sérios problemas em decorrência da água que é consumida pelos moradores. Fora do fluxo do rio, a comunidade está localizada numa enseada cercada de igapó. A água parada tende a acumular dejetos e uma quantidade de folhas em decomposição o que certamente compromete a qualidade da água ocasionando problemas de saúde enfrentados pelos moradores de Trindade.

Há, todavia, um esforço por parte dos quilombolas quanto a resguardar um profundo sentimento de colaboração quando se trata de ações coletivas. Segundo relato prestado pelo Presidente da Comunidade, a partir do momento em que a comunidade de Trindade obteve a Certidão de Reconhecimento, expedida pela Fundação Cultural Palmares, isto estimulou ainda mais os moradores a unirem-se para realizar constantemente mutirões.

Pude constatar naquele momento do trabalho de campo o entusiasmo da comunidade quanto à realização de encontros ampliados por eles denominado de “mutirão social”. Através dessa atividade são realizadas campanhas de conscientização com temas sobre saúde, educação e de esclarecimento e orientação aos garotos e garotas sobre vários assuntos pertinentes à educação de jovens. Outras ações são realizadas, como: de limpeza da área, de plantio de árvores frutíferas e revitalização do espaço físico. Há uma área significativa de terra demarcada e reservada para a horta comunitária já com várias plantações de abóbora, cará, macaxeira e locais apropriados para plantação de coentro, cebolinha, chicória, alfavaca, entre outros.

De acordo com informações prestadas pelo presidente e de sua esposa Maria Leonídia dos Anjos Tavares tive acesso a um Abaixo Assinado encaminhado à Prefeitura Municipal de Barreirinha, contendo várias reivindicações dentre as quais além de fazer alusão à instalação do poço artesiano, solicitam a presença de uma equipe técnica do IDAM para elaborar a planta urbanística da comunidade. Com base no croqui previamente elaborado pelos moradores, a própria comunidade lançou campanha de conscientização quanto à questão urbanística de Trindade.

Obedecendo-se à orientação da equipe do IDAM, verifiquei que estão em processo algumas atividades: o detalhamento das ruas já com o recuo/avanço de algumas casas; o local reservado como área verde, o espaço definido para o campo de futebol e a disposição de locais reservados para plantação de árvores frutíferas e medicinais são algumas das ações já

implementadas pela comunidade. Há inúmeras mudas dessas árvores já cultivadas para o plantio como: cumaru, açazeiro, mangueira e andiroba. Informou ainda o Presidente da Comunidade que no período de 23 a 25 de abril de 2014 o IDAM ministrará um curso de “Reaproveitamento do Solo”, momento em que cada morador receberá orientações sobre o plantio de hortaliça, com direito a emissão de Certificados aos participantes.

Em Trindade há vinte e seis casas. Todavia, explica o Presidente da Comunidade sobre a migração de dois núcleos adjacentes, o de São Marcos e Lírio do Vale:

Hoje, Trindade tem, em média, sessenta residências. Esse número aumentou desde que a comunidade adquiriu a Certidão de Reconhecimento. Esses que migraram são moradores dos núcleos de Lírios do Vale e de São Marcos, liderados por dois pastores da Igreja do Sétimo Dia. Segundo esses pastores “os moradores não se auto-identificaram por dois motivos: primeiro que eles não se consideram negros, não se reconhecem como quilombolas; segundo, por se tratar de uma obra do satanás”. Acontece que, após as conquistas do movimento quilombola, as famílias desses dois núcleos estão migrando para a comunidade de Trindade. Agora, está quase vazio esses dois núcleos (Geferson Viana Dias, 64 anos, Presidente da Associação Comunitária – Comunidade de Trindade, 14.04.2014).

Esses moradores que migraram em fevereiro de 2014, resolveram construir suas casas numa quadra com a mesma metragem de 10/30m de terreno para cada família, conforme definido pelo projeto de revitalização da comunidade, pois queriam manter aproximação com os mesmos vizinhos daqueles núcleos. Há quatorze casas erguidas e seguem o mesmo padrão por eles mesmos construídas com matéria prima extraídas das matas: cobertas com palha caraná, com assoalho de madeira e forradas de taboa e/ou palha, as casas seguem emparelhadas uma a uma, obedecendo-se as orientações do Presidente da Comunidade que, segundo ele, pretende imprimir novos hábitos de urbanização no local.

Maria Amélia, a Presidente da FOQMB, emitiu opinião, fazendo um balanço das atividades ocorridas na comunidade após as conquistas adquiridas pelo movimento organizativo:

Outra coisa que deve ser pensada por nós é o que mudou depois que conquistamos o nosso “reconhecimento”. São Marcos e o Lírio do Vale, que ficam bem próximo ao quilombo de Trindade, não entraram como quilombolas; não quiseram ser reconhecidos como nós somos agora. O que eles fizeram? Quando perceberam que isso era uma conquista mesmo da gente, do nosso povo quilombola, eles migraram tudo para a comunidade de Trindade, para não ficar fora, não serem negados como quilombolas. Agora, eu pergunto: O que podemos fazer com essas duas comunidades que ainda não foram reconhecidas como remanescentes de quilombos e que agora estão todos dentro da área, porque se instalaram dentro do quilombo de Trindade? Por outro lado, pensando, assim, eles preferiram obedecer

aquele pastor que comanda essas duas comunidades; dizendo o pastor que eles não entrassem nessa nossa conversa, na nossa história porque isso era coisa do satanás. Aconteceu o que agora? Deixaram tudo que era deles para lá e vieram para dentro do Trindade. Eles moram dentro do Trindade, mas trabalham lá no Lírio do Vale e em São Marcos (Maria Amélia dos Santos Castro, 54 anos – Presidente da FOQMB – Comunidade de Trindade, 14.04.2014).

As preocupações com o meio ambiente são apontadas pela Presidente da Federação, que sugere medidas estratégicas para conter o desmatamento face à atitude das famílias que migraram dessas duas comunidades para o quilombo de Trindade:

Tiram palha, extraíram madeira e construíram a casa deles ali. O presidente da comunidade, o Geferson Viana Dias, teve uma ideia que nós acatamos. Reuniu a comunidade e decidiram na Assembleia que fosse cedido pra eles uma área, com os terrenos bem divididos e as casinhas ficariam todas no mesmo formato e seguindo em fileira pra não avançarem em locais qualquer. (...) Essas casas que estão construídas eles fizeram por autonomia deles mesmos. Não é assim um projeto que a Prefeitura foi lá e definiu o loteamento. Porque essas casinhas não têm nada de financiamento pela Caixa Econômica como já aconteceu em outros quilombos. Como eu falei para o Geferson da minha preocupação que comecem a dizer que nós estamos cedendo esse material e a terra pra quem rejeitou ser quilombola e passou a desmatar sem controle (...) E, assim, está surgindo um local que veio a ter tudo isso porque as pessoas se orgulharam de termos sido reconhecidos, lembrados como sendo da remanescente de quilombo. Olha, a minha preocupação agora é ter um controle pra quando alguém chegar e dizer: “Estamos precisando de material pra tantas casas”. Então tem que ter um papel que dê autorização pra fazerem isso. Quando a pessoa disser: “Preciso da sua assinatura aqui porque estamos precisando ‘matar’ quatro árvores”, aí, já tem que ter o acordo: “Matou” quatro árvores, se comprometa em plantar mais quatro pra repor aquelas que vão ser derrubadas. Então precisamos desta madeira, porque precisamos fazer a casa de cinco pessoas. Então, são cinco casas, são cinco árvores derrubadas! Porque tem árvore gigante, que a madeira dá para tirar o esteio, travessão, as tábuas, tudinho isso. Mas tem outros que preferem cortar aquelas menores, aí é mais árvore derrubada. Essa é uma preocupação nossa que não podemos apenas querer ajudar sem controle senão perdemos os nossos direitos. Por isso, todos nós temos que ter um documento que comprove o controle e mantenha o reflorestamento das nossas matas. É assim que a gente conquista o nosso direito... É assim que a gente está trabalhando! (Maria Amélia dos Santos Castro, 54 anos – Presidente da FOQMB – Comunidade de Trindade, 14.04.2014).

Havia um clima de muito entusiasmo por parte de todos os que compareceram à reunião que ocorreu na *casinha de fogão* de dona Esmeraldina de Castro, esposa de Luiz Carlos Rodrigues de Castro, um dos fundadores da comunidade, a quem todos também tributam grande respeito pela sua capacidade de liderança.

Seguindo-se à trilha do processo de construção dos quilombos, nas cinco comunidades, é fato notório a dificuldade enfrentada no dia-a-dia pelos quilombolas. Para além do que fora observado pela pesquisa de campo, os registros de relato dos agentes sociais apontam para os graves problemas ali existentes em face das precárias condições vivenciadas por essas comunidades.

Não bastassem os conflitos resultantes da apropriação do território pelos agronegócios, os problemas se avolumam quando se observa a defasagem de políticas públicas ligadas aos setores da educação, saúde, habitação, previdência social ou serviços de infraestrutura e saneamento básico. As providências são residuais e atuam com lógicas internas de exclusão impostas pela negligência do Estado, a quem caberia responsabilizar-se em prover políticas sociais destinadas a essas comunidades.

A grande maioria das casas não dispõe de sistema de rede coletora, principalmente para atender ao sistema de esgotamento sanitário e, conseqüentemente, a inexistência quase que absoluta de fossas cépticas. Improvisados de palha ou raramente forrados de madeira, tanto os banheiros quanto os sanitários, comumente chamados de *casinha* são improvisados ao longo dos quintais. A precariedade desses locais pode inclusive colocar em risco a vida de seus usuários. Por exemplo, é comum ouvir relato sobre crianças que foram resgatadas ao se precipitarem nessas fossas.

Bastaria vontade política. A falta de iniciativa torna evidente por si só as situações que se contrapõem aos padrões da dignidade humana à medida que afetam o modo de ser e viver das comunidades quilombolas. Os fatos sugerem situações de antagonismos e desigualdades sociais, ou seja, se fossem providenciados investimentos que promovessem a utilização adequada dos recursos naturais, potencialmente existentes na região, certamente os problemas sociais inexistiriam ou tenderiam a ser solucionados.

Todavia, numa observação mais atenta, é possível afirmar que o processo de construção étnica dos quilombos tem promovido mudanças ao imprimir respeitabilidades junto aos órgãos públicos. O conflito social, como ferramenta de luta, tem sido politicamente utilizado na sua interface: de um lado, impulsiona e consolida as relações de sociabilidade em torno de objetivos comuns; por outro lado, nos pactos que circunscrevem a iniciativa de conquista dos espaços de construção dos quilombos, o sentimento de pertença aflora, evocando a memória coletiva fortemente impregnada no protagonismo assumido por iniciativa de descendentes de Benedito Rodrigues da Costa. A propósito, o mais antigo

quilombo, Santa Tereza do Matupiri, teve como fundadora sua filha primogênita, Maria Tereza Albina de Castro, e os quatro mais recentes tiveram como idealizadores a nova geração de netos, bisnetos e tataranetos do ex-escravo.

Disso se deduz que a luta pelo reconhecimento do direito territorial engendrada pelo movimento organizativo dos quilombos no rio Andirá, tem como marco de referência identitária a memória coletiva construída simbolicamente pelo *mito de origem*, o ex-escravo Benedito de Benedito Rodrigues da Costa e como *mito de passagem* a categorização de *ribeirinhos* aos assim chamados *remanescentes de quilombos*.

Trata-se de interfaces fundamentais cuja pertinência histórica lhes confere o status da dimensão política das lutas simbólicas dos movimentos organizativos, projetadas ao longo do processo de construção identitária dos quilombos de Santa Tereza do Matupiri, Ituquara, Boa Fé, São Pedro e Trindade.

Tais fatos mostram como se dá a articulação entre as relações de poder que perpassam ao longo o processo de construção identitária, politicamente encapsulado no projeto de etnicidade proposto pelos quilombolas. Evidenciam, portanto, que a conquista do território, resultante da reivindicação de uma identidade étnica, converge, por sua vez, para uma territorialidade materializada concretamente.

As reflexões que fundamentam o repertório interpretativo têm como aporte teórico a produção dos trabalhos de estudiosos que vivenciaram, pela pesquisa científica, os processos de construção sócio históricos de realidades quilombolas. Este exercício teórico contribuiu para fundamentar os significados atribuídos às categorias de instrumentalidade jurídica: de *identificação*, do *reconhecimento* e da *titulação fundiária* pleiteada pelos agentes sociais.

Isso permitiu estabelecer exames criteriosos em face do desenrolar de novos desafios assumidos por essas comunidades quilombolas do rio Andirá. Assim, as práticas do cotidiano quilombola mostram como os agentes sociais passam da categorização de *ribeirinhos* a assumir politicamente o status de *remanescentes de quilombos* em meio a conflitos e luta por direitos sociais, articulados à regularização fundiária de seus direitos territoriais.

O enfrentamento aos conflitos agrários pelo movimento organizativo é analisado no próximo capítulo, intitulado “O coletivo quilombola: entraves e desafios do projeto identitário”. Os fatos mostram como as estratégias operacionais na luta pela autodefinição e reconhecimento dos quilombolas se tornaram um fato étnico; um dado real e concreto por eles

construídos através de critérios político-organizativos, produto de seus processos de criação, isto é, de construção e reprodução de sua identidade coletiva.

CAPÍTULO IV

O COLETIVO QUILOMBOLA: entraves e desafios do projeto identitário

As formas cotidianas de resistência camponesa. Assim como milhões e milhões de pólipos de antozoários criam um recife de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras econômicas e políticas por si próprias.

James C. Scott

4.1 Construção do movimento quilombola: perspectivas, entraves e desafios

Amparados no conflito social e formulando estratégias operacionais, os quilombos, construindo-se por eles mesmos, criativamente elaboram seus ideais de autonomia. O instrumento de referência política do movimento eram os Relatórios I e II, resultantes da pesquisa feita anteriormente pelos moradores de Santa Tereza do Matupiri.

Com base nesses documentos é que os agentes sociais elaboraram o Estatuto Social, através do qual se dá personalidade jurídica à criação da Federação das Organizações Quilombola do Município de Barreirinha-FOQMB. Com o propósito de consolidar suas pautas de reivindicações, o movimento segue seu curso organizativo. No dia 16 de fevereiro de 2009 é lavrada a ata de fundação, eleição e posse da Diretoria da FOQMB, tendo como presidente eleita para o biênio de 2009-2011, a senhora Maria Cremilda Rodrigues dos Santos.

Compareceram à Assembleia Geral realizada na comunidade de Santa Tereza do Matupiri, além desta, os representantes dos quilombos de São Pedro e Trindade. Esse número de comunidades foi posteriormente ampliado, visto que, nesta reunião ampliada, os quilombos de Itaquara e Boa Fé, aderindo ao movimento, passaram a somar e assumir responsabilidades junto às atividades da Federação (Livro I, p. 02-04).

A Assembleia teve como ponto de pauta: a solenidade de fundação da Federação; leitura do Histórico das Comunidades; leitura da redação dada ao Estatuto Social; e a escolha, por aclamação, da Diretoria Executiva da Federação³⁵. O senhor Mateus Rodrigues presidiu a

³⁵ Assinam o Estatuto os mesmos membros eleitos para compor a Diretoria da FOQMB, a saber: Maria Cremilda Rodrigues dos Santos (Presidente), Mateus Crus Rodrigues (Vice-Presidente), Edson Carlos Viana (1º Secretário), Luiz Carlos Rodrigues da Costa (2º Secretário), Osmarina da Silva Alves (1º Tesoureiro), Osmael Freitas dos Santos (2º Tesoureiro) e Membros do Conselho Fiscal: Sidney Trindade de Castro (1º Conselheiro),

reunião, compondo a mesa juntamente com os representantes de cada uma das comunidades acima mencionadas.

Desta feita, o dia 16 de fevereiro de 2009 marca a data de fundação da Federação, momento em que a Presidente eleita, Maria Cremilda Rodrigues dos Santos e demais membros que compõem a Diretoria Executiva proferiram seus discursos. A senhora Osmarina da Silva Alves, foi quem secretariou e lavrou a Ata³⁶ de reunião, na qual constam os seguintes registros:

A senhora Maria Cremilda Rodrigues dos Santos fez uso da palavra, dizendo da insatisfação por não acreditar mais em nada, porque já foram enganados e falou também das lutas e objetivos da comunidade, que através dos esforços de todos, poderão chegar a essa conquista, mas que para isso é preciso união e luta (Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, Presidente eleita e moradora da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, 16/02/2009).

O senhor Osmael Freitas dos Santos, representante da comunidade de São Pedro afirmou que para alcançar uma vitória é preciso de união, força e acima de tudo coragem e esperança em Deus. *Precisamos ser solidários uns com os outros e abraçar a todos que queiram nos ajudar, vamos nos unir para lutar* (Osmael Freitas dos Santos, representante da comunidade de São Pedro, 16.02.1009).

O senhor Luiz Carlos, representante da comunidade da Trindade defendeu o interesse de sua comunidade, dizendo que estão dispostos a entrar na luta pela melhoria das comunidades dos remanescentes de quilombos, pois segundo o mesmo, eles [os quilombolas] são esquecidos e apresentam dificuldades, principalmente, na área da saúde, educação e agricultura. E, como produtores rurais, “precisam reverter esse quadro” (Luiz Carlos Rodrigues de Castro, representante da comunidade de Trindade, 16.02.2009).

Na ata, registra-se a presença dos senhores João Paulo Brandão Beltrão, representante legal da Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIAT) do município de Barreirinha; do técnico Amarildo Leal – Presidente da Cooperativa COOTEMPA – Parintins; Mateus Rodrigues – responsável pelo gerenciamento do Pronaf – “b”; Antônio Andrade, barreirinhense e remanescente de quilombo. Além dos 09 (nove) integrantes da Comissão Executiva da FOQMB, compareceram ao ato de posse, 58 (cinquenta e oito) pessoas, conforme assinaturas constantes do livro de ata (Livro I, p. 02-04).

A segunda reunião, realizada em Santa Tereza do Matupiri, datada de 14 de março de 2009, teve como ponto de pauta a aprovação do Estatuto Social da FOQMB. Compareceram

Antônio Belém da Silva (2º Conselheiro), Maria Amélia dos Santos Castro (3ª Conselheira). Ata de fundação e eleição da Diretoria da FOQMB, datada de 16/02/2009, foi reconhecida no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas – Barreirinha/Amazonas, por Valdéa Maria Costa da Silva – Registradora, conforme consta no Livro nº A-5, sob o nº de ordem 48, folhas 207/209, datado de 05 de maio de 2009.

³⁶ Os três pronunciamentos aqui registrados estão assinados pelos representantes das comunidades mencionadas e por Osmarina da Silva Alves, responsável por secretariar e lavrar a Ata da Assembleia, em 16/02/2009 (Livro I, p. 02-04).

os moradores desta comunidade e dos quilombolas de São Pedro e de Trindade. No pronunciamento dos presidentes das comunidades – Osmael Freitas dos Santos (São Pedro), Sidney Trindade Castro (Santa Tereza do Matupiri), Luiz Carlos Rodrigues de Castro (Trindade) – o ponto alto dos discursos foi a reivindicação de direitos sociais, incentivo e apoio ao trabalho do campo (Livro I, p. 05-07).

A Presidente, Maria Cremilda, “pediu a cada um que defenda a Nação Negra porque só assim teremos força para resolver os interesses do povo”. Dra. Ana Felisa Hurtado Guerrero, vinculada à Fiocruz e convidada a participar dessa reunião, explicou a diferença entre Federação e Associação e ressaltou a importância do trabalho coletivo e não individual. O senhor Águido Akell Santos de Carvalho (Fiocruz), falou sobre o que é ser quilombola, ressaltando também a importância de defender, articular, organizar e reunir para que o povo quilombola lute pelos seus direitos e cumpra seus deveres, resgatando assim a cultura negra.

Em seguida o ponto de pauta se reportou ao Estatuto Social da Federação que lido e discutido se deu como aprovado por unanimidade nessa Assembleia. Dois nomes foram votados para compor o Conselho Fiscal da Federação: Antônio Belém da Silva e Maria Amélia dos Santos Castro. A solenidade encerrou com a participação de atividades culturais: dança do bolero, valsa e boi-bumbá. Referida ata foi lavrada por Edson Carlos Viana, que após lida e discutida e aprovada está assinada por 83 (oitenta e três) participantes (Livro I, p. 05-07).

Em acertos previamente pactuados entre a Federação e os agentes sociais da comunidade de São João de Urucurituba, no dia 06 de setembro de 2009 consta o registro de nova Assembleia que tratou de assuntos relacionados à fundação da Associação de Organização de Remanescentes de Quilombos da Comunidade de São João de Urucurituba. A diretoria da Associação ficou assim composta: Julesmã Teixeira Colares (Presidente), Paulo Ribeiro Filho (Vice-Presidente), Raimundo João Reis Macedo (1º Secretário), Ana Raimunda M. da Silva (2º Secretário), Edson Correa Simas (1º Tesoureiro) e Elizelma Barbosa da Silva (2º Tesoureiro). 1º, 2º e 3º membros do Conselho Fiscal, respectivamente: Francisco Monteiro da Silva, Gracimar da Silva Colares e Marley da Silva Frazão (Livro I, p. 17-19).

A presidente da FOQMB, Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, orientou os membros da Associação sobre a importância de se fazer uma pesquisa para levantar dados sobre a história da comunidade, ressaltando a importância “que devemos ter de resgatar o que estava sendo perdido pelo tempo e que o povo negro não deve ter medo de lutar pelos seus direitos”.

Falou ainda sobre a importância de os quilombos se filiarem à FOQMB para “enfrentar as dificuldades que virão”.

Referindo-se aos membros da Associação de São João do Urucurituba, esclareceu que a Prefeitura de Barreirinha se colocou à disposição para ajudar a referida Associação. Orientou também sobre a importância que a Associação teria em conduzir o trabalho de pesquisa sobre o histórico da comunidade para ser posteriormente encaminhado à Fundação Cultural Palmares que providenciaria o registro desse quilombo como pertencente ao território do Rio Andirá.

O Vice-Presidente, senhor Mateus, falou sobre o trabalho voluntário dos que se associam à Federação, uma vez que não há como pagar a ninguém, e que os recursos do Governo Federal são destinados a projetos sociais para os remanescentes de quilombos e para isso seria necessário que todos estivessem em dia com seus documentos. Compareceram a essa Assembleia 45 (quarenta e cinco) pessoas. Edson Carlos Viana, foi quem secretariou e lavrou a presente ata, datada de 06 de setembro de 2009 (Livro I, p. 18-19).

Seguindo-se aos registros do Livro I, há outra assembleia realizada em 05 de março de 2010, cuja ata está registrada às páginas 69-70³⁷. A reunião foi realizada com o objetivo de dar andamento aos planos e projetos programados para o exercício de 2010. Gradativamente, as ações fixavam-se à medida em que os agentes sociais delineavam seus objetivos, assumindo responsabilidades e pontuando nas pautas de reivindicação do movimento seus direitos sociais. A assembleia teve como ponto de pauta: a demarcação das terras quilombolas; e discussões sobre o Projeto Casa do Agricultor (Livro I. p. 69-70).

O Vice-Presidente, senhor Mateus Cruz Rodrigues, deu início à reunião convidando os presentes a se manifestarem sobre as terras que, segundo ele, deverão ser registradas como uso coletivo, ressaltando, ainda, que o processo de documentação já estaria em andamento. A presidente, Maria Cremilda, explicou sobre o Projeto Casa do Agricultor, alertando para o prazo de entrega das casas que já estaria esgotado. Explicou que tal problema fora justificado pela construtora que alegou não ter dado prosseguimento à construção das casas por falta de

³⁷ As páginas 20 a 68 do Livro I não há anotação de nenhuma atividade dessa Diretoria, presumindo-se com isso que as folhas em branco devem ter sido reservadas para posterior providência quanto a outros registros. Há, todavia, às páginas 15-16, do Livro I, o registro de uma Assembleia realizada em 27.02.2012, cujo período já corresponde ao mandato de Maria Amélia dos Santos Castro. Curiosamente essa reunião foi dirigida pela ex-presidente, Maria Cremilda Rodrigues dos Santos e a Ata encontra-se lavrada e assinada pelo ex-secretário, senhor Edson Carlos Viana, visto que tal diretoria foi eleita para o biênio de 2009-2011. Às páginas 23 do referido Livro, há outra Ata, datada de 04.11.12, referente às atividades presididas por Maria Amélia dos Santos Castro e secretariada pelo senhor Gilvandro T. da Silva, cuja diretoria foi eleita para o biênio de 2011-2013.

financiamento o que dificultou o andamento do projeto, sugerindo com isso “que fôssemos buscar alternativas junto aos órgãos competentes”. Esta ata foi lavrada pelo senhor Edson Carlos Viana, que após lida e discutida foi assinada por 66 (sessenta e seis) pessoas (Livro I, p. 69-70).

Dia 19 de junho de 2010, consta no mesmo livro de ata registros de uma reunião realizada na comunidade do Trindade, e que teve por finalidade discutir problemas sociais sobre educação, saúde e questões relativas ao Setor Primário. Esta reunião contou com a presença do senhor Adailson Barroso, secretário da UNISOL, vinculado ao Programa Economia Solidária, com representação em Parintins. O senhor José Lopes [representante de uma ONG] prestou esclarecimentos a respeito do trabalho por ele desenvolvido junto aos órgãos municipal, estadual e federal, ressaltando que “as ações sociais estão esquecidas no nosso município e que isso deve ser resgatado, principalmente dentro da área de quilombos; que os recursos estão sobrando por falta de projetos em todos os segmentos sociais”. Prosseguindo, a pedagoga, professora Marilena, falou sobre as “raças negra e indígena” que, segundo ela, compõem “a nossa origem”, reiterando que “nós ainda não somos livres e que temos medo e medo de tudo, principalmente, medo de procurar os nossos direitos e assim poder exercer a nossa cidadania”.

Quanto a isso, o senhor Adailton Barroso, representante do Programa Economia Solidária, reiterou o compromisso do Governo Federal, explicando que a liberação de recurso depende de elaboração de projetos populares e, por isso, é necessário que o povo se organize através de associação, grupos de moradores etc. Esclareceu que à UNISOL compete facilitar e organizar a comunidade, capacitando-a quanto à formação, ou seja, destinar recursos para os empreendimentos, qualificando o povo e, assim, abrir e mostrar os caminhos a serem percorridos pela comunidade. Participaram desta reunião 64 (sessenta e quatro) pessoas cuja ata foi por todos assinada e lavrada pelo Secretário da Federação, senhor Edson Carlos Viana.

Outra reunião data do dia 03 de setembro de 2010, realizada na sala 8, da Escola Estadual Pe. Seixas, em Barreirinha, teve como ponto de pauta: 1) festa das comunidades quilombolas; 2) documentação das comunidades; 3) mapeamento por faixa etária e distribuição das cestas básicas. O senhor Mateus Rodrigues sugeriu que as datas das festas das comunidades quilombolas fossem transferidas do dia 19 de setembro para o dia 20 de novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra, tendo sido aceita essa proposta.

A presidente da Federação, Maria Cremilda, informou que cada família registrada junto ao Programa Fome Zero, receberia três cestas básicas, ficando sem receber esse benefício as famílias que não foram cadastradas, consoante listagem organizada pela Federação. A respeito desse cadastramento, a presidente, Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, “falou sobre a documentação informando que está tudo legalizada”. Ressaltou também que a comunidade de *São Pedro* ficou de ‘fora’ da Federação, devido um relatório enviado antes da documentação da Federação”, conforme consta do registro em ata da reunião.

Nessa reunião, ficou pactuado entre as diretorias da Federação e das Associações Comunitárias dos Quilombos, o seguinte acordo: “tirar uma cesta de cada família contemplada para beneficiar as famílias que não iriam receber [o benefício]”. O calendário de distribuição das cestas básicas para o mês de setembro do ano de 2010, ficou assim organizado “Dia 05 (cinco): comunidade de Santa Tereza do Matupiri; dia 08 (oito): Comunidade de Boa Fé e Trindade”. Por Acordo Interno, acatado e pactuado nessa reunião, está assinado às páginas 76 do Livro I, a comunidade de São Pedro que, por problema de documentação, havia ficado de fora da concessão de cestas básicas, teve nessa programação o dia 12 de setembro de 2010 previsto para que as famílias pudessem ser também beneficiadas. Constam as assinaturas de 04 (quatro) pessoas, tanto na ata quanto no referido Acordo. São elas: Osmarina da Silva Alves, Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, Cilene Santos da Silva e Mateus Cruz Rodrigues que, por ser o secretário da Federação, lavrou a presente ata, na qual não há, portanto, registro dos presidentes das comunidades quilombolas.

Assim, tendo como a primeira Presidente a senhora Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, o mandato dessa Diretoria correspondeu ao período de 16 de fevereiro de 2009 a 09 de novembro de 2011, computando-se aí os 09 (nove) meses para além do término do mandato. Consoante ao término do biênio que corresponde à gestão de Maria Cremilda, no dia 10 de novembro de 2011, com o registro de uma única chapa liderada por Maria Amélia Santos Castro, a Assembleia Geral, por aclamação, elege a nova Diretoria Executiva da FOQMB para o biênio de 2011 a 2013³⁸.

Todavia, verificando às páginas 77 e 78 do Livro I, constatei que há, respectivamente, o registro de duas reuniões: uma extraordinária e outra ordinária, ambas datadas de 25 de

³⁸ De acordo com a Ata de Posse da nova Diretoria da FOQMB, datada de 10/11/2011, consta da Certidão reconhecida no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas – Barreirinha/Amazonas, por Valdéa Maria Costa da Silva – Registradora, conforme consta no Livro nº A-8, sob o nº de ordem 008, folhas 016/018, datada de 21 de dezembro de 2011.

novembro de 2011, ou seja, dentro do período relativo ao mandato da gestão que sucedeu ao da presidente Maria Cremilda, com término em 09 de novembro de 2011. Na ata da reunião ordinária consta apenas o nome da ex-presidente, Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, responsável por convocar e coordenar esta reunião que tratou de assuntos relacionados a projetos da CONAB e PRONAF. Conforme mencionado pela senhora Sheila Cristina André Oliveira, responsável por lavrar a presente ata: *“A reunião [para tratar desses assuntos] está sendo feita pelo senhor Josiel, presidente da CONTEMPA, a Sra. Maria Cremilda, presidente dos Quilombolas, e o senhor José Lopes, representante dos Quilombolas”*.

Os assuntos tratados se referem à criação de cursos sobre técnicas do manuseio de pomar, plantio de banana, roças de guaraná, e criação de galinhas. Outro ponto de pauta foi sobre a possibilidade de se fundar uma Associação de Mulheres Quilombolas, para tratar dos assuntos: arte culinária, bordados, corte e costura, artesanato de reciclagem. Em seguida a isso, a reunião encerrou com a pergunta feita pelo senhor Osmael: “se poderia fazer qualquer tipo de atividade particular sem ser associado”. Ao que o presidente da COOTEMPA respondeu positivamente à questão, ressaltando: “contanto que a pessoa que não for associada tenha um avalista que seja associado”.

Nesse mesmo dia, ou seja, em 25 de novembro de 2011, ao término da reunião ordinária, se deu início a uma sessão extraordinária, também secretariada pela senhora Sheila Cristina André Oliveira, conforme registros lavrados na presente ata que vai por ela assinada:

Ata do dia 25 de novembro de 2011, [sic] reunião ordinária sobre a eleição ou “suposta eleição” da Sra. Maria Amélia. As presentes pessoas que estão fazendo parte dessa reunião não estão de acordo com a essa suposta eleição e estão requerendo nova eleição [referindo-se ao atual mandato de Maria Amélia dos Santos Casto]. As pessoas presentes, são: [não há registro de nomes, apenas ao término da ata a observação a seguir]. Obs: de acordo com o artigo 8, inciso I [do Estatuto]: A entidade que usar o nome da Federação considerada prejudicial a esta ou que pratique [sic] que venha de encontro aos seus interesses e objetivos serão desligadas da Federação desde que haja provas irrefutáveis.

A Assembleia vota na anulação da eleição do dia **10 de novembro de 2011** [sic] a invalidade da eleição da Sra. Maria Amélia dos Santos Castro. Teve reunidos nessa seção as seguintes pessoas: Maria Cremilda Rodrigues dos Santos - Presidenta, Maria do Carmo da Silva Andrade, Patrícia da Silva Andrade, José Lopes de Oliveira, Xavier Rodrigues, Osmael Freitas dos Santos – 2º Tesoureiro, Claubert Marques Cabral, Aparecido pereira de Castro, Maria Rodrigues Marinho Rosiene Tavares Rodrigues, Valmir de Castro Rodrigues e Ozéias Rodrigues Santos (Secretariou e lavrou a presente ata, a Sra. Sheila Cristina André de Oliveira - Livro I, p. 77-78, 25.11.2011).

Não obstante a nova diretoria da FOQMB, liderada pela presidente, Maria Amélia dos Santos Castro, empossada em 10 de novembro de 2011, no Livro I, além dessa ata, se tem registrada a última reunião, conduzida pela ex-presidente Maria Cremilda, datada de 18 de

dezembro de 2011. Realizada em Barreirinha, registam-se nesta reunião os seguintes pontos de pauta: a) leitura do Edital de Convocação [da Comissão Eleitoral]; b) escolha dos candidatos para o novo pleito; c) avaliação dos trabalhos; d) regularização fundiária; e) leitura do documento de impugnação [da eleição que empossou a atual diretoria]. A reunião permitiu às pessoas, ali presentes, expressarem “principalmente sobre a situação de uma nova diretoria eleita em desacordo com o estatuto social [da Federação]”.

Franqueada a palavra, o Senhor Antônio Belém – 2º Conselheiro da Federação – disse ser a favor da união de todos, não estando a favor de lado “a” ou “b”. O Sr. Efraim de Castro, manifestou-se a favor da permanência de Maria Amélia, na direção da Federação. A Sra. Maria Cremilda – ex-presidente da FOQMB – então moradora do quilombo de Santa Tereza do Matupiri, em seu pronunciamento fez um breve histórico de sua vida e esclareceu ser a favor de uma nova eleição, sustentando que “a atual eleição estava em desacordo com o Estatuto Social da Federação”.

Além dos moradores dos quilombos, também convidadas pela ex-presidente, compareceram a essa reunião as seguintes pessoas: a educadora pedagógica, Marilena Ramos Pontes; a coordenadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Ribeirinhas – MMTR/AM, Sra. Raimunda Maria Nascimento da Silva. Após várias discussões e colocado em votação sobre a permanência ou não da nova diretoria eleita, a Assembleia Geral chegou à seguinte decisão: 36 (trinta e seis) votos a favor da permanência da nova diretoria; e 42 (quarenta e dois) votos a favor de uma nova eleição. Ficou decidido pela Assembleia chamar “uma nova eleição em que todas as comunidades têm o direito de apresentar suas chapas para ser escolhida assim uma nova diretoria de forma transparente e democrática”.

Imediatamente a isso, a Assembleia aprovou os sete nomes dos membros para comporem a Comissão Eleitoral, ficando a primeira reunião marcada para ser realizada em Barreirinha, no dia 28 de dezembro de 2011. Identificando-se como Presidente, a ata está assinada por “Maria Cremilda R. dos Santos”, em seguida estão as 82 (oitenta e duas) assinaturas das pessoas que participaram da reunião. Não está identificado quem secretariou a Assembleia e lavrou a presente ata, datada de 18 de dezembro de 2011 (Livro I, p. 77-78).

Não havendo mais nenhuma atividade registrada no Livro I, no qual faz referência às atividades da primeira Diretoria Executiva da FOQM, recorrendo ao Livro II, às páginas 3-5, gestão de Maria Amélia – após a Ata e a Certidão Cartorial de Reconhecimento da nova diretoria –, há no dia 10 de dezembro de 2011 o registro de uma Assembleia Geral convocada

por Maria Amélia dos Santos Castro, que, na condição de Presidente da Federação, juntamente com os membros da Comissão Executiva, tratariam de assuntos sobre a ameaça de impugnação do pleito que os elegeu. A pauta diz respeito aos encaminhamentos orientados e conduzidos por Maria Cremilda Rodrigues dos Santos relativo a um documento, datado de 10 de novembro de 2011, que traz como título “Impugnação de Eleição”. Este expediente é dirigido ao Presidente de uma nova Comissão Eleitoral, criada na reunião convocada por Maria Cremilda e registrado em Cartório da Comarca de Barreirinha nessa mesma data. De posse desse documento a Federação se contrapõe ao teor principal dessa alegação interposta por Maria Cremilda, sustentando que: “A eleição marcada para esta data fere o Estatuto Social no CAPÍTULO VII: DAS ELEIÇÕES...”

Referindo-se aos registros do livro de ata, consta, entre outras arguições feitas por Maria Amélia: “Nessa reunião por mim convocada para o dia 10 de dezembro de 2011 [exato um mês à posse da nova diretoria] compareceu uma equipe de professores, liderada por Maria Cremilda Rodrigues dos Santos. Naquele momento, fui publicamente humilhada por essa equipe”.

Recorrendo ao Livro II, concernente à reunião do dia 10 de dezembro de 2011, convocada pela presidente Maria Amélia, na referida ata lavrada pelo então Secretário, Márcio Nonato da Silva Castro, verificaram-se os seguintes registros:

O senhor Mateus Cruz Rodrigues [...] ao ser interrogado por algumas pessoas que faziam-se [sic] presentes, o mesmo se alterou e direcionando palavras de pura ignorância a atual Presidente, Maria Amélia dos Santos Castro, chamando-a de analfabeta, dizendo não está [sic] preparada para dar continuidade em frente [sic] a esta Federação, designando, sim, preconceito contra a pessoa de Maria Amélia dos Santos Castro [...]

[...] O Sr. Osmael Freitas dos Santos, também parece que seguiu o comportamento do colega Mateus ao agredir a Sra. Maria Amélia dos Santos Castro com palavras absurdas [...]. Crianças, adolescentes, senhores e senhoras que ouviram toda essa falta de respeito com a Sra. Maria Amélia dos Santos Castro, e o restante de sua diretoria que até estariam ouvindo de forma intacta toda essa grosseria [...]

[...] A Sra. Ex-Presidente, Maria Cremilda R. dos Santos, que a seu ver, ainda se diz presidenta, mas que para o povo e para o Estatuto da Federação, isso é totalmente ilegal por seu mandato ter chegado ao fim no dia 16 de fevereiro de 2011 [posse em 16 de fevereiro de 2009, com “prorrogação” de nove meses]. E a mesma ainda teve a audácia de pagar uma embarcação para fazer um frete, trazendo pessoas que residem em Parintins para apoiá-la [nesta reunião], contrariando as regras do Estatuto[...]

[...] A Sra. Maria Amélia S. Castro, que legalmente é a atual Presidente da Federação, disse que foi humilhada e que não esperava tanta falta de respeito por essas pessoas que afinal são seus parentes legítimos. Disse estar muito decepcionada com essas pessoas que ainda não querem reconhecê-la como atual presidente [...] e ela terminou suas palavras dizendo que vai lutar para fazer um trabalho com eficiência, transparência e responsabilidade [...].

Anteriormente à reunião do dia 10 de dezembro de 2011, reagindo às pressões, imputadas aos membros da nova diretoria da Federação, a Presidente da FOQMB, Maria Amélia, em 05 de dezembro de 2011, através do Cartório da Comarca de Barreirinha, registra uma Contra Notificação de Impugnação de Eleição, contendo cinco adendos, devidamente comprovados, dentre os quais aqui registraremos os terceiro, quarto e quinto itens com o seguinte teor:

3. Não procede a afirmação de que não houve publicação da eleição, já que esta divulgação foi realizada através de meios de comunicação como: rádio Andirá FM, cartazes, convite para todas as comunidades, reunião nas comunidades de Trindade, Matupiry [sic], Boa Fé, além de ter sido enviado ofício para a Presidente da extinta gestão (Maria Cremilda Rodrigues dos Santos), para comparecer na comunidade de Santa Tereza do Matupiri, para marcar a data da próxima eleição. Porém há de se ressaltar que a mesma não compareceu. Assim, há provas de ter havido plena divulgação da aclamação a todos os quilombolas federados.

4. Quanto à referência ao Estatuto Social, Capítulo VII das eleições, há de se observar que a impugnante foi eleita como votos de eleitores que não eram federados e que moram em comunidades que não fazem parte das comunidades federadas. É importante salientar, que a Sra. Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, NUNCA MOROU NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, apenas herdou de seu pai as terras que possui, localizadas na cabeceira das Comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Quanto ao Sr. Mateus Cruz Rodrigues, cabe afirmar que o mesmo viveu na Comunidade de Boa Fé, migrou para a Comunidade de São Pedro e logo em seguida para o perímetro urbano de Barreirinha, onde mora há mais de 20 anos [destaque grafado no original].

5. Não prospera também a alegação da participação de membros não federados da eleição impugnada, porque tal fato deveria ter acontecido no momento da eleição, o que não aconteceu. A mesma ratificada e legitimada por observadores externos (Sr. Francisco dos Reis Andrade – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreirinha, Sr. Adelmo Assunção Almeida – Fiscal da Mesa, Presidente do Bairro Nova Conquista, de Barreirinha, Sr. Guilherme de Souza Xisto Neto e Admilson Rodrigues da Silva) e mais 120 pessoas; conforme comprova a ata nº 01 do dia 10.11.2011, pela qual foi composta a nova Diretoria da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB) tendo como Presidente, Maria Amélia dos Santos Castro [Assinam: a Presidente da Federação e os oito membros que compõem a Comissão Executiva da FOQMB – Confere e assina, pelo protocolo do Cartório, a Sra. Suelen Rodrigues, em 05.11.2011].

Tendo por base tais documentos comprobatórios, assevera a Presidente da Federação:

Conseguimos a duras penas, através dessa CONTRA NOTIFICAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE ELEIÇÃO, registrada em Cartório no dia 05.12.2011, e também registrado em ata vários Abaixo-Assinados providenciados pelos moradores dos quilombos em solidariedade ao meu mandato e, assim, conseguimos reverter esse quadro e dar continuidades ao nosso trabalho. Isto desde que fomos eleitos em 10 de novembro de 2011, quase um ano do meu mandato, ou seja, já no final de 2012 é que conseguimos dar início nos nossos trabalhos da Federação [Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da FOQMB, entrevista: novembro de 2013 – destaque grafado no original].

Uma das primeiras providências assumidas pela nova Diretoria se refere ao balanço e planejamento feito no que diz respeito ao território quilombola; seu reordenamento quanto à incorporação de algumas comunidades fortemente identificadas, seja por via de parentesco, da sociabilidade de convivência, seja pelas lutas através das quais são construídos politicamente os vínculos de parceria e o fortalecimento das demandas propostas pelas comunidades quilombolas. Além daquelas quatro comunidades internamente por eles reconhecidas como remanescentes de quilombo, na gestão de Maria Amélia, mais um quilombo incorpora-se à Federação: a comunidade de Ituquara, perfazendo agora um total de cinco quilombos. Explica a Presidente da Federação:

Quando eu recebi a Federação, a gente já tinha o nosso Estatuto e, na Ata, só tinha o nome de quatro comunidades: Boa Fé, São Pedro, Trindade e Matupiri. A comunidade de Ituquara ainda não tinha sido lançada dentro da remanescente de quilombo. Quando eu fui eleita, através de um pedido e explicação de meu pai, que era a pessoa que conhecia toda a realidade; quem era e quem não era da remanescente. Ele me pediu e disse que Ituquara merecia entrar também no mesmo grupo. Por que? Porque lá existia, como existe, família de remanescente quilombola! E hoje, Ituquara também está dentro do quadro do território quilombola e a gente está levando isso em consideração pra dar continuidade; olhando por aqueles que tão vindo pra dentro da área quilombola; dos que sempre estiveram com a gente nessa luta de todos os dias [Maria Amélia dos Santos Castro, Presidente da Federação. Entrevista: 12.04.2014].

O reconhecimento, pela Federação, de mais um quilombo sugere um desafio; uma conquista do movimento quilombola que, em meio às dificuldades impostas pelas contradições do dia a dia, resultaria em novas formas de resistência cotidiana. A solidariedade se expressa como um contraponto à possível “dispersão” dessa comunidade ou como o entendimento segundo a concepção de que seria necessário voltar o olhar para “aqueles que tão vindo pra dentro da área quilombola; dos que sempre estiveram com a gente nessa luta de todos os dias”, no dizer da Presidente da Federação.

Os obstáculos enfrentados no cotidiano quilombola provavelmente reforçavam ou chamavam atenção para a construção e fortalecimento da unidade do movimento organizativo dos quilombos. Fica evidente o enfretamento político quando se trata de buscar soluções relativas à pauta de reivindicações dos quilombos. São perspectivas e desafios quanto à realização de demandas que têm como referência as decisões tomadas na esfera do poder executivo local ou daquelas instituições localizadas na capital do Estado.

O relato de Maria Amélia é bastante elucidativo:

Quando nós viajávamos pra Manaus, a gente achava muita dificuldade; olhavam pra gente diferente. Assim fomos enfrentando barrancos e barrancos, por exemplo, pra gente chegar até Manaus com algum dinheiro; no interior, a gente fazia farinha, outro se virava para pegar peixe para vender. O Pelé que trabalhava de “moto serra”, ele tirava uma madeirinha vendia e a gente pegava o barco e ia pra lá. Quando a gente chegava dentro da capital, acabava o nosso dinheiro. Aí, o que fazer? Cada um ia para um lado, outro para outro. Aí, chegou uma vez que, lá em Manaus, o dinheiro acabou. Nós chegamos a sair pela rua pra nós juntarmos tampa de garrafa “pet”. Eu fazia das tampas uns cachinhos de uva que eu tecia de crochê pra enfeitar aqueles porta-guardanapos. A gente depois saía pelos bares pra vender e pagar a nossa passagem de ônibus... Pra nós andar pela cidade; pra conseguir auxílio pro nosso povo. E teve um dia, que eu e a nossa equipe que era eu, Mizael, Jaildo (Pelé) e o Georsene, nós saímos do bairro “Nova Vitória”, onde era e é a minha casinha que eu tenho e fomos até a SEPROR, a pé. É muito longe, já fica no caminho que vai pro Aeroporto, mas, fomos andando, conversando, pra voltar de ônibus. Nós saímos seis horas da manhã e chegamos às nove horas na SEPROR, que fica na Torquato Tapajós. Aí a gente sofreu demais, muito! Nós ficamos na SEPROR das nove até às onze horas, e nós saímos de lá umas onze e meia pra chegamos às duas horas da tarde lá na CONAB, porque esta já fica no Distrito Industrial. Tudo a pé! Aí, quando viemos de lá, já voltamos de ônibus. Aí que fomos gastar nosso dinheiro da venda dos porta-guardanapos [Maria Amélia dos Santos Castro, Presidente da Federação. Entrevista: 12.04.2014].

Maria Amélia recorda-se dos entraves às situações enfrentadas junto à SEPROR e CONAB quando das reivindicações sobre possíveis políticas públicas para os quilombos. Somam-se a isso, o desgaste de quase um ano de mandato “engessado” em decorrência da luta pela garantia de seu mandato e os entraves enfrentados no âmbito das decisões relativas a questões jurídicas encaminhadas pela Federação junto a Cartórios e ao Ministério Público Federal:

Tudo isso dificultou nosso trabalho. Eu trabalhei um ano e cinco meses só pra arrumar o que não avançou. Os seis meses foi só a luta no judiciário pra resolver aquelas questões de impugnação da nossa chapa que foi vencedora. Em junho de 2012 iniciei meu trabalho, quase um ano já tinha se passado. Nessa época de 2012, lá em Manaus, nós fomos para gente lutar dentro da SEPROR e da CONAB. Quando eu cheguei lá, pela primeira vez, lá tinha um pedido pra não atenderem nós. Através de um amigo, ele descobriu que lá existia um documento; existia uma Carta Circular, bem dizendo, aonde dentro da carta falava que as pessoas que comparecessem se apresentando como autoridade da Federação, está escrito assim: “que era o caso de acionar a polícia”. Porque dizia a carta que ninguém era autoridade pra representar as comunidades do Andirá (...) Eu fiz o Ofício, pedindo essa carta e chegou pra nós o documento que está no arquivo da Federação [Maria Amélia dos Santos Castro, Presidente da Federação. Entrevista: 12.04.2014].

A narrativa faz referência a uma Carta Circular, datada de 12 de dezembro de 2011. Embora com mandato encerrado há algum tempo, todavia, reconhecendo-se ainda como

Presidente da Federação, o documento está assinado por Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, cujo teor prescreve-se a seguir:

Honra-nos cumprimentar cordialmente Vossa Excelência e na oportunidade com o devido respeito e acatamento, aproveitamos para advertir esta entidade que possas mal-intencionadas estão utilizando o nome da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha para usufruir de vantagens pessoais.

Essas pessoas estão sendo orientadas pela senhora Maria Amélia dos Santos Castro, que se diz Presidenta desta Federação, mas que de fato não é, uma vez que esta diretoria, que abaixo subscreve, ainda não baixou os editais que regulamentam e autorizam na forma estatutária a eleição para preenchimento dos cargos desta entidade.

Estas pessoas, usando de má fé, forjam documentos com o objetivo de levar a termo seus propósitos escusos junto às entidades e órgãos da Administração Pública.

Desta feita, se estas pessoas aparecerem nesta entidade, apresentando documentos e dizendo-se representantes desta Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha, é o caso de acionar a polícia.

Por fim, esta Diretoria não se responsabiliza por nenhum prejuízo ou dano material ou moral que estas pessoas venham dar a particulares ou entidades do Poder Público.

Esta Diretoria Acionou o departamento jurídico da Federação, e ajuizou a ação [sic] de anulação da eleição forjada. Haja vista ausência de Fundamento no Estatuto.

Além disso, desautorizamos a adoção ou concessão de qualquer benefício em nome desta entidade, através das pessoas abaixo relacionadas:

Maria Amélia dos Santos Castro, Georsene dos Santos Freitas, Márcio Nonato da Silva Castro, Gilvandro Trindade da Silva, Solange Belém da Silva, Francivaldo Rodrigues Andrade, Herbert dos Santos Tavares, Mizael Castro Rodrigues, e Jaildo Marinho de Souza [assina: Maria Cremilda Rodrigues dos Santos – Presidente da Federação. (Os destaques são do original), Barreirinha 12 de dezembro de 2011].

Esse expediente corrobora com aqueles acontecimentos anteriormente registrados em atas da Federação, fato que exigiu dos membros então eleitos lançarem-se ao empenho, à determinação de possíveis conquistas quanto ao compromisso assumido junto aos quilombos. Era necessário redobrar esforços em face das dificuldades enfrentadas em detrimento dos problemas que agonizavam ao bel prazer de decisões tomadas nas esferas administrativas.

A posição centrada do Estado quanto à concessão de direitos reivindicados pelos quilombolas, articulada aos entraves internamente acionados pelos próprios agentes sociais, de certa forma, fragilizou o avanço do movimento organizativo. Não obstante os recuos do movimento e possíveis conquista dos quilombolas do rio Andirá, os estudos de Scott (2002, p. 11) contribuem consideravelmente para a compreensão referente às “formas de lutas cotidianas de resistência camponesa”. Ao tempo em que chama atenção para a importância da organização de movimentos mobilizatórios de lideranças e suas lutas pela autonomia, por direitos e por respeito. Para tanto, sugere a formulação de estratégias de intervenção para o enfrentamento e superação de obstáculos e que venham fortalecer ações coletivamente

organizadas. Sobre impasses ocorridos internamente ao grupo, para o autor: “A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada”. Entre outras, James Scott cita alguns mecanismos comuns que os grupos relativamente sem poder constroem estrategicamente e deles se utilizam, como por exemplo: fazer *corpo mole*; utilizar-se de dissimulação quanto a submissão falsa, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem.

Cessar os impasses internos para fortalecer a luta coletiva no embate às esferas de poder não é uma tarefa fácil. Sob o ponto de vista das lutas engendradas no âmbito das esferas de poder, o impasse criado internamente dificultou o avanço de conquistas da nova diretoria no que toca às formas de se fazer ‘perceber’ por via do direito à igualdade como prerrogativa do respeito à diferença.

Reforçava-se com isso, a inviabilidade de articulação oriunda das pautas de reivindicações do movimento organizativo que, via de regra, engessavam-se em decorrência dos entraves burocráticos, cuja decisões pareciam fora do alcance porque inacessíveis à vontade política expressa nas atitudes de indiferença ou descaso com a coisa pública.

As evidências se expressam quando, a partir das narrativas ou da emissão de documentos pela Federação, os agentes sociais formulam denúncias relativas ao descaso às suas demandas, sejam elas advindas das ações de agências ou de agentes externos, sobretudo no que tange às políticas públicas e aos direitos territoriais. As evidências apontam que tanto os segmentos administrativos quanto aqueles grupos econômicos vinculados aos agronegócios insistem discipliná-los sob a égide da pressão e da tutela.

Mediante o conflito que daí resulta, referindo aos mecanismos de defesa ou de resistência acionados em detrimento dos problemas enfrentados pelo movimento organizativo dos trabalhadores do campo, Scott (2002, p. 12) assevera:

Além disso, os camponeses não têm o monopólio dessas armas, como podem atestar todos que tenham observado as maneiras pelas quais funcionários e latifundiários têm resistido e obstaculizado as políticas estatais que lhes são desfavoráveis (SCOTT, 2002, p. 12).

Não obstante isso, a propalada “falta de planejamento operacional” inviabiliza a execução de programas sociais. As evidências demonstram que gestores administrativos nem sequer se propõem a estabelecer ações de fiscalização no tocante ao acompanhamento de ações propostas pelos planos, programas ou projeto quando acionados no âmbito daquela realidade vivida pelos quilombolas. As medidas operacionais de implementação das ações governamentais, por sua vez, refletem-se nas relações de poder engendradas em face das

propostas de reivindicação acionadas pelos agentes sociais que permanecem à mercê dos entraves burocráticos a que são submetidos, assunto a respeito do qual trataremos nos itens a seguir.

4.2 Quilombos e políticas públicas: reivindicações e entraves burocráticos

Quanto aos entraves burocráticos impostos aos quilombos do rio Andirá, Almeida (2011, p. 111) traz explicações e reflete sobre os direitos constitucionais assegurados aos quilombolas, consoante o Art. 68 que, contrapondo-se à tutela, imprime nova modalidade de apropriação formal de terras que confere proteção a diferentes expressões étnicas.

Todavia, a realidade vivida pelos quilombos do Andirá aponta para situações circunstanciais, se comparado com o que propõe constitucionalmente o art. 68 e o que está inviabilizado sob o ponto de vista de como foi pensada a solução burocrática: se de um lado, instituíram-se novos órgãos públicos pertinentes à questão; de outro, a operacionalização de competência da gestão das políticas públicas, por exemplo, “ficou invariavelmente a cargo de aparato já existente” (ALMEIDA, 2011, p. 112).

A propósito dos obstáculos concretos daí resultantes, Almeida certifica-se de que:

Nestes três lustros que nos separam da promulgação da Constituição Federal tem prevalecido ações pontuais e relativamente dispersas, focalizando fatores étnico, mas sob a égide de outras políticas governamentais, tais como: a política agrária e as políticas de educação, saúde, habitação e segurança alimentar. Inexistindo uma reforma do Estado, coadunada com as novas disposições constitucionais, a solução burocrática foi pensada sempre com o propósito de articulá-las com as estruturas preexistentes, acrescentando à sua capacidade operacional atributos pretensamente étnicos (ALMEIDA, 2002, p. 112).

Consoante relatos aqui registrados, as ponderações apontadas por Almeida, coadunam-se com as práticas vivenciadas pelo movimento quilombola do Andirá, sobretudo no tocante à política agrária e às políticas de saúde, habitação e segurança alimentar. Tais fatos ficam evidentes se levado em conta que, no segundo semestre de 2012, o trabalho da Federação inicia-se com uma densa pauta voltada para as políticas públicas; verdadeira maratona é realizada pela nova diretoria eleita, conforme descreve a Presidente da Federação:

Na SEPROR nós reivindicávamos sobre as casas dos trabalhadores rurais, que haviam começado e, nunca foi terminado, como também não foi terminado o Programa “Agricultura Familiar”. A alimentação do Programa “Fome Zero”, a gente procurava a CONAB e o MDA; na FUNASA era pra resolver o problema dos poços artesianos que não temos nas comunidades até hoje [2015]. Fomos enganados, nos enganaram muito, muito mesmo! Então, tudo isso nós passamos para conseguir o que

ficou tudo pela metade; pelo meio do caminho! (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Quanto à gestão anterior, Maria Amélia ressalta que aqueles encaminhamentos não expressam a vontade dos moradores dos quilombos. Há, todavia, uma ponderação exequível da Presidente, quando assevera: “Olha, no primeiro mandato, aconteceu é que o povo esperava uma decisão de terra, era o que as comunidades queriam, né? Mas na primeira gestão, não conseguimos nada disso”. E, ressalta que, na gestão de Maria Cremilda, foi possível, sim, a concessão de cestas básicas do programa “Fome Zero”, cuja distribuição, segundo Maria Amélia:

[...] isso parou e depois ninguém sabe, não sei explicar porque foi que desapareceu essa alimentação. Só sei que até hoje [2015] estamos lutando pra ver se nós conseguimos retornar essa alimentação. Era uma alimentação boa e de boa qualidade. Eu, a gente escutava dizer que chegou até ir 14 (catorze) toneladas de alimentação pra ser repartida junto com as comunidades remanescentes de quilombo [...] Nesse rancho só não tinha mesmo era café, o sabão e o sal. O resto vinha tudinho: o açúcar, o leite, o nescau, o feijão, o óleo, macarrão, o fubá, farinha... Era um rancho quase completo, né? [...]. Então, era assim [silêncio]. Em fevereiro de 2012, foi a última vez que foi. Lutamos muito pra trazer de volta, mas até hoje [2015], nunca mais nós recebemos esse benefício! (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Em 2009-2011, outro programa implantado pelo Governo Federal junto aos quilombos do Rio Andirá foi o “Minha Casa, Minha Vida”. Relativamente a esse Programa, foram contempladas as cinco comunidades: Boa Fé, São Pedro, Trindade e Santa Tereza do Matupiri. Todavia, lembra Maria Amélia:

Infelizmente não tivemos a oportunidade de existir uma casa dessa feita por completo. Em 2009, o projeto se iniciou na Boa Fé; cinco casinhas que não foram terminadas. Quando foi em 2011, continuou o projeto nessa mesma comunidade. Essas casas também fizeram incompletas, fizeram um pouco da construção, pois, nem o piso e nem o banheiro foram feitos. Essas casas estão lá de prova, incompletas! Todas, assim, mal-acabadas. Hoje em dia, têm umas que já tem um piso porque os próprios donos que tão morando já fizeram com seus reforços próprios. Ainda aconteceu que, em 2009, algumas casas estavam sendo construídas, dessas algumas foram desmanchadas e o material foi levado numa balsa. Aí, a gente pergunta: A mando de quem? Pra onde foi esse material? As outras não foram porque os donos mesmo das casas ficaram de baixo do teto, dizendo que só saíam se fosse com todos eles ali debaixo. As outras foram demolidas, esse material todo foi levado pra Barreirinha: pia de banheiro, cano e brasilit, tanque do depósito de água que sobraram do que não foi feito as casas. Tudo isso aconteceu em 2009. Foi horrível isso! (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

A Presidente esclarece que, já no período de seu mandato, em 2012, foi comunicada pelo Sr. Mizaél de Castro Rodrigues, morador da comunidade de Boa Fé, sobre a demolição de casas naquele quilombo.

Quando fui comunicada, nos reunimos e fomos pra lá, dissemos que não fizessem isso e se tentasse novamente a gente ia tomar as providências, e eles nunca mais tentaram fazer isso. Mas, nós já com medo do que tinha acontecido, o procedimento que foi feito é que nós fizemos a denúncia em 2014, ela está dentro do Ministério Público Federal, essa e outras reclamações [silêncio]; estamos aguardando a resposta (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Sobre o programa Minha Casa Minha Vida, atendendo à solicitação do MPF, a Federação, em 08 de abril de 2014, emite documento ao então Procurador da República no Amazonas, Dr. Júlio José Araújo Júnior, formalizando denúncia sobre o referido programa. Em resposta ao ofício Nº 812/2014, emitido pelo MPF a respeito do assunto, a Secretária Executiva da Secretaria de Estado da Produção Rural, senhora Lucelisy Silva Borges, envia esclarecimentos acerca das obras de construção de casas nas comunidades de Boa Fé, São Pedro, Santa Tereza do Matupiri e Trindade, localizadas em Barreirinha, consoante Ofício Nº 1174/2014-GSEC, datado de 01 de outubro de 2014.

Trata-se de um dossiê³⁹ no qual se tem como anexo documentos, entre outros, os de Declaração de Conclusão de Obras que faz referência aos 65 (sessenta e cinco) beneficiários atendidos pelo Programa de Subsídio Habitacional em parceria com SEPROR/Construtora Herinaldo S. Machado ME e BIC BANCO.

As declarações estão assinadas na data de 19 de janeiro de 2011, todavia, paradoxalmente, das 65 residências, consta no Relatório Fotográfico a imagem das cinco primeiras casas entregues, correspondendo a fachadas e na parte interna a foto de instalação de uma pia e louças sanitárias padronizadas. Quanto às 60 casas restantes, há 09 em que são fotografadas as fachadas e a parte interna, cujas imagens também mostram a instalação dos mesmos objetos padronizados. Não há, portanto, Declarações de Conclusão de Obra e nem da

³⁹ Constam do dossiê o Ofício Nº 1174/2014-GSEC, ao qual estão anexados os seguintes documentos: Declaração de Conclusão de Obra; Declaração do Beneficiário e cópia de documentos pessoais; Formulário do BIC BANCO referente ao Instrumento Particular de Contrato de Parcelamento para Construção de Imóvel Residencial, concedido de acordo com as normas do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH; Solicitação de Pagamento PSH, emitida pelo Secretário/SEPROR, José Fernando Barreto, ao Bic Banco para o desembolso de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais) em favor da prestadora de serviços EB TAVARES, 10.06.2010; Solicitação de Pagamento PSH, emitida pela Secretária Executiva/SEPROR, Sonia Sena Alfaia, para o desembolso de R\$10.200,00 (dez mil e duzentos reais) em favor da prestadora de serviços EB TAVARES ao Banco Indusval, 06.08.2010; Relatório Fotográfico, cujas fotos estão datadas de 19.01.2011, com o nome de seus respectivos beneficiários.

que se refere à entrega de chaves o que implicaria na posse definitiva correspondentes às 51 (cinquenta e uma) casas das quais não constam referidos documentos no dossiê.

No cabeçalho das Declarações constam os seguintes dados devidamente preenchidos pelos 09 beneficiários: Município, Beneficiado, CPF e Loteamento. Em data de entrega das chaves – que não corresponde ao término das obras, conforme sustentam os agentes sociais – consta do teor das Declarações assinadas pelos 65 (sessenta e cinco) beneficiários:

Declaro que que recebi nesta data, as chaves e posse definitiva do imóvel acima identificado, para imediata ocupação, **em boas condições de habitabilidade**, com todos os **equipamentos hidráulicos e sanitários** necessários e em perfeito funcionamento, e encontrando problemas na construção, devo comunicar por escrito no prazo de 05 (CINCO) dias úteis a partir desta data, para as devidas providências.

Declaro ainda estar ciente que os pedidos de **ligação de energia e abastecimento de água** são de minha responsabilidade, assim como o pagamento de impostos, contribuições e/ou taxas que venha a incidir sobre o imóvel ora recebido.

Estou ciente também que o abandono ou a transferência do imóvel ora recebido ensejará na cessão, sou responsável pela retomada do imóvel. Barreirinha, 19 de janeiro de 2011 [assina: o beneficiário (a)] (os grifos são dos originais).

Em trabalho de campo, pude constatar que apenas as casas que serviram inicialmente de *modelo* para as demais, se dão, de fato, por concluídas em cada um dos cinco quilombos. As demais foram erguidas, todavia, estão inacabadas.

Em 2012, a Diretoria Executiva da Federação, liderada por Maria Amélia, foi comunicada a respeito de novas ações do Governo Federal a ser implementadas junto aos quilombos. Trata-se do Programa “Agricultura Familiar”, coordenado pela Secretaria de Estadual de Abastecimento e Produção Rural.

Como os funcionários da SEPROR orientaram, fizemos os roçados, tivemos o trabalho de plantar as sementes, mas nós não tivemos mais os técnicos pra nos ensinar o plantio e, até hoje, as plantas lá estão; muitos já plantaram como nós sabemos plantar, mas outros pararam, não se ariscaram a plantar enquanto não tivesse a ordem do técnico pra fazer esse plantio. Está tudo parado desse projeto. Mas, nós estamos devendo pro Banco da Amazônia... E, como pagar, se nada foi feito de plantio? A coisa era adquirida assim: faziam o levantamento através dos terrenos que cada um tem. Então, quem tinha os terrenos fazia o financiamento, quem não tinha, fazia parceria com quem tinha o terreno pra poder chegar até o Banco, pra poder conseguir o financiamento e entrar no projeto. Recebemos tudo em material pra cada família que foi contemplada com o seguinte material: motor de popa, “a rabetinha”; o “casco”, que é aquelas canoa de alumínio; a roçadeira, carrinho de mão e o motor bomba (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Segundo a presidente, o ressarcimento deveria se dar a partir do plantio do produto a ser cultivado para vender e pagar ao Banco o valor correspondente ao financiamento de

R\$11.000,00 (onze mil reais). Deste valor, R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) foram repassados em espécie e o restante fora transformado nos produtos adquiridos pelos que procederam ao financiamento. O agravante está na preocupação colocada pelas famílias quilombolas, visto que:

Isso foi em 2012, e já vamos ter que começar a pagar o Banco em 2018. Conta pra frente os cinco anos, pra começar a pagar o Banco, quando a cultura de longo prazo já devia está no ponto do cultivo. A cultura temporária, como eles explicaram, aquelas que iam ficar mediando as outras mais fácil de pegar que é o jerimum, melancia, cará, a mandioca essas são as plantas; as que nascem rápido. Essas, sim, nós plantamos, porque nós lidamos com elas e nós já sabemos, e que era pra nós ir vendendo ou usando no consumo enquanto crescia aquela de longo prazo do cultivo, que é cacau, café, açaí, cupuaçu e taperebá. Dessas, não veio nem semente e nem os técnicos como disseram que ocorreria. Eh, a nossa preocupação: como pagar, a gente pergunta, né? E a gente sabe que não deu certo porque a Prefeitura ela não deu o valor às pessoas. Porque todos já sabem: nós temos o grande rio Andirá, e esse grande rio Andirá precisa de gasolina e barco pra você atravessar, né? Porque senão você não chega até lá no comércio com o produto. Então, é assim, como demos entrada na reclamação das casas, nós também demos entrada no Ministério Público Federal no dia 09 de abril de 2014, sobre esse problema do financiamento (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Além desses três programas, em março e novembro de 2014, atendendo às reivindicações da Federação, a FUNASA, em visita à comunidade de Santa Tereza do Matupiri, comprometeu-se a implementar ações do “Programa Nacional Água de Primeira Qualidade”.

Inclusive nós estamos aguardando essa ida deles lá para implantar a água de qualidade dentro das Comunidades de Itaquara, Trindade e São Pedro que são aquelas que não têm água de qualidade; não têm poços artesianos (...). Então, pra nós remanescentes, para o povo quilombola que convive dentro de um rio, que precisa dessa água de qualidade será, bem dizer, um milagre muito grande entre eles e entre nós, como remanescentes de quilombos, se isso acontecer. Eles falaram também pra gente que estavam preocupados porque eles viram a qualidade da água que o nosso povo estava utilizando pra tomar e fazer o nosso alimento. A água daqueles que não têm poços artesianos, eles usam da “beirada do rio” para botar no pote, na geladeira e usam assim mesmo; não tem nenhum tratamento a água (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

A Presidente expôs suas preocupações aos técnicos da FUNASA, no que se refere à proximidade entre a área do cemitério e o local em que está instalado o poço artesiano. Em períodos chuvosos, a ocorrência dos problemas de saúde que têm afetado, sobretudo, crianças

e idosos, é grave e preocupante. Há suspeita de que isso possa se dar por conta das precárias condições do abastecimento de água no quilombo de Santa Tereza do Matupiri:

Nós estávamos preocupados no período da enchente da nossa comunidade de Santa Tereza do Matupiri, porque a água que usamos é de um poço artesiano que está praticamente dentro do Cemitério da comunidade; praticamente uns 40 metros de distância dos defuntos. E o que foi que nós apelamos? Solicitamos que a FUNASA fizesse análise da água pra ver o que estava acontecendo. É muita doença que afeta principalmente as nossas crianças e idosos no período de enchente, quando a água do poço transborda no próprio chão, pois a madeira que sustenta a caixa d'água apodreceu e caiu e a água vem mesmo é do chão. Não tem reservatório! Então, os técnicos da FUNASA nos disseram que a gente não precisa se preocupar com água da nossa comunidade de Santa Tereza do Matupiri, pois não estava sendo afetada em nada devido ao cemitério ser próximo. Eles mediram a profundidade do poço, fizeram a coleta da água e levaram até Manaus pra fazerem o estudo e eles disseram para nós que não tem nenhum problema. Prometeram instalar os poços artesanais nas comunidades de Trindade, São Pedro, e Ituquara, iniciando com tanques e futuramente eles vão fazer os poços artesanais com calma, como eles disseram para a gente: “coisa que se faz corrido nunca presta, deve ser feito com qualidade não com quantidade”. Então, esse é o compromisso da FUNASA dentro da área quilombola (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Há dois expedientes encaminhados pela FUNASA à Federação: um diz respeito ao Ofício 834/2014, de 10 de setembro de 2014, cujo teor se refere à realização de um diagnóstico da situação das formas de acesso à água para consumo humano. Sobre isso, a senhora Edna Dolores de Oliveira Ramos, Superintendente Estadual da FUNASA, compromete-se a indicar os técnicos Kelmer Batalha Pessoa e Gil Moraes de Carvalho para, no período de 16 a 19 de setembro de 2014, visitarem os cinco quilombos. O propósito do trabalho era elaborar o diagnóstico situacional quanto às demandas identificadas com objetivo de “melhorar a qualidade da água consumidas pelos moradores destas comunidades”. O Ofício Nº 1113/2014, de 05 de dezembro de 2014, se refere ao compromisso anteriormente assumido com os quilombos através de reunião marcada para o dia 11.12.14, “onde serão apresentados os resultados das nossas atividades que foram desenvolvidas na visita anterior e ainda, objetivando darmos segmento às atividades estaremos realizando um pesquisa socioeconômica (com aplicação de questionário e entrevista) necessário para propor e/ou oferecer melhoria na prevenção da saúde, capacitação e qualidade da água consumida pela população”.

Para o cumprimento dessa tarefa foram designados os técnicos: Kelmer Batalha Pessoa, Gil Moraes de Carvalho e Miraci Rocha Nascimento, que visitam os cinco quilombos,

durante o período de 09 a 12 de dezembro de 2014. Os técnicos firmaram compromisso de retornar em 2016, já com a programação de instalação de poços artesianos. No entanto, levando em conta o mês de julho de 2016, até o presente momento nenhuma alternativa foi concretamente apresentada até esse momento.

Percorrido o período que vai de 2009 a 2013, com rara exceção, alguns programas tiveram alcance significativo que atendessem às famílias de forma a produzir efeitos favoráveis na vida social daquelas comunidades quilombolas. Não obstante, ao que se percebe, não há, de fato, pertinência quanto ao cumprimento de quaisquer direitos relativos ao acesso real e efetivo de políticas públicas destinadas às comunidades remanescentes dos quilombos do Rio Andirá. O descaso, adicionado ao desrespeito à condição de humanidade, é fato público e notório.

Os períodos de 2009 a 2012 significaram fases de verdadeira estagnação se analisadas as reivindicações feitas através de reuniões, assembleias gerais ou de audiências marcadas pelo movimento junto aos órgãos públicos locais. Os entraves burocráticos por si denunciam a falta de vontade política decorrente ou o desconhecimento, por falta de interesse no tocante ao amparo jurídico a que os quilombos conquistaram referente à formalização legal de tais direitos constitucionais.

Numa observação mais atenta, cabe refletir sobre a veracidade do que se propõe quanto à formulação de política étnica, se não há o estabelecimento de rígidos critérios que promovam atendimento ao pleito dos quilombolas. Tais direitos constitucionais lhes são negados, sobretudo, se se levarem à baila os aportes que preservam a formalização legal do que está prescrito nos marcos regulatórios como, por exemplo, aqueles direitos postulados pelo Decreto 4.887/2003. Da mesma forma, não há o cumprimento legal sobre o que prevê o Decreto Nº 6.040/2007, que institui e garante tais direitos por via da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Todavia, um dado merece destaque. Trata-se das lutas que a partir de 2013 passaram a compor a agenda dos quilombos em prol de seus direitos territoriais. Inicia um outro momento, cujo objetivo é o de promover avaliações internas sobre o descaso com as pautas de reivindicações. Dois fatores contribuem para o redimensionamento das ações do movimento: de um lado, a insatisfação dos agentes sociais quanto às demandas sobre políticas públicas; do outro, o conflito já bastante aprofundado concernente ao confronto de interesses que passa a compor o cenário da invasão ao território quilombola.

A partir de interesses conflitantes causados, seja pelos agentes externos ou por seus antagonistas históricos, entra em cena uma força propulsora protagonizada pelo movimento organizativo e impulsionada, sobretudo, pelo embate travado internamente com os madeireiros, pecuaristas ou pescadores profissionais.

Dada à pressão imposta aos quilombos, por isso mesmo, de forma ainda bastante incipiente, porém, com a determinação que antes não se dava, tal assunto passa a compor a agenda do movimento e, com isso, *os cadeados começam a ser rompidos*. Tais propósitos vão delineando os rumos de uma política voltada para a conquista de certa autonomia relacionada ao sentimento de pertença ao território quilombola, assunto a respeito do qual trataremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO V

LUTA MOBILIZATÓRIA POR DIREITOS TERRITORIAIS: *agora os cadeados se romperam!*

Cada grupo social nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo, da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, a consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.

Antonio Gramsci

5.1 Os quilombos: arena de conflito e o sentimento de pertença ao território

No ano de 2012, em meio às dificuldades na esfera das políticas públicas, os quilombos, simultaneamente a isso, através da Federação, reivindicavam seus direitos territoriais. Inicialmente, sem maiores resultados que consubstanciassem aqueles anseios consoante os interesses político-organizativos dos quilombos, Maria Amélia, presidente da Federação, recorda-se de que no início dos trabalhos, os primeiros contatos com as instituições foram difíceis: “porque os cadeados não se abriram de primeira”.

Há três acontecimentos cruciais, anteriormente aqui registrados e, que, segundo relatos proferidos pela presidente, permitiram “destravar os cadeados”. Face às conquistas adquiridas pelo movimento, utilizando-se da metáfora do *cadeado*, ao identificá-lo como verdadeiras *travas* impostas aos quilombos, na avaliação da presidente, os mesmos começaram a ser rompidos a partir de três conquistas obtidas pelo movimento organizativo dos quilombos.

O primeiro momento foi em dezembro de 2012, quando ao participar de uma reunião em Barreirinha, Maria Amélia, obteve informações sobre as atividades do MDA, repassadas através do padre Vivaldo, pároco daquela prelazia, de um funcionário do Fórum, Sr. José de Nazaré, e do Secretário Municipal de Produção Rural, Sr. José Roberto Teixeira, que a indicaram procurar essa instituição. O segundo momento diz respeito a uma visita do MDA, que ocorreu no ano de 2013, para tratar de assuntos fundiários, cujos funcionários, Clóvis Pereira e Lúcio Carril, possibilitaram o contato da FOQMB com a Fundação Cultural Palmares-FCP, bem como foi possível obter, posteriormente, informações sobre os procedimentos jurídicos para o processo de Autodefinição dos agentes sociais e o Reconhecimento dos Quilombos. Com base nas informações, adquiridas através da referida

Fundação, aconteceu o terceiro momento que foi o contato, através de Clóvis Pereira, junto ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia–PNCSA.

Ao obter informações junto à Cartografia sobre as ações relativas à Oficina de Mapas e do Curso de GPD, que poderiam ser realizadas nos quilombos do rio Andirá, a presidente da FOQMB, retorna ao Andirá e convoca reunião para deliberar em Assembleia Geral proposta de solicitação de demanda da Federação. No período de 14 a 19 de fevereiro de 2013, são realizadas, em Santa Tereza do Matupiri, as duas atividades, contando com a participação dos moradores dos cinco quilombos.

As ações tiveram como objetivo: a) registrar narrativas de vivência dos mais antigos quilombolas: resgate histórico sobre o processo de formação e construção dos quilombos; histórias de vida; relato de líderes comunitários sobre políticas públicas para essas comunidades e questão territorial; b) identificar o território quilombola, sinalizado através de croquis elaborados e apresentação pelos Grupos de Trabalho sobre as áreas pertencentes aos quilombos de Matupiri, Boa Fé, Trindade, São Pedro e Ituquara; c) realizar o Curso de GPS, com vistas a habilitar um grupo de quilombolas quanto aos pontos de monitoramento das diversas áreas de manejo dos cinco quilombos; d) proceder aos trabalhos de sistematização dos produtos adquiridos através da Oficina de Mapas, tendo por finalidade a elaboração do Fascículo que informa sobre as condições de vida e trabalho dessa população quilombola.

Em cumprimento aos objetivos propostos pelo “Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação” que faz referência ao processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais, sob a responsabilidade do PNCSA, o trabalho de pesquisa foi posteriormente editado através do Fascículo Nº 4, com o título: “Quilombolas do Rio Andirá – Barreirinha/AM”.

Consoante resultados adquiridos através das atividades, pelo registro de memória dos mais antigos, as narrativas expressam o sentimento de pertença ao território. São recordações de “um tempo de fartura”; de trabalhos exaustivos, de antigas e solidárias relações familiares, das práticas de cura pelas benzedadeiras ou de atividades produtivas que se diferenciam da forma como hoje se dá a organização do trabalho no campo.

Sobre esse tempo, seo Adelino, 86 anos, antigo morador da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, relata experiências vividas no quilombo:

Nasci no Matupiri, depois minha mãe morreu e meu pai me deu para o meu padrinho. Me criei em Parintins. Cheguei pra cá com 15 anos. Papai já estava no final da vida dele. Depois, trabalhei como comandante. Trabalhei

também lavando juta. Fui cortar e carregar pau-rosa. Depois fui pro Rio Andirá, trabalhei tirando cipó. Trabalhei em roça, fazendo farinha. Não saí mais daqui. Meu trabalho maior foi em roça. Depois, fazia paneiro; tipiti, não! Matava caça pelo mato, agora, não dá mais pra caçar. Quando era curumizão trabalhava nesse rio da Amazônia, tirando capim da palheta do motor. Até hoje sei trabalhar, aprendi muito. As mudanças, tudo mudou [...] Naquele tempo era muita fartura. Quando eu morava com minha madrinha ela mandava a gente pescar; jogava a tarrafa e ela vinha cheinha. Era pacu, curimatã, tudo que é peixe vinha. Agora não tem mais isso. Sem mentira nenhuma, era peixe que não acabava mais. Fazia aquela barulhada na água (blum, blum, blum). Não tem peixe mais assim, não é mais como era antes. Comecei a trabalhar com 15 anos. Juta, é pesado esse trabalho: tira toda ela e bate, logo solta aquela camada. Agora, a malva, não, é mais difícil soltar da casca. Essas plantações tinham aqui no Matupiri. Trabalhei como empregado e ganhava dois mil réis por dia, aos trinta e cinco anos (Adelino Pereira de Castro, 86 anos - comunidade de Santa Tereza do Matupiri, 17.02.13).

As atividades produtivas são analisadas sob a ótica do trabalho exaustivo e das mudanças ocorridas em decorrência das queimadas de parte considerável da floresta, para a comercialização irregular de madeira ou de derrubada da mata para abrir campo de pasto. No dizer do seo Manoel Pereira de Castro, 70 anos, morador da comunidade de São Pedro:

Me criei tirando cipó no mato, tirando breu, cortando leite de seringa para sobreviver e agora não, agora eu estou em outra coisa. O meu trabalho, sim, trabalhei na seringa, aí nessa mata, seringa do mato. Naquele tempo a gente cortava seringa no mato, essas seringueiras que dava no mato. Agora, já depois de trabalhar muito, isso tudo acabou, botaram fogo na mata pra fazer campo. O fogo pegava na mata e ia embora. Ai, foi derrotando as seringueiras que tinha na margem do rio. Ah, na cheia eu tirava e fazia cernambi. Naquele tempo, eram os patrões que vinham, vinham pra mandar a gente tirar e compravam. Mas era só um trocado; trocava com açúcar, cafezinho. Dinheiro, não se conhecia! A gente nem sabia o que era dinheiro; era o trabalho por um produto, era assim! O breu era a mesma coisa, tudo era trocado (...). Eu saía duas horas ou quatro horas pra cortar seringa, quando era as seis horas da manhã o cara já ia colhendo. Depois do sol saí, pronto, parava de escorrer; some o leite! O cipó também, eu tirava cipó, fazia roça também (...). Minha mãe que gostava de fazer o tarubá pra gente tomar; ela era profissional nisso. Era feito da mandioca. Faz um beiju no forno, um beiju grande de mandioca, molha e depois bota ele assim: faz a cama na folha, embrulha a massa nessa cama, depois põe lá em cima, num giral. Com três dias ela está escorrendo, com quatro, cinco dias já tá forte, bom pra tomar! (Manoel Pereira de Castro, 70 anos – Comunidade de São Pedro, 17.02.13).

Outra narrativa é de dona Benedita, 68 anos, que relata suas práticas como parteira e benzedeira. Utilizando-se de ervas naturais fartamente disponíveis nessas áreas do Andirá, trabalha atendendo aos quilombos com remédios caseiros por ela manipulados. Recorda-se do pai que era trabalhador rural e fala sobre as práticas de cura ou *benção*, por muitos

adquiridas, segundo Dona Benedita, com os ensinamentos transmitidos por seus antepassados ou através de sonhos, conforme explica a nossa interlocutora:

Pequena, eu não sabia fazer nada, nem escrever meu nome. Depois comecei a estudar, mas só sei escrever meu nome, ler, ainda não sei. Sou parteira e os remedinhos que faço serve muito. Faço meus remedinhos que Deus me ensinou no meu sonho. Porque nunca eu li. “Puxo” sempre um filho que está lá por dentro da barriga. Isso, Deus também me ensinou no meu sonho. Tudo é no sonho! Nunca fui na porta de hospital, nunca! Eu “puxo” o menino”, no parto, com a força de Deus e a coragem em mim. Tenho sempre um remedinho na minha casa e ensino o que é bom pra criança e a dor passa!

Tenho recordações: perdi minha mãe, papai me contou que eu tinha 5 anos. Assim fui crescendo devagar. Papai era esforçado, ia pescar, fazia o roçadinho dele. Mandioca, naquele tempo, era no ralo. Hoje, não, tudo está mudado. Nunca pescou de malhadeira; era de caniço. Nasci aqui na ponta dessa ilha, aí onde fica a igreja de São Sebastião.

Sou parteira e benzedeira, eu nunca aprendi isso. Eu sonhava que pedia para o Anjo da Guarda e ele vinha me ensinar remédio no meu sonho. Eu não sei ler, isso foi Deus que me ensinou no meu sonho. É, foi Deus que me ensinou a “puxar menino”. E, pra onde ou vou tem uma porta aberta. Agora mesmo, uma mulher me chamou e eu partejei essa mulher que ia ter duas crianças. Primeiro nasceu a menina, depois veio o menino que nasceu de “tripé”. Então, quando me procuram ainda faço parto! Quando me procuram, pois, coisa oferecida não tem valor. É isso! (Benedita Ribeiro de Castro, 68 anos, parteira e benzedeira – Comunidade de Santa Tereza do Matupiri).

A exemplo dessas narrativas, adquiridas através das atividades da Oficina de Mapas, foi possível condensar um expressivo material de campo a respeito dos objetivos propostos pelo PNCSA. De modo geral, os assuntos amplamente discutidos pelos agentes sociais, integrados nos movimentos organizativos, centraram-se em temas sobre a ameaça ao território e outras questões pertinentes ao cotidiano dos quilombos, a saber: 1) conflito territorial, quando da abordagem de questões como: a) a luta pela posse e direitos territoriais face ao confronto com madeireiros, pecuaristas e com pescadores profissionais – desmatamento pelas madeiras, transformação da floresta em campo de pasto, a utilização de cercas elétricas, e controle de rios e lagos pela pesca predatória, entre outros; 2) denúncias sobre as precariedades de políticas públicas, sobretudo aquelas voltadas para as áreas da saúde, alimentação, habitação, educação e saneamento básico, conforme fora abordado nos itens anteriores; 3) a falta de incentivo financeiro quanto a fomento da produção agrícola e/ou extrativista; 4) as pautas de reivindicação dos movimentos organizativos e a falta de sensibilização política por parte das autoridades locais e/ou externas ao município quanto às demandas apresentadas pelos quilombos junto a órgãos públicos.

Sobre os conflitos agrários, as narrativas das quais lançarei mão expressam, evidenciam e identificam os motivos pelos quais os quilombos se veem ameaçados por conta da limitação de espaços a eles imposta:

Eu resido aí na Comunidade de Ituquara. Já exercia a direção da comunidade há cinco anos; dois anos fui eleito pelo povo e três anos trabalhei como presidente de encargo. O presidente saiu para cuidar da saúde da mulher e me colocou no encargo dele. Eu também faço parte essa família quilombolas, conforme d. Maria Amélia já deve ter anunciado pra vocês. Estamos aqui na margem do rio, esperando a saúde; assistência [...]. Então, o que a gente pede mais é apoio do governo... Tem uma programação aí, na Globo, que diz que “O Brasil é de todos”; mas, não é de todos não! Então, a gente vive com vários problemas dentro da comunidade. Tem problema de conflito com fazendeiros. Aqui, estamos cercados. Já tem um lá na frente, outro no fim da cabeceira. Tem um criando problema comigo, porque temos uma pastagem pequena que pertence a minha família. Então, tem uma cerca lá que fizemos desde 2005. Me comunicaram pra ver outro invasor dentro da comunidade. Fui lá, uma semana depois eu estava ameaçado pelo fazendeiro. Este problema está dentro da comunidade. Então, como resolve? Quem vai resolver? Mas, o pessoal está pressionando (Gabriel Fernandes de Paula, 59 anos – Presidente de Base da Comunidade de Ituquara, 17.02.13).

Então, pedimos apoio nesse sentido. Nós não temos como nos defender dos lobos, e se a gente não se defende, pode ser devorado por eles. O que se achava dono doou 100 metros pra comunidade. As coisas são difíceis quando você não vai atrás. A gente pesca com dificuldade, usa a malhadeira, o anzol, a zagaia que a gente pesca no verão. Tem esses meios pra gente capturar o peixe. A gente tem pra lembrar mesmo é das ameaças que são grande, mas acho que isso é da raiva, é um desentendimento. Sobre a área da comunidade, lá chegou as proibições, mas ele parou porque fizemos a denúncia. Isso virou contra ele, o dono. A gente está meio liberto nessa área, nesse pedaço. Houve uma demarcação de um cidadão que se fez dono lá dentro mesmo da mata. Não sabemos como, porque e quem mandou ele entrar. É uma terra firme bem grande que a gente usa pra caçar. Nela fizemos em demarcação em 1975 pelo ITERAM. Mas já estão dizendo que essa área tem dono, tem vinte lotes de terra demarcado. Isso faz extremo com o Paraná desta comunidade. Já estão dizendo que tem dono, que é deles (Gabriel Fernandes de Paula, 59 anos – Presidente de Base da Comunidade de Ituquara, 17.02.13).

Mizael de Castro Rodrigues, Presidente da Associação Comunitária de Boa Fé, expõe também dificuldades enfrentadas, principalmente no que tange aos conflitos com fazendeiros por conta dos quais a comunidade vem sendo sistematicamente atingida:

Moro na comunidade Boa Fé. A minha comunidade ela vai enfrentando uns problemas muito sérios. Desde quando ela foi fundada [década de 1970], ela veio ganhando um espaço bom. Hoje, precisamos da ajuda das autoridades competentes, para que nos ajude a realizar esse nosso sonho; sonho de que venha trazer uma sociedade mais tranquila, mais livre para nossos filhos que tão crescendo: pra que eles não cresçam nessa dificuldade, pra que não venha eles enfrentar esse problema e ficar oprimido da mesma maneira que

nós estamos. Olha, o nosso lado tem muita terra, muitas ilhas aí em frente. Então, por que estamos nessa crise? Por que não desempenhar um trabalho? Não tem como, a terra ela está lá, mas, é só entrar pra cortar um pé de mato, chega lá a pessoa, que é caseiro do dono da terra, mandando sair daí “que aqui não é seu local”; que aqui é um local requerido e você não pode entrar pra dentro da mata, nem tirar um cipó, nem tirar um breu muito menos cortar um pedaço de mato. Aí, qual é a nossa? É voltar, é ficar oprimido e procurar outros meios (Mizael de Castro Rodrigues, 35 anos – Presidente da Associação Comunitária de Boa Fé, 17.02.13).

Então, nós não temos o espaço livre, não temos não! Praticamente, é uma escravidão porque nós estamos livres, mas não temos nosso espaço para nós viver tranquilo, porque os grandes titularam todas as nossas terras, tiraram tudinho, e não tem como nosso povo ter um crescimento, ter um desenvolvimento. É muito grande essas áreas devastadas. Quer dizer que isso aí faz nós termos o nosso espaço curto, dentro de uma área, como aqui do Chapeleiro, que tem uma área do Janero [fazendeiro e madeireiro]. É aqui dentro do Chapeleiro, são 800 hectares aí que tã no quadrante, no plano de manejo deles [dos fazendeiros e madeireiros]. Eu estou esquecido do nome da empresa que faz isso. Então, é uma empresa paraense, ela está localizada lá, tá tudo mapeado, tudo esquadrejado, tudo no pico de 25m a cada 500m, os talhões, as quadras, tudinho plaqueado! Então, quer dizer que a cada 500m, são 10 picos de 25m, ou seja, de 500m (Mizael de Castro Rodrigues, 35 anos – Presidente da Associação Comunitária de Boa Fé, 17.02.13).

Com base nos croquis, elaborados pelos Grupos de Trabalho durante a Oficina de Mapas, o Presidente da Comunidade de Boa Fé emite opinião sobre as áreas ocupadas pelos madeireiros e fazendeiros, identificando-as, portanto, como locais de conflito ocasionado pela apropriação indevida dos agronegócios:

Essas áreas nós desenhamos no Mapa Social, aqui na Oficina. Era de onde, antigamente, os nossos pais tiravam o breu, tiravam o cipó. Hoje nós já temos que ir desse [local], lá pro outro lado, longe daqui, é bem no centro [apontando para o croqui], perto do Polo Distrital que já fica numa área do povoado de Trindade. Então, esse espaço aí nós perdemos. E se perdemos esse espaço, nós perdemos toda essa nossa liberdade, liberdade do nosso povo, do nosso filho. Desse pedaço que os nossos pais cresceram e tiraram sustento pra nós, pra criar nós e, hoje, nós perdemos esse nosso espaço (Mizael de Castro Rodrigues, 35 anos – Presidente da Associação Comunitária de Boa Fé, 17.02.13).

Queremos nossa liberdade de volta. Peço às autoridades competentes que nos ajude a ter a nossa área; nos resgate a nossa terra para que nós possamos ter essa área livre pra trabalhar e tirar o sustento pra nós e pra nossos filhos; pra nossos filhos crescerem numa paz, não num conflito de guerra. Então, quero agradecer as autoridades que estão aqui presentes e todos que aqui estão presentes das comunidades de Boa Fé, Trindade, São Pedro, Itaquara, Santa Tereza do Matupiri (Mizael de Castro Rodrigues, 35 anos – Presidente da Associação Comunitária de Boa Fé, 17.02.13).

A propósito de rios e lagos ameaçados pela pesca industrial e predatória, em 1998-1999, período correspondente ao da elaboração de minha dissertação de mestrado, os

pescadores já expunham suas preocupações relativas à problemática persuasivamente ocorrida no rio Andirá, com a utilização de bomba ou de malhadeiras profissionais. Outro problema se dá pela forma característica como os pescadores profissionais atuam no momento da captura do pescado, apontando para a condição “perecível do produto – o pescado – e a imprevisibilidade da produção. A natureza perecível do produto obrigá-los-ia a comercializar rapidamente, o que implica numa relação marcada pela exploração” (FARIAS, 2001, p. 25).

Procede-se à seleção dos peixes de acordo com as exigências da indústria pesqueira. Com os responsáveis pelos barcos de captura descartando aqueles de tamanho médio ou pequenos, os rios se transformam num verdadeiro cemitério de peixes submersos. Relata o pescador:

No nosso município, aqui em Barreirinha, no Andirá, vamos supor, nós não temos pescadores que tenham Carteira Profissional, eles não são registrados. Somos pescadores porque vivemos aqui, o nosso alimento é o peixe. Então, desde criança nós fomos aprendendo a pescar com os nossos pais, mas nós não somos profissionais. Não temos material para pegar grande quantidade de peixe. Com isso caba acontecendo a invasão desses grandes pescadores que vêm de fora, trazendo grandes prejuízos para nós aqui. Eles pegam muito peixe e aqueles que são miúdos – que não servem pra vender no mercado, lá na cidade – eles jogam fora ou enterram. Ora, se foi pescado, o peixe não sobrevive mais. A verdade é que esses pescadores transformam o nosso rio Andirá num grande cemitério de peixes!⁴⁰.

Em pesquisa recente, ou seja, quando da realização da Oficina de Mapas, em 2013, o morador da comunidade de São Pedro, também fala sobre os conflitos decorrentes da pesca predatória. Via de regra, sem permissão formal ou pela ausência de qualquer fiscalização, essa atividade tem abastecido o comércio local e/ou de exportação. De forma também irregular – há inúmeros relatos acerca dessa prática, quando se trata da captura do pescado através da utilização de malhadeiras gigantescas ou do arremesso de bomba – além de comprometer as formas organizativas do trabalho engendradas nos quilombos, isso tem causando verdadeira ameaça ao meio ambiente.

Saí com 16 anos do matupiri, passei uns seis anos fora aí voltei e vivo, hoje, na comunidade de São Pedro. Há 30 anos cheguei no São Pedro, em 86. Aí, a comunidade foi fundada em 1987, começando com uma aula debaixo da mangueira. Daí a vovó me deu uma área e até hoje tô lá. Tem uma coisa, assim, que agente luta muito; há mais de quinze anos temos lutando contra os pescadores de Parintins, de Barreirinha. Primeira parte que eu falo, assim, é que nós fomos muito ameaçados. Eu quero apoio do Governo Federal; que nos desse um apoio, pois, o que Barreirinha dá pra nossa sede não resolve. No nosso caso tem até promessa de morte, de violência porque

⁴⁰ Cf. RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. *Andirá: memórias do cotidiano e representações sociais*, Manaus: EDUA, (Série Amazônia: a terra e o homem), 2004, p. 67.

nós temos lutado, preservando um lago nosso. No passado, agora 2012, nós fomos ameaçados, porque temos uma área de peixe e de quelônios, tivemos até de abrir mão por que senão ia ter morte (Antônio Freitas Trindade, 47 anos – morador da comunidade de São Pedro, 17.02.13).

O pessoal de Barreirinha e de Parintins invadiram e hoje nós não temos onde pegar um peixe pros meninos. Como falou o João Rufino, no tempo do meu avô aquela área lá era muito farta. Nós pegava peixe com palha de inajá; metia o casco [canoa] por aqui [aponta para o croqui] e colocava a palha dentro d'água, um puxava daqui, outro dali. Hoje, isso é a malhadeira, só se vê isso mesmo aí, quando eles [os negociantes] entram aí. Tá difícil, no tempo dos antigos [pausa] É, mais uma coisa que quero dizer pra vocês, aqui, em torno do São Pedro, nesse lado daqui já é zona dos holandeses. Aí também nós estamos ameaçados, aqui também sempre chegam ameaçando a gente, eles querem a madeira. Ah! Dizem também que essa área de madeira foi vendida por uma firma, a gente achava que era paraense, não, não é, ela é suíça, ela é da suíça. Aí, tu trabalha só na tua área, pois, lá naqueles hectares de terra, é deles e, pronto... O resto é nosso! E aí, a gente não pode fazer nada. É essa coisa que acontece no São Pedro, tanto nos rios como na mata (Antônio Freitas Trindade, 47 anos – morador da comunidade de São Pedro, 17.02.13).

As ameaças são frequentes, seja pelos caseiros, responsáveis por garantir propriedade de fazendeiros, seja por outros agentes externos, como relatado pelos quilombolas de Trindade, os pastores de várias igrejas evangélicas ou pentecostais que, a exemplo da igreja católica, estão espalhadas pelo interior da Amazônia. Oliveira (2015, p. 39), analisa como as facções, unidades produtoras de inquietação e perturbação impunham bandeiras religiosas que, ao transformarem a vida cotidiana, permitem “a operação de um novo modo político-religioso” (OLIVEIRA, 2015, p. 39).

Somadas a essas interferências que formatam e definem modalidade, impondo nova configuração social nas áreas do rio Andirá, os conflitos aprofundam-se quando os quilombolas tentam a todo custo utilizar-se de áreas de manejo em busca de recursos naturais. São produtos aos quais os agentes sociais sempre recorreram com vistas a utilizá-los, transformando-os em objetos necessários e significativos para a vida cotidiana. Exemplo disso é a extração de madeira para a construção de casas, de canoas ou de produtos para a fabricação de utensílios domésticos, de instrumentos de trabalho, entre outras necessidades vinculadas, por exemplo, à agricultura familiar.

Trata-se de formas de apropriação indevida dos espaços pelos agronegócios que sugere mudanças nos modos de vida e trabalho nos quilombos, impondo-se aos agentes sociais ações estratégicas ou muitas vezes individualizadas do *fazer-se cada um por si* quando se veem lesados diante de uma “agricultura coletiva e representam um exemplo marcante das técnicas defensivas de um campesinato muitas vezes encurralado” (SCOTT, 2002, p. 13).

A respeito disso, Dona Esmeraldina, esposa do então presidente da Associação Comunitária de Trindade, Luiz Carlos Rodrigues de Castro, relata fatos ocorridos em face das ameaças e confrontos ali estabelecidos. Tal denúncia se refere aos impasses criados num local denominado de Cabeceira do Chapeleiro, que se avizinha à comunidade de Trindade.

Por ser próspera em recursos naturais, essa área sempre esteve sob a mira dos agronegócios e atualmente quase que na sua totalidade encontra-se tomada pelos fazendeiros, madeireiros e pescadores profissionais, conforme já identificada anteriormente no Mapa Social/PNCSA (Mapa 2).

Eu sou Esmeraldina, esposa dele [de Luiz Carlos], quero dizer que lá na Cabeceira do Chapeleiro quem manda mesmo é o pastor. Ele leva madeira para Parintins, Barreirinha (pensando). Eles [os pentecostais] vendem terrenos. São da Igreja Pentecostal. Eu enfrentei eles, porque morreu o pai e a mãe dos meus vizinhos e eu fui “pra cima”. Disseram: “não fala”. Eu disse a gente tem que falar. Perguntaram por mim, e meus filhos, cunhados, disseram que eu estava lá no mato tirando esteio para fazer cobertura. Esse homem chegou lá com dois caras, espingardas. E ele falou: “Vim aqui pra te dizer pra não cortar nem um pedaço de pau”. Então, quem manda lá é pastor. Nós não podemos ficar calados. A gente tem que falar senão eles vão vencer a gente. Ele disse: “Olha! Esses pretos estão acabando com a terra de vocês” [se referindo a outros fazendeiros que estavam com ele]. Naquele momento fui ameaçada, porque eu luto pra ficar aqui, aqui é a minha terra! E ele insistia dizendo: “Quem manda é o Pastou”. É ele mesmo, ele vende terreno, a madeira ele leva pra Parintins. Esse Jander [fazendeiro e madeireiro], ele ameaçou meu marido, o Luiz Carlos. Quando ele disse que meu marido ia preso, eu disse: “eu vou com contigo, não vou deixar ele ser preso. Eu vou com ele”. E esse Jander dizia: “Esse negócio de quilombola é pra destruir a nossa vida. Temos que ficar do lado dos fazendeiros, porque, o que que esses morenos vão dar pra gente?” (Esmeraldina Vieira Tavares, 47 anos, moradora da comunidade de Trindade, 18.02.13).

Além da venda ilegal de madeira e outros produtos, a utilização de cercas elétricas também é questionada, sobretudo porque o espaço em que as cercas foram instaladas pelos fazendeiros e madeireiros diz respeito a uma área que várias famílias utilizam como acesso à comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Trata-se do risco a que inúmeras crianças estão expostas quando se deslocam de locais mais distantes e, necessariamente, utilizam aqueles caminhos de acesso à escola. No tocante a isso, relata a Presidente da FOQMB:

Eu estou triste, pensando, assim: No verão existiu cerca elétrica no rio, impedindo as crianças de passar pra ir à escola. Eu vi isso! Não tinha como eu filmar, porque não tinha instrumento pra isso. Fui lá, reclamei! Denunciei, quando chegamos lá eles já tinham tirado, tudo. Mas eu vi. Sei, porque eu conheço essa mata; eu vi! Quando eu soube, coloquei minha bota e fui lá ver [pausa] Olha, eu disse: “vou pedir mais uma vez e se vocês não tomarem providência, então, vou procurar a SEPROR, em Manaus. Depois não vão dizer que estou passando por cima das leis de Barreirinha. Porque

eu tenho o meu papel que dei entrada na reclamação [pensando]. Uma vez eu ouvi falar que a gente tem que abrir os nossos olhos, tem que ter coragem de falar [pensando]. Já ouvi falar em Barreirinha, que quem não tem dinheiro, não tem direito! (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação, 18.02.13).

O Mizael, está aqui, é uma pessoa que está do meu lado, ele trabalha comigo, como fiscal [membro do Conselho Fiscal da Federação]. Quando é pra ir pra Manaus ele vai comigo. Ele sabe das nossas dificuldades. Ele sabe o que passamos. Lá, pra denunciar essas coisas, ando de ônibus ou pé. Um dia andamos a pé da CONAB pra SEPROR. É uma grande distância, mas conversando, quando vimos estávamos chegando nessa paragem. Então, quando chegamos na Secretaria de Direitos Humanos, a Dra. Michele me disse: “A senhora vai me dizer o que tem na sua comunidade, se tem colégio, se tem mini hospital; se tem isso ou aquilo”. Então, como não tem quase nada, ela disse que ia colocar, registrar nosso povoado como sendo uma comunidade; porque pra ser Distrito o local tem que ser comparado com uma mini cidade: tem que ter, por exemplo, lotérica, hospital etc., aí pode se chamar distrito. Aí, ela colocou o nosso povoado como Comunidade Santa Tereza do Matupiri – Rio Andirá (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação, 18.02.13).

Assim está registrado lá em Manaus [pausa] pra poder a gente fazer a queixa, mas, nunca tomaram nenhuma providência dessa nossa denúncia! Eu quero dizer também que quando estou em Manaus, eu nunca falo em meu nome, mas, digo que estou em nome do todas as comunidades; e não em meu nome, mas em nome de cinco localidades e eu cito o nome de todas as comunidades [pensando] Então, são essas as dificuldades da gente. Mas, eu acredito que tudo que vai ser feito depois desses mapas que fizemos. É agora que nós vamos ser reconhecidos. E a gente mostrou tudo; as áreas devastadas [apontando para o croqui]. Aí, as pessoas vão saber aonde é que a gente mora; o que fazemos. Tudo vai ser bem encaminhado. Estávamos esquecidos; agora, não! Todos vão saber como vivemos, qual é a cabeceira que a gente tira o nosso sustento. Daqui pra frente, a gente vai, sim, conseguir: vai ser feito aquilo que queremos; aquilo que nós esperamos! (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação, 18.02.13).

Sobre os dilemas enfrentados pelos cercamentos, Marx (1984, p. 269) já advertia sobre o agravamento de situações corridas no século XIX. As circunstâncias da época apontam para inúmeras consequências marcadamente impregnadas pela expropriação do campesinato. Leis e decretos, para disciplinar o desenvolvimento progressivo do capitalismo no campo, estabeleciam-se através de normas que “disciplinavam” o cercamento de terras comunais. Amparados em normatização da época: “os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada” (*ibid.*). Quanto ao predomínio da posse das terras, Marx afiança: “o cercamento das terras comunais e a maioria dos novos senhorios surgidos dos cercamentos está convertida em pastagem (...) dos que lavraram a terra na condição de campo aberto” (MARX, 1984, *ibid.*).

Vê-se, porém, consoante fatos históricos e as narrativas dos agentes sociais, que os conflitos ocorrem nas instâncias mais diversificadas do cotidiano quilombola. Em decorrência dos confrontos e situações advindas dos conflitos agrários, nossos interlocutores expressavam necessidades de que providências sejam tomadas no âmbito das instituições responsáveis por encaminhar o processo de titulação fundiária do território quilombola.

Daí porque, imediatamente ao encerramento da Oficina de Mapas, ocorrida no período de 14 a 19 de fevereiro de 2013, ou seja, no dia 22 de fevereiro de 2013, a presidente da Federação, Maria Amélia e seu sobrinho, o Douglas, dirigiram-se às cinco comunidades quilombolas. O deslocamento aos quilombos tinha por objetivo orientá-los sobre a realização das assembleias setoriais, marcando, desta feita, o início do processo de autodefinição dos agentes sociais. No relato de Maria Amélia, há registros que informam sobre essa viagem.

Fomos nas cinco comunidades; de comunidade em comunidade, passando fome. Tem uma parte que nós remávamos porque acabou a gasolina. Ele [o Douglas] é um rapaz que é muito esforçado, interessado... Ele coordenou a equipe dos quilombolas, de trabalho do GPS; de bater os pontos em todas as nossas terras. Aí, a ida em cada comunidade era pra orientar eles a fazer a sua Assembleia de Autodefinição. Nós fomos, eu e o Douglas, de comunidade em comunidade. Nós começamos pela comunidade de Trindade, viemos pela comunidade São Pedro. Aí fomos para o Itaquara em um dia de sábado e, quando foi no domingo de manhã nós fizemos a comunidade de Boa Fé, porque ia dá no período de sábado e Boa Fé não trabalha dia de sábado porque eles são da religião do Sétimo Dia, aí nós respeitamos, porque é esse o respeito que temos por eles! E, à tarde, do dia 27 de fevereiro de 2013, foi o fechamento dentro da comunidade de Santa Tereza do Matupiri, onde foi feita a Assembleia Geral com mais de trezentas assinaturas, daqueles que se reconheceram como sendo da remanescente de quilombo (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação, 18.02.13).

Com o encerramento da Assembleia Geral que aclamou o resultado das Assembleias Setoriais sobre a autodefinição dos quilombolas – ocorrida no dia 27 de fevereiro de 2013 – portando as atas de cada quilombo, Maria Amélia retorna a Manaus para participar de uma reunião agendada junto ao PNCSA para o dia 08 de agosto de 2013. Na Cartografia, juntamente com Emmanuel Farias Júnior, participamos dessa reunião coordenada pelo professor Alfredo Wagner. Com o documento de autodefinição em mão, naquele momento, orientamos Maria Amélia sobre o registro em cartório das atas, a serem posteriormente encaminhadas à Fundação Cultural Palmares.

Foi aí que eles explicaram, na Cartografia, que a gente tinha que reconhecer aquelas atas como nós sendo da remanescente de quilombo. E ainda temos uma história, onde para gente, eu e a professora Magela, reconhecer essas atas, nós atravessamos a Eduardo Ribeiro correndo

porque o cartório já estava fechando, para ver se conseguia mandar esse documento no mesmo malote da cartografia para Brasília. E, conseguimos! Voltamos na Cartografia e entregamos o documento e aí foi que aconteceu a história que hoje nós somos. Foi aí que, no dia 08 de agosto de 2013, nós enviamos todas elas [as atas] pra Palmares (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Após a realização da Oficina de Mapas, em março de 2013, a Federação encaminha à Cartografia outro expediente, solicitando a realização do Curso sobre Convenção 169/OIT. Ministrado pela advogada, com especialização na área de Direito Ambiental, Dra. Sheilla Dourado, o curso aconteceu no período de 26 a 30 de setembro de 2013. Realizado no quilombo de Santa Tereza do Matupiri, esta atividade contou com a participação de 63 (sessenta e três) representantes dos cinco quilombos e de indígenas na etnia Sateré-Mawé.

Tendo por base os Decretos N^{os}. 4.887/2003 e 5.051/2004, que promulga a Convenção 169/OIT, sobre *povos indígenas e tribais*, os objetivos do Curso centram-se nos seguintes temas: divulgar informações didáticas sobre o Projeto “Processos Diferenciados de Territorialização e Ação Pedagógica Junto a Povos e Comunidades Tradicionais”; difundir práticas pedagógicas vinculadas aos temas: cultura, identidade cultural e território; expor e discutir os eixos temáticos relativos à Convenção 169 da OIT, a saber: eixo 1 – Direito à identidade e à diversidade cultural; eixo 2: Direito à participação; eixo 3: Direito ao Território Tradicional.

Dois meses após a realização do curso, Maria Amélia relata sobre a emissão das “Certidões de Autodefinição dos Quilombos”, assinadas pelo então Presidente da Fundação Cultural Palmares, senhor José Hilton Santos de Almeida:

Um pouquinho depois do Curso da Convenção 169, isto já em novembro de 2013, chegou as Certidões de Reconhecimento, em nossa mão, da Palmares já entregando. E ainda tem isso, em novembro quando chegou o resultado nós fomos até o INCRA. Chegamos lá, a coordenadora que estava coordenando esse trabalho, Dona Lúcia, ela disse que não tinha como entregar os documentos originais porque ela não tinha a ordem de passar essa documentação pra a comunidade; porque ela não podia entregar sem ordem. Aí nós pedimos pra ela, se ela poderia nos ajudar, entregar ao menos a cópia das Certidões de Reconhecimento. E ela deu, meio assim, mas entregou para mim e a professora Magela, as cópias da certidão; a professora Magela que estava junto de mim.

E quando eu cheguei em Barreirinha, indo de Manaus para Barreirinha, no dia que eu cheguei o Correio foi levar na minha casa as Certidões originais – na minha mão! Levei do INCRA a cópia e cheguei no rio Andirá, na comunidade de Santa Tereza do Matupiri, lá estavam todas [as Certidões], na original! Tinha vindo da Palmares diretamente para a Federação. O Ofício é da data de 31 de outubro de 2013 e tem a assinatura do diretor que

é o seu Alexandre Reis e nas Certidões é do Presidente da Palmares, José Hilton Santos de Almeida, aquele que assinou todas elas.

Em 25 dezembro de 2013, como sempre a gente se reúne nessa data, fizemos nossa Festa de Final de Ano e como eu já tinha mandado plastificar uma cópia de cada Certidão, passei como presente nosso, da Federação pra cada um dos Presidentes das Comunidades Quilombolas a sua própria Certidão dos quilombos. Então, foi assim que nós chegamos até a Cartografia, aonde o professor Alfredo Wagner abraçou com muita dedicação esse trabalho (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

A partir da emissão das Certidões de Autodefinição do Quilombos, Maria Amélia fala das dificuldades administrativas quanto ao encaminhamento de questões burocráticas sobre o processo de titulação junto ao INCRA. Recorda-se de que, após a eleição de seu segundo mandato ocorrida em 04 de maio de 2014, outras providências foram tomadas com relação ao processo de titulação fundiária dos quilombos.

Depois de maio de 2014, nós já eleitos para o segundo mandato, esperamos, e nada do INCRA! Nossos problemas sempre apresentando aquela confusão, assim, de conflito, né! O que fizemos? Reunimos de novo as cinco comunidades e fomos pra luta, sempre pensando assim: “Nós já chegamos até aqui, vamos em frente!” (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

5.2 Conflito e resistência: nós já chegamos até aqui, vamos em frente!

A respeito do processo de regularização fundiária do território quilombola, explica a presidente da FOQMB que em dezembro de 2012, início de seu mandato, emitiu correspondência ao INCRA solicitando à Superintendente, Maria do Socorro Marques Feitosa, a retomada dos procedimentos constantes do Processo Nº 54270.000299/2008-15⁴¹. Revendo os documentos da Federação, há o registro de Protocolo/INCRA, datado de 26.12.2012, sob o nº 6835/2012-35, no qual foi anexada a Ata de Posse da Comissão Executiva da FOQMB, eleita para o biênio 2012-2014. Assinam o documento: Maria Amélia dos Santos Castro (Presidente) e Mizael de Castro Rodrigues (Conselho Fiscal).

⁴¹ Note-se que, pela data de registro do processo [2008], esse período é anterior à gestão de Maria Cremilda Rodrigues dos Santos que fora eleita para o biênio de 2009-2011, tendo o INCRA formalizado um outro processo, de Nº 54270.002546/2013-77, a que faz referência aquela Ordem de Serviço/INCRA/SR(15)Nº12/2014, assinadas pela Superintendente Regional, Maria do Socorro Marques Feitosa, em 25 de março do ano de 2013. Fato que comprova se tratar de uma conquista das pautas de reivindicação do movimento mobilizatório dos quilombolas consoante ao Abaixo Assinado, mais precisamente datado do ano de 2013, em cujo período, emitiram-se as Certidões de Autodefinição das comunidades quilombolas do município de Barreirinha/AM.

A propósito desse documento, explica Maria Amélia que tal expediente por certo teria sido encaminhado ao INCRA pela gestão anterior. Muito tempo depois foi informada sobre o número do Processo, desconhecendo, portanto, qualquer informação no tocante à tramitação do expediente no âmbito dessa instituição.

[...] no ano de 2012, em dezembro, quando eu já era presidente da Federação, eu fui lá no INCRA e levei um Ofício que eu pedia que a Presidente, Dona Maria do Socorro Marques Feitosa, retomasse um pedido que já estava lá e que falava sobre a demarcação do nosso território. Um processo nosso que foi “trancado” no INCRA e não deu continuidade, não sabemos por quê! Esperamos, nenhuma resposta chegou! (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Recorrendo aos documentos da Federação, tive acesso a esse Ofício do mês março de 2013 e anexo a este o Abaixo Assinado, em que pude constatar as 322 (trezentos e vinte e duas) assinaturas dos quilombolas presentes nessa reunião. O teor do cabeçalho constante do Abaixo Assinado tem como título: “Solicitação de abertura de Processo para identificação, delimitação e titulação do território quilombola das comunidades de Itaquara, Boa Fé, Santa Tereza do Matupiri, São Pedro e Trindade, localizadas no rio Andirá, município de Barreirinha – Amazonas”.

Bem anterior à emissão das Certidões de Autodefinição dos quilombos, trata-se da primeira iniciativa do movimento quilombola, liderado por Maria Amélia, cujo documento encaminhado à Superintendente do INCRA se reporta a abertura de processo para regularização fundiária do território quilombola. Em alusão aos marcos regulatórios consoantes à Convenção 169/OIT, ao Art. 68/ADCT-CF e ao Decreto 4887/03, das *considerações* utilizadas para justificar tal demanda, a primeira é crucial, determinante:

Considerando que os remanescentes de quilombos habitam o território tradicionalmente ocupado no rio Andirá desde o século XIX; e que, nas últimas décadas têm sido vítimas de atos de violência provocados pelos grileiros, madeireiros, pecuaristas e pescadores profissionais, ocasionando a redução do território e, conseqüentemente, o modo de vida (...). Vimos por meio deste solicitar a abertura do Processo para identificação, delimitação e titulação do território quilombolas de Itaquara, Boa Fé, Santa Tereza do Matupiri, São Pedro e Trindade, conforme o Abaixo Assinado em anexo [assina: Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da FOQMB].

Quanto às 322 (trezentos e vinte e duas) assinaturas constantes do Abaixo Assinado, diz a presidente da Federação:

Agora eu não estava mais sozinha, né? Porque ali tinha comigo, no papel, todos aqueles que assinaram. Aí, como eu digo, assim: “Nós que somos necessitados, a nossa voz um dia pode ser ouvida”. E foi! Depois de tudo isso, recebemos as Certidões de Autodefinição, fizemos um documento pro

INCRA, já escrevemos nele que a gente é mesmo da remanescente, porque foi tudo junto [as Certidões em anexo] (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

O documento a que se reporta a Presidente é sobre o Ofício, datado de 02 de dezembro de 2013. Já de posse das Certidões de Autodefinição, este documento encaminhado à Superintendente do INCRA reitera a solicitação de demarcação do território, todavia, diferente daquele que encaminha o Abaixo Assinado no período anterior ao reconhecimento dos quilombos, conforme consta do presente expediente:

[...]. As nossas comunidades estão representadas pela Federação das Organizações Quilombolas de Barreirinha [...]. Declaramos, ainda, que nossas comunidades se reconhecem como comunidades de quilombos, do que fala o Decreto Federal 5.052, de 19 de abril de 2004, que promulgou a resolução 169, da Organização Internacional do Trabalho/OIT. Informamos ainda que vivemos nessas comunidades, resistindo a todos os tipos de dificuldades para manter a unidade do nosso povo. Portanto, solicitamos de Vossa Senhoria mandar realizar a vistoria em nosso território, para efetivar a titulação tão sonhada por nosso povo. Na oportunidade anexamos os seguintes documentos: 01. Cópia dos documentos pessoais (RG, CPF, Título de Eleitor) da representante legal da FOQMB; 02. Cópia do DOU, Portaria nº 176, de 24 de outubro de 2013. Manaus (AM), 02 de dezembro de 2013 [assina o Ofício Circular Nº 001, de 10.01.2014: Maria Amélia dos Santos Castro – Representante Legal da FOQMB].

Tive acesso também ao Ofício Circular Nº 001, de 10 de janeiro de 2014, encaminhado a 13 (treze) autoridades do Município de Barreirinha. Referindo-se a essa iniciativa da Federação, diz a Presidente:

Ah, ainda pensando assim: Nós também nunca fomos respeitados, assim, como da remanescente, né?... Sempre fizeram a gente “esquentar” banco, porque desconheciam o que a gente era. Aí eu pensei: “Vamos entregar um Ofício pra todos lá de dentro da Prefeitura [de Barreirinha] e todos outros”. Entreguei 13 (treze) Ofícios para as seguintes pessoas: 01. Mecias Pereira Batista – Prefeito Municipal de Barreirinha, 02. Pe. Edson Pereira – Pároco de Barreirinha, 03. Gracenildo Cruz Baraúna – Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, 04. Guiomar Noronha – Secretária Municipal de Assistência Social, 05. Francisco Andrade – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreirinha, 06. Benedito Teixeira Maia – Presidente da Colônia dos Pescadores Artesanais Z-45/Barreirinha, 07. Francinaldo de Matos Pinto – Secretário Municipal de Educação, 08. Carla Mônica Tavares – Secretária Municipal de Produção e Abastecimento, 09. Jociane Siqueira Carneiro – Secretária Municipal de Saúde, 10. Tadeu Veloso Pacheco – Gerente do IDAM/Barreirinha, 11. Ângela Simões – Coordenadora do CETAM/Barreirinha, 12. Aderaldo Vasconcelos Tavares – Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Meio ambiente, e 13. Maria Margarete Melo Carneiro – Presidente da Câmara de Vereadores (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Após ter protocolado o Ofício, datado de 02 de dezembro de 2013 e encaminhado à Superintendente do INCRA, Maria Amélia relata um episódio ocorrido em março de 2014.

Eu quero dizer assim: “Todos já sabiam da nossa remanescência, né?”. Aí, a gente esperava sempre uma posição do INCRA e do MDA, e nada! Até que um dia me disseram que o INCRA estava fazendo um trabalho na área do Andirá. Era no mês de março de 2014, tenho aqui a Ata assinada no dia 10 de março de 2014. Procurei saber com o meu pessoal e ninguém tinha sido comunicado. Até que fiquei sabendo que eram dois técnicos do INCRA, coordenados por outra funcionária do INCRA por nome Lúcia, a Dona Maria Lúcia Lima dos Santos. É... disseram que ela estava coordenando uma equipe do pessoal do INCRA que ia fazer um trabalho, que estava ali pra explicar sobre todo o cadastramento e medição da área quilombola (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Eu e duas filhas, pegamos a “rabetinha” e fomos pra comunidade de Trindade que era onde eles já estavam lá, também acompanhados do Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente de Barreirinha, o seu Manoel Vasconcelos Tavares [conhecido como Aderaldo], que estava com eles. Chegando lá, pedi a palavra e o que ouvi é eu não podia falar pela Federação porque eu estava sem mandato. Eu disse que já estava sendo cumprido o Edital de Convocação da Eleição. Eles nem sabiam de nada como era a nossa providência de eleição. Falei, sim, e expliquei tudinho como tinha sido acertado lá no INCRA (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Me comuniquei, nesse mesmo dia, com o pessoal da Cartografia Social da Amazônia, de Manaus, e ninguém sabia me explicar também sobre a vinda dessa equipe aqui pra dentro da nossa área. Mas era mesmo a Prefeitura que estava querendo fazer a nossa parte, assim, a Federação não tomou parte dessa história toda (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Conta a presidente, que a servidora Maria Lucia Lima dos Santos retornou a Manaus, ficando apenas os dois técnicos do INCRA para proceder ao “encerramento” do trabalho de campo a que se propunham. Imediatamente ao ocorrido, Maria Amélia comunica-se com o Ministério Público Federal e, em contato com o INCRA, também expõe sobre os fatos corridos.

Após esses contatos, estiveram no quilombo de Santa Tereza do Matupiri, um representante do INCRA e o então Procurador Geral do Ministério Público Federal no Amazonas, Dr. Júlio José Araújo Júnior. Sobre as visitas ao quilombo, tais fatos são relatados:

Três dias após o meu telefonema, chegou no quilombo de Santa Tereza do Matupiri, o senhor José Brito, que é a segunda pessoa da Superintendente do INCRA. Uma semana depois tivemos dentro do quilombo a presença do Procurador Geral do Ministério Público Federal no Amazonas, Dr. Júlio José Araújo Júnior, que sabendo dessa nossa denúncia sobre o INCRA, chegou em Santa Tereza do Matupiri e percorreu comigo todos os quilombos do Andirá. Quando [o Procurador do MPF] chegou lá em Manaus, solicitou reunião com a Superintendente do INCRA, cobrando os trabalhos que tinham sido combinados entre o INCRA e a Federação da Organização dos Quilombolas do Município de Barreirinha (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Quatorze dias após o corrido relatado por Maria Amélia, ou seja, em 24 de março de 2014, é assinada a Ordem de Serviço/INCRA/SR(15) nº 12/2014, de 25.03.14. A partir desse instrumento jurídico-formal, iniciam-se os procedimentos dos trabalhos de campo para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Posteriormente a isso, os cinco quilombos passam a ser visitados pela equipe técnica do INCRA.

Em 07 de abril de 2014, atendendo ao convite da Superintendente do INCRA, Maria Amélia, em companhia da Secretária Geral da Federação, chega a Manaus. No dia 08 pela manhã fomos ao INCRA, momento em que ficamos sabendo sobre a reunião convocada pela Superintendente para às 09 horas do dia 09 de abril de 2014. A reunião com a Superintendente teve como objetivo apresentar os 08 (oito) servidores que compõem a equipe técnica designada através da Ordem de Serviço.

São eles os técnicos do INCRA e MDA que compõem o Grupo de Trabalho para elaboração do RTID, consoante conteúdo prescrito na Ordem de Serviço/INCRA/SR(15) nº 12, datada de 25 de março de 2014:

[...] CONSIDERANDO o processo nº 54270.002546/2013-77, que trata da regularização das comunidades quilombolas de Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Santa Tereza do Matupiri e Trindade; RESOLVE: I. DESIGNAR os servidores o AFONSO ANÍBAL BRASIL VIEIRA, Engenheiro Agrônomo, na qualidade de Coordenador; SAMUEL BIGOLIN, Técnico em Reforma Agrária, na qualidade de Coordenador Substituto; MARGARETH BUZAGLO PINTO ANDRADE; REJANE QUARESMA DE MORAIS, Analista Administrativa; VANIL VASCOLCELOS COSTA, Técnico em Reforma Agrária; JOÃO SIQUEIRA, Antropólogo; RENATA BRAGA SOUZA LIMA, Engenheira Florestal; JOSÉ FRANCISCO DE MELO, Engenheiro Agrônomo, para em Comissão e sob a coordenação do primeiro, procederem os trabalhos de RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação das comunidades de quilombo Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Trindade, Ituquara e São Pedro, localizadas no município de Barreirinha, a serem realizados doravante, no âmbito da jurisdição da SR(15)AM; II. Fazer observar aos servidores designados, a fiel observância as Normas Técnicas e procedimentos que disciplinam a matéria existente na Autarquia; III. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se [assina: Maria do Socorro Marques Feitosa – Superintendente Regional].

Após a apresentação dos técnicos, a Superintendente justificou-se com relação ao episódio corrido nos quilombos do rio Andirá. Neste momento também informou sobre a reunião convocada pelo MPF que tratou exclusivamente de um possível calendário contendo a programação para atender à demanda dos quilombos do Andirá. Em seguida, esclareceu que a servidora Maria Lúcia Lima dos Santos estaria afastada para tratamento médico, motivo pelo qual não mais participaria das atividades concernentes aos assuntos que tratam do processo de titulação daqueles quilombos.

Quanto àquela visita do INCRA aos quilombos, Maria Amélia ratifica que, ao decidir ir a Manaus, convocou a Diretoria Executiva para que, juntos, definissem uma pauta de reivindicações. A pauta definia sobre providências a serem tomadas acerca dos problemas ocorridos com relação ao processo de regularização fundiária do território e outras pendências verificadas na área de políticas públicas e de apoio à produção agrícola. Por unanimidade concordaram que tais fatos deveriam ser oficialmente registrados junto ao MPF que, segundo a presidente, “quando a coisa aperta, é pra lá que nós vamos”.

Levando em conta a visita *in loco* aos quilombos e outras providências tomadas pelo então Procurador Geral do MPF, Dr. Júlio José Araújo Júnior, caberia, agora, proceder ao registro da ocorrência dos fatos em reunião agendada junto ao Ministério Público Federal. Com a transferência do Dr. Júlio para um outro Estado, a presidente da Federação foi informada de que todas as demandas deveriam ser dirigidas ao atual Procurador Geral, Dr. Fernando Merloto Soave.

Fui lá [no MPF] de tarde do mesmo dia que a Superintendente do Incra conversou com a gente de manhã no dia 09 de abril de 2014. A doutora Isabela do Amaral Sales, que é a pessoa que sempre nós recorremos também, por parte do Procurador, o Doutor Fernando Merloto Soave, ela ouviu a gente e, sempre que acontece dá gente buscar informação ou fazer uma denúncia, ela na hora já dá um comprovante que nós tivemos lá... É a “Memória” do que ela registra sobre as nossas queixas; o nosso apelo! (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Verificando o documento “Memória”, elaborado pela Assessora do 5º Ofício Cível, Isabela do Amaral Sales, há o registro de que compareceram a essa reunião três representantes da FOQMB: a Presidente da Federação, Maria Amélia dos Santos, a Secretária Geral, Elinei Belém de Carvalho e de dona Celina Marinho Viana. Ao longo da audiência, três itens foram abordados: o primeiro diz respeito ao problema causado durante a visita realizada pelo INCRA no dia 06.04.14 junto aos quilombos do Andirá, “tendo em vista que a servidora [Maria Lúcia Lima dos Santos] foi ao local sem comunicar e não cumpriu os procedimentos acordados anteriormente”; o segundo assunto tratado foi do acordo pactuado pela manhã na reunião com os representantes do INCRA, “na qual a Superintendente e equipe técnica se comprometeram com o andamento dos trabalhos (...). Há previsão para a realização dos trabalhos de campo [RTID] ainda no mês de maio [2014]; e o terceiro item aborda assuntos do Programa de Agricultura Familiar que, de acordo com os fatos abordados por Maria Amélia, “o servidor Clovis [Pereira] do MDA, em reunião informou que o projeto na comunidade foi paralisado por falta de apoio da prefeitura [de Barreirinha]”.

A propósito do terceiro item constante da Memória de reunião, registram-se preocupações sobre problemas enfrentados quando da “realização” dos Programas: Agricultura Familiar e o Minha Casa Minha Vida, a saber:

Há preocupação com as dívidas contraídas por alguns beneficiários do programa [Agricultura Familiar], tendo em vista que, como não houve envio de sementes e o projeto não foi concluído, não houve retorno para a quitação das dívidas. As representantes se comprometeram em fazer um levantamento dos beneficiários e colher mais informações para subsidiar representação formal.

Por fim, as representantes entregaram denúncia sobre a não construção de casas contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, e cópia da ata de reunião realizada no dia 15.03.14, em Barreirinha [assinam a Memória de Reunião: Isabela do Amaral Sales – Assessoria do 5º Ofício Cível e as três representantes da FOQMB: Elinei Belém de Carvalho, Celina Marinho Viana e Maria Amélia dos Santos Castro].

Essas reuniões certamente promoveram grande expectativa ao que ficara pactuado entre as instituições e a FOQMB. Todavia, ao longo de cinco meses de espera, relata Maria Amélia que apenas o antropólogo João Siqueira, do MDA, compareceu aos quilombos. Recorda-se de uma visita por ele realizada em novembro de 2013 e a outra em setembro de 2014, muito embora o antropólogo já tenha realizado visitas bem anteriores aos quilombos. Referindo-se a esse período 2013-2014, diz Maria Amélia que, cumprindo trabalho de campo, o antropólogo estava “sempre se reunindo com a Federação, em Santa Tereza do Matupiri, e indo de quilombo em quilombo pra conversar de perto como os moradores” [Entrevista: 05.02.15].

Percorridos sete meses do que fora acordado naquelas reuniões entre a Federação, o INCRA e o MDA, em novembro de 2014 a Superintendente do INCRA, encaminha expediente à Federação. Trata-se do Ofício/INCRA Nº. 810/2014, datado de 19 de novembro de 2014, cujo assunto refere-se à “Comunicação sobre o cancelamento da programação dos trabalhos de campo visando à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Comunidades Quilombolas de Barreirinha/AM”. Através desse documento a Superintendente relata os motivos pelos quais não seria possível a realização dos trabalhos de campo:

[...] Tal fato se justifica em virtude da indisponibilidade para a realização da viagem por parte de uma servidora administrativa que está de licença médica e outros dois servidores da Cartografia [INCRA] que estão realizando trabalhos para setores desta Autarquia durante o período programado e estarão de férias no mês de dezembro/2014. Além disso, em virtude [sic] decisão judicial proferida pela 16ª vara da Justiça Federal, dois servidores da carreira de Perito Federal Agrário estão impedidos de realizarem serviços de campo até que a liminar seja cumprida em sua íntegra pela Superintendência do INCRA no Amazonas.

Assim sendo, reafirmamos o compromisso desta Autarquia com a inclusão na programação operacional referente ao exercício de 2015 com vistas à execução das atividades programadas para a ação de regularização de Território Quilombolas objetivando a finalização do Relatório Técnico e Delimitação do TQ de Barreirinha [...] [assinam o Ofício: Maria do Socorro Marques Feitosa – Superintendente Regional do INCRA/SR(15) e José Brito Braga – Chefe da Div. Ord. Estrutura Fundiária. Port. INCRA/DA/Nº 309/2008].

Além desse documento, em 26 de novembro de 2014, é encaminhado à Federação o Ofício/INCRA/SR(15)G Nº 821/14, que trata da “Solicitação de informação sobre Quilombolas cadastrados nas comunidades certificadas de Barreirinha/AM detentoras de título de domínio coletivos de terra junto ao ITEAM”. Atendendo à demanda proposta pelo INCRA, diz Maria Amélia:

Aí, vêm esses nomes que tão ditos como eles pediram, que são essas de 39 (trinta e nove) pessoas [que constam da relação]. Fizemos tudinho como eles queriam e levamos lá no INCRA de novo. Mas nós tínhamos mesmo era que se ocupar com a eleição da nova diretoria da Federação porque o meu mandato já estava no finalzinho (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Com o mês de novembro de 2014, praticamente encerrado, o mandato previsto para o biênio 2012-2014, a Diretoria Executiva da FOQMB volta-se para a organização do processo eleitoral previsto para os primeiros meses de 2015. Atendendo ao convite a mim formulado pelo movimento dos quilombolas, para compor a Comissão Eleitoral, viajei ao Andirá no dia 02 de maio de 2014. Ali permaneci até o dia 09 de maio para dar continuidade ao trabalho de campo nos quilombos de Ituquara, Boa Fé, São Pedro e Trindade, encerrando esta etapa com a visita nas casas dos moradores de Santa Tereza do Matupiri.

5.3 – A Comissão Executiva da FOQMB e eleições nos quilombos:

A eleição para escolha da Comissão executiva da Federação ocorreu no dia 04 de maio de 2014. De acordo com o Estatuto da Federação, para atender à realização de um novo pleito há que deliberar em Assembleia Geral sobre a escolha da Comissão Eleitoral, para posterior publicação do Edital de Eleição.

Ao término de cada mandato, de acordo com o Capítulo VII, art. 23⁴² do Estatuto da FOQMB, em 24 de março de 2014, o Presidente da Comissão Eleitoral, Senhor José de Nazaré Cabral Pereira – escolhido em Assembleia Geral para assumir tal função – lança

⁴² Capítulo VII: “Das Eleições”, art. 23: “As eleições serão organizadas por comissão eleitoral, escolhida em Assembleia Geral, convocada trinta dias antes da realização das eleições, composta por um Presidente, um mesário e um secretário, e três membros de apoio, não podendo ser membros das chapas inscritas”.

Edital convocando todos os associados, moradores das comunidades de Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Trindade, São Pedro e Ituquara, para a realização de assembleias específicas, setoriais.

No período de 20 de abril a 05 de maio de 2014, juntamente com o presidente e demais membros da Comissão Eleitoral acompanhei os trabalhos que tratavam do processo eleitoral sobre a realização das Assembleias Específicas, isto é, ocorridas em cada um dos cinco quilombos do rio Andirá.

Isso porque o Estatuto da Federação possui uma lógica organizacional que sugere envolver, proporcionalmente, todos os quilombos. Compõem o Conselho Diretor três membros de cada um dos cinco quilombos, eleitos de forma direta e secreta em Assembleias Específicas. Ao término, portando as respectivas Atas de Eleição, são os mesmos apresentados na Assembleia Geral de Eleição para escolha dos membros que farão parte da Comissão Executiva e Conselho Fiscal, conforme preceitua o item I, do Capítulo VI⁴³, art. 9º, do Estatuto da Federação.

I - Conselho Diretor – Composto por 03 membros de cada quilombo, escolhidos internamente, com respectiva comprovação apresentados na Assembleia Geral de Eleição da Comissão Executiva e Conselho Fiscal, dos quais serão escolhidos os membros que comporão a Comissão Executiva. O Conselho diretor reúne-se mensalmente para desenvolver suas atividades e suas deliberações são tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros. Reuniões extraordinárias serão feitas sempre que necessários.

Apresentada a Chapa Única, liderada pela senhora Maria Amélia dos Santos Castro que, indicada por unanimidade pelos membros do Conselho Diretor, submeteu seu nome à reeleição para Presidente da FOQMB, juntamente com os que assumiram os nove 08 cargos representativos: Vice-Presidente, Secretário Geral e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiros, e três membros indicados para compor o Conselho Fiscal. Somam-se a esses nove cargos os seis nomes dos que permaneceram compondo assim o Conselho Diretor.

Desses quinze conselheiros foi escolhida a Comissão Executiva composta por nove pessoas. Mediante assinaturas registradas em Ata, compareceram à Assembleia Geral 314 (trezentos e catorze) associados, cujo número comprova ser superior ao quórum exigido. Tais

⁴³ No Capítulo VI, denominado: Da organização, e o Art. 9º que faz referência aos direitos e deveres dos órgãos que compõem a Federação, consta ainda nos artigos II, III e IV a responsabilidade que compete, respectivamente, à Comissão Executiva, ao Conselho Diretor e à Assembleia Geral. Convém também registrar que o referido Estatuto está datado de 16 de fevereiro de 2006, com registro em Cartório na data de 05 de abril de 2009. Tendo em vista que nessa data não havia a inclusão dos quilombos de Ituquara e de Boa Fé, todas as referências quando se trata de proporcionalidade, apontam sempre para o total de 09 (nove) representantes, tomando-se por base, por exemplo, os três membros indicados por cada uma das três comunidades: Santa Tereza do Matupiri, São Pedro e Trindade.

nomes foram acatados por aclamação, obtendo-se 301 (trezentos e um) votos favoráveis e 03 (três) contrários.

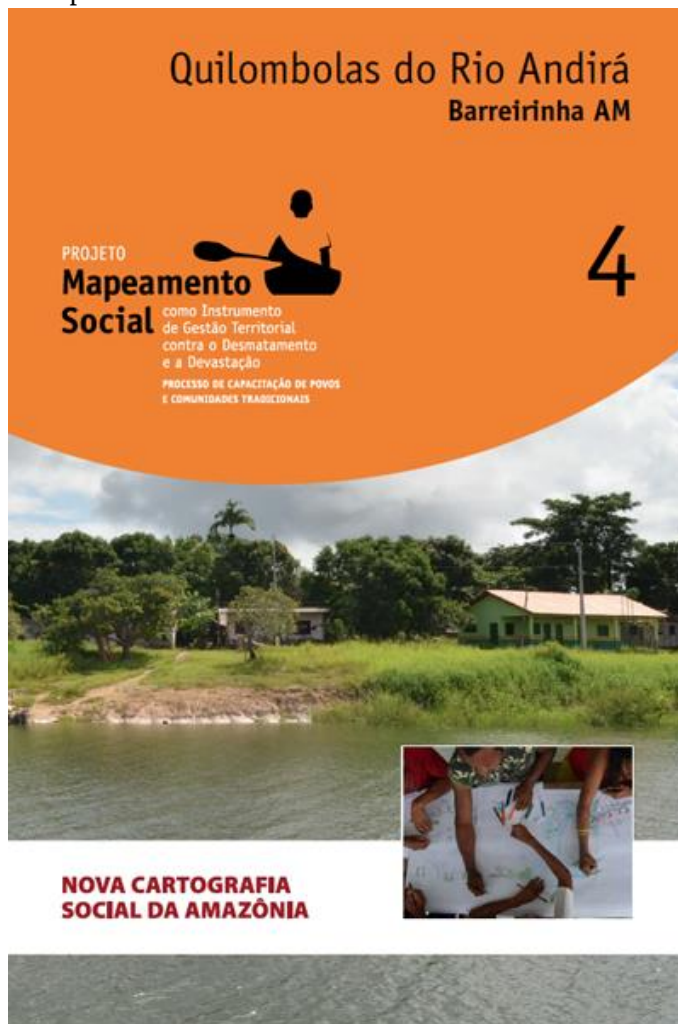
Atendendo a todos os requisitos propostos pelo Estatuto, após a leitura foi lavrada a Ata da Assembleia Geral que elegeu a Comissão Executiva e demais membros representantes da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha/FOQMN para o mandato correspondente ao biênio de 2014-2016. São eles os membros da Comissão Executiva e Conselho Fiscal:

1. Presidente: Maria Amélia dos Santos Castro (S. Tereza do Matupiri)
2. Vice-Presidente: Herbert dos Santos Tavares (Trindade)
3. Secretário Geral: Elinei Belém de Carvalho (S. Tereza do Matupiri)
4. 2º Secretário: Janilce da Silva Cabral (São Pedro)
5. 1º Tesoureiro: Donato de Paula da Silva (Itaquara)
6. 2º Tesoureiro: Osmael Freitas dos Santos (São Pedro)
7. Conselho Diretor: Sebastião Douglas dos Santos Castro (S. Tereza do Matupiri)
8. Conselho Diretor: Cleisiane Tavares Lopes (Trindade)
9. Conselho Diretor: Gabriel Fernandes de Paula (Itaquara)
10. Conselho Diretor: Fernando Costa Reis (Boa Fé)
11. Conselho Diretor: João Rufino de Paula (Itaquara)
12. Conselho Diretor: Marinete Lopes Carvalho (Trindade)
13. Conselho Fiscal: Elivaldo Pinheiro da Silva (Boa Fé)
14. Conselho Fiscal: Jairo Anderson Lima (São Pedro)
15. Conselho Fiscal: Mizael de Castro Rodrigues (Boa Fé).

A Federação, examinando as mudanças consideravelmente ocorridas ao longo desses sete anos de aprovação do Estatuto da Federação, já expressava interesse em discutir a reformulação desse documento.

Das lutas do movimento organizativo, algumas atividades são avaliadas pela Presidente reeleita. Trata-se de ações desenvolvidas pela Federação ao longo de dois anos do primeiro mandato. Nesta entrevista, que teve por objetivo avaliar as atividades da Federação, a presidente reeleita comenta sobre fatos que aconteceram no dia da cerimônia de posse da Comissão Executiva, cujos resultados estavam ali expostamente evidentes.

Figura 3: Fascículo produzido a partir de Oficina de Mapas no rio Andirá/PNCSA/2014



Ainda aconteceu uma coisa muito boa, dois dias antes da eleição e posse da nossa Diretoria, a Cartografia Social da Amazônia recebeu os Fascículos que foi o resultado daquela Oficina de Mapas que nós realizamos em fevereiro de 2013. A professora Magela quando viajou pra acompanhar a nossa Eleição, ela já foi levando esse que é o N°.4 “Quilombolas do Andirá-Barreirinha/AM” (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Na hora da minha fala, da posse, eu estava com ele na mão mostrando pra todos que estavam ali o trabalho que foi feito por nós naqueles dias da Oficina de Mapa, da Cartografia do Amazonas. Mostrei o mapa que está dentro dele, [do fascículo], e fiz eles se lembrarem que fomos nós que batemos os pontos dessas terras que nós vamos ter ela toda de volta. Quando terminei de falar agradeci a todos e, nessa hora, distribuimos mais de quinhentos fascículos para os que estavam ali presentes e passamos uma quantidade deles pra cada Presidente das Comunidades Quilombolas pra distribuírem com as pessoas que eles conhecem e precisam saber quem nós somos; quem somos nós... Onde a gente vive e qual é a área de onde a gente tira o nosso sustento. Hoje, esse fascículo, pra bem dizer, o “nosso livro”, está no

mundo inteiro (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

A participação e conquistas engendradas pelo movimento organizativo dos quilombos do rio Andirá indicam que tal trajetória exige ainda um longo caminho a ser percorrido. Pelas pautas de reivindicação do movimento, fica claro o interesse dos agentes sociais de encaminhar propostas de consolidação da autonomia de direitos fundados em valores universais como o direito ao trabalho, à cidadania, à equidade do acesso ao mercado.

O ponto crucial, todavia, se volta para os antagonismos impostos pela desleal concorrência estabelecida sob a lógica dos agronegócios, o que ainda requer muita luta. Como construção social, tais direitos devem ser implementados embora a ordem jurídica os suplante, forjando-os num contexto de disputas e conflitos.

Diante da determinação organizacional dos movimentos reivindicatórios das comunidades quilombolas, entre outras, uma questão se coloca: que estratégias o poder é

capaz de utilizar para, através do conflito, estabelecer sua hegemonia política? Por outro lado, na esteira de situações conflituosas permanentemente enfrentadas, as narrativas dos interlocutores, aqui registradas sobre as mais diversas formas de interesses antagônicos, podem incidir na reversão estratégica desse entendimento relativo à questão motivacional, ou seja, a investida no plano da resistência social demandada pelo movimento organizativo dos quilombos.

Quanto a isso, os fatos por si colocam em evidência que os conflitos ininterruptos e o desinteresse quanto às demandas do movimento, ancoradas nas vivências cotidianas dos agentes sociais, via de regra, para além dos prejuízos enfrentados, os conflitos paradoxalmente podem reverter-se num atributo do ideário de luta pela construção da autonomia política dos quilombos.

Esse assunto tem por base, por exemplo, à longa espera quanto ao atendimento daquelas demandas sobre a reivindicação da regularização fundiária de direito territorial dos quilombos que já percorre o período de dois anos, se levado em conta o documento emitido ao INCRA pela Federação em 26 de dezembro de 2012 até o momento do processo eleitoral corrido em 04 de maio de 2014.

As conquistas do movimento mobilizatório, de certa forma, inibiram o desmatamento e a entrada irregular de pescadores no território como era de costume. Dado o descaso quanto àquelas providências pactuadas entre INCRA, MDA e Federação, nesse período os conflitos acirraram-se ao tempo em que isso permitiu a unidade e o fortalecimento do movimento representativo.

Diante o impasse instaurado, Maria Amélia recorre à Comissão Executiva e convoca a primeira Assembleia Geral da nova gestão para tratar da pauta sobre o problema do desmatamento e do processo de regularização fundiária do território quilombola. Seguindo-se ao relato:

Nós já chegamos até aqui, vamos em frente! Sempre eu decidi as coisas junto com o meu povo, eles têm que me acompanhar, mas, assim, eu não posso ser por eles a decisão deles. Reunimos e concordando tudo entre nós: “Vamos fazer outro documento para a Presidente do INCRA”. Fizemos outro Ofício! (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 05.02.15).

Trata-se do Ofício nº 14/2015-FOQMB, datado de 02 de maio de 2015, endereçado à Superintendente do INCRA. Sobre o apelo concernente à retirada ilegal e criminosa de madeira, amparado em fatos reais, consta como teor do documento, elaborado pela Federação.

[...] comunicamos que nas comunidades: Ituquara, Boa Fé, Santa Tereza do Matupiri, São Pedro e Trindade, todas pertencentes à Área de Remanescentes de Quilombo, está sendo retirada madeira de forma ilegal e criminosa, pois madeireiros locais derrubam nossas florestas, desrespeitando leis e autoridades locais.

Com o desmatamento da floresta, a sobrevivência do nosso povo está sendo prejudicada, porque com a derrubada de matas ciliares os nossos rios ficam comprometidos, os peixes não têm mais onde se alimentarem *[sic]* e reproduzirem, dessa forma, a escassez do pescado se torna evidente, os animais de caça se afugentam, as aves perdem seus ninhos e locais de morada.

Por esses motivos e outros motivos relevantes estamos solicitando que V.Sa., que informe, através de ofício desta Superintendência, aos órgão competentes de fiscalização que as referidas comunidades são comunidade remanescentes de quilombolas, com RTID – Relatório Técnico de Identificação e Demarcação de Território em processo de elaboração por esta autarquia [...] [assina: Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da FOQMB].

Diante o exposto, os representantes do movimento quilombola inserem-se numa verdadeira maratona e passaram a ocupar espaços nos órgãos de comunicação local. Solicitando espaço para expor suas reivindicações, formalizaram denúncias nas redes sociais ou às rádios de Barreirinha e de Parintins. Recorrendo aos párocos da Prelazia de Barreirinha, solicitaram apoio quanto à divulgação de uma Carta Aberta à População que foi reiteradamente lida durante programação dos meios de comunicação aos quais a Igreja Católica tem acesso.

Em Manaus, contando sempre com a parceria do MPF e municiando-se de documentos de cunho reivindicatório – nos quais se anexava o Fascículo Nº 4 “Quilombolas do Rio Andirá-Barreirinha/AM – as visitas feitas a gabinetes de autoridades do legislativo e a outros órgãos como Funasa, Cohab, Defensoria Pública Estadual, entre outro, demonstravam que as pautas de reivindicação se estendiam para além do INCRA e MDA.

Em fevereiro de 2015, a Presidente da Federação convoca a Comissão Executiva para avaliar e deliberar sobre as pautas de reivindicações, que em pouco ou nada foram atendidas pelo poder público. Nesse momento foi proposto e deliberado em Assembleia Geral o ponto de pauta que tratava da realização de uma Audiência Pública que se voltasse para as situações em que se encontravam os quilombos, sobretudo, mas não exclusivamente, para a regularização fundiária do território quilombola.

Em meado de março de 2015, os representantes da Federação junto ao Ministério Público Federal, expuseram a necessidade da realização de uma audiência pública para tratar sobre as reivindicações dos quilombos do Andirá, a ser realizada no Município de Barreirinha. A proposta fora formalizada através de uma Memória de Reunião elaborada pela

Assessora do 5º Ofício Cível, Isabela do Amaral Sales, ficando a mesma de retornar com a resposta tão logo despachasse com o Procurador Geral, Dr. Fernando Merloto Soave.

Já em franco processo de mobilização as estratégias que compunham previamente a pauta de negociações a serem firmadas e pactuadas no âmbito da audiência pública, imprimiram efeitos. Em abril de 2015, a Presidente da Federação é convocada a comparecer ao INCRA para tratar sobre o Calendário de Atividades do RTID. O Grupo de Trabalho, sob a coordenação do engenheiro agrônomo, Afonso Vieira, obedecendo-se ao Calendário do Trabalho de Campo, relata a Presidente da Federação:

Em maio, junho, agosto e setembro de 2015 eles [os técnicos do INCRA] visitaram todas as comunidades, para explicar sobre os trabalhos do RTID; para fazer o cadastramento de todos os moradores dos cinco quilombos e para ver e fazer a medição da área que a gente pertence e daquelas onde também os fazendeiros têm os pastos e os donos das madeireiras que também estão alojados por lá. Levantaram tudo e todos nós sempre junto, porque nós sabemos de tudo isso.

Nas fichas de cadastramento que eles passaram pra gente está registrado o número de famílias pertencentes nos quilombo: Ituquara (45 famílias); São Pedro (63 famílias); Boa Fé (66 famílias); Trindade (87 famílias); Santa Tereza do Matupiri (225 famílias). Que dá ao todo: 486 (quatrocentos e oitenta e seis) famílias quilombolas (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

O calendário a que se refere a Presidente da Federação, contém toda a logística e objetivos do Plano de Ação necessários para a realização dos trabalhos de campo, delineada a partir do percurso metodológico, assim definido: *o que, quando, onde, quem, como, porque e quanto*. Na coluna referente a “o que fazer”, há nos itens de 08 ao 15 os objetivos a serem alcançados os quais fundamentarão os argumentos do RTID, a saber:

08. Realizar o levantamento de dados relativos às atividades e práticas produtivas, fixadas em calendário; o ambiente e seus recursos naturais; identificação de áreas de reserva legal e APP com vistas a subsidiar o Relatório Agroambiental (quando: junho/2015);

09. Notificar os proprietários não-quilombolas; realizar levantamento fundiário: com localização, caracterização dos proprietários de TD's, ocupantes de posses e análise de possíveis sobreposições como os confrontantes, e elaboração de relatório, planilha resumo e peças técnicas (planta e memorial) (quando: junho e agosto/2015);

10. Concluir os cadastros das famílias quilombolas e elaborar relatório (quando: junho/2015);

11. Coleta de dados sobre forma organizacional, relação de trabalho e parentesco, relações produtivas e ecológicas das áreas coletivas, formas/práticas de produção e reunião com moradores nas cinco comunidades (quando: junho, agosto/2015);

12. Realizar levantamento cartorial nos municípios de Barreirinha e Parintins dos títulos de domínio inseridos no perímetro do território quilombola proposto (quando: agosto e setembro/2015);

13. Apresentar o esboço do relatório antropológico e relatório agroambiental, discussão com as comunidades sobre a definição da área e coleta de dados adicionais sobre o TQ (quando: setembro/2015)

14. Concluir o relatório antropológico, o diagnóstico agroambiental e todas as peças técnica e anexos (quando: dezembro/2015)
15. Elaborar o Parecer Técnico e o Parecer Jurídico (quando: dezembro/2015).

Simultaneamente ao trabalho de campo realizado pelo INCRA, em 23 de maio de 2015, a presidente da Federação chega a Manaus, acompanhada dos 05 (cinco)⁴⁴ presidentes das Associações Comunitárias dos Quilombos, que também integram a Comissão Executiva da Federação, acompanhados de outros agentes sociais convidados. Trata-se de uma reunião solicitada pela Federação junto ao PNCSA. Somados aos membros da Comissão Executiva da Federação e pesquisadores da Cartografia, o antropólogo do MDA, João Siqueira, também participou dessa reunião. O motivo do encontro era solicitar apoio para a realização da audiência pública, prevista para acontecer no município de Barreirinha no mês de agosto de 2015.

Essa atividade contou com empenho e colaboração do professor Alfredo Wagner, Coordenador Geral do PNCSA. Na condição de pesquisadora credenciada pela Cartografia e em parceria com o pesquisador Emmanuel Farias Júnior, nos inserimos nessa tarefa. Fixada a parceria entre o MPF, a Cartografia e MDA, a FOQMB emite Ofício Circular, convidando os órgãos competentes a participarem da audiência pública.

5.4 A audiência pública reivindicada pela FOQMB e conduzida pelo MPF

A audiência pública, foi realizada em Barreirinha, no período de 12 a 17 de agosto de 2015. Naquele momento, representando a Cartografia, realizei meu quinto trabalho de campo. Em Manaus, assessorei o movimento quilombola ao longo do processo de organização e realização da audiência pública. Reivindicada pela Comissão Executiva da FOQMB em parceria com o PNCSA, contamos também com a participação do antropólogo João Siqueira, do MDA, cujo evento fora conduzido pelo MPF.

Compareceram à audiência pública 103 (cento e três) moradores dos cinco quilombos, representados por seus respectivos líderes vinculados ao movimento organizativo. Compunham a pauta da audiência pública assuntos que se converteram em objeto de denúncias feitas, consoante registro em Memórias de reuniões elaboradas pelo MPF. Assim,

⁴⁴ Compareceram a essa reunião os seguintes Presidentes de Associações Comunitárias e respectivos Quilombos: Gabriel Fernandes de Paula (Itaquara), Gerson Viana Dias (Trindade), Benedito Pereira de Souza (São Pedro), Elivaldo Pinheiro da Silva (Boa Fé), Sidnei Trindade de Castro (Santa Tereza do Matupiri. Além destes, participaram também a Secretária Geral da FOQMB, Elinei Belém de Carvalho, a ex-presidente da Federação, Maria Cremilda Rodrigues dos Santos, juntamente com outros quilombolas convidados: Osmael Freitas dos Santos (São Pedro) e Ozeias Rodrigues dos Santos (Boa Fé).

passaram a compor as discussões naquele momento questões sobre entraves burocráticos e/ou descaso com situações outras vividas nos quilombos: a precariedade de Políticas Públicas; a morosidade do processo de titulação do território quilombola; os focos de desmatamento nas áreas do território para abertura dos campos de pastagem; a venda ilegal de madeiras da região; e os danos causados pela pesca predatória.

No dia 14 de agosto de 2015, às 9 horas, em Barreirinha, a audiência foi realizada na sede do CETAM, emprestada para as sessões da Câmara do Município, cujo prédio encontrava-se em reforma. Os convites estenderam-se a representantes de movimentos sociais: Arlete Anchieta, Coordenadora da Fórum Permanente de Afrodescendentes do Estado do Amazonas (FOPAAM); e Gláucio da Gama Fernandes, também coordenador da FOPAAM. Tendo por objetivo também envolver representantes do executivo do governo municipal de Barreirinha e de outros órgãos públicos, contou-se ainda com a participação das seguintes pessoas e respectivas funções, oficialmente convidadas: Alex Ximango (Delegado do MDA), Quener Chaves dos Santos (Coordenação Geral de Povos e Comunidades Tradicionais/MDA), Marco Aurélio de Medeiros (Coordenação do Programa Terra Legal no Amazonas), Magela de Andrade Ranciaro (Pesquisadora do PNCSA), Aderaldo Tavares (Secretário Municipal de Meio Ambiente de Barreirinha), João Siqueira (Antropólogo/MDA), Tadeu Pacheco (Gerente do IDAM/Barreirinha), José Roberto Teixeira (Secretário Municipal de Produção e Abastecimento/Barreirinha).

Além desses, fizeram-se presentes à Audiência Pública 07 (sete) vereadores da Câmara Municipal de Barreirinha: Jocivan de Souza, Orimar de Souza, Margareth Carneiro, Sávio Dutra, José Penha, João Vasconcelos, e Glênio Seixas. Naquele momento os trabalhos da audiência pública foram coordenados pela senhora Isabela do Amaral Sales, Assessora Jurídica, responsável por representar o Dr. Fernando Merloto Soave, Procurador da República no Amazonas. O MPF comprometeu-se apurar, de acordo com os prazos estabelecidos, todas as denúncias naquele momento encaminhadas.

A primeira mesa foi composta pelos representantes dos quilombos, e, ao término das exposições, a palavra foi franqueada à plenária. As autoridades presentes compuseram a segunda mesa da audiência pública, em seguida foi franqueada a palavra aos vereadores que ali compareceram. Os trabalhos transcorreram, como explica a Presidente da FOQMB:

Todos os trabalhos da Audiência foram coordenados pela Dra. Isabela do Amaral Sales, que é Assessora Jurídica e representou o Dr. Fernando Merloto Soave, porque é ele o Procurador da República no Amazonas. No início da reunião, a Dra. Isabela explicou porque isso estava sendo

realizado e em seguida ela chamou pra participar da mesa de abertura todos os Presidentes das Comunidades Quilombolas, que também são membros da FOQMB. Todos eles falaram e os que também são moradores dos quilombos e quiseram falar. Aí, depois de todos eles falarem, ela [Dra. Isabela] passou a palavra pra mim. Expliquei tudo como aconteceu pra realizarmos a Audiência, e fui falando do que estava acontecendo com o nosso povo dentro dos quilombos. Tudo foi dito e explicado... [Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16].

Transcorridos 17 dias da audiência pública, ou seja, em 31 de agosto de 2015, o Procurador da República, Dr. Fernando Merloto Soave, exara despacho ao Inquérito Civil Nº 1.13.000.1890/2013-96. Trata-se, conforme teor do documento, de providências a serem tomadas, levando-se em conta os argumentos constantes “da Memória de audiência pública realizada em 14.08.15, no município de Barreirinha, bem como as informações encaminhadas pelo MDA acerca dos focos de desmatamento”.

Fundamentando-se na Memória da audiência pública, há no despacho oito itens a respeito dos quais o Procurador da República: “DETERMINA a expedição de ofícios para que no prazo de 10 (dez) dias úteis apresentem informações acerca dos encaminhamentos acordados na ocasião: I. ao INCRA para que “apresente informações atualizadas acerca do processo de titulação das terras ocupadas pelos quilombolas do rio Andirá, especificando as próximas medidas a serem adotadas aos encaminhamentos acordados na ocasião”; II. à Delegacia do MDA no Amazonas para que informe sobre as medidas adotadas em relação aos encaminhamentos acordados na ocasião; III. à Coordenação do Programa Terra Legal, para que “se manifeste acerca da viabilidade de celebração de termo de cooperação visando a realização dos trabalhos de georreferenciamento, no âmbito do processo de titulação do território quilombola das comunidades do rio Andirá”; IV. ao município de Barreirinha, para que “se manifeste acerca da possibilidade de reforma ou construção de novo posto de saúde e de escola em condições adequadas na comunidade de Ituquara, no rio Andirá”; V. ao 2º Ofício dessa Procuradoria, “para as providências cabíveis quanto às notícias de (1) possível omissão do IBAMA no combate ao desmatamento ilegal na área ocupada pelas comunidades quilombolas, e de (2) ações de desmatamento ilegal no distrito de Ariaú, em Barreirinha; VI. à Coordenação Cível, para distribuição entre ofícios afetos à defesa do patrimônio público, para as providências concernentes: (1) às possíveis irregularidades na execução do PNAE no município de Barreirinha, no presente exercício; e (2) ao possível desvio de recursos públicos e abandono de obras do programa Minha Casa Minha Vida, na região do rio Andirá, com cópia dos documentos correlatos, constantes do presente inquérito; VII. a juntada de cópia da memória de audiência pública nos autos nº 1.13.000.001891/2013-32 (apurar a existência de

comunidades remanescentes de quilombos nos municípios de Urucurituba e outros) e nº 1.13.000.000815/2012-27 (apurar suposta compra de terras indígenas na Amazônia por empresa privada irlandesa); VIII. Divulgue-se a memória e o teor do presente despacho, para conhecimento, aos representantes dos órgãos e entidades participantes da audiência pública, bem como aos demais interessados” [assina o documento: Dr. Fernando Merloto Soave – Procurador da República no Amazonas, em 31.08.15].

Em 13 de janeiro de 2016, o MPF emite Notificação à Presidente da Federação, Maria Amélia, sobre o Procedimento Preparatório instaurado *para apurar possível omissão do IBAMA no combate ao desmatamento e exploração ilegal de madeira em áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas do rio Andirá e ações de desmatamento ilegal no distrito de Ariaú*. A respeito desse assunto, infere o Procurador da República, Dr. Rafael da Silva Rocha:

[...] fica Vossa Senhoria NOTIFICADA do despacho de ARQUIVAMENTO, com cópia em anexo, para querendo, apresentar razões escritas ou documento, nos termos do art. 17, § 3º da Resolução n. 87/2010 do CSMPF, à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, situada no SAF Sul Quadra 04 Conjunto C – Procuradoria Geral da República, CEP 70.050-900, Brasília, DF, até que o arquivamento seja homologado ou rejeitado [Notificação Nº 06/2016/2ºOFCIV/PR/AM, de 13.01.2016. Assina: Rafael da Silva Rocha – Procurador da República].

Consoante argumentos do MPF/Procuradoria da República no Amazonas, constantes dos itens 2, 3 e 4:

2. O presente PP foi instaurado a partir de encaminhamento de memória de audiência pública realizada pelo 5º Ofício no Município de Barreirinha, noticiando, dentre outros informes, desmatamento ilegal e a possível omissão do IBAMA na fiscalização das áreas do distrito de Ariaú. Acostou-se aos autos notícia veiculada em jornal de grande circulação, além do Ofício da Delegacia Federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário no Amazonas e do Ofício nº 18/2015-PCE/FOQMB, que corroboram dos fatos narrados e complementam informações quanto à localização das ações de desmatamento, com as respectivas coordenadas geográficas.

3. Instado pelo MPF, o IBAMA encaminhou à fls 36 a cópia digital do processo nº 02512.000004/2014-57, instaurado naquele órgão para apuração de ilegal de madeira no distrito de Ariaú, no município de Barreirinha, que consta da apreensão de 187,708m³ de madeira em tora e 12.382m³ de madeira serrada, não sendo possível, no entanto, autuar o responsável (desconhecido), que se evadiu ao local; e outras sanções administrativas contra outros infratores encontrados na região, todas de pequeno volume. Na ocasião, o IBAMA informou ainda que em dezembro 2015 realizaria uma operação de fiscalização na referida área;

4. Tendo em vista a visita realizada pelo 5º Ofício à região, foram enviadas ao IBAMA as informações colhidas para subsidiar as ações de fiscalização naquele órgão, ressaltando-se tratarem de suas áreas distintas, Comunidades Quilombolas do Rio Andirá e Distrito de Ariaú.

Vários assuntos e/ou opiniões mereciam ser aqui tratadas acerca dos desdobramentos; sobre os efeitos politicamente produzidos após a realização da audiência pública. Entre

outros, um aspecto deve ser aqui abordado: a notoriedade e respeitabilidade imputadas aos quilombos do Rio Andirá. A conquista do movimento organizativo os levou ao *reconhecimento* público de que se trata de situações emantadas por fatores étnicos; de um território cuja especificidade das relações cotidianas dos quilombos insere-se um universo de situação múltiplas.

É nessa relação dialógica entre o *específico* e o *múltiplo* que o território é concebido. Com o olhar agora diferenciado, por exemplo, no dizer da presidente da Federação quando infere: “pra mim, muita coisa mudou, principalmente a convivência: o olhar de cada quilombola se modificou”. E acrescenta quando fala de conquista territorial: “de lutar pelo direito de zelar por uma propriedade que não é sua, é nossa”.

Esse é o entendimento pelo qual se deve buscar, através de novas lentes, perceber o real sentido do termo *uso comum*; entendê-lo como algo não pertencente a grupos domésticos. Compreender, pois, que é na dinâmica do processo que o significado do que é *comum* empresta relevo à materialidade para se converter num *coletivo*. Ou seja, o que é de *todos* – por pertencer ao coletivo quilombola – o quilombo transmuta-se em uma noção prática designada de “territorialidade específica”, referida a territórios etnicamente configurados, portanto, de pertencimento coletivo (ALMEIDA, 2008).

Na dinâmica do processo de construção identitária, outras conquistas do movimento avançam progressiva e consubstancialmente. Entre outras pautas de reivindicação do movimento, os assuntos a serem tratados se voltam para os conflitos territoriais, agora percebidos sob a ótica de rigorosa percepção dos agentes sociais no âmbito das esferas administrativas. Dito de outra forma, como objeto politicamente transformado em instrumento de luta política, o conflito passa a ser percebido como construto do ideário quilombola que converge para uma crescente autonomia politicamente articulada pelo movimento organizativo, assunto esse de que trataremos no próximo item.

5.5. O conflito agrário: construto do ideário de autonomia dos quilombos

Passados dois meses da audiência pública, em outubro de 2015, a Comissão Executiva da Federação convoca Assembleia Geral para discutir o calendário de atividades a serem realizadas na semana de comemoração ao Dia da Consciência Negra. A proposta seria envolver todos os órgãos que de alguma forma estariam ligados a temas relacionados a políticas públicas e/ou aos direitos territoriais dos quilombos.

Quanto a isso, o relato da presidente da Federação é esclarecedor:

Hoje em dia [2016], o assunto mais importante pra nossa vida é sobre o nosso RTID. É o que mais nós esperamos: a nossa demarcação e delimitação das nossas terras. É com essa vontade que concluiu o serviço do trabalho de campo feito pelo INCRA, agora em novembro de 2015. A partir daí, temos que orar e pedir a Deus força pra que a gente receba em nossas mãos a titulação da nossa terra. Depois que nós lutamos pra conseguir aquelas Certidões de Reconhecimento que chegaram na nossa mão, lá da Palmares, foi pra gente o grande fortalecimento, porque, aí nós tivemos a esperança que nós teríamos de volta as nossas terras. A nossa vontade de isso ser alcançado fez a gente procurar de novo o MDA e o INCRA.

Eles [do INCRA] confirmaram a ida lá pro rio Andirá pra fazer no mês de novembro o último trabalho de campo sobre as nossas terras. Aí, como já estava se aproximando o Dia da Consciência Negra, nós pensamos assim: “Por que a gente não combina a ida deles nessa semana, já que todos os anos as comunidades quilombolas se reúnem no quilombo de Santa Tereza do Matupiri pra comemorar o dia 20 de novembro que é o Dia da Consciência Negra?”. Acertamos!

Foi aí que conversando como o antropólogo João Siqueira e mais os professores que fazem pesquisa lá na Cartografia Social da Amazônia, o professor Emmanuel e a professora Magela, que nós dissemos do Seminário que a gente queria organizar pra ser tudo nessa Semana. Por quê? Porque todos os moradores das cinco comunidades iam passar com a gente esses dias em Santa Tereza do Matupiri, aí já seria bom pra nós e para o trabalho do INCRA com o MDA. Foi assim que surgiu aquela ideia do seminário que se chamou de I Encontro de Mobilização Quilombola sobre Cidadania, Direitos e Territorialidade (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

Com base nas narrativas, as discussões se colocam no sentido de os agentes sociais terem a convicção de que todas as demandas do movimento estariam relacionadas a um pré-requisito: o conflito agrário que, ao invés de intimidá-los seria, agora, a bandeira de luta pela conquista de autonomia do território quilombola.

De 17 a 22 de novembro de 2015, realizei o sexto campo. Trata-se, da minha participação, junto aos demais, como apoio e coordenação do “I Encontro de Mobilização Quilombola sobre Cidadania, Direitos e Territorialidade”, realizado pela FOQMB na comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Tal programação tinha por objetivo homenagear o Dia da Consciência Negra através de atividades relacionadas a temas de interesse do movimento.

Relativo ao I Encontro, anexada aos convites enviados aos representantes da Prefeitura, da Câmara Municipal de Barreirinha e demais órgãos, estava a programação referente aos temas a serem debatidos e respectivos palestrantes. Pela manhã do dia 19, o INCRA abordou o tema da palestra “Balanço das atividades do processo de titulação do território quilombola do Andirá”, proferida pelo engenheiro agrônomo Afonso Vieira,

coordenado do GT; o MDA falou sobre “Perspectivas e desafios para a gestão do território quilombola do Andirá”, tendo como palestrante o antropólogo João Siqueira; representando a Cartografia Social da Amazônia abordei o tema “Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial”, e o Ministério Público Federal se comprometeu em falar sobre: “Marcos regulatórios e atuação dos movimentos sociais para garantir direitos”.

O último tema ficou em aberto, tendo em vista que o Procurador da República, Dr. Fernando Merloto Soave estava nesse período em Parintins cumprindo uma agenda do MPF, juntamente com a Assessora Jurídica, Isabela Sales. Cinco dias depois, após cumprida aquela agenda, ambos compareceram ao quilombo de Santa Tereza do Matupiri, ou seja, no dia 25 de novembro de 2015, como explica a presidente da Federação:

Eu quero dizer também que o Ministério Público não esteve com a gente nesse dia porque tinha uma atividade deles em Parintins, estavam lá! Mas, eles cumpriram a palavra deles, quatro dias depois do nosso Encontro no Matupiri. Eu já estava em Barreirinha, e quando foi no dia 25 de novembro, o Procurador Dr. Fernando Merloto Soave, que já vinha de Parintins, em companhia da Dra. Isabela Sales, nós recebemos eles, almoçamos e nesse mesmo dia à tarde eu retornei com eles pra comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Pernoitaram na minha casa, e à noite fomos para o quilombo de São Pedro onde estava acontecendo uma Feira de Ciência dos alunos da comunidade. Retornamos! Pela manhã fizemos uma caminhada em todos os locais da nossa comunidade do Matupiri, mostrando pra eles como a gente vive, sobre a nossa produção e mostramos todos os locais, contando pra eles dos nossos problemas existentes dentro do quilombo e, em seguida ainda fomos “bater” nas comunidades quilombolas de Itaquara, Trindade e Boa Fé. Tiraram foto, registraram tudo! Depois disso, eles seguiram viagem pra reserva indígena Sateré-Mawé, que fica nessas proximidades das nossas terras quilombolas do rio Andirá (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

A equipe técnica do INCRA e o MDA, para finalizar os trabalhos de campo, estiveram presentes: o antropólogo do MDA, João Siquera; representando o INCRA: o engenheiro florestal, Afonso Vieira, Coordenador desses trabalhos; a Engenheira Florestal, Leocinira Santos, o Sr. José Brito Braga, representando a Superintendente Regional do INCRA, Maria do Socorro Marques Feitosa, que ficou impossibilitada de comparecer; e o Sr. Alex Ximango, Delegado Substituto do INCRA.

À tarde do dia 19 de novembro de 2015, tratou-se de dois pontos de pauta: 1. Encerramento do trabalho de campo conduzido pelo INCRA e MDA. Para tanto, reuniram-se com as cinco comunidades para complementar informações dos dados da pesquisa de campo, dando por encerrada a oitava atividade do Grupo de Trabalho; 2. Assembleia Geral para

discutir e deliberar sobre a reformulação do Estatuto⁴⁵ da FOQMB, cuja proposta foi aprovada na íntegra.

Dando prosseguimento à pauta do encontro, no dia 19 de novembro, às 19 horas, após o encerramento das atividades organizadas pelo INCRA e MDA, em parceria com o professor Sebastião Douglas dos Santos Castro, demos início às discussões sobre a reformulação do Estatuto da Federação. Com a inclusão de mais dois quilombos, reconhecidos pela FCP, o Estatuto, elaborado em 2006 e aprovado em 2009 e os próprios acontecimentos engendrados ao longo desses seis ou nove anos as discussões no âmbito da Federação acenavam para a necessidade de reformulação do documento.

Anteriormente à Assembleia Geral para a discussão do Estatuto, apresentei aos membros da Comissão Executiva a redação dada aos pontos que haviam sido por eles propostos quanto à necessidade de rever o teor do Estatuto, que deveria ser submetido à discussão, conforme consta da programação das atividades ali realizadas.

Aprovado em Assembleia Geral, o presente Estatuto está ordenado em onze capítulos, contendo os seguintes títulos: I. Da denominação, duração, sede e fórum; II. Dos objetivos; III. Dos requisitos para a filiação dos associados; IV. Dos direitos e deveres dos filiados; V. Das Penalidades; VI. Da Organização; VII. Da Assembleia Geral; VIII. Das Atribuições de Seus Membros; IX. Da Escolha da Comissão Executiva; X. Do Patrimônio e do Fundo Social; XI. Das Disposições Gerais e Transitórias.

No capítulo III – “Dos requisitos para a filiação dos associados”, o art. 5º, que trata da participação de entidades e indivíduos, no Estatuto anterior conjugavam-se os requisitos em um bloco de critérios sobre essas duas instâncias que, para ordená-los, os critérios de participação foram desmembrados, fazendo-se menção ao acréscimo de dois tópicos: Das Entidades; e Do Associado Individual. Concernente a este último item sobre a participação do associado individual, foi consenso da plenária acrescentar as alíneas: a) Apresentar documento individual de autodefinição assinado e reconhecido em Cartório; b) O indivíduo para se autodefinir deverá assinar um documento específico; se autodefinindo como remanescente de quilombos e reconhecer em Cartório; c) O indivíduo deve se autodefinir

⁴⁵ As próprias circunstâncias exigiam reformulações ao Estatuto, motivo pelo qual depois de longo debate e deliberações em reuniões ou assembleias da Federação optou-se pela reformulação do documento. Com base na Ata de Alteração do Estatuto da FOQMB, o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas *Valdéa Maria Costa da Silva-Barreirinha/AM*, emitiu a Certidão, datada de 11 de fevereiro de 2016.

como quilombola e estar a par dos objetivos comuns à luta do movimento representativo da comunidade e outras reivindicações pertinente aos afrodescendentes.

Há ainda três parágrafos nos quais estão expressos os motivos pelos quais se fundamentam tais exigências:

§1º - Entendem-se como associado tanto as entidades representativas das comunidades quanto o associado individual autodefinido como quilombola;

§2º - A filiação à Federação será feita por convite ou espontaneamente, desde que a organização ou o associado individual reconheça a Federação como uma Entidade que represente simultaneamente os moradores das comunidades, vilas, distritos, conjuntos, áreas de várzea e terra firme do Município de Barreirinha;

§3º - A adesão do associado individual ou da organização à Federação deverá ser decidida em Assembleia Geral da Federação.

Anteriormente à reformulação, esta era a redação dada ao capítulo IX - “Das Eleições”, e art. 19 – “A eleição da Comissão Executiva será feita por meio de votação direta e secreta, quando da primeira Assembleia de associados de cada biênio, convocada para este fim”. Aos itens: I – ter, no mínimo, 01 (um) ano de associado em sua organização; II – estar em dia com toda as suas obrigações, não tendo qualquer dívida com sua organização, bem como esta deve estar quite com a Federação; III – não ter antecedentes criminais.

A propósito desses assuntos, o capítulo, artigo e o item II, redimensionaram-se, conforme alterações: Capítulo IX - “Da Escolha da Comissão Executiva”, art. 19 – “A escolha da Comissão Executiva será feita entre os membros do Conselho Diretor, composto por 03 (três) membros de cada quilombo escolhidos anteriormente e aprovada pela Assembleia Geral convocada para este fim”. Os itens I e III, foram mantidos, alterando-se a redação dada ao item II – “Apresentar Certidão de Domicílio, comprovando-se a permanência no quilombo num prazo mínimo de 02 (dois) anos”.

Há outra alteração anteriormente considerada no art. 23 – “As eleições serão organizadas por comissão eleitoral, escolhida em Assembleia Geral, convocada trinta dias antes da realização das eleições, composta por um Presidente, um mesário, e 03 membros de apoio, não podendo ser membros das chapas inscritas”. Foi aprovada a seguinte redação: “A Assembleia Geral para escolha da Executiva e Conselho Fiscal será organizada por comissão eleitoral, escolhida em Assembleia Geral, convocada 30 (trinta) dias antes da realização da Assembleia, composta por um presidente, um mesário, um secretário e 03 (três) membros de apoio, que não sejam membros do Conselho Diretor, podendo ser de fora da Entidade”.

Contando com a participação de moradores dos cinco quilombos, o Estatuto obteve aprovação por unanimidade e, após lavrada a ata da Assembleia Geral e assinada pelas 62 (sessenta e duas) pessoas que ainda se faziam presentes, as atividades deram-se por encerradas às 22h30min do dia 19 de novembro de 2015. Por iniciativa da Comissão Executiva, portando a ata da Assembleia Geral, após registro em Cartório, foi emitida a Certidão de Registro do Estatuto, em 11 de fevereiro de 2016.

Seguindo-se à programação do evento, dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, pela manhã foram postos em votação os acordos firmados no dia anterior entre as assembleias setoriais e as duas instituições (INCRA/MDA). Tais acordos foram registrados nas atas de reunião feita com cada um dos cinco quilombos que, lidos em plenária, obtiveram aprovação por unanimidade. Essas atas da Assembleia Geral e/ou Setoriais são sempre por todos assinadas, visto que as mesmas compõem uma das peças a serem anexadas ao RTID, consoante determinação jurídica do processo de titulação fundiária.

Na Assembleia Geral, à leitura da ata, deparou-se com alguns obstáculos acerca das áreas ocupadas pelos madeireiros e pecuaristas. As alterações deliberadamente tomadas pelo INCRA, divergiam com o que havia sido anteriormente pactuado e firmado em votação plenária do dia anterior, ou seja, em 19 de novembro, cujo perímetro do território reduziria de 32.668,8ha para 29.836,206ha. A plenária discordou desse encaminhamento apresentado pelo INCRA e MDA. O que comprova e afirma a existência de uma força política demonstrada no embate travado no confronto com o pragmatismo burocrático das instituições governamentais.

Tais fatos foram verificados no dia seguinte, durante o encerramento do trabalho de campo pelo MDA e INCRA, ao ser lida a Ata pela equipe interdisciplinar, os agentes sociais se deram conta de que uma área de extensão considerável havia sido excluída do perímetro territorial. Essa área já havia sido anteriormente demarcada como pertencente ao território quilombola quando da elaboração dos croquis pelos agentes sociais durante da realização da Oficina de Mapas oferecida pela Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Decisão que, aliás, já havia sido, em período bem anterior ao do encerramento da Semana da Consciência Negra, acatada pelo próprio INCRA e MDA.

No dia anterior à assinatura da ata, ou seja, dia 19, de novembro de 2015, isso foi justificado pelos técnicos ali presentes, consoante relato da Presidente da Federação.

Foi assim, todo aquele território que já tinha sido conferido pelos pontos que foram batidos, o INCRA explicou que duas grandes; duas imensas áreas poderiam ficar de fora do nosso território porque elas são ocupadas por

duas enormes fazendas. Assim, eles [os técnicos do INCRA] disseram que se os fazendeiros ficassem o nosso processo de ganho das terras, sem incluir essa área que tem duas imensas fazendas, o nosso processo de terras andava mais rápido. O que aconteceu? Mesmo sabendo dessa demora, todos levantaram e foram contra (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

O impasse estava colocado entre a equipe do INCRA e os quilombolas ali presentes, como explica Maria Amélia:

Aí, foi que abriu uma grande discussão. É nossa essa conquista, e sabendo disso! Aí, o meu irmão perguntou para os engenheiros, quando eles citaram, dizendo que a gente já tinha desmatado muita mata, o meu irmão, Tarciso, respondeu na hora: “Por que que nós vamos pagar por um preço pelo que nós não fizemos?” E, eu digo assim, porque se existe desmatamento na nossa área, não fomos nós que desmatamos, foram os fazendeiros e os madeireiro. Tem alguma dúvida que esse desmatamento não foi feito pelos fazendeiros? E eles responderam: “Porque você sabe que o dinheiro fala mais alto”. Eu pergunto: “O que eles querem dizer com essas palavras?” Tudo isso incomodou muito a gente. Conversamos entre nós! Meu irmão, o Tarciso, disse assim: “Nós estamos esperando por isso desde que nosso Bisavô chegou aqui, então, se todo esse tempo já passou a gente espera que demore um pouco mais”. No dia seguinte, já era dia 20 de novembro [2015], reunimos de novo (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

Dois argumentos foram utilizados pelo INCRA na hora que se percebeu certa resistência dos que ali estavam presentes: um foi que a produção de leite ou de carne a que as comunidades têm acesso derivaria da existência dessas fazendas, sem as quais isso comprometeria a qualidade de vida desses quilombos; o outro, seria quanto à indenização das áreas dos fazendeiros que, por conta disso, o processo de indenização retardaria ou dificultaria a celeridade de prazos previstos para a consolidação da emissão da titulação das terras.

Na manhã do dia seguinte, dia 21.11.15, ao retornar essa discussão, ainda houve, por parte do INCRA, uma tentativa em manter na Ata essa decisão como algo que já estaria pactuado com relação à redução do perímetro territorial. A Presidente recorda-se dos argumentos utilizados por um dos técnicos do INCRA, quando este inferiu: “Queremos perguntar para vocês, assim, vocês com todos esses fazendeiros, dentro da área de vocês, todo dia vocês tomam leite de graça, que o fazendeiro traz?”. Ao que retrucou Maria Amélia:

Eu respondi: “Nunca tomamos leite de graça, e fazendeiro nunca deu nada de graça para nós”. Olha, a coisa funciona bem assim, eu disse naquela hora: Temos vários fazendeiros dentro de nossas áreas, mas se a comunidade precisava de um boi para comemorar a festa de Santa Tereza, nós fazemos dez, quinze hectares de roçado pra pagar um boi. Se precisarmos de dois bois para fazer um retiro; comemorar as festas dos nossos padroeiros fazemos trinta, oitenta ou mais hectares para pagar o

cara; o dono dos bois (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

*Então, nós nunca tivemos um boi de graça! Nós trabalhamos sempre para pagar um boi, e quem acaba ficando com dez, doze, quinze, trinta, oitenta hectares de terreno plantado é o próprio fazendeiro. Mas o que alegra a gente é que hoje nós trabalhamos em união. Está lá na Ata do INCRA que nós todos assinamos, lá está que todos nós votamos a favor da saída dos dois fazendeiros. Então, como mostrou pra gente o Engenheiro Florestal, Afonso Vieira, com mais quase 3.000 hectares que nós votamos a favor, o nosso território passa de **29.836,206ha**, para **32.000** ou mais hectares* (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

Relativo a esse episódio, tive acesso às duas Atas Setoriais, elaboradas em manuscrito, naquele momento pelo INCRA e MDA: uma, datada de 18.11.15 em cujo cabeçalho consta a seguinte referência “Ata setorial das comunidades de São Pedro e Trindade de apresentação e encaminhamento do território quilombola do rio Andirá – Barreirinha/AM”; a outra com data de 19.11.15, em que se mantém a mesma redação, fazendo-se referência, todavia, às comunidades de Santa Tereza do Matupiri, Itaquara e Boa Fé. Após refeitas as atas setoriais, assim está firmado o acordo entre as instituições e os quilombos do Rio Andirá.

ATA SETORIAL DAS COMUNIDADES (...) DE APRESENTAÇÃO E ENCAMIINHAMENTO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO RIO ANDIRÁ – BARREIRINHA/AM. Aos (...) reuniram-se os remanescentes de quilombo das comunidades (...) para apresentação e discussão da proposta de Território, elaborada pela equipe multidisciplinar do INCRA (RS/15)/AM e MDA responsável pela identificação e delimitação da área reivindicada. Após a apresentação, esclarecimento e dúvidas, as observações dos participantes, com base no perímetro do território 29.866,20ha proposto pela equipe técnica, os remanescentes de quilombo das comunidades (...) presentes fizeram os seguintes encaminhamentos: inclusão das propriedades dos senhores Jander Gomes Conceição, da Sra. Idenilza Santos Ihara e do Sr. Otávio de Andrade Carvalho (TD São Domingos) na área proposta do Território Quilombola do Rio Andirá. Nada mais perguntado, os membros das comunidades aprovaram os encaminhamentos acima propostos, por unanimidade, e o firmam na presente Ata [Obs.: em ambas as atas constam as assinaturas dos quilombolas que se fizeram presentes e respectivas comunidades].

Trata-se, portanto, de áreas ocupadas por esses três “proprietários”, cujas fazendas percorrem uma extensa área localizada num local chamado de Cabeceira Grande. Salvo melhor juízo, convém esclarecer, todavia, que a ocupação da ilha pelos fazendeiros se estende para além de 3.000ha. A olho nu, dá para observar a vasta extensão dessa área que foi ocupada ou transformada quase que na sua totalidade por campos de pastagem.

Por se tratar de uma ilha cortada por vários lagos, além de abrigar inúmeros locais apropriados para o pescado, há um extraordinário potencial de recursos provenientes da floresta, hoje ameaçada e/ou transformada em campos de pastagem. Em tempos pretéritos, esses locais eram comumente utilizados como fonte de trabalho; de produção e

comercialização pelos antigos quilombolas que ali chegaram e permaneceram. As narrativas dos agentes sociais informam que até as décadas de 1970-80, o acesso ao território era frequente, visto que as comunidades o utilizavam para a práticas da pescaria ou dali extrair produtos naturais para pequenas comercializações ou para sustento de suas famílias.

Há, sim, grande pressão dos proprietários dessas fazendas em proibir literalmente a entrada dos quilombolas para que os mesmos possam usufruir de tais recursos naturais dali anteriormente extraídos. Ademais, a luta pela construção da identidade quilombola implica na forma deliberada do trabalho autônomo; livre da submissão a que os agentes sociais foram relegados, seja por se sentirem tutelados pelo Estado, seja por dependerem da suposta autorização deste ou daquele proprietário a quem se deve obediência ao ditar normas sobre o ocupar este ou aquele espaço.

A questão que ora se coloca é: que interesse e/ou autoridade teria o INCRA ou o MDA para atribuir que se os fazendeiros permanecessem a titulação do território caminharia com maior celeridade? Contrário a isso, o que deve ser levado em conta são os conflitos e tensões que tendem a se agravar com a permanência dos agronegócios em áreas que restringem espaços ou impõem aos quilombolas a impossibilidade da emergência de uma efetiva política de identidade, tributada pela conquista da autonomia; condição inalienável de garantia do direito ao território que se expressa através do sentimento de pertença e, portanto, do acesso as múltiplas formas de uso comum dos recursos naturais.

Convém lembrar ainda que o mapa do território apresentado no momento do encerramento do trabalho de campo do INCRA e MDA, já estava ali previamente definido o perímetro do território correspondente aos 29.836,206ha. Essa demarcação que excluía as áreas ocupadas pelos fazendeiros, contrariava profundamente a decisão dos quilombolas no tocante ao limite definido e pactuado entre a Federação e as duas instituições. Trata-se do perímetro que os quilombolas demarcaram sempre com base nos pontos batidos e, portanto, identificados e delimitados nos croquis por eles elaborados durante a realização da Oficina de Mapas.

Após a decisão da Assembleia Geral do dia 20 de novembro de 2015, o INCRA comprometeu-se a refazer o mapa, considerando que, uma vez incluída as áreas dos fazendeiros, estimava-se, naquele momento, que o perímetro territorial passaria de 29.836,206ha para 32.368,8ha (Vide Mapa/INCRA: Mapa 5).

Ainda, fazendo alusão às atividades ocorridas na Semana da Consciência Negra, lembra a presidente que no dia 21 de novembro de 2015, o quilombo de Santa Tereza do Matupiri recebeu uma equipe composta por uma professora e alunos da Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Trata-se de um projeto de extensão universitária cujo curso proposto tinha como tema: “Formação de Liderança de Jovens Quilombolas”. O objetivo seria contribuir com o passo-a-passo do processo de reconhecimento dos quilombos do Andirá para, com base nas Certidões de Autodefinição, proceder às reivindicações quanto à titulação do território quilombola.

Sobre essa atividade acadêmica proposta pela UFAM, em 21 de novembro de 2015, lembra-se a Presidente da Federação:

Nós tivemos também a visita de uma professora da Universidade Federal de Amazonas, mas, dá aula na UFAM de Parintins. Ela esteve na nossa comunidade, a Professora Quézia Barbosa, que foi fazer um trabalho com seus alunos. O trabalho dela era fazer um “Curso de Formação de Liderança de Jovens Quilombolas. Essa equipe da UFAM achava que nós ainda estávamos “correndo” atrás do nosso documento de Reconhecimento. Todas as aulas que os alunos deram naquele momento, nós já dizíamos como isso tinha acontecido na nossa prática, dentro dos órgãos que recorreremos. Eles sabiam muito sobre isso, porque foi desse jeito que eles explicaram que nós fomos resolvendo todas essas questões. Aqueles formulários que eles nos mostravam, nós já apresentamos pra eles tudo reconhecido nas nossas atas de Assembleia e pelas Certidões da Palmares. Foi quando ela [a professora] me disse: “Dona Amélia, parabéns! Pensei que vocês ainda estivessem começando, vocês já estão terminando o trabalho de vocês!”. Foi quando eu disse assim pra ela: “Professora, muito obrigada porque a senhora mostrou pra nós agora que nós fizemos tudo certo, tudo direitinho!” Mas, foi uma experiência muito boa, porque só da UFAM chegar aqui na nossa comunidade, pra nós foi de muita honra receber a professora e aqueles alunos. No final, ficamos todos muito emocionados quando eles passaram um filme pra gente assistir. O nome nós anotamos, é “Histórias Cruzadas”, que fala sobre a escravidão dos negros. A equipe da UFAM pernitoou na comunidade e no dia seguinte, domingo, partiram pra Parintins. E foi com esse trabalho que nós encerramos no sábado, dia 21 de novembro de 2015, a Semana da Consciência Negra (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

Foto 5: Dia da Consciência Negra: Conclusão do Trabalho de Campo/RTID – Quilombo Santa Tereza do Matupiri



Foto: Alex Ximango, 20/11/2015.

Ao longo desse processo de construção étnica, há, todavia, que levar em conta se tratar de um processo complexo e contraditório. Trata-se de interesses que afloram no momento em que entram em cena situações conflituosas decorrentes de fatores situacionais: de um lado, se tem o conflito decorrente da invasão ao território pelos agronegócios; de outro, a luta dos agentes sociais que se veem lesados diante o alcance de seus direitos inerentes ao que determina a Constituição Federal de 1988, através do art. 68/ADCT, que define a garantia da propriedade definitiva dos quilombos “devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Mediando essa relação, está o próprio Estado representado por um segmento de funcionários públicos a darem conta dessa tarefa político-institucional.

As discussões de que lançarei mão apontam para essas duas dificuldades e analisam situações oriundas do retorno do INCRA e MDA aos quilombos do Andirá em datas posteriores aos trabalhos considerados como o “último campo” realizados na Semana da Consciência Negra em novembro de 2015. Este assunto constante da pauta reivindicada pelos quilombolas no que diz respeito à inserção da comunidade de São Paulo do Açu aponta para

outro agravante: área de localização da vila deixou de ser incluída no perímetro do território quilombola.

5.6 A vila de São Paulo do Açú e o território: o milagre que não aconteceu

O impasse criado por ocasião dos trabalhos de campo que se pretendia encerrado durante o evento da Semana da Consciência Negra em novembro de 2015, a complexa e antagônica decisão tomada pelo INCRA e MDA aprofundam a correlação de forças em face dos interesses em jogo.

Ao término daquelas atividades, os quilombolas se deram conta de que uma essa área que abriga a Vila de São Paulo Açú teria sido excluída da área anteriormente já demarcada. O local, aliás, consta do perímetro identificado no Mapa Social como pertencente ao território quilombola. Ou seja, a exclusão desta área “cortaria” o território, imaginando-se, como se num *salto*, ele continuasse no outro extremo.

Em alusão à incorporação ao território daquela área dos fazendeiros e aos prejuízos causados pelo *corte* da terra pertencente ao perímetro territorial e que exclui a vila de São Paulo do Açú, relata a Presidente da Federação:

Mesmo com esse nosso ganho, ainda ficou um povo quilombola fora nas nossas terras: é o pessoal de uma área de São Paulo do Açú. Porque o INCRA e o MDA explicaram que eles não poderiam entrar nessa medição das terras. Perguntei pra ele [o coordenador do GT] imaginando, assim: “Por que o batimento dos pontos que foram feitos pelos próprios moradores dos quilombos que vai da “Pagoa” até o limite da cabeceira das “Formigas” não foi respeitado? Porque é assim que está no mapa do Fascículo que mostra os pontos que nós mesmos batemos!” E, fiquei pensando: “Marcaram os pontos até aqui [mostrando no mapa] onde está o Açú, que está dentro do limite da cabeceira do Piquiá, e por que a medição parou justo nesse limite?” (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

A Presidente sustenta que ao término das atividades que aconteceram em novembro de 2015, dias depois recebeu em sua casa vários moradores da vila de São Paulo do Açú, procurando saber porque não teriam direito a pertencer ao território quilombola: “Eles queriam que eu explicasse porque essa área deles tinha ficado de fora da medição do território”.

Além do problema anterior, supostamente já resolvido, mais essa preocupação se colocava ao perceberem esse possível equívoco cometido pelo INCRA e sobre o qual os próprios agentes sociais que ali compareceram ao encerramento do trabalho de campo não se deram conta. A preocupação maior seria tentar reverter essa situação, visto que os fatos

poderiam se colocar como consumados, principalmente porque o INCRA poderia argumentar sobre a assinatura daquelas Atas elaboradas e por todos já assinadas.

Para tentar solucionar o impasse, acompanhei Maria Amélia em uma agenda marcada junto ao INCRA, conforme relata a presidente da Federação:

Dia 04 de dezembro [2016] eu cheguei em Manaus, porque também eu tinha sido convidada pelo INCRA pra participar de uma reunião que ia tratar de “Agenda Itinerante” com o Presidente Nacional do INCRA. Recorrendo ao trabalho do INCRA, fomos conversar com o Engenheiro responsável pelo nosso trabalho, o Sr. Afonso Vieira. Conteí pra ele da preocupação do pessoal do Açu. E vimos que faltou, de fato, o limite dos pontos batidos pelo quilombo da comunidade de São Paulo de Açu não tinha entrado [no mapa apresentado pelo INCRA]. Disse pra ele que a área do Açu precisa estar junto de nós porque eles são quilombolas. E perguntei pra ele, imaginando assim: “Por que o batimento dos pontos que foram feitos pelos próprios moradores dos quilombos que vai da “Pagoa” até o limite da cabeceira das “Formigas” não foi respeitado?” Porque é assim que está no mapa do Fascículo que mostra os pontos que nós mesmos batemos! E, fiquei pensando: “Marcaram os pontos até aqui onde está o Açu, que está dentro do limite da cabeceira do Piquiá, e por que a medição parou justo nesse limite?”.

Só de imaginar em deixarmos de lado, melhor dizendo, naquela hora que o INCRA fez a Ata, por conta de não termos entendido ou prestado atenção nas explicações deles [dos engenheiros do INCRA] iríamos deixar cem famílias quilombolas fora do nosso território? Não! Nós precisamos desse povo, porque com eles nós lutamos juntos e chegamos até aqui porque contamos também com a união deles e, quando chega quase que no final da luta, eles ficam de fora? [pausa].

Eu penso que o problema que existiu é que a área do Açu foi “cortada” [do mapa] porque existem fazendas gigantescas dentro dessa área. Estas fazendas que vieram, e que ali se colocaram, foi o que acabou com o nosso imenso castanhal; era uma grande reserva de castanhal nativo, nasceu ali! O mês de janeiro até março era o mês que nós sobrevivemos dessa nossa castanha, vendendo nossa produção de maior qualidade e hoje os fazendeiros que ali vivem, estão acabando com as castanhas que ali existem e existiam. Então, por isso precisamos ter a terra do Açu para o povo quilombola que ali mora (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

A respeito da existência de fazendas gigantescas como Maria Amélia sustenta, há também instalado nessa área de São Paulo do Açu um forte grupo, comandado por um madeireiro a respeito do qual a Presidente recorda-se ainda que no dia da audiência pública [14/08/15], o vereador Domingos Sávio Dutra (PT), ao se referir a essa área, dirigiu-se à Dra. Isabela Sales [Assessora do MPF] dizendo que seria difícil colocar a Vila do Açu dentro do território quilombola: “porque, mesmo ali existem muitas pessoas que precisam da riqueza dessa área, mas não vão conseguir, porque essas terras foram ocupadas pela empresa chamada de Barreirinha Florestal”.

Trata-se daquela empresa holandesa exportadora de madeira, aqui já citada, cujo nome inicial era “Eco Brasil-Andirá-Holanda, de propriedade do holandês Gerardus Bartels, e denunciada pelo poeta Thiago de Mello referente à extração ilegal de madeiras de um perímetro que percorre do território quilombola à área indígena Sateré-Mawé. O episódio foi registrado em matéria publicada pelo Jornal “O Estado de São Paulo”, tendo a empresa posteriormente recebido a denominação de “Barreirinha Florestal”.

Além desta, há também denúncia aqui já referida sobre o que se reporta o MPF, e que foi objeto de discussão da audiência pública dos quilombolas, realizada no Município de Barreirinha: “apurar suposta compra de terras indígenas na Amazônia por empresa privada irlandesa”.

Por ocasião da visita feita ao INCRA, prossegue a presidente da Federação relatando sobre as ponderações feitas ao coordenador do GT, o agrônomo Afonso Aníbal Brasil Vieira,

Já dentro do INCRA, nós, eu e a professora Magela conversamos com o engenheiro agrônomo ele se comprometeu em retomar com a equipe do INCRA, para poder refazer o trabalho e alterar o mapa que já estava sendo quase que encerrado pra ser encaminhado pro RTID. Ele disse que precisava de um documento da Federação para a Presidente do INCRA e para justificar a volta do INCRA pro Andirá. Para fazer esse documento, a atitude que eu como Presidente da Federação tomei foi procurar as lideranças [do movimento] que poderiam me ajudar e ver o que eu poderia fazer, e encontrei essas pessoas que me indicaram para reconstruir aquele trabalho que tinha ficado de lado (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

Relativamente a essa reivindicação da Federação, consoante orientação do INCRA, tive acesso ao Abaixo Assinado contendo a assinatura de 38 moradores de São Paulo do Açu. O documento solicitava a inclusão dessa área no perímetro territorial dos quilombos, presumindo-se, de acordo com o INCRA que, dos 36.268,8ha, o território passará a ocupar um perímetro de 40.000ha.

No Andirá, acompanhada dos membros da Comissão Executiva da Federação, Maria Amélia segue viagem à vila de São Paulo do Açu.

Foi no dia 28 de dezembro de 2015 com outras pessoas da Comissão Executiva, como Presidente fui, pessoalmente, no Açu e fiz uma reunião e das 100 (cem) famílias que ali moram, 38 (trinta e oito) assistiram a minha reunião. O senhor Benedito Silva, que é neto de quilombolas, neto de dona Gavita, a negra que veio da África também, junto com os pais dela. E ele me disse por ser filho de negro, aceitava e concordou que o Açu ficasse dentro do território quilombola do rio Andirá.

Então, com essas palavras de José Benedito da Silva, e com o Abaixo Assinado que extraímos dessa reunião, eu fui em janeiro de 2016 até

Manaus, levando a documentação. Com a ata feita por eles, entreguei tudo no Protocolo do INCRA. Eles, os técnicos, já iam trabalhar no fechamento do Relatório, como nós tornamos a colocar a situação do Açu, isso ainda vai demorar mais alguns meses, e, a partir de fevereiro eles vão dentro da área para fazer esse novo cadastramento para incluir essa área e fazer o fechamento do RTID.

Com a área do Açu, se tudo der certo – que vai dar – o nosso território ainda ganha mais alguma medição, aumentando daqueles 36.268,8 hectares para uma medição bem superior a 40.000 hectares (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

No dia 23 de maio de 2016, acompanhando a presidente da Federação, retornamos ao INCRA. Fomos informadas pela analista administrativa que compõe a equipe do GT, Rejane Quaresma de Moraes, sobre a programação de retorno da equipe para proceder ao novo cadastramento das 100 (cem) famílias quilombolas da vila de São Paulo do Açu, incluindo-se as 07 (sete) famílias do núcleo da Paga e 07 (sete) de uma ilha denominada de Tapagem.

Relativo ao calendário de retorno ao Andirá, há duas visitas previamente feitas para subsidiar a última de retorno do INCRA/MDA. Para a posterior realização da Assembleia Geral sobre a inclusão das áreas que ficaram fora do perímetro do território quilombolas, foram realizadas duas visitas do INCRA. A primeira aconteceu no início de junho de 2016 pela analista administrativa, Rejane de Moraes, responsável por cadastrar as 114 (cento e quatorze) famílias. A segunda, realizada no período de 23 a 30 de junho, pelos servidores Vanil Vasconcelos Costa e José Francisco de Melo, responsáveis pelo trabalho de GPS.

De acordo com informações repassadas à Federação, Maria Amélia relata que, segundo acertos com a Comissão Executiva, foi informada entre os dias 30 de julho a 08 de agosto, que a equipe técnica composta pelo o engenheiro agrônomo, Afonso Aníbal Brasil Vieira, coordenador da equipe; o antropólogo, João Siqueira e a engenheira florestal, Leocinira Santos, ficou responsável por coordenar duas atividades: a primeira seria realizar a Assembleia Geral com as 114 famílias; a segunda, com base na Ordem de Desocupação pelos posseiros, reunir e dar ciência aos fazendeiros Sr. Jander Gomes Conceição (Cabeceira Grande), Sra. Idenilza Santos Ihara (Cabeceira Grande) e Sr. Otávio de Andrade Carvalho, tendo este último apresentado Título Definitivo da fazenda São Domingos, datado do ano de 1930 – Cabeceira do Chapeleiro. As maiores empresas encontram-se instaladas na Cabeceira Grande e Cabeceira do Chapeleiro.

Presume-se, conforme repassado pela analista administrativa, Rejane de Moraes, que até o final do mês de agosto de 2016, o RTID esteja concluído para posterior publicação no Diário Oficial da União. A partir da conclusão do Relatório é que se saberá com a devida

garantia qual o real perímetro territorial destinado aos quilombos do Rio Andirá. Tal definição está condicionada à deliberação pactuada em Assembleia Geral sobre a área reivindicada no Abaixo Assinado no qual se reivindica a inclusão da vila de São Paulo do Açu como pertencente ao território quilombola.

Em visita ao INCRA/MDA no dia 13 de julho de 2016, me foi repassado o calendário de retorno da equipe técnica aos quilombos do Andirá para a realização da Assembleia que tratará da inclusão da área da comunidade de São Paulo do Açu e das famílias dos núcleos de Tapagem e da Paga, que ocorrerá de 21 a 26 de julho de 2016. Adicionadas a isso, outras atividades serão realizadas em todos os quilombos para compilar dados e consolidar informações gerais que subsidiarão a elaboração do RTID.

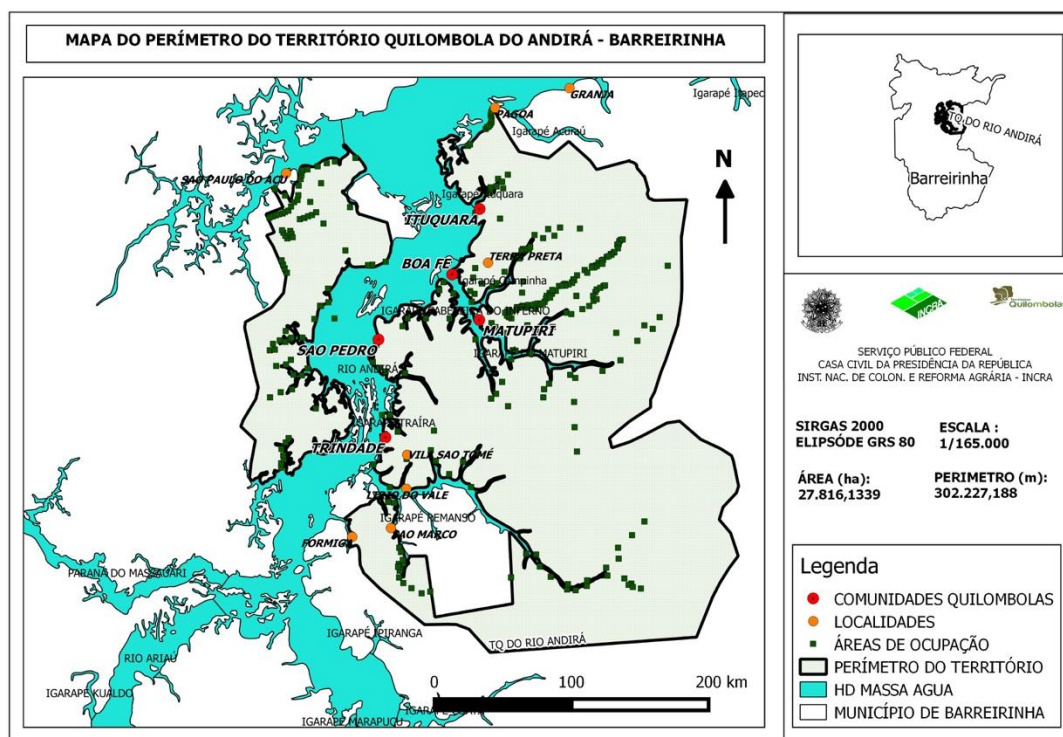
A programação das atividades está assim definida: Dia 22.07.16 (8h às 12h) - Santa Tereza do Matupiri: 1. Reunião prévia com os presidentes das cinco comunidades e a Diretoria da Federação; 2. Levantamento de dados de produção, ambientais e antropológicos (à tarde). Dia 23.07.16 (8h às 12h) – 1. Reunião com os representantes e famílias das comunidades de Trindade, São Pedro (Tapagem), 2. Levantamento de dados de produção, ambientais e antropológicos (à tarde). Dia 24.07.16 (8h às 12h): 1, reunião com os representantes e famílias das comunidades de Boa Fé, Itaquara, Santa Tereza do Matupiri (São Paulo do Açu e Paga); 2. Levantamento de dados de produção, ambientais e antropológicos (à tarde). Dia 25.07.16 (Manhã): Encerramento das Atividades – Fechamento das Atas de Assembleia.

Impossibilitada de ir ao Andirá para participar dessas atividades, todavia, em 26 de agosto de 2016, em visita ao INCRA, obtive informações do antropólogo, João Siqueira, de que provavelmente o fechamento do RTID se prorrogue por algum tempo. Um dos fatores atribuídos a isso se deve às mudanças capitaneadas pelo governo provisório de Michel Temer. As mudanças que balizam a Medida Provisória Nº 726, de 12 de maio de 2016, certamente tenderão a provocar alterações no encaminhamento de questões relacionadas ao processo de regularizações fundiárias em curso.

Nessa reunião, também obtive informações sobre a definição do perímetro territorial dos quilombos do Rio Andirá. Dos 32.368,8ha estimados e pactuados por ocasião da última Assembleia Geral realizada nos quilombos em 2015, fora reduzido para 27.816,13ha (Vide: Mapa/INCRA – Mapa 5). Significa dizer que não prosperou a expectativa do INCRA segundo

a qual estimava-se que com a inclusão da área de São Paulo do Aço, o território como um todo alcançaria seus 40.000ha.

Mapa 6: Perímetro do Território Quilombola do Rio Andirá



Fonte: Mapa da etapa de conclusão do trabalho de campo dos quilombos do Andirá/INCRA, 2016

O argumento é que permanecerá na Cabeceira do Chapeleiro o fazendeiro Sr. Otávio de Andrade Carvalho, proprietário da fazenda São Domingos. Deve-se a isso a constatação pelo INCRA do Título Definitivo dessa propriedade, datado de 1930, subtraindo-se do território uma área equivalente a 1.800ha.

Outro fator que contribuiu para a redução do perímetro territorial são as regras que norteiam a ocupação de terrenos pertencentes ao patrimônio da União. Neste aspecto, sob responsabilidade de gerenciamento pela Secretaria do Patrimônio da União-SPU, consoante procedimento mencionado no Art. 10, do Decreto Nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003):

Quando as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.

Sugere-se que tais medidas que competem ao INCRA e à SPU sejam negociadas com os fazendeiros e/ou madeireiros instalados nas ilhas verificadas como locais prósperos e, por

isso, mesmo encontram-se completamente tomadas pelos agronegócios. Exemplo disso, são as áreas denominadas de Cabeceira Grande e Chapeleiro sobre as quais já se comentou anteriormente que, por agregarem um potencial extraordinários de recursos naturais, ensejam as ocorrências de intenso conflito agrário.

Por se tratar de uma área cortada de lagos que abrigam grande variedade de peixe, rica em floresta e outras potencialidades do local os agentes sociais dela se valiam, seja para extração dos recursos naturais para simples comercialização, seja para o plantio de roçados necessários para o consumo familiar dos quilombos. A impossibilidade de acesso a essas áreas de uso comum é fato que se constata devido a que as maiores empresas vinculadas aos agronegócios encontram-se instaladas nas ilhas denominadas de Cabeceira Grande e Cabeceira do Chapeleiro.

Tais fatos estão registrados no documento datado do mês de julho de 2016, expedido pelo INCRA, que trata sobre o retorno da equipe responsável pelo RTID, em cumprimento ao calendário acima referido. De acordo com o registro em ata, têm-se as seguintes informações:

Ata de audiência pública promovida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha e as associações pertencentes ao território identificado Quilombo do Rio Andirá. Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, as comunidades de Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Boa Fé, Ituquara e Trindade, que englobam as localidades de São Paulo do Açu e Tapagem, no município de Barreirinha, Estado do Amazonas, reuniram-se os remanescentes de quilombos do território identificado do Rio Andirá, os representantes da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha e os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, identificados na página de assinatura desta ata, para atendimento da demanda dos remanescentes quilombolas que requerem informações detalhadas e respostas às suas dúvidas sobre a situação de domínio da área coletiva que constaria do Relatório de Identificação e Delimitação – RTID, a ser confeccionado pela Autarquia.

A equipe do INCRA apresentou, em projetor de imagem, a planta preliminar das áreas de uso e ocupação pelos remanescentes de quilombo, descrevendo em detalhes as áreas que possuem títulos definitivos encontradas no estudo do INCRA utilizadas pelos comunitários; que o antropólogo João Siqueira esclareceu que a demarcação do território quilombola foi requerida pelas comunidades retro citadas, com apoio da Federação junto ao INCRA; que membros da Ordem de Serviço nº 12/2014 haviam realizado a identificação e o cadastro dos moradores de São Paulo do Açu, incluindo suas áreas de uso e áreas da vila rural, sendo que nesta foram identificados moradores **não quilombolas**, razão pela qual foi requerido pela comunidade que a área urbana consolidada na vila rural de **São Paulo do Açu** não seja incluída no perímetro do território, o que foi aceito pelos presentes; o antropólogo ao ser questionado por moradora desta comunidade se seus filhos solteiros poderiam se cadastrados como quilombolas, este explicou que os filhos solteiros fazem parte do cadastro dos pais como unidade familiar; em seguida, a Engenheira Florestal, Leocinira Santos, explicou sobre a preservação ambiental da área, conforme determina a Legislação, isto, 20% de área de uso e 80% de preservação, o que exigirá que os comunitários do quilombo realizem o Cadastro Ambiental Rural – CAR do território como um cadastro único; que este cadastro será realizado pelo INCRA até 31/12/2017; esclareceu aos presentes que o módulo rural em Barreirinha tem o

tamanho de 80 hectares; o engenheiro Afonso Aníbal explicou como se dá o processo de regularização fundiária do território quilombola, as normas e procedimentos de competência da União Federal; descreveu o estudo antropológico, como foi realizado o levantamento das áreas de ocupação, uso e produção identifica; que por esse estudo serão excluídas as áreas de ocupação do igarapé do Piquiá e Jauari; que após aprovação da proposta do território será publicada em resumo para contestação no Diário Oficial; que o processo, após ser publicado o decreto de desapropriação seguirá no INCRA para a demarcação com colocação dos marcos geodésicos para ser emitido, por fim, o título coletivo que será inalienável, indivisível e perene para o território quilombola e que os processos administrativos de posses individuais que existem no território serão cancelados; que a equipe do INCRA respondeu aos presentes que os ocupantes não quilombolas deverão sair do território e as áreas tituladas dentro do território serão desapropriadas; foi demonstrado pela equipe do INCRA, na planta preliminar do território, a área identificada como Fazenda São Domingos (título definitivo) que possui um passivo ambiental em torno de 35% que foi consolidado antes de 22/07/2008; os presentes da **Comunidade de Trindade**, situados na área de influência do referido título, deliberam pela exclusão da fazenda São Domingos da demarcação do território; foram respondidos vários questionamentos sobre as áreas que pertencerão livremente às comunidades para trabalho, para exploração sustentável e ocupação pelas próximas gerações, inclusive dos recursos hídricos. Por fim, foi aprovada pelos presentes a planta apresentada pela equipe do INCRA que definiu a área total do território quilombola do Andirá que terá como limite: ao norte, a localidade da Paga, o igarapé do Acurau e localidade de São Paulo do Açu, com exceção de sua área urbana, ao sul as áreas da gleba do Andirá, a localidade denominada Abelhas, os igarapés do Formiga e Chapeleiro; ao leste as terras do município de Parintins e a oeste a comunidade da Tapagem. Nada mais a tratar, encerrou-se a reunião e a ata foi assinada por todos os participantes (os destaques são do original).

Reitera-se, aqui, de acordo com informações repassadas pelo INCRA à Federação, Maria Amélia relata que, a partir de acertos com a Comissão Executiva, foi acordado que entre os dias 30 de julho a 08 de agosto o INCRA e MDA estariam reunidos com fazendeiros e pecuaristas. O objetivo seria, com base na Ordem de Desocupação pelos posseiros, a equipe do GT iria reunir-se para dar ciência aos fazendeiros Sr. Jander Gomes Conceição (Cabeceira Grande), Sra. Idenilza Santos Ihara (Cabeceira Grande) e Sr. Otávio de Andrade Carvalho (TD São Domingos – Cabeceira do Chapeleiro). Apenas este último apresentou Título Definitivo, datado de 1930.

Na esteira do cotidiano burocrático, o tempo se arrasta com a lentidão capaz de contrariar a vida que insiste em não querer esperar; muito embora, paradoxalmente, tais obstáculos impostos, consigam sobremaneira despertar a esperança e credibilidade dos agentes sociais. Esta determinação emerge a partir do protagonismo assumido pelo movimento organizativo dos quilombos, como registrado anteriormente na fala do Presidente da Comunidade de Base, Rui de Souza Santos, do quilombo de São Pedro: “Isso porque nós também somos [quilombolas], nós pertencemos a uma etnia e queremos ser respeitados”.

Em contato com os agentes sociais e minha participação em atividades da Federação não é ariscado afirmar que há muita expectativa, mas, há também a firme compreensão por

parte do movimento de que se trata de uma luta étnica por direitos; que tais entraves não devem se esgotar em questões de interesse exclusivamente agrário, mas que envolve todo um processo que vai desde a luta pelo respeito à diferença e, portanto, estende-se à conquista por direitos étnicos e territoriais.

A avaliação da Presidente da Federação, é pertinente e esclarecedora.

E hoje [2016] o que acontece? Hoje, a gente está com mais segurança, com mais esperança que vai ser concluído o nosso pedido do nosso RTID, que são a demarcação e delimitação das terras; não só do reconhecimento nosso como pertencentes ao nosso território, mas, como nós sendo, de fato, quilombolas. Mas o que nós estamos aguardando ainda é a conclusão do nosso RTID. Então, no dia da Consciência Negra, nesse dia de 20 de novembro de 2015, finalizou o que ele começou naquela Ordem de Serviço. Logo no início eles passaram dias e dias fazendo o levantamento dos pontos, daqueles que nós “batemos” quando fizemos a Oficina dos Mapas da Cartografia Social.

Para encerrar este trabalho, o INCRA elaborou uma ata com o resultado de tudo que ficou acertado com a gente. Todos, de todos dos cinco quilombos foram e porque estavam todos ali presentes formaram uma fila imensa para assinar essa Ata do INCRA que tem a marca como o encerramento dos trabalhos (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

O desdobramento dessas atividades será posteriormente conduzido pela gestão que sucederá a da Comissão Executiva da Federação, liderada por Maria Amélia dos Santos Castro. Para tanto, seguindo-se ao que está prescrito no Estatuto da Federação, novas eleições foram convocadas. Duas chapas concorreram à presidência para o biênio de 2016-2018, lideradas pelos senhores Osmael Freitas dos Santos e Tarciso dos Santos Castro, respectivamente, moradores dos quilombos de São Pedro e de Santa Tereza do Matupiri. O vencedor do pleito foi o Sr. Tarciso dos Santos Castro que contou com 225 (duzentos e vinte e cinco) votos, contra 52 (cinquenta e dois) de seu opositor, Sr. Osmael Freitas dos Santos. Sem nenhuma abstenção, compareceram à Assembleia Geral 277 (duzentos e setenta e sete) quilombolas.

Eleitos em eleições ocorridas no quilombo de Santa Tereza do Matupiri, em 28 de maio de 2016, são eles os membros que compõem a atual Comissão Executiva e Conselho Fiscal da FOQMB, com mandato para o biênio 2016-2018.

1. Tarciso dos Santos Castro – Presidente
2. Edson Neri Oliveira dos Santos – Vice-Presidente
3. Elivaldo Pinheiro da Silva – Secretário Geral
4. Jaciso Castro da Silva – 2º Secretário
5. Francenilson Carvalho Pereira – 1º Tesoureiro

6. Valdelino Freire Guimarães – 2º Tesoureiro
7. João Rufino de Paula – Conselho Diretor
8. Solange Belém da Silva – Conselho Diretor
9. Sandra Andrade – Conselho Diretor –
10. Cleidiane Oliveira dos Santos – Conselho Diretor
11. Juranildes de Carvalho Marinho – Conselho Diretor
12. Joana Alves de Paula – Conselho Fiscal
13. Key de Castro da Silva – Conselho Fiscal
14. Fernando Costa – Conselho Fiscal
15. Osmael Freitas dos Santos – Conselho Fiscal

No que se refere ao balanço das atividades pela anterior Comissão Executiva da Federação, em 13 de janeiro de 2016, obtive uma longa entrevista com Maria Amélia dos Santos Castro, até então presidente da Comissão Executiva da Federação, eleita para o biênio de 2012-2014 e para o de 2014-2016, por ter sido reeleita. O objetivo da entrevista era saber como a Presidente avaliaria a trajetória percorrida pela Federação ao longo desses dois mandatos, consoante argumentos proferidos no item subsequente.

5.7 A luta pela consolidação do projeto identitário: balanço das atividades pela Presidente da FOQMB (2012-2016)

Foto 6: Apresentação do balanço das atividades do processo de regularização do território quilombola/Rio Andirá.



Foto: Alex Ximango, 20/11/2015

Para dar conta do processo de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do município de Barreirinha/AM, este item trata de um balanço proferido pela presidente da FOQMB, Maria Amélia sobre a pertinência da política de consolidação do projeto de identidade quilombola conquistada pelo movimento organizativo dos quilombos do rio Andirá nos anos de 2012 a 2016.

O assunto aborda os seguintes temas: 5.7.1 O território quilombola: conflitos e tensões; 5.7.2 Superando dificuldades: reflorestar para plantar e plantar para viver; 5.7.3 A luta do movimento organizativo dos quilombos: entraves e conquistas; 5.7.4 O trabalho

coletivo como forma de gerenciar o território; 5.7.5 O reconhecimento dos quilombos e direitos étnicos conquistados pelo movimento mobilizatório; 5.7.6 O reconhecimento como garantia do direito ambiental; 5.7.7 Território e territorialidade: a construção representativa do sentimento de pertença; 5.7.8 O território quilombola como expressão política da consciência identitária: *Essa propriedade não é sua; é nossa!*

5.7.1 O território quilombola: conflitos e tensões

Então, para mim – a minha opinião –, nenhum fazendeiro trouxe felicidade para dentro do quilombo. Eles tiraram o povo quilombola do modo que viviam, fazendo o seu guaraná, fazendo sua roça, plantando abacaxi, tirando cipó, plantando tudo o que eles imaginavam. Hoje em dia o nosso povo fica é levando uma vida sacrificada para ganhar uma diária de R\$25,00 (vinte e cinco reais), trabalhando o dia inteiro, das sete ao meio dia e de uma até às cinco da tarde. Mas, tem os que imaginam que a gente sem o fazendeiro não vamos sobreviver; mas é o contrário, sem o fazendeiro, nós viveremos muito bem! Ora, se a gente não pode mais plantar roça; a gente não pode mais plantar banana, não podemos plantar nada porque, além deles [os fazendeiros] impedirem, vem o boi e quebra tudo o que com tanto sacrifício nós plantamos. Então, sem eles a gente vai viver como antes a gente vivia, plantando o nosso guaraná, plantando a nossa laranja, nossa melancia, nosso feijão, nosso maracujá; como nós sobrevivíamos antigamente.

5.7.2 Superando dificuldades: reflorestar para plantar e plantar para viver

Eu e meu sobrinho Douglas, já pensamos num projeto para recuperar as cabeceiras que viraram pasto. Nós vamos, sim, conseguir reflorestar com o nosso trabalho, com o nosso suor no rosto. Então, as cabeceiras voltariam a ser nossas e teríamos o nosso peixe em abundância. Com eles, os fazendeiros, as caças não existem mais, elas já estão se refugiando no final dos igarapés, porque as matas não existem mais. A grande quantidade de paca, tatu, veado não existe mais porque é cheio de campo; de queimadas e os animais vão para o final das cabeceiras se refugiar.

E, tem mais, espero que ainda em 2016 a gente termine com essa história toda, porque nós queremos viver livres e ser muito felizes. Queremos a titulação de nossas terras em nossas mãos, porque é isso que nós estamos esperando que logo apronte o RTID, porque com esse nosso RTID seremos novamente donos de verdade da nossa terra! Pescadores de grandes barçaças, fazendeiro, madeireiro, tirador de pedra, tirador de areia, de terra, todos eles pegam o pessoal, daqui do Andirá, para fazer deles de escravo, pagando essa diária de escravo. É, tudo isso eles extraem daqui dessas nossas áreas do Andirá. Aqui no Andirá tem tudo isso! Quando começaram com esse trabalho de escravo, a diária era R\$12,00 (doze reais), hoje [2016] custa R\$25,00 (vinte e cinco reais). Com esse dinheiro não se compra mais nada hoje. Então, para mim a influência desses fazendeiros dentro da área de quilombo, dentro do nosso território quilombola, não foi boa, foi má influência, pois tirou a animação que cada família quilombola tinha para sobreviver. A gente plantava, saía tudo junto com seus paneiros nas costas, com seus anzóis e canoas pra pescar ou caçar; fazíamos grandes puxiruns, onde todos se encontravam pra trabalhar e conversar. Eles, hoje,

os que se ocupam disso [os que recebem por diárias] esqueceram do seu próprio plantio para plantar capim para o gado do fazendeiro comer! Eles [os quilombolas] ficaram sem nada. É uma influência desagradável para ele, como quilombola! No dia-a-dia de cada família, no lugar de trazer felicidade, trouxe infelicidade! Mas, mesmo assim, muita coisa agora mudou.

Eu vejo pelo lado de melhoria que um com o outro tem na convivência dentro do território de quilombo. Hoje, todos aqueles que querem enxergar, já estão vendo como deve andar e está andando com os seus próprios pés, quando imagina fazer o próprio negócio sem estar precisando dessas pessoas.

5.7.3 A luta do movimento organizativo dos quilombos: entraves e conquistas

Falar das nossas conquistas, muita coisa avançou, sim, como eu já disse. Mas, se a gente for pesar algumas coisas que conquistamos, ainda precisamos de muito. Mas, a nossa força está na nossa organização.

Temos três formas de nos representar: temos as Associações Comunitárias, cada quilombo tem seu Presidente de Comunidade que são eleitos por eleição do voto direto; tem também as Comunidades de Base, os que dirigem são apoiados pela Igreja Católica; aí vem o Presidente Distrital, tem que ser morador do quilombo, este agora é o Sr. Gláucio Paixão da Silva, e todos que ocupam esse cargo têm apoio de Prefeitura de Barreirinha, é de lá que vem a indicação de quem vai ser esse representante que resolve as coisas com os Secretários do Prefeito; e tem a nossa Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha, essa que eu estou como Presidente até maio de 2016. Todos têm sua diretoria e procuramos sempre resolver da melhor forma os problemas das comunidades e fazemos com o apoio deles todos as nossas atividades culturais, as comemorações dos nossos Santos Padroeiros, as celebrações da liturgia, e as nossas Assembleias Gerais que envolve todos, ninguém fica de fora.

Produzimos também os nossos materiais para a produção das nossas atividades de roça, de pescaria, da caça e outros objetos de atividades culturais, como os nossos instrumentos musicais que nossos pais nos ensinaram, porque eles também sempre usaram naquela danças típicas e artesanatos que também fazemos. Agora, falar sobre a saúde da nossa população, sobre remédio, nas nossas Comunidades Quilombolas não temos remédios, nós temos nosso enfermeiro; ótimo enfermeiro, mas infelizmente, ele não pode fazer nada sem remédio. Ele se esforça, da daqui e dali consegue algum remédio, tudo é muito pouco. Temos uma pequena “Abulancha”, pra fazer a travessia do Andirá com os nossos doentes. Mas é pequena, não oferece aquele conforto. Então, temos corrido atrás de apoio, mas por incrível que pareça nós não temos como exigir, ou dizendo assim, pra exigir do Governo Federal, do Governo Estadual, do Governo Municipal, eles vão ter que construir Postos Médicos, porque nós não temos verdadeiramente onde colocar esse remédio de qualidade para que possa beneficiar o povo quilombola.

A água é precária, a FUNASA já esteve aqui, visitamos todos os quilombos. Inclusive eles deixaram livros e mais livros pra nós, dizendo quais são os projetos que serão feitos dentro da área quilombola melhoria muito boa. Foram três pessoas lá dois homens e uma mulher que está responsável pelo projeto da Funasa. Não mais retornaram!

Agora estamos muito atentos com um novo Projeto que está sendo divulgado aqui dentro pela Caixa Econômica. É um Projeto muito misturado, a gente não tem entendido o que mesmo eles querem sobre a construção de casas. Tem alguma política que é sobre território: “Tira um daqui e coloca outro ali”. Estamos preocupados e estudando esse projeto da Caixa Econômica. Não vamos concordar com isso porque já fomos enganados muitas vezes sobre essas propostas que chegam aqui pra dentro dos nossos quilombos. Vamos conversar com quem entende para dar uma resposta porque ficaram de retornar em, agora, em 2016. Uma hora dizem que é dentro dos quilombos a construção dessas casas, e agora [2016] as casas já estão prontas na estrada que liga outra estrada que liga Barreirinha com o Distrito de Terra Preta do Limão.

5.7.4 O trabalho coletivo como forma de gerenciar o território

Todas as nossas atividades se amparam nas documentações que a gente vai fazendo. Os nossos Ofícios são exato o que nós votamos nas Assembleias. Tudo tem que ser, assim, participado! Sobre essa documentação que eu levo pra Manaus, que é passada para os órgãos que nos apoiam, eu sou cobrada, o povo quer saber como o que é que está acontecendo, o que vai acontecer ou deixa de não acontecer. Eu, como responsável que carrego um grupo de pessoas na minha responsabilidade, eu deixo de tudo, minha família, o meu roçado e vamos pra luta. Viajo sempre com uma ou duas pessoas parentes e também com a nossa Secretária, a Nei, porque sempre foi assim que trabalhamos.

Todo tempo sou procurada na minha casa pelos que estão preocupados com o nosso trabalho. Por isso é que em Manaus, procuro saber como é que está o andamento daquele documento que eu entreguei, ou o que tem de novas decisões pra dentro dos quilombos. Isso para quando eu chegar, explicar; pra poder falar e derramar de volta as palavras para aqueles que estavam indecisos, preocupados com o que vai acontecer. Podem até pensar: “Será que ela não está nos enganando?” Então, o é que eu faço quando eu venho dentro do INCRA, quando eu vou na Cartografia Social da Amazônia, do MPF, eu peço um documento para comprovar como eu estivesse assistindo palestra, assistindo, ouvindo e aprendendo com as palavras que eu ouço de funcionários, de cada entidade dessas.

É assim que a gente tem resolvido os nossos problemas. Nós vamos, assim, administrando os quilombos. Eu, sozinha? Não! Com todos os quilombos porque todos votaram no que foi decidido pra se resolver em Manaus. Como o mês passado que recebi um documento dentro do INCRA pra resolver o problema dos que têm títulos de terra e que as coisas não estão bem esclarecidas: Quem fica? Quem sai? Como produzir em terra que é coletiva e não é mais aquela que era individual. Porque agora é, assim, a família vai aumentando e com aumento a terra vai sendo de todos; de toda a família! Quando eu cheguei dentro da comunidade o que eu tenho que fazer? Eu sempre me disponho a sair da minha casa, pegar meus últimos recursos que eu tenho e vou de comunidade em comunidade convidando a população para uma grande assembleia, que foi feita dentro do Matupiri para que possa ser repassada essa resposta de volta para o INCRA; que o povo já está a par do que está acontecendo. Então, é assim que eu trabalho, mas, não trabalho, assim, sozinha! Porque, como eu disse lá dentro do INCRA, aquela decisão já é uma decisão de todos que me ajudaram a esclarecer e a votar comigo pra juntos a gente fazer pelas nossas comunidades, pelo nosso território.

Assim eu fiz dentro da comunidade de Itaquara, dos que não são remanescentes [os fazendeiros e pecuaristas], mas, estão lá, mas eles podem ficar aí trabalhando, só que o terreno que está em nome dele não vai mais ser dele, vai ser do povo. É isso que a gente tem que colocar na cabeça de duas pessoas que estão lá. Eles já entenderam que podem sair se a comunidade não aceitar, aí tem que se retirar. Mas vai ser indenizado, tudo vai depender do povo.

Depois destas conquistas que e nós conseguimos junto com todas as cinco comunidades eu, como presidente da Federação, para mim, mudou muita coisa, principalmente, a convivência; o olhar de cada quilombola se modificou! Hoje eles se sentem livres, comparando com o que eram. Hoje, eles não são mais aquelas pessoas que pensavam que estavam no fundo do poço. Hoje em dia, não pensam mais assim, hoje, eles estão libertos, andando com seus próprios pés, conhecendo e vendo aquilo que eles não enxergavam porque não conheciam. Eu, mesma, aprendi muito, muito quando eu saí pra conhecer outros “cantos”; outras paragens, outras pessoas. Foi... eu participei de 10 (dez) encontros, todos com certificado.

5.7.5 O reconhecimento dos quilombos e direitos étnicos conquistados pelo movimento mobilizatório

Eu, como representante da remanescente de quilombo, no princípio eu encontrei dificuldades dentro da cidade de Barreirinha, que é a sede do meu município. Infelizmente, ainda percebo que ainda existe discriminação contra a minha pessoa; são pessoas que me ignoram, tentando não me ouvir. É onde eles perdem por não serem nossos parceiros, porque eu não perco mais meu tempo em Barreirinha! Vou diretamente para a capital do Estado, onde eu nunca peguei “chá de banco”, nem dentro do INCRA, nem da MDA, nem da Cartografia do Amazonas, nem Fiocruz, nem no Ministério Público Federal. Quando eu chego dentro de Manaus, as pessoas já estão me esperando para a gente ter aquela conversa séria; porque eles entendem o valor que tem os quilombos do rio Andirá. E, digo mesmo, muitas pessoas achavam que nós ainda estamos começando o nosso trabalho.

E, hoje, acreditando no que foi feito durante a minha gestão, principalmente, eu falo sobre os alunos de hoje de dentro das comunidades quilombolas, eles já têm uma visão diferente e acreditaram nas Certidões de Reconhecimento de cada uma das cinco comunidades, como nós que já tivemos alunos que tiveram oportunidade de ganhar uma Bolsa de Estudo na Universidade em Parintins e tiveram também a oportunidade de conseguir Auxílio Moradia na Casa do Estudante, porque passaram no vestibular. Todos eles levam com eles as cópias das Certidões que eu providenciei em “plastificar” pra eles.

Agora quando fui lá, na agrovila do Açu, isso eu ouvi a mãe de um casal de meninos que me agradeceu no dia que eu fui mesmo lá na comunidade, na agrovila de São Paulo de Açu. Foi no dia 28 de dezembro de 2015, eu fui lá pra resolver aquele problema que a área do Açu entrasse no mapa do território. Essa mãe me agradeceu; como já me agradeceram outras pessoas que também já fizeram a sua aposentadoria, apresentando a Certidão de Reconhecimento de outras comunidades quilombolas.

Temos o exemplo também da dona Maria e a dona Edmilza da comunidade de Boa Fé. Elas já fizeram a sua aposentadoria, e, com esse documento tudo deu certo. A Joelma que já fez o Auxílio Maternidade do filho dela com a mesma Certidão de Reconhecimento da comunidade e, tantas outras pessoas

que me procuram pedindo pra fornecer esse documento porque precisam resolver essas coisas. Mudou muito, porque as pessoas não precisam mais estar pagando papel dentro de Barreirinha; gastando aquele pouco dinheiro que eles não tinham. Gastavam muito mais do que ganhavam quando iam fazer Auxílio Maternidade, precisando pagar R\$1.000,00 (um mil reais). Já pensou, saíam de casa como R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), que era o que juntavam durante o mês, sobrava apenas R\$500,00 (quinhentos reais) de lucro, o resto todo era pagamento de papel.

Hoje em dia é diferente! Assim, eu vou me informando e ajudando, colaborando com o meu povo. Me informei com o antropólogo do MDA, João Siqueira, que me explicou que na Agência do INSS em Parintins, podemos nos identificar como remanescente e apresentar a Certidão de Reconhecimento de qualquer comunidade nossa, para alcançar a aposentadoria, o Auxílio Maternidade, Auxílio Doença. Tudo que dependia de Barreirinha onde já encontramos muita dificuldade pra resolver nossos problemas, em Parintins, na Agência do INSS é o rumo mostrado que estamos no caminho certo. Então, para mim mudou muito... Aquilo que nós esperávamos dos outros, nessa posição de “sentados” e desajeitados não acontece mais. A gente já anda, agora, sabendo que vai buscar a solução.

5.7.6 O reconhecimento como garantia do direito ambiental

Outra coisa que deve ser pensada por nós é o que mudou depois que conquistamos o nosso “reconhecimento”. O São Marcos e o Lírio do Vale, que fica bem próximo ao quilombo de Trindade, não entraram como quilombolas; não quiseram ser reconhecidos como nós somos agora. O que eles fizeram? Quando perceberam que isso era uma conquista mesmo da gente, do nosso povo quilombola, eles migraram tudo para a comunidade de Trindade, para não ficar fora, não serem negados como quilombolas. Agora, eu pergunto: O que podemos fazer com essas duas comunidades que ainda não foram reconhecidas como remanescentes de quilombos e que agora estão todos dentro da área, porque se instalaram dentro do quilombo de Trindade?

Por outro lado, pensando, assim, eles preferiram obedecer aquele pastor que comanda essas duas comunidades; dizendo o pastor que eles não entrassem nessa nossa conversa, na nossa história porque isso era coisa do satanás. Aconteceu o que agora? Deixaram tudo que era deles para lá e vieram para dentro do Trindade. Eles moram dentro do Trindade, mas trabalham lá no Lírio do Vale e em São Marcos. Tiram palha, extraíram madeira e construíram a casa deles ali.

O presidente da comunidade que é o Geferson Viana Dias teve uma ideia que nós acatamos. Reuniu a comunidade e decidiram na Assembleia que fosse cedido pra eles uma área, com os terrenos bem divididos e as casinhas ficariam todas no mesmo formato e seguindo em fileira pra não avançarem em locais qualquer. São cobertas de palha, o piso e as laterais são feitos de madeira mesmo. Assim, pra eles se manterem bem junto, como vizinhos que eram quando estava lá naquelas outras comunidades. Essas casas que estão construídas eles fizeram por autonomia deles mesmos. Não é assim um projeto que a Prefeitura foi lá e definiu o loteamento. Porque essas casinhas não têm nada de financiamento pela Caixa Econômica como já aconteceu em outros quilombos.

Como eu falei para o Geferson da minha preocupação que comecem a dizer que nós estamos cedendo esse material e a terra pra quem rejeitou ser

quilombola e passou a desmatar sem controle. Mas, está acontecendo também uma coisa muito boa que pode ajudar essas pessoas. É que o Geferson, juntamente com a esposa dele e com apoio da comunidade, eles estão fazendo um traçado pra embelezamento da comunidade de Trindade. As ruas estão sendo bem divididas. As casas que estão fora da linha das ruas, eles estão recuando ou avançando pra ficar tudo bem definido como uma cidadezinha mesmo.

Isso nunca foi feito! Agora, já tem um local bem definido onde vai ser a horta comunitária, eles estão plantando várias mudas de árvores nas ruas, daquelas que põe frutas, todos podem delas se servir. E estão plantando também muitas mudas daquelas plantas que servem pra remédio caseiro. Estão também na luta pra conseguir instalar o poço artesiano que não tem na comunidade, porque a comunidade se serve de uma água que não tem condições, porque ela é cercada de igapó, a ramagem apodrece e fica com um cheiro forte que não é bom.

E, assim, está surgindo um local que veio a ter tudo isso porque as pessoas se orgulharam de termos sido reconhecidos, lembrados como sendo da remanescência de quilombo. Olha, a minha preocupação agora é ter um controle pra quando alguém chegar e dizer: “Estamos precisando de material pra tantas casas”. Então tem que ter um papel que dê autorização pra fazerem isso. Quando a pessoa disser: “Preciso da sua assinatura aqui porque estamos precisando ‘matar’ quatro árvores”, aí, já tem que ter o acordo: “Matou” quatro árvores, se comprometa em plantar mais quatro pra repor aquelas que vão ser derrubadas. Ou, “precisamos desta madeira, porque precisamos fazer a casa de cinco pessoas”. Então, são cinco casas, são cinco árvores derrubadas! Porque tem árvore gigante, que a madeira dá para tirar o esteio, travessão, as tábuas, tudinho isso. Mas tem outros que preferem cortar aquelas menores, aí é mais árvore derrubada.

Essa é uma preocupação nossa que não podemos apenas querer ajudar sem controle senão perdemos os nossos direitos. Por isso todos nós temos que ter um documento que comprove o controle e mantenha o reflorestamento das nossas matas. É assim que a gente conquista o nosso direito. É assim que a gente está trabalhando!

5.7.7 Território e territorialidade: a construção representativa do sentimento de pertença

Fazendo uma comparação com o que foi comentado quando estivemos em outubro de 2014 um Seminário que foi organizado pelo PNCSA, onde o Professor Alfredo Wagner falou muito sobre os quilombolas; sobre os conflitos que eles enfrentam nesse mundo afora. Conflito, por exemplo, que tem acontecido no quilombo de Rosa, em Roraima, no Maranhão que também acontece muita barbaridade. Acabaram com famílias por conta de disputa de terra; são aqueles poderosos matando os quilombolas. Quero dizer que ouvi tudo aquilo, pensando no nosso Andirá. Lá, graças a Deus ainda não tivemos isso e espero que nunca isso venha acontecer. O nosso conflito no rio Andirá é que o pessoal quer terra para trabalhar e não tem porque os poderosos também se ocuparam delas, porque muitos e muitos vivem lutando, querem terreno; querem trabalhar, viver do sustento da terra!

Hoje, nós sabemos dizer que ser quilombola é ter e viver em um quilombo; é ser pessoa que se domina e vai se fazendo por si próprio. Que tem um território que é livre de tudo! Do jeito que era antes, hoje já podemos dizer

que o território é nosso! Hoje, dentro do território nós já sabemos que se ele é nosso, é lá que nós convivemos como quilombolas, que ele serve pra gente viver e sobreviver dentro da nossa área. Antigamente a gente estava sendo um povo mandado pelos fazendeiros; hoje em dia nós somos diferentes, hoje nós já mandamos em nós próprios, em nós mesmos com os nossos próprios parceiros. Porque hoje nós sabemos que temos a licença, o direito de pescar, de tirar seu peixe tu mesmo. Que tu vais cultivar a pescaria, tirar o teu cipó, o breu, o ambé. Tudo isso, assim, sem mais como antes, porque agora estamos mais despreocupados.

Queremos isso tudo sem ter conflito com ninguém mais. Por quê? Porque conquistamos isso através do nosso diálogo como quilombolas! E ser quilombola é ser digno, sem tirarem da gente o nosso sono; de viver fora de um conflito com fazendeiros, com madeireiros, com os pescadores que vêm de um deste ou de outros Estados pra tirar o nosso sossego. Hoje já temos a esperança; a nossa calma de hoje nós sermos donos do pedaço da nossa terra; de a gente ser donos dos nossos rios, donos da nossa floresta, somos donos da nossa madeira.

Então, hoje em dia consentimos sim a organizar a nossa própria moradia, porque nós precisamos da nossa madeira e precisamos do nosso peixe para a alimentação das nossas famílias. Precisamos do cipó para fazer a limpeza dos nossos próprios terreiros, limpando, varrendo com as vassouras que nós sabemos fazer e vendendo a nossa produção do preço que nós imaginamos que ele seja valorizado!

5.7.8 Expressão política da consciência identitária: Essa propriedade não é sua; é nossa!

Então, ser quilombola é orgulho e felicidade; ninguém se envergonha mais de ser negro! O negro é uma pessoa sofrida, mas ao mesmo tempo, ele é feliz porque antigamente os negros serviam para serem escravos, e hoje em dia o negro se mostra importante pra quem não é negro. Por exemplo, hoje, temos dentro da minha comunidade quilombola Santa Tereza do Matupiri quinze professores, todos eles quilombolas! É raro as comunidades que ainda existe professores que não são quilombolas.

No Itaquara temos professores que são quilombolas; no quilombo de Trindade temos professores que são quilombolas, nós temos dentro da comunidade de São Pedro e em outras comunidades do Andirá, que não são reconhecidas como remanescente, que são quilombolas. Ainda existe um ou dois professores que não são quilombolas, mas, hoje, a gente está dizendo “não” às pessoas que não são quilombolas. Não que a gente rejeite, assim, não! Mas é porque já temos muitas pessoas formadas dentro quilombo e cada dia que passa; cada ano que se passa se formam mais quilombolas e a gente tem que dar essa oportunidade. Nós já temos enfermeiras quilombolas, Agente Comunitário de Saúde é quilombola.

Então, para nós e muita satisfação o que nós conquistamos durante essa luta que tivemos de 2011 até 2016, sobre essa nossa história de sermos um povo quilombola! Por uma parte o que tem lá foi conquistado pela gente através de conversa, através de explicações que nós vamos entender qual é o benefício que nós estamos querendo para nós.

Então, isso foi pra gente de grande importância dentro das nossas comunidades, hoje se tratar de um território, um sonho que há muito tempo muitas pessoas que já se foram sonhavam com isso. Com o que hoje em dia a gente está conquistando e concluindo a nossa palavra de dizer eu tenho

certeza que todas as comunidades que estão dentro da área quilombola sejam felizes, porque é o seguinte: feliz que eu digo é ter conquistado ser feliz dessa maneira; de hoje todo mundo se sentir liberto, de ter o direito de dizer “não” ou “sim, isso é nosso!”; de lutar pelo direito de zelar por essa propriedade que não é sua; é nossa! Então, a liberdade de todo mundo é se sente feliz por dizer isso é nosso; se torna melhor do que dizer isso é meu! Não, não é seu! O que conquistamos pertence a um conjunto de pessoas, unidas e trabalhando por um só sentido!

Foto 7: Dia da Consciência. Maria Amélia agradece em memória de seus antepassados pelas conquistas do movimento quilombola.



Foto: Alex Ximango, 20/11/2015.

Por isso, o meu agradecimento vai para o meu povo, eu gostaria de agradecer dessa maneira: Eu agradeço pela confiança que vocês tiveram em mim, de colocar uma confiança em mim por acreditar que eu tenha tido a coragem de lutar por nós; para que pudéssemos chegar onde estamos chegando! São pessoas que confiaram na minha pessoa! Então, o que eu tenho que fazer é ficar grata e orgulhosa de dizer que tive e tenho tido essa oportunidade de o povo confiar em mim! Eu digo assim, o meu povo hoje é assim... Por quê? Por que confiaram, só em mim? Não! Cada um confiou em nós todos! Todo conflito quando vem pra gerar confusão, eles chegam sempre e me participam porque eu mostrei pra eles eu que tudo tem que ser conversado. Que eu tenho que entrar em linha de frente, abrindo o caminho para que eu possa explicar

para esse povo como a gente tem que andar e resolver o que está acontecendo.

Então, eu agradeço muito porque eles confiam em mim, na minha pessoa; eles sabem que se não puder ajudar, eu não sou de criar problemas, jamais agredir ninguém! De certos tempos pra cá, depois de eles terem confiado na minha liderança, fizeram as coisas junto comigo. Por tudinho isso, eu me sinto muito honrada de saber lidar ou evitar brutalidades. Hoje, sem partir nunca para agressão, eu sinto que o povo fica ao meu lado porque compreendeu a minha humildade. Então, eu quero agradecer em nome de todas as comunidades essa oportunidade que cada um quilombola me deu por ter confiado em mim!

De janeiro a julho de 2016, percorridos os seis meses da entrevista proferida pela então Presidente da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha, Maria Amélia dos Santos Castro, somados aos oito meses da realização do último trabalho de campo para a elaboração do RTID dos quilombos do Andirá, há que analisar a conjuntura brasileira. A profunda reforma sob o ponto de vista das mudanças operadas em decorrência do processo de afastamento de Dilma Rousseff, da Presidência da República, certamente

implicará nas decisões tomadas no âmbito de definições concernente ao processo de titulação daquele território quilombola.

Trata-se do clima de instabilidade política quanto às posteriores decisões tomadas pelo governo interino do Vice-Presidente Michel Temer, relativas à Medida Provisória Nº 726, de 12 de maio de 2016 que extingue, entre outros, o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, com desdobramentos no que toca a outros setores de gerenciamento de direitos étnicos, a exemplo do também extinto, pela Medida Provisória, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

As mudanças se refletem em todos os setores da administração pública incorrendo, no âmbito local, por exemplo, na substituição da Superintendente Regional do INCRA, Maria do Socorro Marques Feitosa, e dos assessores de gabinete e/ou servidores vinculados ao MDA, cujos técnicos estariam diretamente envolvidos e responsáveis pela elaboração do RTID dos quilombos do município de Barreirinha.

Numa observação mais atenta, já se colocava como público e notório a falta de celeridade no que toca aos encaminhamentos administrativos que efetivamente consubstanciem os planos de ação; suas metas operacionais que seguramente explicitem aquelas ações a serem desenvolvidas a curto ou médio prazos para a efetivação de processos relativos aos direitos étnicos de populações quilombolas. Ou seja, as análises aqui feitas anteriormente demonstram que não há um plano de ação, previamente fixado que permita colocar em evidência ou defina e informe com clareza sobre as políticas sociais, fiscalizando-as ao longo de sua implementação; sobre quantas e quais as áreas do território quilombola que são atingidas por conflitos e tensões e para as quais deveriam ser estabelecidos custos orçamentários no sentido de subsidiar os trabalhos de campo do INCRA para a elaboração de RTID.

Exemplo disso são os ofícios reiteradamente emitidos pela então Superintendente do INCRA à FOQMB, através dos quais justificava-se o cancelamento de idas dos técnicos para procederem os trabalhos de campo, justificando-se pela impossibilidade da descentralização de recursos para o deslocamento ou pela dificuldade de desembolso para arcar com a logística daquelas viagens reiteradamente programadas junto aos quilombos.

Não obstante isso, as mudanças atualmente operadas na esfera de decisões superiores, cuja transição de governo coloca em risco a efetivação de direitos constitucionais em que a

imprevisibilidade das ações se torna evidente, a assertiva de Almeida (2011, p. 48-9) é pertinente quando assevera:

Vale lembrar que o Art. 68 trata-se de uma disposição provisória, isto é, diferente de outros dispositivos constitucionais que se acham gravados permanentemente no corpo constitucional. Enquanto tal teria uma temporalidade própria, que não pode ser ignorada em termos de uma intervenção governamental, sobretudo porque a ação oficial de regularização fundiária tem sido por demais morosa e incapaz de corrigir as distorções de uma estrutura fundiária concentracionista e usurpadora de direitos de camponeses e indígenas (ALMEIDA, 2011, pp. 48-9).

Temas a respeito desse assunto serão tratados nas Considerações Finais da tese que faz referência ao título “Reconhecimento e autonomia: uma conquista identitária ou gratidão adquirida”. Trata-se de uma reflexão que se volta para a análise do processo de construção da autonomia dos quilombos pelo movimento organizativo e de situações intrínsecas às dificuldades enfrentadas pelos quilombolas. Faz referência, portanto, a fatores exógenos engendrados pela política de tutela, cuja incidência recai sobre as pautas de reivindicações do movimento organizativo, comprometendo, assim, o objetivo crucial de suas lutas relativas à consolidação do projeto hegemônico de identidade étnica dos quilombos do Rio Andirá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RECONHECIMENTO E AUTONOMIA: uma conquista identitária ou gratidão adquirida?

Nada há de menos inocente do que a questão que divide o mundo duto de saber se se devem incluir no sistema dos critérios pertinentes não só as propriedades ditas “objetivas” (como a ascendência, o território, a língua, a religião, a atividade econômica etc.), mas também as propriedades ditas “subjetivas” (como sentimento de pertença etc.), quer dizer as “representações” que os agentes sociais têm das divisões da realidade. As razões da repugnância dos “doutos” em relação aos critérios “subjetivos” mereceria uma longa análise: há o realismo ingênuo que leva a ignorar tudo o que não se pode mostrar ou tocar com o dedo.

Bourdieu, 2007, p. 120

Os conhecimentos acumulados ao longo desse período de imersão na literatura sobre comunidades quilombolas serviram para o aprofundamento da interlocução teórica com autores que discutem temas relativos à etnicidade, poder e territorialidade. Permitiram perceber os fatores socialmente relevantes dos movimentos organizativos dos quilombolas, contrários às diferenças *objetivas*, sejam elas culturais ou biológicas: “a pertença, embora possa implicar contrapartidas territoriais, o que deve ser levado em conta são as fronteiras sociais” (BARTH, 2011, p. 195).

A autonomia como elemento precípua da diferença, do julgamento da ação valorativa, ou seja, do auto identificar-se quilombola implica na condição de manutenção de fronteiras em que unidades e limites culturais persistem. A esse respeito, enfatiza Barth.

A identificação de outra pessoa como pertencente a um grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento. Logo, isso leva à aceitação de que os dois estão profundamente “jogando o mesmo jogo” (...) Como membros de outro grupo étnico, implica que se reconheçam limitações na compressão comum, diferenças de critérios de julgamento, de valor e de ação, e uma restrição da interação em setores de compreensão comum assumida e de interesse mútuo (BARTH, 2011, p. 196).

As implicações políticas que permeiam esse arcabouço epistemológico do *pertencimento*, da *diferença de critérios* e de *interesse mútuo* certamente estão empiricamente analisadas pelas narrativas extraídas dos trabalhos de campo. Por outro lado, a minha convivência por via da pesquisa empírica realizada junto aos quilombos do Rio Andirá se

constituiu num fio condutor, permitindo a partir da correlação de forças identificar, analisar e interpretar as lutas do movimento organizativo em consolidação. As narrativas dos agentes sociais informam sobre o *sentimento de pertença*, das *diferenças de critérios*, estabelecidos no bojo de *interesse mútuo* confrontado com seus antagonistas – sejam estes representados pelas agências ou aqueles agentes externos – ao tempo em que demonstram que tais propósitos estão materializados nas propostas advindas das pautas de reivindicação do movimento representativo das comunidades quilombolas do Rio Andirá.

O expressivo e diversificado acervo de depoimentos coletados através da pesquisa de campo, confirma que o movimento social exerce papel preponderante na organização comunitária e que as informações prestadas pelos agentes sociais com representatividade organizativa foram de grande valia para as minhas análises. Tais informações permitiram identificar e caracterizar problemas resultantes das ocorrências de conflitos que incidem sobre as relações cotidianas das comunidades quilombolas, suas formas de produção e reprodução da vida social.

A construção dos argumentos aqui expostos deve-se à trajetória percorrida ao longo do período de 2012 a 2016. Em fevereiro de 2013, a minha inserção como pesquisadora credenciada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, foi também de grande valia. Além de um expressivo número de entrevistas inicialmente coletadas, através da Oficina de Mapas, posteriormente, durante a realização do Curso sobre a Convenção 169/OIT, foram ampliadas as condições de possibilidade de entrevistas. Tal experiência adquirida através desses trabalhos realizados junto às comunidades quilombolas do rio Andirá contribuiu significativamente para refinar as interpretações sociológicas e aprofundar os argumentos.

No tocante à comunidade de Santa Tereza do Matupiri e adjacências, as três categorias analíticas – etnicidade, poder e territorialidade – estão simultaneamente relacionadas a questões que se projetam no campo jurídico: a “política de reconhecimento”, articulada à “política de identidade”, compreendendo, enfim, “direitos territoriais” (ALMEIDA, 2011:7). Deste modo, posso afirmar que se vincularam à pesquisa de campo, tanto temas relativos ao processo de construção identitária, quanto aqueles que se atrelam às formas organizativas do movimento mobilizatório dos quilombolas, sobretudo, mas não exclusivamente, aos direitos territoriais.

Em decorrência das lutas do movimento organizativo quilombola em defesa da autonomia, quanto ao acesso real e efetivo aos recursos imprescindíveis a estas comunidades,

tais análises deram ênfase às situações de conflito agrário confrontadas nos limites dos *sítios quilombolas*. Nesta ordem, destaca-se a multiplicidade das formas de uso comum daqueles recursos naturais, condição elementar à existência social dos quilombos. As propostas pactuadas pelos quilombolas em reuniões, encontros e/ou assembleias gerais em face da dinâmica de construção de sua identidade étnica, comprovam a fidedignidade dos fatos.

Relativo ao significado de *quilombo* para dissipar interpretação que o termo possa evocar e, com base na política que baliza o projeto de construção étnica, foi possível identificar as estratégias de ação engendradas pelo movimento político-organizativo. Por consequência, evidenciaram-se os motivos pelos quais os agentes sociais antes caracterizados como *ribeirinhos* passaram assumir a auto identificação, resultante do processo de construção identitária em que expressamente se autodesignam e passam a ser designados como *quilombolas*. O *quilombo* que, do ponto de vista político – para além de um simples espaço social de vivência cotidiana – passou a ser por eles atualmente interpretado, tendo por ênfase o sentimento de pertença; por meio de reivindicações encaminhadas ao estado, fixando-se como uma representação político-administrativa permanente.

Por morarem às margens dos rios, mantiveram-se encapsulados numa mesma caracterização que os designava como *ribeirinhos*. A análise sobre a invisibilidade historicamente imposta encontrou respaldo nas reflexões sobre os marcos regulatórios e em fatos históricos que contribuíram para identificar quais os processos que foram sendo construídos para que os quilombolas, que também são identificados localmente como *ribeirinhos*, fossem reconhecidos como sujeitos de direitos étnicos.

Para desvendar a imbricada teia que reveste a polêmica acerca dos dispositivos constitucionais, que tramitam entre as lutas por direitos individuais e coletivos, este estudo aportou em narrativas, cujos registros colocam em evidência questões relacionadas ao conflito territorial. Trata-se de uma mobilização étnica, elemento que “cria condições de possibilidade para que venha à tona o ideal de autonomia e de trabalho livre” (ALMEIDA, 2006, p. 40). O eixo interpretativo convergiu por isso mesmo para uma análise dos direitos prescritos no art. 68/ADCT, da Constituição Federal de 1988, das medidas operacionais que perpassam os trâmites do Decreto 4.887/2003, que trata da regulamentação fundiária das chamadas *comunidades remanescentes dos quilombos*.

A ordem jurídica, examinada como forma simbólica propicia respaldo analítico, vislumbrando-se os contrassensos observados nas entrelinhas, nuanças e frestas da realidade

jurídica dos quilombos. Recheado de contradições resultantes de influências externas; de disputas e conflitos inerentes ao mundo social, a forma simbólica permite interpretá-lo sob o ponto de vista, “quer da autonomia relativa do direito, quer do efeito propriamente simbólico de desconhecimento, que resulta da ilusão da sua autonomia absoluta em relação às pressões externas” (BOURDIEU, 2006, p. 212).

Tal significado e interpretação de fatores inerentes ao campo jurídico se voltaram para as condições de vida e trabalho de agentes sociais em conflito constante, identificando-se aquelas ações operacionais criativamente engendradas pelo movimento organizativo. Nos quilombos, espaços socialmente construídos, o direito expressa a forma capaz, por excelência do discurso atuante, como observa Bourdieu, “a operar com eficácia quase mágica, evocando ações criadoras que anunciam novas práticas, novos costumes e novos grupos” (BOURDIEU, 2006, p.237-39.). Isto indica que tais grupos em conflito permanente reinventem estratégias operacionais, deslocando-as para além de interesses pessoais, e delineando propósitos coletivos que convergem e se consolidam por via da construção criativa em face de novos arranjos que perpassam a vida social.

De certo, esses arranjos que compõem e informam sobre a discussão de marcos regulatórios e as lutas marcadamente assumidas com o propósito de construção de uma identidade étnica deram notoriedade aos quilombos. As mobilizações étnicas expressam uma força viva, se comparada ao *esquecimento* jurídico-formal a que foram relegados. Desconstroem pela prática política aquelas situações de invisibilidade a que foram submetidos ao longo de um processo. Disso se deduz que o não reconhecimento de uma identidade fundada sob a insígnia dos direitos étnicos contribuiu para que os quilombolas, ao longo de quase dois séculos, transitassem pelas bordas da ordem jurídica, enquanto sujeitos desprovidos de direitos fundamentais que lhes permitissem uma vida sedimentada em valores humanísticos.

Isso pode ser verificado nas informações prestadas pelos agentes sociais quando apontam o descaso do gerenciamento pelo estado no que diz respeito às políticas sociais “implementadas” no âmbito da realidade dos quilombos, bem como foram constatados os entraves administrativos impostos no tocante ao direito fundiário do território quilombola.

A respeito dos efeitos quanto à implementação das políticas sociais, passaremos brevemente em revista trechos das entrevistas feitas, em 05 de fevereiro de 2015, com a presidente da Federação, Maria Amélia, anteriormente já registradas na íntegra e que

traduzem uma percepção inquietante. Trata-se, por exemplo: do “corte” quanto à concessão de Cestas Básicas do *Programa Fome Zero*, “isso parou e ninguém sabe, não sei explicar porque foi que desapareceu essa alimentação”; das ações do *Programa Minha Casa, Minha Vida*, programadas para os cinco quilombos e que: “Infelizmente não tivemos a oportunidade de existir uma casa dessa feita por completo (...) Ainda aconteceu que, em 2009, algumas casas estavam sendo construídas, dessas algumas foram desmanchadas e o material foi levado numa balsa. E, a gente pergunta: A mando de quem? Pra onde foi esse material?”; do *Programa Agricultura Familiar*, coordenado pelo Governo do Estado: “Como os funcionários da SEPROR orientaram, fizemos os roçados, tivemos o trabalho de plantar as semente, mas nós não tivemos mais os técnicos pra nos ensinar o plantio e, até hoje, as plantas estão lá (...) Está tudo parado desse projeto. Mas, nós estamos devendo pro Banco da Amazônia. E, como pagar se nada foi feito (...) Isso foi em 2012, e já vamos ter que pagar o Banco em 2018 [o valor correspondente ao financiamento é de 11.000,00 (onze mil) reais repassados às famílias que tiveram seus cadastros aprovados pelo Banco]”; do *Programa Nacional Água de Primeira Qualidade*, cujas ações foram pactuadas junto às comunidade em novembro de 2014: “Inclusive nós estamos aguardando essa ida deles lá para implantar a água de qualidade dentro das Comunidades de Ituquara, Trindade e São Pedro que são aquelas que não têm água de qualidade; não têm poços artesianos”.

Somam-se a essas situações críticas, as decisões a serem tomadas no tocante ao território quilombola. Quanto a isso, sublinha a presidente da Federação:

Hoje em dia [2016], o assunto mais importante pra nossa vida é sobre o nosso RTID. É o que mais nós esperamos: a nossa demarcação e delimitação das nossas terras. É com essa vontade que concluiu o serviço do trabalho de campo feito pelo INCRA, agora em novembro de 2015. A partir daí, temos que orar e pedir a Deus força pra que a gente receba em nossas mãos a titulação da nossa terra. Depois que nós lutamos pra conseguir aquelas Certidões de Reconhecimento que chegaram na nossa mão, lá da Palmares, foi pra gente o grande fortalecimento, porque, aí nós tivemos a esperança que nós teríamos de volta as nossas terras. A nossa vontade de isso ser alcançado fez a gente procurar de novo o MDA e o INCRA (Maria Amélia dos Santos Castro – Presidente da Federação. Entrevista: 13.01.16).

De modo geral, ainda hoje, em 2016, passados 28 anos da Constituição Federal de 1988, pelas circunstâncias dramáticas dos acontecimentos aqui expostos, a aplicabilidade do direito constitucional que contempla o projeto hegemônico de autonomia dos grupos étnicos é questionado, “já que a supressão de tantas outras humanidades, não pressupõe o controle de

suas bordas, principalmente aquelas que foram negadas, ou as que as extrapolaram pela insurgência” (LEITE, 2010, p. 17).

A respeito das políticas sociais, anteriormente citadas e, levando em conta a condição precípua da garantia dos direitos territoriais às comunidades quilombolas, Almeida (2011, p. 142), chama atenção para possíveis articulações do redirecionamento de ações governamentais que possam incorrer nos “riscos de uma estratégia de deslocação”. O interesse politicamente prioritário para o movimento organizativo dos quilombos, o direito territorial, por exemplo, pode tornar-se secundarizado em detrimento de situações circunstanciais do cotidiano que funcionam como válvula de escape. Assevera Almeida (*ibid.*) que em termos operacionais ou de ações efetivas, o eixo da ação governamental tem se deslocado, concentrando-se principalmente na prestação de serviços básicos às comunidades quilombolas e menosprezando a titulação.

Nos quilombos do Andirá, além do não cumprimento das ações governamentais criaram-se graves expectativas ou prejuízos, consoante trechos da entrevista prestada pela Presidente da Federação e acima registrada. Disso se deduz que o direito territorial às comunidades resulta de lutas que percorrem um longo tempo se analisado o período correspondente às reivindicações do movimento organizativo dos quilombos que data do ano de 2005. Somado ao descumprimento quanto à emissão de titulações fundiárias com desdobramento em ações compensatórias, compete refletir sobre questões relativas à implementação de políticas públicas para os quilombos:

Eis algumas indagações: a ênfase da ação governamental nos serviços básicos, mediante a dificuldade de garantir os direitos étnicos à terra, pode estar constituindo numa medida compensatória, traduzida pela consigna de “fazer o que é possível”? Quais as implicações de se “deixar para depois” a titulação das terras das comunidades quilombolas? (ALMEIDA, 2011, p. 144-5).

Sobre esse aspecto, ou seja, dado ao descompasso entre o que está prescrito como amparo legal e o não cumprimento operacional ou os entraves administrativos aos direitos étnicos às chamadas *comunidades remanescentes de quilombos*, a pesquisa enveredou por uma aproximação reflexiva, a partir de situações objetivas de vida nos quilombos. O descumprimento ou a inviabilidade de se proceder à titulação de terras das comunidades quilombolas impõe indagações e se faz necessário compreender quais os fatores que porventura motivam o governo, fundamentado na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho-OIT, a promulgar o Decreto nº 4.887/2003 que institui trâmites para reconhecimento e titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos.

Dito de outra forma, quais os motivos que levaram o governo brasileiro a firmar pactos internacionais se tais direitos não são respeitados ou oficialmente implementados?

Todavia, estabelecer discussões acerca das relações de poder com vistas a mostrar como se efetivam situações simbólicas que impõem à identidade coletiva de grupos organizados certa intimidação, refletindo sobre o recuo de medidas administrativas frente aos interesses dos que *ordenam*, não é uma tarefa fácil. Embora se trate de uma tarefa analiticamente complexa, há se ter a convicção de que:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos da *intimidação* que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista e reconquistas de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade (...). Esta alternativa impõe-se também aos membros da classe dominante, na medida em que a dominação é acompanhada quase inevitavelmente de uma dominação simbólica (BOURDIEU, 2007, p. 125).

Sendo as comunidades quilombolas objeto de investigação desta pesquisa, trato aqui de discutir situações referentes a essa “reapropriação coletiva deste poder” verificada na correlação de forças que se expressa legitimamente e permeia a sustentação de denúncias registradas nas narrativas, que provêm de meus interlocutores. Exemplo disso são as empresas nacionais ou estrangeiras que se fixaram nas áreas dos quilombos do rio Andirá, como bem informam as narrativas dos agentes sociais, e os efeitos de suas ações, que alteraram consideravelmente as relações de vida e trabalho daquelas comunidades. Por consequência, as reivindicações dos agentes sociais na luta por direitos étnicos, foram o ponto balizador, promovendo investidas do Ministério Público Federal para apurar os efeitos dos conflitos que envolvem as comunidades quilombolas, consoante resultados de denúncias propaladas por ocasião da audiência pública conduzida pelos quilombolas em Barreirinha.

Com base nas situações pertinentes aos direitos étnicos, sejam eles relativos a políticas sociais ou ao direito territorial duas situações se entrelaçam. Por exemplo, há de se questionar porque não há fiscalizações criteriosas por parte de órgãos governamentais responsáveis por ordenar administrativamente as ações de implementação de políticas públicas nos quilombos? Outra questão que se coloca é sobre porque não houve fiscalização relativa à licença ambiental, quanto a empreendimentos de agronegócios instalados nas áreas do Rio Andirá desde a década de 1980 – sejam eles representados por empresas locais, nacionais ou estrangeiras – fixados, inclusive, em “marginais de rios, ilhas e lagos” e, portanto, tidas como bens pertencentes ao Patrimônio da União?

De um lado, foi possível identificar a irregularidade das ocupações destas áreas pelos posseiros, quando do posicionamento do INCRA por ocasião do trabalho de campo para elaboração do RTID. Trata-se da redução considerável de parte do território quilombola, previamente identificado numa escala ascendente de 29.836,206ha para 32.368,8ha, (vide Mapa 5), decrescendo posteriormente ao ser fixado o perímetro equivalente a 27.816.13ha. O amparo legal sobre essa definição justificada pelo INCRA e MDA se deve ao preceito constitucional prescrito no Decreto 4.887/2003, que prevê:

Quando as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título (Decreto 4.887/2003, art. 10).

Paradoxalmente a essa exigência, que tem uma matriz legal, argumenta-se: por que passado um período correspondente a três décadas e seis anos só agora se deu conta de que aquelas empresas estariam ali estabelecidas de forma ilegal, irregular?

Reiteradamente já se fez menção às áreas do Rio Andirá que agregam um potencial de recursos naturais referidas às grandes cabeceiras, cujas ilhas são prósperas para o pasto, ricas em lagos apropriados para o pescade e as que resguardavam diversificados tipos de madeiras hoje exploradas pelo mercado clandestino. O que está em questão é o porquê de se permitir ao longo desses anos que tais empresas se instalassem nesses locais de forma irregular por se tratar de “marginais de rios, ilhas e lagos”?

Aliás, de acordo com as narrativas dos agentes sociais, a década de 1980-1990, trata-se do período de *chegada* de empreendimentos dos agronegócios em áreas do Rio Andirá. Curiosamente, outra questão que se coloca diz respeito a essa invasão do território quilombola que “coincide” exatamente com a institucionalização de marcos regulatórios circunscritos nos dispositivos apregoados pela Constituição Federal de 1988. Além do esforço envidado pelo reordenamento fundiário, colocam-se em pauta os direitos sociais conquistados pelos movimentos que se voltam para os fatores étnicos. Levando em conta as tragédias ambientais ocorridas em áreas do Rio Andirá tidas como prósperas, cabe responder e compreender por que nunca se deu importância a esses fatos? Há, pois, que refletir sobre o porquê de tudo ter sido deliberadamente permitido, em se tratando de um período em que as velhas roupagens da reforma agrária se amarrotavam ao tempo e que o “novo” despontava por via de “uma consciência ecológica”.

As narrativas dos quilombolas apontam para a veracidade dos fatos se observados os locais dos *sítios quilombolas* (Vide: Mapa 2) cercados por fazendas ali identificados como

áreas de conflito agrário. E, mais que isso, ao longo da existência dos quilombos, as áreas que agregam uma diversidade de recursos naturais que conseguiram ser resguardadas como terras de pertencimento coletivo dos quilombolas, mantêm-se até hoje preservadas se comparadas com as devastações ocorridas em locais nos quais se fixaram os posseiros. Dos relatos que comprovam a fidedignidade dos fatos, tomaremos por base o de uma jovem professora, Taciara Raquel Castro, tataraneta do ex-escravo Benedito Rodrigues da Costa, nascida em Santa Tereza do Matupiri, e integrante de um dos Grupos de Trabalho que elaborou em fevereiro de 2013 os croquis do território por ocasião da Oficina de Mapas. O relato da professora aponta para um verdadeiro “divisor de águas”, isto é, mostra como as áreas de uso coletivo dos quilombos se mantêm preservadas se comparadas àquelas em que se instalaram os madeireiros e pecuaristas.

A narrativa se refere a uma área denominada de Campina que fica no entorno do quilombo de Santa Tereza do Matupiri. Das inúmeras cabeceiras, esta, apesar de “cortada” ou em alguns locais cercada de fazendeiros, ainda hoje parte dessa cabeceira é conservada e preservada por membros da família “Rodrigues e Castro”, da linhagem de descendência do ex-escravo, Benedito Rodrigues da Costa. O relato de que trataremos é esclarecedor:

Foto 8: Elaboração de croquis a partir do conhecimento das comunidades quilombolas.



Fonte: Fascículo nº 4: Quilombolas do rio Andará – Barreirinha – AM.

Esse aqui é o croqui confeccionado por Franciedson Andrade, Francimarlei, e eu Taciara Raquel. Só ressaltando que nosso croqui foi traçado de acordo com nosso conhecimento de infância. Então, agente traçou de acordo com o que a gente conhece a comunidade na nossa memória, porque ela é nossa, dos nossos parentes. Só ressaltando, aqui [apontando para o croqui] as cores do rio podem distinguir tanto os rios da Cabeceira quanto os da Campina: o rio do Matupiri, da Cabeceira, tá mais azul, o azul é forte. Essa área da Campina tem a cor da água que já é diferente, pois, são águas bem cristalinas, azul claro! Então, o Matupiri tá aqui só pra

ilustrar. Aqui segue a Campina de acordo como eu lembrava; como era na minha infância. Em seguida, tem vários vizinhos aqui nesta área: o tio Antônio, que passa pelo terreno da Solange, daí vem o da Maria das Graças, o da dona Sabá, o da dona Eduarda, seguindo pelo dos meus tios: Luiza, o da Regina, do Tarcísio e Maria Hilda. Do outro lado da Campina, nós destacamos aqui, a área do Marizal, que é uma área de preservação, digamos da comunidade! Não é com registro de posse que temos. Mas eu penso, assim, é preciso lutar pela preservação dessa área que é muito bonita! Tem árvores de miri, uma fruta que é bastante conhecida aqui pelos

comunitários. É uma área muito bonita, e aqui segue o que estou destacando como área de pasto e de mata. O pasto é mais clarinho, por se tratar de uma área aberta. Aqui já temos um quilombola, seu Roberto, mais conhecido como Pombo e, aqui logo em seguida é o meu sitio; ainda é floresta, tá? Aqui segue a do seu Manuel que fica nessa área aqui atrás. Então, essas áreas verdes aqui ainda não foram devastadas que é a Cabeceira da Campina. Tem madeiras importantes que estão eu penso assim, nessas áreas de cabeceiras ainda preservadas. Só pra ressaltar, aqui, essa cabeceira, é da família Castro (Oficina de Mapas/Integrantes do Grupo: Franciedson Andrade, Francimarlem Brandão e Taciara Raquel Castro – Quilombo Santa Tereza do Matupiri, 18.02.13).

A apresentadora do GT, professora Taciara Raquel Castro, tece comparações com as áreas preservadas pelos quilombolas e as que são ocupadas pelos fazendeiros:

Em contrapartida, as áreas que ficam na Cabeceira Grande até a Cabeceira do Veríssimo, são outras grandes regiões já tomadas pelos fazendeiros. Então, vemos uma diferença: aqui a gente ainda tem preservação, tanto de matas como de pasto. Ali, pro lado daquelas duas Cabeceiras, já são tomadas por fazendeiros. E, do outro lado, fazendo uma comparação com as áreas de propriedade do fazendeiro Valdemar Queiroz que antes era um imenso castanhal, hoje é tudo pasto! E, aqui, segue a praia e continua a área do seu Queiroz [fazendeiro] que vai da “boca” do Matupiri até a “boca” do Inferno, onde começa a área do Mendes [outro fazendeiro] que vai percorrendo tudo isto até terminar a “boca” do Inferno. Esta outra que segue já é uma área de lazer que a gente toma conta na comunidade. Então, observem: toda essa área aqui, toda essa imensa região aqui são fazendas de propriedade do seo Queiroz e do Mendes. A gente tava vendo o croqui do seo Roberto, já tem novas informações que mostram que o nosso desenho é mesmo uma memória de infância, já tá superada, foi invadida! E, aqui, são algumas variedades de peixe que nós temos na nossa região; que tinha, na verdade! A gente tinha o peixe-boi, tinha bastante quelônio, pirarucu, boto, piranha, pacu, tambaqui, jacaré etc. Agora é tempo do mapará, um peixe que tem bastante aqui. Só ressaltando, aqui desenhamos um veadinho, pois, no tempo da minha infância a gente tinha muita facilidade de comer vários tipos de animal de caça. Agora é muito difícil, caçar ou matar um animal pra comer é uma grande surpresa! Já é muito difícil aqui nessa comunidade de Santa Tereza do Matupiri. Ah! Eu ia me esquecendo, aqui tem uma área de preservação para soltura se quelônios que é destinada ao Projeto “Pé de Pincha”. É um local nosso que a gente quer transformar em área de lazer para os comunitários. Esse local se chama “Ponta das Corujas”, bem bonito; é uma ponta de praia, muito bonita!” (Oficina de Mapas/Integrantes do Grupo: Franciedson Andrade, Francimarlem Brandão e Taciara Raquel Castro – Quilombo Santa Tereza do Matupiri, 18.02.13).

A narrativa de nossa interlocutora aponta para oposições entre “matas” e “pastos”, delineando com precisão os madeireiros e fazendeiros que se fixaram através de desmatamentos e devastações ao longo da linha perimetral do território quilombola. Isto atualmente já foi constatado pelo INCRA e pelo MDA. Nenhum desses fazendeiros ou madeireiros porta qualquer documento que juridicamente os credencie como proprietários legais das terras. Dos que lidam com agronegócios, apenas o fazendeiro Sr. Otávio de

Andrade Carvalho, proprietário da fazenda São Domingos, localizada na Cabeceira do Chapeleiro, consoante constatação pelo INCRA, tem Título Definitivo dessa propriedade, datado de 1930, subtraindo do território quilombola uma área equivalente a 1.800ha. Segundo registro na ata da audiência pública, supramencionada, realizada pelo INCRA, o fazendeiro “possui um passivo ambiental em torno de 35% que foi consolidado antes de 22/07/2008”.

Não obstante isso, os fatos demonstram em que medida os mecanismos de apropriação indevida pelos agentes externos, vinculados a interesses oligárquicos, estão sobremaneira atrelados ao mercado de terra. Eles se utilizam de transações de compra e venda para usurpar direitos étnicos inerentes aos quilombolas. De um lado, as situações se colocam de maneira evidente, quanto ao confronto político a ser travado com tais adversários e/ou antagonistas históricos, afinal, é com eles que se cumpre encetar o debate no tocante às formas de usurpação de direitos pelos agronegócios. Isso implica no desdobramento da política de tutela imposta numa franca “combinação” de parceria firmada entre aqueles e os aparatos de Estado. De outro lado, a compreensão dos elementos imbricados nessas relações de poder – a usurpação do direito territorial pelos agronegócios, que fere o princípio da autonomia dos quilombos, e as políticas assistenciais do Estado ao tutelado desprovido de direitos essenciais – torna possível também identificar a dinâmica dos acontecimentos e compreender a maneira como os agentes sociais no confronto com seus antagonistas têm historicamente construído suas relações de autonomia, tanto do ponto de vista do reconhecimento histórico dos quilombos, quanto da afirmação de sua identidade étnica.

Diante da correlação de forças que define interesses profundamente antagônicos, observa-se uma reformulação de estratégias acionadas por via de fundamentos que nomeiam, com certa legitimidade, o discurso de nossos interlocutores. Conforme se verifica nas narrativas dos agentes sociais, eles se reposicionam nestas relações com seus antagonistas, buscando a mediação governamental. Os trabalhos de pesquisa se voltam então para as orientações de Foucault (1979, p.182-4) relativas às relações de poder. São quatro as premissas apontadas sobre as “precauções metodológicas” para as quais o pesquisador deverá atentar. Utilizando como referencial de buscas seguiu-se as ponderações recomendadas pelo autor:

Primeira precaução: não se trata de analisar o poder no seu centro, seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes e, sim, em suas extremidades, em suas ramificações, lá onde ele se torna capilar; Segunda precaução: não analisar o poder no plano da intenção e da decisão, mas, estudar o poder onde sua intenção está completamente investida de práticas reais e efetivas, onde ele se relaciona direta e imediatamente como o seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação; Terceira precaução: não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo, mas analisá-lo

como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali (...) o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles; Quarta precaução: não fazer uma espécie de dedução do poder, mas uma análise ascendente, dos mecanismos que têm história, um caminho, técnicas e táticas; mas, sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais (cf. FOUCAULT, 1979, p.182-4).

Em face de situações que recaem sobre o cotidiano de comunidades quilombolas, inclusive quanto ao acesso às políticas sociais, a bens de consumo ou a serviços agrícolas, é procedente entender Foucault quando adverte, dizendo que o poder deve ser analisado no seu campo de aplicação. É, pois, nesse campo, que se evidenciam os mecanismos de aplicação da política de tutela. Por outro lado, de maneira mais abrangente, o autor afirma que: “convém entender como tais mecanismos são investidos e anexados por fenômenos mais globais” (FOUCAULT, 1979, p.184).

Situado o aporte teórico e as reflexões sobre seus efeitos no dia-a-dia dos membros das comunidades quilombolas, compete agora enveredar pelas práticas reais e efetivas do cotidiano destas comunidades, estabelecendo uma relação entre os mecanismos que permeiam as “regras do direito” e os “discursos de verdade dotados de efeitos tão poderoso”, tal como mencionados por Foucault (1979, p.179).

Para tanto, os assuntos aqui abordados sobre o coletivo quilombola têm por base os pressupostos da *autodefinição* dos agentes sociais, que se desdobram nas lutas por direito à terra, e do processo de construção social das *territorialidades específicas*. Para esse entendimento, há uma necessidade precípua de situar a categoria *reconhecimento* e assim proceder à compreensão acerca dos instrumentos jurídico-formais a ela imputados, examinando-os sob o ponto de vista dos “fenômenos mais globais”.

Todos os aspectos e situações da vida cotidiana podem ser interpretados como construções históricas. Resultam e se transformam no bojo de complexas e contraditórias relações sociais articuladas pela dinâmica das circunstâncias de acontecimentos historicamente construídos. Trata-se de uma processualidade. Daí porque todos os fatores relacionados ao cotidiano dos quilombos, sobretudo aqueles que se voltam para os processos de construção de sua autonomia política, estão de certa forma entrelaçados a “fenômenos mais globais”. As situações que daí resultam devem ser interpretadas a partir da leitura acerca de fatores exógenos engendrados no bojo da sociedade abrangente. Não obstante, para caracterizar a intensidade e constância dos efeitos que recaem sobre a vida das comunidades quilombolas, recorro novamente a Foucault, que adverte: “poderia dizer que somos obrigados

pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la” (FOUCAULT 1979 p.180).

Buscar essa verdade não é tarefa fácil. Todavia, em se tratando da categoria *reconhecimento* necessário se faz direcionar a atenção para outros debates teóricos. O artigo de Nancy Fraser⁴⁶, intitulado *Lutas de classes ou respeito às diferenças?*, é elucidativo:

O reconhecimento se impõe como um conceito chave de nosso tempo. Herdado da filosofia hegeliana⁴⁷, encontra novo sentido no momento em que o capitalismo acelera os contatos transculturais, destrói sistemas de interpretação e politiza identidades” (FRASER, 2012, p. 34).

Explica a autora que, em meio a essas batalhas, a identidade coletiva substitui os interesses de classe. No tocante ao fator de mobilização política, cada vez mais a reivindicação é ser *reconhecido* como negro, homossexual ou ortodoxo em vez de lutas de classes: proletariado e burguesia. Assim, “a injustiça fundamental não é mais sinônimo de exploração, e sim de dominação cultural” (FRASER, 2012, p. 34). Aqui provavelmente residam pistas de um caminho a ser percorrido com vistas a identificar as múltiplas implicações políticas em jogo.

Uma reflexão sobre as ações articuladas pelas comunidades quilombolas do Rio Andirá, evidencia que elas passam a argumentar nos termos da Convenção 169 da OIT e dos dispositivos no Decreto Nº 4.887/2003, sobre a consolidação dos seus direitos étnicos. O desdobramento desses dispositivos converge para a regulamentação dos procedimentos para *identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação* das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, de que trata o art. 68/ADCT.

Foi por via desses dispositivos que legalmente as cinco comunidades quilombolas do município de Barreirinha obtiveram suas Certidões de Autodefinição, exaradas pela Fundação Cultural Palmares, em 21 de outubro de 2013, e publicadas no DOU, através da Portaria nº 176, de 24 de outubro de 2013. Mais especificamente, tomando como exemplo a realidade dos quilombos, a política de *reconhecimento* percorre uma trilha que vai desde o *auto identificar-se quilombola*, isto é, o *reconhecer-se* como pertencente a um grupo étnico se

⁴⁶ Cf. FRASER, *Le Monde Diplomatique* Brasil, junho/2012.

⁴⁷ Na obra de Hegel, intitulada “Fenomenologia do Espírito” aporta um verdadeiro tratado sobre o postulado dialético-histórico da luta pelo *reconhecimento*, cuja âncora lançada procura apoiar-se no pressuposto da razão universal que deve se constituir por via da dupla consciência: *a consciência-de-si em si-mesma*. Trata-se da *boa consciência* que para ele significa “o elemento comum das consciências em si; elemento que é substância em que o ato tem substância e efetividade: o momento do *tornar-se reconhecido* pelos outros” (cf. HEGEL, 2012, p.435-6). Essa é a razão pela qual se determinaria a constituição de uma sociedade fundada sob o signo do consenso e, portanto, da universalidade.

torna o princípio fundante, materializado no direito constitucional de pertencimento a territórios, a respeito dos quais compete ao “Estado emitir-lhes os títulos definitivos” (Art. 68/ADCT).

Retomando ao triângulo identificado por Foucault na forma de “poder, direito e verdade” se propõe a reflexão sobre os dispositivos legais que fundamentam as bases do *reconhecimento*. Sobre o questionamento de Foucault acerca das regras que emanam do poder, cabe recuperar a indagação: “que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos?” (FOUCAULT 1979, p.179). Para responder a essa questão, retomando aquele percurso da política de *reconhecimento* que vai do *reconhecer-se* quilombola ao efetivo direito étnico de *pertencimento* ao território, cabe colocar outra indagação: O que há por trás do *discurso de verdade* que pode supor o *não-dito*, ou seja, aquilo que sutilmente se esconde nos arranjos que perpassam o ato de *reconhecer a alguém*?

Paul Ricoeur (2006, p. 13), propondo-se a identificar o *percurso do reconhecimento*, é enfático em dizer: “Deve existir uma razão para que nenhuma obra de boa reputação filosófica tenha sido publicada sob o título *O reconhecimento*”. E assevera:

“O que permanece como não-dito [...] do *fazer-se reconhecer*, *provar quem se é por meio de indicações certas* [...] é a fiabilidade do sinal de reconhecimento, da marca, da indicação por meio das quais se reconhece algo ou alguém (RICOEUR, *ibid.*, p.17-8).

Segundo o autor, é por meio dessa ideia intermediária que permeia “poder, direito, verdade”, que se passa ao conhecimento de algo a que se imputa fiabilidade. Isto implicaria deslindar os significados da forma e conteúdo do *reconhecimento* cujas indicações corretas do *fazer-se reconhecer* remeteriam, de fato, à conquista da autonomia sedimentada na realização, por exemplo, do direito universal ao trabalho, condição elementar; precípua para a produção social da existência humana.

Neste sentido, em se tratando do *reconhecer-se* quilombola, a reflexão se propõe entender tratar-se da conquista de uma autonomia materializada em direitos étnicos, o que garante e sustenta a forma de produção material e, portanto, a reprodução social do coletivo quilombola. Para proceder à compreensão sobre o processo de construção da autonomia em face de conquistas por reconhecimento de direitos étnicos, recorri aos elementos conceituais propostos por Almeida sobre a distinção entre a “simples reconhecimento” e a “consciência da necessidade”. Considerando que reconhecer possui também um significado de identificar uma coisa ou pessoa como pertencente a um certo *grupo*, “seria que a simples reconhecimento de algo

não implicaria em seu reconhecimento (...), a reconhecimento estrito senso não seria, assim, substituída por reconhecimento”. E, enfatiza: “O reconhecimento se associa a ações coletivas e a mobilizações políticas, implicando em autoconsciência ou confiança na própria pauta de reivindicações do movimento ou da associação que conduz a luta” (ALMEIDA, 2013, p. 17-8). Neste sentido, a luta por reconhecimento não se refere à sobrevivência no sentido individual; ao atendimento a uma necessidade básica. Trata-se, ao contrário, de uma ação coletiva, da construção de “territorialidades específicas”. Significa que ao invés da “simples reconhecimento”, ou seja, ao transcendê-la, “ter-se-ia, portanto, a consciência da necessidade”, como explica Almeida (*ibid.* p. 18).

Com base nessa distinção, as situações vividas pelo coletivo quilombola levam a crer que se o dado da compreensão não ultrapassou a fronteira da “simples reconhecimento”, para constituir-se *em* “consciência da necessidade”, como pressuposto da reivindicação política, ter-se-ia a gratidão objetivada na concessão de algo que lhe fora doado, adquirido sob o ponto de vista dos interesses pessoais; de necessidades circunscritas à sobrevivência. Isto já significa compreender que se assim o for, a grande estratégia da política de tutela reside – contrário a autonomia conquistada por via da emancipação política de grupo étnicos – em reduzir o sujeito da sua condição de *ativo* em *passivo*. A tutela cumpriria, assim, sua finalidade, “visto que ela se funda no reconhecimento de uma superioridade inquestionável, acompanhando, auxiliando e corrigindo a conduta do tutelado” (OLIVEIRA, 1988, p. 224).

Ricoeur também oferece pistas teóricas, apontando as trilhas do reconhecimento por via de um quadro demonstrativo que ele chamou de *tabela de derivação*. No item 4, da consulta ao verbete “reconhecido”, infere o autor: “O *reconhecido* foi declarado possuir certa qualidade [...] Nosso convidado-surpresa – o reconhecimento-gratidão – volta ao modo da recompensa: ‘recompensado’ é aquele que recebe sinais de gratidão”. E enfatiza: “foi exatamente neste ponto que ocorreu a principal revolução conceitual dos filosofemas, com o tema hegeliano da luta pelo reconhecimento do qual o ‘ser-reconhecido’ é o horizonte” (RICOEUR 2006, p. 19-20).

Ocorre aí a transformação do *ativo* no *passivo*, do reconhecer-se e *ser* reconhecido, “aceitar, ter por verdadeiro, admitir, aprovar, ser devedor, agradecer”, muito embora perdesse também o enigma: “ser reconhecido, pedir para ser reconhecido” (RICOEUR, *ibid.*, p.24-28). Reitera-se, no entanto, que “antes disso perfila-se o enigma do conceito de autoridade subjacente ao reconhecimento no sentido de *reconhecer formalmente, juridicamente*, de admitir *oficialmente a existência jurídica*” (cf. RICOEUR, *ibid.*, p. 26).

O reconhecimento jurídico do *reconhecimento* certamente implicará nos passos posteriores sobre os trâmites relativos ao direito fundiário do território quilombola: a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme prevê a Convenção 169/OIT. Disputas e conflitos surgem quando tais regras são quebradas, sobretudo, por influência ou prestígio de certas posições autoritárias subjacentes aos critérios da dominação política, cultural, social ou econômica. Fato que se expressa na perda de direitos elementares de que setores, embora expressivamente atuantes, se veem lesados, atingidos.

Levando em conta que o município de Barreirinha foi fundado em 09 de julho de 1881, entende-se que, paradoxalmente ao tempo tão recente da implementação dos dispositivos que apregoa a OIT, as narrativas dos agentes sociais sugerem providências a situações cujos acontecimentos remontam a quase um século e meio. O que sugere, sobremaneira, um tempo longamente percorrido. Ao longo dos tempos tais espaços se tornaram o campo de correlação de forças. O conflito se instaura no âmbito das áreas de manejo ou nos simples espaços de moradias dos quilombos resultante de ações dos agronegócios que, hoje, constatatadamente, de forma irregular vão ali se instalando.

Em face dos grandes conflitos resultantes de lutas por espaços cujas consequências infringem profundamente sobre a condição humana, Foucault adverte: “Seria preciso fazer uma ‘história dos espaços’ – que seria ao mesmo tempo uma ‘história dos poderes’, que estudasse desde as grandes estratégias geopolíticas às pequenas táticas do *habitat*”. E, afiança: “É surpreendente ver como o problema dos espaços levou tanto tempo para aparecer como problema histórico-político” (FOUCAULT, 2005:212).

Todavia, muito embora hoje tais questões sistemáticas façam parte da retórica e das agendas nacional e internacional, cujas ações se voltam para a promulgação da Convenção 169/OIT, sobre *povos indígenas e tribais*, ratificada pelo Governo brasileiro, persistem obstáculos sobretudo quanto ao pleno uso dos direitos territoriais. Sobre isso, diz Almeida:

O problema de implementação daquelas disposições institucionais revela, em decorrência, obstáculos concretos de difícil superação principalmente na homologação de terras indígenas e na titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos (ALMEIDA, 2008, p.34).

Sejam nas instituições governamentais ou na esfera do judiciário, a lentidão do trâmite e acúmulo de processos administrativos que se voltam para a regularização de territórios quilombolas permite constatar de que forma a política de reconhecimento é capaz de tutelar os

movimentos sociais rurais, intimidando e procrastinando a titulação fundiária de territórios quilombolas.

De janeiro a julho de 2016, passados os seis meses da entrevista proferida pela então Presidente da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha, Maria Amélia dos Santos Castro, somados aos oito meses da realização do último trabalho de campo para a elaboração do RTID dos quilombos do Andirá, proferiram-se mudanças institucionais ocorridas. Com o presidente da república interino foi sancionada a Medida Provisória Nº 726, de 12 de maio de 2016, que extingue, entre outros, o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, com desdobramentos no que toca a outros direitos relativos às mulheres, à igualdade racial e aos direitos humanos.

As mudanças se refletem em todos os setores da administração pública incorrendo, no âmbito local, a propósito, na substituição da Superintendente Regional do INCRA, Maria do Socorro Marques Feitosa, e dos assessores de gabinete e/ou servidores vinculados ao MDA, cujos técnicos estariam diretamente envolvidos e responsáveis pela elaboração do RTID dos quilombos do município de Barreirinha.

À falta de celeridade dos encaminhamentos relativos à titulação quilombola, cabe ressaltar que não há uma programação previamente fixada que permita colocar em evidência quantas e quais as áreas de território quilombola atingidas por conflitos e tensões e para as quais deveria ser estabelecido um plano de metas que definisse com precisão em quanto tempo e quais os custos a serem utilizados para o cumprimento dessa finalidade.

Exemplo disso são os ofícios reiteradamente emitidos pela então Superintendente do INCRA à FOQMB, através dos quais justificava-se o cancelamento de idas dos técnicos para procederem aos trabalhos de campo, pela impossibilidade da descentralização de recursos para o deslocamento e a dificuldade de desembolso para arcar com a logística das viagens.

Os relatos dos quilombolas tornam evidente tais fatos quando se referem a temas relacionados aos impactos sociais e tensões, decorrentes dos processos desencadeados naquela área do Rio Andirá, impondo aos quilombolas redimensionar suas atividades. Ou seja: do ecossistema abalado pelas queimadas e pela intensa devastação da floresta provocada a partir das empresas que ali se instalaram, ligadas ao mercado clandestino de venda de madeira; pela pesca predatória que ameaça profundamente a vida dos que praticam a pescaria artesanal, uma atividade produtiva essencial à vida das comunidades quilombolas.

Na luta pela construção da autonomia dos espaços ocupados pelas comunidades remanescentes de quilombos, este estudo deu ênfase, sobretudo, às reivindicações do movimento quilombola, ressaltando também a multiplicidade das formas de uso comum dos seus recursos naturais; bem como destacou a forma como os agentes sociais interagem mutuamente, preservando e garantindo sucessivamente o direito à terra por eles concebida através de laços de parentesco que tem como princípio fundante a memória coletiva identificada a partir do fundador do quilombo, o ex-escravo, Benedito Rodrigue da Costas, que imprime a noção de território e o designa como pertencente ao coletivo quilombola.

Trata-se, portanto, de um de território conquistado pela força propulsora do movimento organizativo que sustenta, por via da “abertura dos cadeados” o ideal de liberdade, impulsionado pela conquista da autonomia dos quilombo e que, superando possíveis manipulações, são conquistas que passam a ser vistas sob o olhar crítico e atento que, voltando-se para o processo de abertura do *cadeado* consoante narrativas da Presidente da Federação: “estava trancado sobre a gente; as nossas pessoas, sobre a nossa comunidade”.

Tornou-se imprescindível lançar-me ao desafio e compreender o porquê os “cadeados não se abriram de primeira”. A metáfora do *cadeado*, por isso mesmo, permitiu entender e interpretá-la a partir das mobilizações étnicas pelos direitos territoriais e perceber como se deu o encontrar a *chave*, permitindo-me, assim, interpretar, por essa via, todo o processo de construção identitária do território de comunidades quilombolas do Rio Andirá.

Isto me propiciou ter hoje a franca compreensão de que a superação da *simples reconhecimento* acerca da *política do reconhecimento* transportada para a esfera da *autoconsciência*; fortaleceu a FOQMB como um instrumento de autonomia dos quilombos. Com isto, retorno à proposição inicial de que, as estratégias de autonomia do movimento organizativo – no contraponto à política de tutela – ao longo da luta por direitos étnicos, permitiram aos agentes sociais, ao romper os *cadeados*, consolidar o seu projeto hegemônico de identidade quilombola no Rio Andirá.

A centralidade dos argumentos desta afirmação está posta e identificada a partir do momento em que, pelo protagonismo das práticas políticas engendradas pelo movimento organizativo dos quilombos, há o deslocamento da categorização que identificava os agentes sociais como *ribeirinhos* para o *reconhecimento* de uma identidade étnica, que historicamente funda o sentimento de pertença ao território. Resulta, pois, no entendimento de que a conquista do movimento pelo reconhecimento étnico de sua identidade, por certo imprimiu e

ampliou as relações de respeitabilidade dos quilombos, seja através da emissão das Certidões de Reconhecimento dos Quilombos, seja pela pauta de reivindicações materializada, entre outras, nas ações que se vinculam, por exemplo, à audiência pública que atualmente envolve a intervenção do Ministério Público Federal em apurar denúncias quanto aos desmandos praticados junto àqueles quilombos.

No âmbito da administração pública, na contramão do que se convencionou entender por direitos sociais como forma de política compensatória, em detrimento da prioridade por direitos territoriais, se tem hoje a convicção que se trata de uma luta por direitos étnicos assegurados constitucionalmente. Exemplo disso são as políticas sociais hoje implementadas que asseguram, pela Certidão de Reconhecimento, o direito dos acadêmicos dos quilombos a terem acesso a bolsa ou auxílio permanência em universidades públicas; do direito à aposentadoria; de auxílio à maternidade ou da emissão de documentos necessários para trâmites administrativos, entre outros direitos atualmente conquistados.

Do ponto de vista do embate com os agentes externos, o protagonismo do movimento reivindicatório dos quilombos, contrário à intimidação imposta há décadas pelas empresas ligadas aos agronegócios há, hoje, o franco reconhecimento público quanto à compreensão de que se trata de uma conquista resultante da luta protagonizada pelo movimento representativo dos quilombos em processo de negociação, conforme pactuado em audiência pública realizada entre o INCRA e os quilombos de Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Boa Fé, Itaquara e Trindade, em que compareceram os quilombolas da Vila de São Paulo do Açu e de Tapagem, conforme consta da ata de audiência pública, proferida em 24 de julho de 2016:

[...] que após aprovação da proposta do território será publicado um resumo para contestação no diário oficial; que o processo, após ser publicado o decreto de desapropriação seguirá no INCRA para a demarcação com colocação dos marcos geodésicos para ser emitido, por fim, o título coletivo que será inalienável, indivisível e perene para o território quilombola e que os processos administrativos de posses individuais que existem no território serão cancelados [...] (Ata de audiência pública/INCRA, de 24.07.2016).

Disso se tem a compreensão de que o projeto hegemônico do coletivo quilombola é resultante do processo de construção histórica pelo qual se firma e afirma, essencialmente, o sentimento profundo de pertença ao território. E, quando se trata dessa relação *homem/ambiente*, vale ressaltar a intimidade que os quilombolas estabelecem com o espaço onde vivem e que consiste em práticas de conservação; de preservação ambiental e no manejo do solo de forma sustentável. Esse vínculo com a terra, vem ao encontro das propostas

dirigidas para o reflorestamento de áreas devastadas, bem como o implemento de ações voltadas para a conscientização no tocante à utilização racional do solo.

Ao ampliar antigas tradições herdadas de seus antepassados, os quilombolas do Rio Andirá assumem um importante papel na manutenção de seus territórios e firmam um vínculo com a terra na luta para assegurar alternativas de pertencimento ao espaço social conquistado. Encontra amparo, por conseguinte, no estatuto político de construção da identidade étnica dos agentes sociais, que empresta relevo e os reconhece sob a designação de *quilombolas*. A presidente da FOQMB, Maria Amélia do Santos Casto, afirma, em síntese, sustentando convictamente ter sido por essa via da mobilização étnica, isto é, pelas frestas de abertura dos “cadeados” *que o olhar de cada quilombola se modificou!*

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Negros de Trombetas: guardiões de matas e rios**. 2ª Ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna Maria Ramos de. **No Caminho das Pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará**. Belém: NAEA/UFPA, 2ª Ed., 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base do lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília, DF. Edições Ibama, 2006.
- _____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- _____. **Quilombos e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- _____. Prefácio. In: **Insurreição de Saberes: tradição quilombola em contexto de mobilização / organizadores, Cynthia Carvalho Martins, Aniceto Catanhede Filho, Davi Pereira Júnior; autores, Cynthia Carvalho Martins [et al]**. – Manaus: UEA Edições, 2013.
- _____. **Autonomia e mobilização dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.
- ANDRADE, Josenaldo; **Mapa Geopolítico**, Município Barreirinha, AM, 2015.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARON, Raymond. **Memórias**. Tradução Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. **A intuição do Instante**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ª. Ed., Campinas, SP. Verus Editora, 2010.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- _____. **Temáticas Permanentes e emergentes na análise da etnicidade**. In VERMEULEN, Hans; GOVERS, Cora (Org.). **Antropologia da Etnicidade**. Lisboa: Fim de Século Edições, 2003.

_____. **Grupos Étnicos e suas fronteiras.** In POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART; Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo, SP. Editora Unesp, 2011.

BAUDELAIRE, Charles Pierre. **Pequenos poemas em prosa.** Trad. Dorothée de Bruchard. Florianópolis, SC: UFSC, 1988.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas, v.1).

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas.** Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. 11ª Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** São Paulo, Saraiva, 2004.

_____. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União [República Federativa do Brasil], Brasília – DF, 20 de abril de 2004. Seção 1, p.4.

_____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre povos indígenas e tribais. Diário Oficial da União[República Federativa do Brasil], Brasília – DF, 20 de abril de 2004, seção 1, p. 1.

_____. Portaria nº 176, de 24 de outubro de 2013. Registra no Livro de Cadastro nº 16 e certifica as comunidades que se autodefinem como remanescentes de quilombo: Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Tereza do Matupiri [sic], e Trindade. Fundação Cultural Palmares. Diário Oficial da União [República Federativa do Brasil], Brasília – DF, 25 de outubro de 2013. Seção 1, p. 18-19.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a política nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais. Diário Oficial da União[República Federativa do Brasil], Brasília – DF, 7 de fevereiro de 2007.

_____. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União[República Federativa do Brasil], Brasília – DF, 12 de maio de 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Os (des)caminhos da identidade.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15 n.42 São Paulo, Fev. 2000.

CASTRO, Maria Amélia dos Santos. **Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida, luta e resistência!** / Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro, org.; ed. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. Fugido, ainda que sem motivo: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial. In: SAMPAIO, Patrícia Melo (organizadora). O fim do silêncio: presença negra na Amazônia. Belém: Editora Açai; CNPQ, 2011 (pag. 43-72).

COHEN, Anthony Paul. **The symbolic construction of community**. London and New York: Routledge, 1985.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Edições Paulinas, 1895.

Estatuto da Diretoria da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB) de 16 de fevereiro de 2009.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. 2. ed. (4ª reimpressão). Tradução Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. **Quilombolas no Amazonas: do rio dos pretos ao Quilombo do Tambor**. In: SAMPAIO, Patrícia Melo (organizadora). O fim do silêncio: presença negra na Amazônia. Belém: Editora Açai; CNPQ, 2011 (pag. 131-156).

_____. **Do rio dos pretos ao Quilombo do Tambor**. Manaus: UEA Edições, 2013.

FARIAS, Márcia Regina Calderipe. **Pesca e sazonalidade no Camacho/SC: um estudo de modos de vida em deslocamento**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2001.

FATHY, Hassan. **Construindo com o povo: arquitetura para os pobres**. Trad. Maria Clotilde Santoro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 12 ed., Rio de Janeiro: Graú, 1979.

FRAZER, *Le Monde Diplomatique* Brasil, junho/2012)

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

GOVERNO DO AMAZONAS – Ordem de Serviço/INCRA/SR(15)Nº 12/2014. Designa servidores para procederem aos trabalhos de RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação das comunidades remanescentes de quilombo: Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Trindade, Itaquara e São Pedro, localizadas no município de Barreirinha/AM.

GUSFIELD, Joseph R. **Community: a critical response**. New York, Evanston, San Francisco: Harper & Row Publishers, 1975.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, 1770-1831. **Fenomenologia do Espírito** / tradução de Paulo Meneses; com a colaboração de Karl-Heinz Effen, e José Nogueira Machado. – 7ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

História da Zona Franca de Manaus, disponível em: www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm – acesso eletrônico em 30/04/2015.

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55)

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos Sociais**. 1. Ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

IANNI, Octávio. **A utopia camponesa**. In: WELCH, Clifford Andrew [et al] (org.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al] – 4ª Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura. **Humanidades Insurgentes: Conflitos e criminalização dos quilombos**. In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. Manaus, AM: UEA Edições, 2010.

_____. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2). 2000, pp. 333-354.

LIMA, Deborah de Magalhães. **Firmados na Terra**: o entendimento do território em dois quilombos de Minas Gerais. In: LEITE, Renata; DANTAS, Isolda; Cerqueira, Edmilton (org.). 3º Prêmio Território Quilombolas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012 (pag. 279-300).

LORENS, Sônia da Silva. **Sateré-Mawé**: os filhos do guaraná. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica**: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995.

MACIVER, R. M.; PAGE, C. H. **Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social**. In: FERNANDES, F. (Org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 117-131.

Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: quilombolas do rio Andirá: Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Trindade, Boa Fé e Ituquara/Barreirinha, Amazonas, 4. Equipe de pesquisa: Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro... [et al.] Manaus: UEA, 2004.

_____. **Caderno de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia.** Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. (vol. 1, nº 1).

MARCEL, Proust. **No caminho de Swann.** Trad. Mário Quintana. 18. Ed. São Paulo: Ed. Globo, 1997 (em busca do tempo perdido,1).

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MELO, Thiago de. **Amazonas: pátria da água.** São Paulo: Sver & Boccato, 1990.

MOMBELLI, Raquel. **Visagens e Profecias: ecos da territorialidade quilombola.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Economia falida cria os mendigos do remo.** São Paulo, 08/11/1998, Caderno Geral, p. A-21

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá.** In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. P. 213-254.

_____. "Terra de quilombo no Brasil": Direitos territoriais em construção. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de [et al] (orgs). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos.** Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Regime tutelar e faccionalismo.** Política e Religião em uma reserva Ticuna. / João Pacheco de Oliveira – Manaus: UEA Edições, 2015.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O Nosso Governo:** os ticuna e o regime tutelar / João Pacheco de Oliveira Filho. – São Paulo: Marco Zero; [Brasília, DF]: MCT/CNPQ, 1988.

PEREIRA, Manuel Nunes. **Moronguetá: um decameron indígena.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1980, V. 1 E 2 (Coleção Retratos do Brasil).

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART; Jocelyne. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo, SP. Editora Unesp, 2011.

PROUST, Marcel. **No caminho de Swann.** Trad. Mario Quintana. 18 ed. São Paulo: Globo, 1997 (em busca do tempo perdido; 1)

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. 2004. **Andirá: memórias do cotidiano e representações sociais** (Série Amazônia: a terra e o homem). Manaus: EDUA, 2004).

RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento.** Tradução Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Tradução Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes. Vol. 21, Nº 01, jan.-jun./2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologias do trabalho Científico**. 23^a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. / Joaquim Shiraishi Neto, (org.) – 2^a Ed. – Manaus: PPGAS-UFAM / NSCA-CESTU-UEA / UEA Edições, 2010.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

VERDERY, Katherine. **Etnicidade, nacionalismo e a formação do Estado Ethnic Groups and Boundaries: passado e futuro**. In VERMEULEN, Hans; GOVERS, Cora (Org.). Antropologia da Etnicidade. Lisboa: Fim de Século Edições, 2003.

VERDUM, Ricardo. **Constituições e Reformas Políticas na América Latina**. / [organizador Ricardo Verдум]. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009.

WEBER, Marx. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura** / Raymond Williams; tradução Paulo Henrique Brito. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOLF, Eric Robert. Encarando o poder: velhos *insights*, novas questões. In: **Antropologia do poder: contribuições de Eric Wolf**. Organização e Seleção: Bela Feldman e Gustavo Lins Ribeiro. Universidade Estadual de Campinas: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2003.